



Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2025

**Grupo Público
Universidade
do Minho**



Índice

I – MENSAGEM DO REITOR.....	12
II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	14
1. GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	15
1.1. Identificação do Grupo Público UMinho.....	15
1.2. Breve resumo das entidades consolidadas.....	17
1.2.1. Universidade do Minho.....	17
1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho.....	19
1.2.3. Associação Centro de Medicina P5.....	21
1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga.....	22
1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho.....	23
1.2.6. Expertissues – European Institute of Excellence for Tissue.....	24
1.2.7. Associação Universidade - Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho.....	25
1.2.8. Centro para a Valorização de Resíduos.....	27
1.2.9. Associação Fibrenamics – Instituto de Inovação em Materiais Fibrosos e Compósitos.....	28
1.2.10. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.....	30
1.2.11. Instituto Confúcio.....	31
1.2.12. Centro Clínico Académico de Braga.....	32
1.2.13. Centro de Computação Gráfica.....	34
1.2.14. Instituto de Design de Guimarães.....	35
1.2.15. Associação Curtir Ciência.....	36
1.2.16. Casa de Sarmento.....	37
1.2.17. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros.....	38
1.2.18. Centro de Estudos Jurídicos do Minho.....	39
1.2.19. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes.....	40
1.2.20. Centro em Rede de Investigação de Antropologia.....	42
III – RELATO FINANCEIRO.....	44
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	45
2.1. Enquadramento macroeconómico nacional.....	45
2.2. Enquadramento económico do ensino superior.....	45
3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA.....	46
3.1. Análise orçamental consolidada.....	46
3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados.....	46
3.1.2. Direitos e obrigações consolidados.....	48
3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados.....	49
3.2. Análise económica e financeira consolidada.....	50
3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado.....	50
3.2.1.1. Ativo consolidado.....	50
3.2.1.2. Património líquido consolidado.....	51
3.2.1.3. Passivo consolidado.....	51
3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada.....	52



3.2.2.1.	Estrutura dos rendimentos consolidados	53
3.2.2.2.	Estrutura dos gastos consolidados	53
3.2.3.	Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	54
3.2.4.	Principais indicadores económicos e financeiros consolidados	55
3.3.	Análise de gestão consolidada	57
3.3.1.	Mapas da contabilidade de gestão consolidada	57
3.3.2.	Resultados por atividade	57
3.3.3.	Resultados da atividade de ensino	58
3.3.4.	Resultado da atividade de investigação	59
3.3.5.	Resultado da atividade interação com a sociedade	62
3.3.6.	Rendimentos gerais e gastos não incorporados	63
4.	Análise da Execução Orçamental por unidade da UMinho	65
5.	Capacidade de endividamento	68
6.	Factos ocorridos após a data do balanço	68
7.	Obrigação de apresentação de contas consolidadas	68
8.	Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	68
9.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	69
9.1.	Demonstração consolidada do desempenho orçamental	69
9.2.	Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas	70
9.3.	Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas	71
10.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	72
10.1.	Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025	72
10.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2025	73
10.3.	Demonstração dos Resultados por Funções Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2025	74
10.4.	Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2025	75
10.5.	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2025	76
10.6.	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2025	77



Índice de tabelas

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho.....	15
Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros	19
Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros.....	20
Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros.....	21
Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros.....	22
Tabela 6 - Indicadores APSi, em euros.....	24
Tabela 7 – Indicadores da Expertissues, em euros	25
Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros	26
Tabela 9 - Indicadores CVR, em euros.....	28
Tabela 10 - Indicadores Fibrenamics, em euros.....	30
Tabela 11 - Indicadores BLCS, em euros.....	31
Tabela 12 - Indicadores IC, em euros	32
Tabela 13 - Indicadores 2CA-Braga, em euros.....	33
Tabela 14 - Indicadores CCG, em euros	34
Tabela 15 - Indicadores IDEGUI, em euros	35
Tabela 16 - Indicadores Curtir Ciência, em euros	36
Tabela 17 - Indicadores CS, em euros.....	37
Tabela 18 - Indicadores PIEP, em euros.....	39
Tabela 19 - Indicadores CEJUR, em euros.....	40
Tabela 20 - Indicadores CeNTI, em euros.....	41
Tabela 21 – Indicadores da CRIA, em euros.....	42
Tabela 22 - Desagregação dos recebimentos consolidados.....	46
Tabela 23 - Desagregação dos pagamentos consolidados.....	47
Tabela 24 - Desagregação dos direitos consolidados	48
Tabela 25 - Desagregação das obrigações consolidadas	49
Tabela 26 - Indicadores orçamentais.....	49
Tabela 27 - Estrutura do ativo consolidado, em euros.....	50
Tabela 28 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros.....	51
Tabela 29 - Estrutura do passivo consolidado, em euros.....	51
Tabela 30 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros.....	52
Tabela 31 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros.....	53
Tabela 32 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros.....	54
Tabela 33 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros.....	54
Tabela 34 – Rendimentos, em euros.....	57
Tabela 35 – Gastos, em euros	58
Tabela 36 – Resultados por atividade, em euros	58
Tabela 37 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros	59
Tabela 38 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros.....	59
Tabela 39 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros	60



Tabela 40 – Resultado por centros de investigação, em euros.....	60
Tabela 41 - Rendimentos e gastos da atividade Interação com a Sociedade, em euros.....	62
Tabela 42 – Resultado bruto por produtos/serviços SASUM, em euros.....	63
Tabela 43 – Apuramento por produtos/serviços SASUM, em euros.....	63
Tabela 44 - Rendimentos e Gastos não incorporados, em euros.....	64
Tabela 45 – Análise orçamental por unidade.....	66
Tabela 46 - Capacidade de endividamento, em euros.....	68
Tabela 47 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros.....	79
Tabela 48 - Vida útil do ativo fixo tangível.....	79
Tabela 49 - Vida útil das propriedades de investimento.....	80
Tabela 50 - Vida útil do ativo intangível.....	80
Tabela 51 – Reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas da UMinho do ano de 2024, em euros.....	85
Tabela 52 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros.....	86
Tabela 53 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros.....	86
Tabela 54 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros.....	87
Tabela 55 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros.....	87
Tabela 56 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros.....	88
Tabela 57 – Bens alienados e/ou abatidos, em euros.....	88
Tabela 58 - Locações operacionais – locatários, em euros.....	88
Tabela 59 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros.....	88
Tabela 60 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros.....	89
Tabela 61 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros.....	89
Tabela 62 - VPT das propriedades de investimento, em euros.....	90
Tabela 63 - Inventários, em euros.....	90
Tabela 64 - Movimentos do período, em euros.....	90
Tabela 65 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros.....	90
Tabela 66 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros.....	90
Tabela 67 – Provisões de 2025 em euros.....	91
Tabela 68 – Provisões de 2024 em euros.....	91
Tabela 69 - Identificação das provisões, em euros.....	91
Tabela 70 - Passivos contingentes, em euros.....	92
Tabela 71 - Ativos Financeiros, em euros, em euros.....	92
Tabela 72 - Investimentos financeiros, em euros.....	92
Tabela 73 – Aplicação do MEP, em euros.....	93
Tabela 74 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros.....	93
Tabela 75 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros.....	94
Tabela 76 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2025, em euros.....	94
Tabela 77 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2024, em euros.....	94
Tabela 78 - Outras contas a receber, em euros.....	94
Tabela 79 - Caixa e depósitos, em euros.....	94
Tabela 80 – Passivos financeiros, em euros.....	95



Tabela 81 – Financiamentos obtidos, em euros	95
Tabela 82 - Outras contas a pagar, em euros	95
Tabela 83 - Fornecedores, em euros	95
Tabela 84 - Estado e outros entes públicos, em euros	95
Tabela 85 - Património líquido, em euros	96
Tabela 86 – Garantias Não Pecuniárias 2025, em euros	96
Tabela 87 - Benefícios dos empregados, em euros	97
Tabela 88 - Listagem de entidades controladas – incluídas no Grupo Público UMinho	97
Tabela 89 - Listagem de entidades associadas	97
Tabela 90 - Listagem de outras entidades relacionadas	97
Tabela 91 - Listagem de serviços e fundos autónomos	98
Tabela 92 - Listagem das unidades diferenciadas	98
Tabela 93 - Transações entre partes relacionadas, em euros	98
Tabela 94- Resultado da atividade de ensino de 2025, em euros	100
Tabela 95- Resultado da atividade de ensino de 2024, em euros	100
Tabela 96- Resultado da atividade de investigação de 2025, em euros	100
Tabela 97- Resultado da atividade de investigação de 2024, em euros	101
Tabela 98- Resultado da atividade de interação com a sociedade de 2025, em euros	101
Tabela 99- Resultado da atividade de interação com a sociedade de 2024, em euros	102
Tabela 100- Fluxo de tesouraria por entidades controladas de 2025, em euros	102
Tabela 101- Fluxo de tesouraria por entidades controladas de 2024, em euros	103
Tabela 102 – Perímetro de consolidação	110
Tabela 103 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho	111
Tabela 104 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros	113
Tabela 105 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros	115
Tabela 106 – Entidades associadas	115
Tabela 107 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros	115
Tabela 108 – Percentagem de interesse em outras entidades	116
Tabela 109 – Impacto no resultado pela aplicação do MEP, em euros	117
Tabela 110 – Fornecimentos e serviços externos, em euros	117
Tabela 111 – Diferimentos, em euros	118
Tabela 112 – Bases de Rateio de imputação dos Gastos Gerais às Unidades/Produtos, em euros	119
Tabela 113 - Resultados por atividades, em euros	119
Tabela 114 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho	120



Índice de Figuras

Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido	55
Figura 2 - Rentabilidade do Ativo	55
Figura 3 - Rentabilidade Económica	55
Figura 4 - Margem EBITDA.....	56
Figura 5 - Solvabilidade.....	56
Figura 6 - Autonomia Financeira.....	56
Figura 7 - Liquidez Geral	56
Figura 8 - Grupo Público UMinho	77



Lista de abreviaturas e acrónimos

S	parágrafo
2CA-Braga	Centro Clínico Académico de Braga
4LIFELAB	Laboratório Colaborativo (Associação)
ACMP5	Associação Centro de Medicina Digital P5
ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADRAVE	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
ADVID	Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense
AEDOAVE	Agência de Energia do Ave
AFT	Ativos Fixos Tangíveis
AFTEBI	Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior
<i>Alumni</i> Medicina	Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho
AMAVE	Associação dos Municípios do Vale do Ave
AMP	Área Metropolitana do Porto
APCTP	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
APSI	Associação de Psicologia
Fibrenamics	Associação Fibrenamics – Instituto de Inovação em Materiais Fibrosos e Compósitos
Sustemare	Associação Sustemare – Centro de Tecnologia e Inovação em Energias e Tecnologias Oceânicas
Associação TECMEAT	Associação Centro de Competências do Agroalimentar Para o Setor das Carnes
AVEPARK	Parque de Ciência e Tecnologia, S.A
B2E	Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul
B'ACIS	Associação Ciência, Inovação e Saúde
BATPOWER - Associação Portuguesa	Associação Portuguesa Para O Cluster das Baterias
BCE	Banco Central Europeu
BIOREF	Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias
BLC3	Campus de Tecnologia e Inovação
BLCS	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
BPB	Biblioteca Pública de Braga
BUILT CoLAB	Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro
CC2	Classificador Complementar 2
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CCG	Centro de Computação Gráfica
CECOLAB	Associação CECOLAB - <i>Collaborative Laboratory Towards Circular Economy</i>
CEIIA	Centro de Engenharia e Desenvolvimento
CEJUR	Centro de Estudos Jurídicos do Minho
CEN	Comité Europeu de Normalização
CeNTI	Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CIM	Centro Internacional de Matemática
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CITEVE	Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário
CiTIn	Centro de Interface Tecnológico Industrial
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
Colab4Food	Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Alimentar
CRIA	Centro em Rede de Investigação em Antropologia
CRUSOE	Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa
CS	Casa de Sarmento
CTEAM	Ciências, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática
CTIC	Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
Curtir Ciência	Associação Curtir Ciência
CVR	Centro para a Valorização de Resíduos
DGE	Direção-Geral da Educação
DTX	Laboratório Colaborativo em Transformação Digital
EAAD	Escola de Arquitetura, Arte e Design
EAIE	<i>European Association for International Education</i>
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EBT	<i>Earnings Before Taxes</i>
EC	Escola de Ciências
ED	Escola de Direito



EEG	Escola de Economia, Gestão e Ciência Política
EEng	Escola de Engenharia
EIT	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia
ELACH	Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas
Emed	Escola de Medicina
Epsi	Escola de Psicologia
ESE	Escola Superior de Enfermagem
EXPERTISSUES	<i>European Institute of Excellence for Tissue, EEIG-AEIE</i>
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fornecimento de Serviços Externos
Fundação CEER	Fundação Centro de Estudos Euro-regionais
FURNISH	<i>Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat</i>
GG	Gastos Gerais
GPA	Gabinete de Processos Académicos
HCP	<i>Health Cluster Portugal</i>
HfPT	<i>Health from Portugal</i>
HSK	<i>Exame Hanyu Shuiping Kaoshi</i>
HSKK	<i>Exame Hanyu Shuiping Kouyu Kaoshi</i>
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I3Bs	Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IC	Instituto Confúcio
ICON25	<i>International Conference on Cognitive Neuroscience - ICON 2025</i>
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICVS	Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde
IDEGUI	Instituto de Design de Guimarães
IDITE Minho	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
IE	Instituto de Educação
IGAP	Instituto de Gestão e Administração Pública
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
In2PAST	Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território
INESC TEC	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência
Inommob	Centro de Tecnologia e Inovação para a Madeira e Mobiliário
INOV-AM	Inovação em Fabricação Aditiva
INTEGRALAR	Intervenção de Excelência no Setor Agro-Alimentar
IPCA	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IRS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
ISPG	Instituto do Petróleo e Gás
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
KWh	<i>Quilowatt#hora</i>
L.C.S.D. Associação Data Colab	Laboratório Colaborativo para Serviços de Inovação Orientados para os Dados
LAB2PT	Laboratório de Paisagens, Património e Território
Lda	Limitada
LIP	Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
m3	metro cúbico
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MTAs	<i>Material Transfer Agreements</i>
NAFSA	Associação de Educadores Internacionais
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NCRF-ESNL	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo
Nova FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
OE	Orçamento do Estado
OP	Outros Projetos
OPEN	Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
p.p	Pontos Percentuais
PC	Prestações de Serviços Especializados com Incorporação de Conhecimento



PD	Projetos Diretos
PE	Projetos Estratégicos
PIB	Produto Interno Bruto
PIEP	Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros
PME's	Pequenas e Médias Empresas
POOLNET	Associação POOL-NET – Portuguese Tooling & Plastics Network
ProChild – CoLAB	Laboratório Colaborativo ProChild
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT	Prestações de Serviços Técnicos Especializados
RAIL CoLAB	Associação RAIL CoLAB – Collaborative Laboratory for the Future Railway System
RGN	Repositório Genealógico Nacional
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RLP	Resultado Líquido do Período
RPG 3	<i>Reporting Service Performance Information</i>
S.A..	Sociedade Anónima
SASUM	Serviços de Ação Social da UMinho
SMS	Sociedade Martins Sarmento
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SNC-ESNL	Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo
SPINPARK	Centro de Incubação de Base Tecnológica
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
STEP	<i>Strategic Technologies for Europe Platform</i>
TecMinho	Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento
TICE.PT	Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica
TILT	<i>Tilt Table Test</i>
TT	Transferência de Tecnologia
UA	Unidade de Arqueologia
UD	Unidade Diferenciada
UE	União Europeia
UGA	Unidade de Governo e Administração
ULS-Alto Ave	Unidade Local de Saúde do Alto Ave, EPE - SNS
ULSB	Unidade Local de Saúde de Braga
UMinho	Universidade do Minho
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UniLEO	Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental
UO	Unidade Orgânica
UOEI	Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação
UP	Unidades de Participação
US	Unidades de Serviços
USAAE	Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação
USAI	Unidade de Serviços de Apoio à Internacionalização
USAPI	Unidade de Serviços de Apoio a Projetos de Investigação
USDB	Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas
USFP	Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial
USGA	Unidade de Serviços de Gestão Académica
USRH	Unidade de Serviços de Recursos Humanos
VARD 2015	Vale do Ave Região Digital, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada
VPT	Valor Patrimonial Tributário



I – MENSAGEM DO REITOR



Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Relatório de Atividades e Contas Consolidadas do Grupo Público da Universidade do Minho tem como objetivo apresentar a atividade desenvolvida pelo Grupo Público UMinho no ano de 2025, incidindo particularmente sobre a ação da Universidade, sem descurar o contributo das diversas entidades de interface que integram o grupo.

A ligação à sociedade assume-se como um dos pilares fundamentais da missão da Universidade. A forte articulação da UMinho com o tecido económico e social, amplamente reconhecida pelo seu impacto positivo, concretiza-se igualmente através da participação da Universidade em diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Estas estruturas desenvolvem a sua atividade em áreas orientadas para a promoção do progresso económico, social e cultural, potenciando a valorização e aplicação do conhecimento científico produzido no âmbito das atividades de ensino e investigação da Universidade.

O Grupo UMinho é constituído, para além da Universidade, por 8 entidades controladas, por 12 entidades associadas e por 43 outras participadas, sendo que, de todas estas, apenas as 20 primeiras fazem parte do perímetro de consolidação que este Relatório objetiva.

O Relatório procede na secção seguinte a uma breve descrição das atividades de cada uma das referidas entidades, de que se apresentam, igualmente, os principais indicadores económico-financeiros respeitantes a 2025 e, como termo de comparação, a 2024, sinalizando-se a respetiva variação.

A terceira parte do Relatório inclui o Relato orçamental e financeiro do Grupo, evidenciando os resultados obtidos, cabendo destacar o seguinte, no que diz respeito aos principais indicadores orçamentais consolidados:

- os recebimentos consolidados totais registados em 2025 rondaram 201,3 M€, valor que compara com os 195,6 M€ registados em 2024, verificando-se, em consequência, uma variação positiva na receita arrecadada de cerca de 5,7 M€, justificada, essencialmente, devido ao reforço das transferências da administração central (que inclui a dotação do OE), o crescimento de receitas associadas a taxas diversas e, sobretudo, o recebimento de verbas destinadas a financiar despesas de capital ligadas à atividade de I&D e ao PRR.

- em 2025 os pagamentos consolidados totais ascenderam a 187,6 M€, face aos 181,5 M€ registados no ano anterior; o aumento, verificado, no montante de 6,1 M€, justifica-se, essencialmente, pelo aumento das rubricas de despesas com o pessoal (6,9 M€), de outras despesas correntes (0,4 M€) e de despesas de capital (0,9 M€), sendo compensado pela diminuição das rubricas de aquisição de bens e serviços (1,1 M€) e de transferências correntes (1 M€).

Em 2025, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho, quando comparado com o período homólogo, sendo de realçar que o total do ativo consolidado ascendeu a 248,3 M€ (face aos 224,5 M€ em 2024 reexpresso), o passivo consolidado rondou os 71,4 M€ (62 M€ em 2024 reexpresso), o património líquido consolidado aproximou-se dos 176,9 M€ (162,5 M€ em 2024 reexpresso), os rendimentos consolidados ascenderam a 206,2 M€ (189,8 M€ em 2024 reexpresso) e os gastos consolidados ascenderam a 195,2 M€ (185,6 M€ em 2024 reexpresso).

O resultado líquido consolidado do período ascendeu a cerca de 10,3 M€ (4,2 M€ em 2024 reexpresso), tendo o *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (EBITDA) do período rondado os 21,1 M€ (12,7 M€ em 2024 reexpresso).

Estes resultados são obtidos no quadro da concretização da missão que a Universidade para si definiu: gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade. Esta definição constitui uma orientação para a ação de todas as entidades do Grupo Público UMinho.

Neste enquadramento, a UMinho prosseguirá o reforço da sua dimensão cosmopolita e inclusiva, promovendo a diversidade de pessoas, saberes e projetos, e consolidando o seu compromisso com uma sociedade mais justa e participativa. Paralelamente, continuará a aprofundar uma cultura de qualidade, assente na coesão institucional, na cooperação entre estruturas e na solidariedade intrainstitucional, enquanto elementos distintivos da sua identidade e do seu modelo de desenvolvimento.

Pedro Arezes

Reitor



II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO



1. GRUPO PÚBLICO UMINHO

1.1. Identificação do Grupo Público UMinho

A interação com a sociedade representa uma das dimensões basilares da atividade da Universidade do Minho (UMinho). Neste âmbito, a UMinho mantém uma forte colaboração com o tecido económico e social, através da sua participação no capital de diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Esta interação implica um envolvimento expressivo na comunidade, o qual favorece o seu progresso económico, social e cultural, decorrente da aplicabilidade do conhecimento científico obtido nas atividades de ensino e investigação.

Decorrente do anteriormente exposto, o Grupo Público UMinho é constituído pela entidade-mãe, a UMinho, e pelas suas participadas, conforme evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho

Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2025	% Participação 2025	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
ENTIDADE-MÃE				
UMinho	—		SNC-AP	—
ENTIDADES SUBSIDIÁRIAS				
SASUM	100,00	100,00	SNC-AP	Cons. Integral
ACMP5	90,00	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
B'ACIS	90,00	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
APSI	80,00	80,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
EXPERTISSUES	50,00	50,00	SNC	Cons. Integral
TecMinho	33,33	81,85	NCRF-ESNL	Cons. Integral
CVR	0,98	56,25	SNC	Cons. Integral
Associação Fibrenamics	15,75	15,75	NCRF-ESNL	Cons. Integral
ENTIDADES ASSOCIADAS				
BLCS	50,00	50,00	SNC-AP	MEP
Instituto Confúcio	50,00	50,00	SNC-AP	MEP
2CA-Braga	40,00	40,00	NCRF-ESNL	MEP
CCG	35,90	41,50	NCRF-ESNL	MEP
IDEGUI	34,09	0,72	NCRF-ESNL	MEP
Associação Curtir Ciência	33,33	7,14	NCRF-ESNL	MEP
Casa Sarmento	33,33	33,33	NCRF-ESNL	MEP
PIEP	30,80	30,80	NCRF-ESNL	MEP
IDITE-Minho	25,45	25,45	NCRF-ESNL	MEP
CEJUR	25,00	78,99	NCRF-ESNL	MEP
CeNTI	18,94	18,94	NCRF-ESNL	MEP
CRIA	25,00	25,00	NCRF-ESNL	MEP
OUTRAS PARTICIPADAS				
SPINPARK	14,29	14,29	—	Custo
BLC3	14,29	12,00	—	Custo
LIP	14,29	—	—	Custo
4LIFELAB	12,50	11,11	—	Custo
IGAP	9,09	9,09	—	Custo
Associação Laboratório da Paisagem	8,33	8,33	—	Custo
TECMEAT	5,00	2,99	—	Custo
Associação BIP4DAB	8,33	—	—	Custo
B2E	6,67	6,67	—	Custo
Associação DTX	7,04	0,74	—	Custo
AFTEBI	7,45	7,45	—	Custo
CIM	5,00	—	—	Custo
ProChild CoLab	6,25	8,00	—	Custo
CECoLab	5,26	5,26	—	Custo
INESC TEC	5,26	6,50	—	Custo
Associação RAIL CoLAB	5,26	5,26	—	Custo
BIOREF	3,97	3,97	—	Custo
BUILT CoLAB	5,56	5,00	—	Custo
WATER CO-RE COLAB Associação	5,00	5,00	—	Custo
L.C.S.D – Associação Data Colab	5,00	5,00	—	Custo
Associação Colab4food	3,95	3,95	—	Custo
Fundação CEER	3,57	13,78	—	Custo
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	3,34	3,34	—	Custo
APCTP	3,70	2,94	—	Custo
BATPOWER - Associação Portuguesa	1,49	1,49	—	Custo
AEDOAVE	2,00	2,00	—	Custo
TICE.PT	1,23	1,23	—	Custo
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00	1,00	—	Custo
POOL NET	0,87	0,87	—	Custo



Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2025	% Participação 2025	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
OPEN	0,91	0,91	—	Custo
INTEGRALAR – Portugal Foods	0,77	0,82	—	Custo
Associação Smart Waste Portugal	0,27	0,27	—	Custo
VARD 2015	0,57	0,57	—	Custo
ADRAVE	0,44	0,44	—	Custo
CITEVE	0,16	0,15	—	Custo
Fundação Bial de Arte de Cerveira	0,08	0,08	—	Custo
Fundação Portugal África	0,06	0,04	—	Custo
ADVID	<20	—	—	Custo
Inommob	10,00	10,00	—	Custo
HCP - Health Cluster Portugal	1,82	—	—	Custo
CiTIn - Centro de Interface Tecnol Indus	2,62	2,62	—	Custo
Associação Sustemare	3,63	3,63	—	Custo
CEiiA	2,17	2,17	—	Custo

Da análise da Tabela 1, conclui-se que o Grupo Público UMinho é composto por 63 entidades, o que comprova a forte interação da UMinho com a sociedade. Contudo, importa salientar que apenas 20 dessas entidades integram o perímetro de consolidação. Assim, importa referir que:

- nos casos em que a percentagem de controlo da UMinho é superior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de consolidação integral;
- nas situações em que a percentagem de controlo é superior a 20% e igual ou inferior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

No que respeita à entidade Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI), apesar da percentagem de controlo da UMinho ser inferior a 20%, esta foi incluída no perímetro de consolidação pelo MEP, uma vez que da leitura dos seus estatutos verifica-se que a entidade-mãe detém influência significativa, em virtude dos seus órgãos sociais serem constituídos por membros da UMinho.

Já no que diz respeito às entidades Centro para a Valorização de Resíduos (CVR), Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho (TecMinho), EXPERTISSUES (*European Institute of Excellence for Tissue* EEIG-AEIE) e Associação Fibrenamics – Instituto de Inovação Em Materiais Fibrosos e Compósitos (Associação Fibrenamics), estas foram incluídas no perímetro de consolidação como entidades controladas pela UMinho pois, apesar dos direitos de voto serem iguais ou inferiores a 50%, a UMinho detém o controlo destas entidades por via dos elementos que constituem os seus órgãos sociais, pelo que foi assumido a percentagem de participação.

No que se refere ao Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho (IDITE Minho), por se encontrar em processo de liquidação, a participação da UMinho não foi incluída no perímetro de consolidação, tendo sido constituída uma perda por imparidade, correspondente à totalidade do valor da participação financeira. Quanto à entidade Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), não existe percentagem de participação, devido à inexistência de entrada inicial para o seu capital. Assim, embora esta entidade integre o perímetro de consolidação não se procedeu à aplicação do MEP.

Na entidade CVR, o aumento registado na rubrica de capital subscrito, no exercício de 2025, ascendeu a 13.300,00 €. Este acréscimo resulta da subscrição de Unidades de Participação (UP) no montante de 15.500,00 € e da exclusão de dois associados que não chegaram a concretizar a subscrição de unidades de capital no valor de 2.500,00 €.

A entidade Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) registou, durante o exercício de 2025, um aumento do capital subscrito no montante de 20.000 €, decorrente da integração das seguintes entidades: ALOFT, Lda., Centro de Computação Gráfica (CCG), Fortunato O. Frederico & Ca., Lda. e PETROTEC Inovação e Indústria, S.A.. No mesmo período, o PIEP procedeu à alienação da participação detida no Centro de Engenharia e Desenvolvimento (CEiiA), pelo valor de 25.000 €.

Na Associação Fibrenamics, verificou-se a entrada de quatro novos associados aderentes. Três desses associados subscreveram, cada um, 5 unidades de participação, com o valor nominal de 1.000,00 € cada, totalizando 5.000,00 € por associado. O quarto associado subscreveu 10 unidades de participação, com o valor nominal de 1.000,00 € cada, perfazendo um total de 10.000,00 €.

Importa referir que a entidade CEiiA foi reclassificada de “associada” para “outra entidade”, na sequência do parecer jurídico emitido, no qual se conclui que a participação da UMinho nos órgãos sociais do CEiiA não configura, por si só, uma situação de controlo para efeitos contabilísticos.

Em particular, o referido parecer sustenta que não se verifica:

- a) capacidade de direção unilateral das atividades relevantes;
- b) domínio das políticas financeiras e operacionais;
- c) existência de direitos especiais de decisão; nem
- d) capacidade efetiva de afetar, isoladamente, os benefícios associados à atividade do CEiiA.



Nestes termos, e considerando a informação atualmente disponível, o parecer conclui não estarem reunidos os pressupostos necessários para concluir pela existência de controlo da UMinho sobre o CEiiA, para efeitos de consolidação de contas, nos termos da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22.

Quanto às restantes entidades, uma vez que a percentagem de controlo da UMinho é inferior a 20%, as participações financeiras detidas foram mensuradas ao custo de aquisição.

1.2. Breve resumo das entidades consolidadas

De seguida apresenta-se um resumo da atividade desenvolvida em 2025, por cada uma das 20 entidades incluídas no perímetro de consolidação.

1.2.1. Universidade do Minho

A UMinho representa cerca de 87,91% do património líquido do Grupo Público UMinho, do qual é a entidade-mãe. Este facto justifica o destaque particular neste Relatório das suas atividades, respigando-se alguns dos aspetos essenciais do Relatório de Atividades e Contas Separadas, submetido em 31 de março de 2026.

No dia 31 de outubro de 2025, realizou-se o ato eleitoral para a eleição do Reitor da Universidade do Minho, tendo o respetivo resultado sido homologado pelo Conselho de Curadores da Universidade do Minho a 7 de novembro de 2025, com posterior tomada de posse do Reitor e da Equipa Reitoral no dia 3 de dezembro de 2025. Tendo iniciado funções nessa data, importa sublinhar, com clareza, que a grande maioria das iniciativas e dos resultados aqui apresentados foi concebida e desenvolvida pela anterior Equipa Reitoral, cujo trabalho, empenho e dedicação se registam e reconhecem publicamente.

O Plano de Atividades e a proposta de Orçamento para 2025 foram apresentados ao Conselho Geral a 13 de dezembro de 2024, pelo então Reitor, e aprovados por aquele órgão, constituindo a base programática e financeira que enquadrou a execução que agora se relata. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos assim o Relatório de Atividades e Contas Separadas relativo ao período de 2025, que espelha o compromisso da Universidade com a boa governação, a sustentabilidade e a responsabilidade pública.

Apresentam-se, de seguida, alguns dos aspetos principais da atividade da Universidade.

No domínio da educação, 2025 foi mais um ano de forte afirmação da UMinho como instituição de referência no sistema de ensino superior português. No final do ano, a Universidade contava com 20 363 estudantes de grau, distribuídos por uma oferta educativa diversificada, que integra 245 cursos de licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento, dando um contributo decisivo para a qualificação de pessoas, organizações e territórios. Em paralelo, foi aprofundado o programa Aliança de Pós-Graduação, composto por 102 cursos de formação pós-graduada, dos quais funcionaram 51 em 2025, alguns com várias edições, reforçando a capacidade de resposta da UMinho às necessidades de especialização avançada.

Ainda no domínio da formação ao longo da vida e de curta duração creditada, destaca-se o projeto "UMinho Mais Digital – Competências para o Futuro", financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)/ *Next Generation* EU, que permitiu a realização de 82 cursos breves (microcredenciados) orientados para o desenvolvimento de competências digitais de estudantes de áreas não Ciências, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática (CTEAM).

A centralidade dos estudantes na missão da Universidade traduziu-se também no reforço de programas de acolhimento e integração, acompanhamento de percursos académicos, desenvolvimento de competências transversais e apoio na transição para o mercado de trabalho, bem como em iniciativas estruturadas de prevenção, sinalização e intervenção ao nível da saúde mental e psicológica. Merece igualmente destaque o alargamento do apoio aos Estudantes com Necessidades Educativas Específicas, reforçando o compromisso da UMinho com a inclusão, a equidade e a coesão social no espaço académico. Em consonância com as orientações nacionais e europeias para uma educação superior mais inovadora e centrada no estudante, foram dinamizadas múltiplas ações de inovação pedagógica e de capacitação dos docentes, frequentemente em parceria com outras instituições nacionais e internacionais, incluindo no quadro da Aliança Europeia Arqus.

A investigação e a inovação mantêm-se profundamente enraizadas na identidade e na atividade da Universidade do Minho, assumindo um papel estruturante na sua afirmação nacional e internacional. No final de 2025, a UMinho tinha em curso um número muito significativo de projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), com um volume global de financiamento em execução próximo de 232 milhões de euros, evidenciando a capacidade de captação de recursos competitivos e a relevância científica dos seus investigadores. A Universidade participou ativamente em importantes iniciativas de inovação, com especial destaque para as Agendas Mobilizadoras do PRR, nas quais se afirmam parcerias robustas com empresas e outras entidades do sistema científico e tecnológico. Este dinamismo teve expressão no reforço do corpo de investigadores, na abertura de novos concursos e na consolidação de trajetórias de carreira científica, assim como na continuidade do crescimento da produção científica indexada, que projeta a UMinho nos principais indicadores bibliométricos internacionais.



A ligação ao tecido económico e social, dimensão estruturante da missão da Universidade, traduziu-se em 2025 numa intensa atividade de interação com empresas, autarquias, organizações culturais e entidades da sociedade civil. A consolidação do polo de Vila Nova de Famalicão, onde a UMinho conta hoje com 13 laboratórios de investigação e desenvolvimento e 3 *spin-offs*, ilustra a capacidade da Universidade em contribuir para ecossistemas regionais de inovação e para a valorização económica do conhecimento. Em complemento, a participação em 13 laboratórios colaborativos e em 9 centros de tecnologia e inovação reforça o papel da UMinho como parceiro âncora em projetos de cocriação, transferência de tecnologia e desenvolvimento tecnológico de fronteira. A par desta dimensão tecnológica e empresarial, a Universidade desenvolveu uma intensa agenda cultural e de difusão do conhecimento, na qual se incluem a atividade da Orquestra da UMinho, a programação da Galeria do Paço, o Prémio Victor de Sá e as iniciativas da Rede Casas do Conhecimento, com 10 Casas ativas em 2025.

A internacionalização permaneceu, ao longo de 2025, um eixo estruturante da estratégia institucional da Universidade do Minho. A integração plena no espaço europeu de ensino superior e investigação traduziu-se em níveis expressivos de mobilidade *incoming* e *outgoing* de estudantes, docentes, investigadores e pessoal técnico, administrativo e de gestão, consolidando redes académicas e científicas e promovendo experiências de aprendizagem e de trabalho em contextos multiculturais. A participação ativa na Aliança Europeia Arqus permitiu aprofundar a cooperação interuniversitária através de programas conjuntos, iniciativas de mobilidade e projetos de inovação pedagógica e científica, em consonância com a Estratégia Europeia para as Universidades. Paralelamente, o envolvimento continuado em redes internacionais como o SGroup, o Compostela *Group of Universities*, a Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa (CRUSOE) ou o Grupo Tordesilhas, bem como a presença em feiras internacionais de ensino superior, como a Associação de Educadores Internacionais (NAFSA) 2025 e a conferência anual da *European Association for International Education* (EAIE), contribuíram para reforçar a visibilidade e a atratividade global da UMinho.

O ano de 2025 foi igualmente marcado por importantes desenvolvimentos ao nível do reforço institucional e da modernização da Universidade. Destaca-se o investimento nos sistemas de informação, apoiado por financiamento do PRR, e o avanço do projeto UMinho Hub, pensado para elevar a qualidade do atendimento e a experiência de interação da comunidade académica e dos parceiros externos com os serviços da Universidade. Prosseguiu-se, ainda, o desenvolvimento do Portal de Aprendizagens da UMinho, orientado para a promoção de uma cultura organizacional partilhada e para a capacitação de todos os corpos da Universidade, bem como a implementação de um plano de formação dirigido aos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, ajustado às necessidades efetivamente identificadas pelos serviços. Em paralelo, a UMinho Editora manteve uma política ativa de publicação e alojamento de revistas científicas, com 20 novos livros publicados em 2025 e a integração de uma nova revista, reforçando a aposta na publicação digital em acesso aberto.

A gestão e qualificação dos campi, das infraestruturas e dos espaços exteriores assumem um papel central na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da comunidade universitária. Em 2025, foram lançados cerca de 48 procedimentos de contratação pública, com um valor total adjudicado superior a 17 milhões de euros, maioritariamente dedicados à conservação, reabilitação e modernização de edifícios e espaços. No âmbito do PRR, foram concluídos contratos de empreitada destinados à conservação e reabilitação de edifícios dos campi, contribuindo para ambientes mais sustentáveis, seguros e adequados às exigências atuais do ensino e da investigação. Foi, ainda, prioritária a requalificação de espaços pedagógicos, através de investimento em equipamentos multimédia, bibliografia e licenças de software relevantes para a lecionação de cursos conferentes e não conferentes de grau, num montante global que ascendeu a mais de 1,5 milhões de euros.

Em matéria de enquadramento institucional, 2025 foi um ano marcado pela expectativa em torno da revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, em vigor desde 2007, e pelos processos eleitorais que tiveram lugar na UMinho, o que conduziu à suspensão do processo de revisão estatutária desencadeado em anos anteriores. Esta circunstância não impediu, contudo, a Universidade de prosseguir a sua trajetória de consolidação estratégica, como se comprova pelos resultados económicos e financeiros favoráveis registados em 2025 e pela robustez do relato financeiro incluído neste relatório, que conferem à UMinho uma almofada de segurança para enfrentar os desafios associados às múltiplas empreitadas em curso no âmbito do PRR. A boa gestão orçamental e a solidez financeira constituem, assim, um alicerce fundamental para sustentar a ambição institucional e garantir a continuidade dos projetos em curso, mesmo num contexto de incerteza económica e de exigência crescente sobre as instituições públicas.

Com a tomada de posse da nova Equipa Reitoral, em dezembro de 2025, inicia-se um novo ciclo na vida da Universidade do Minho. Este novo ciclo assenta na continuidade da missão central da UMinho e no aprofundamento das suas múltiplas dimensões – educação de qualidade, investigação de fronteira, transferência de conhecimento, serviço à comunidade, internacionalização e compromisso com o território – mas pretende também imprimir um novo ímpeto à atividade da Universidade, reforçando a sua relevância social e o seu papel na resposta aos grandes desafios contemporâneos.

Na tabela infra apresentam-se os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da UMinho, nos últimos dois anos e respetiva variação.



Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros

Principais Indicadores		2025	2024 Reexpresso	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	222 506 479,90	203 849 867,77	18 656 612,13
	Total do Passivo	66 991 490,91	58 639 579,89	8 351 911,02
	Total do Património Líquido	155 514 988,99	145 210 287,88	10 304 701,11
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	185 836 199,76	174 798 771,27	11 037 428,49
	Total de Gastos	177 856 622,25	171 596 524,33	6 260 097,92
	Resultado Líquido do Período	7 979 577,51	3 202 246,94	4 777 330,57
Indicadores	Autonomia Financeira	69,89%	71,23%	-1,34 p.p.
	Solvabilidade	232,14%	247,63%	-15,49 p.p.
	Liquidez Geral	146,18%	137,70%	8,48 p.p.
	Rentabilidade Património Líquido	5,13%	2,21%	2,93 p.p.

Da análise da Tabela 2 conclui-se que, em 31 de dezembro de 2025, se verifica uma variação positiva no ativo da UMinho, em relação ao período homólogo, na ordem dos 18,7 M€, justificada, essencialmente, pelo aumento das disponibilidades.

Verifica-se igualmente uma variação positiva do passivo, face ao período homólogo, na ordem dos 8,4 M€, justificada, sobretudo, pelo aumento da rubrica de outras contas a pagar, em cerca de 6,8 M€, resultante, essencialmente, do reconhecimento de montantes recebidos a título de adiantamento no âmbito do financiamento de projetos de I&D, provenientes da Comissão Europeia, no âmbito dos programas Erasmus+ e Horizonte Europa, bem como da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), relativos a projetos do PRR destinados ao reequipamento das Unidades de I&D e ao financiamento dessas unidades para o período de 2025–2029. Os referidos adiantamentos foram recebidos pela UMinho no exercício de 2025, sendo que os pedidos de pagamento ocorrerão em 2026 e em exercícios subsequentes.

Importa ainda salientar o aumento de 10,3 M€ no património líquido, em virtude, sobretudo, pela melhoria dos resultados transitados e do resultado líquido do período.

A variação positiva registada no Resultado Líquido do Período (RLP), no montante de 4,8 M€, refletindo sobretudo o maior reconhecimento de rendimento da atividade de I&D, que contribuiu com 8,3 M€. Este desempenho resulta, em particular, do encerramento de diversos financiamentos no exercício de 2024 e do crescimento da execução do PRR, bem como do acréscimo do financiamento do Orçamento do Estado (OE), no montante de 1,3 M€. Registou-se ainda o aumento dos rendimentos de emolumentos e propinas, em 0,5 M€, da reversão de provisões, em 1 M€, e da prestação de serviços, em 0,1 M€. Este desempenho foi parcialmente atenuado pelo aumento dos gastos com o pessoal, em 7,5 M€, e dos gastos com depreciações, em 0,8 M€, embora tenha sido compensado, em parte, pela redução de 1 M€ nas rubricas de transferências para parceiros e de 0,9 M€ em outros gastos.

Ao nível dos indicadores, destaca-se a variação positiva de 8,48 p.p. do rácio de liquidez geral, explicada pelo aumento do ativo, sobretudo na rubrica de caixa e depósitos, em 15,3 M€. Regista-se também uma variação positiva de 2,93 p.p. da rentabilidade do património líquido, justificada pelo aumento de cerca de 4,8 M€ verificado no resultado líquido do período.

Pela análise do rácio solvabilidade constata-se uma diminuição de 15,49 p.p., consequência, essencialmente, do aumento do património líquido em 7,10 p.p. e do passivo em 12,47 p.p., sendo este último justificado, sobretudo, pelo aumento de adiantamentos no âmbito dos financiamentos de projetos de I&D.

O rácio de autonomia financeira apresenta uma ligeira diminuição da capacidade de financiar as suas atividades através do seu património líquido em 1,34 p.p. (de 71,23% para 69,89%), consequência de o ativo ter registado um aumento superior ao verificado no património líquido.

1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho

Em consonância com os Estatutos da UMinho, os Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM) são parte integrante da entidade-mãe. Contudo gozam de autonomia administrativa e financeira e têm como missão, de acordo com os seus Estatutos, proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência no ensino superior e de integração na vida social e académica, através da prestação de serviços nas áreas de alojamento, alimentação, desporto e cultura, apoio médico e psicológico, assim como, na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes mais carenciados. Importa realçar que é possibilitada a participação dos estudantes nas atividades dos SASUM, permitindo-lhes auferir contrapartidas pecuniárias, desde que o seu percurso académico não seja prejudicado.

Os SASUM dispõem de 4 residências universitárias (2 em Braga e 2 em Guimarães) com uma capacidade de alojamento global de 1.326 camas, igual ano anterior. No que diz respeito a refeições, durante o ano de 2025 foram servidas um total de 345.233 (subsidiadas e não subsidiadas), o que, face ao período homólogo, representa uma redução de 44.977 refeições. Quanto à atividade desportiva, observou-se uma diminuição do número de usos nas instalações de 8.697 utilizações (-5%).



Com o intuito de prosseguir oportunidades de inovação e de modernização, em 2025 foram definidos cinco objetivos estratégicos, tais como, garantir a prestação de serviços de qualidade à comunidade académica criando as condições para uma academia coesa e participativa; promover uma cultura organizacional que incentive a proximidade, a participação e a valorização dos recursos humanos; promover parcerias estratégicas, internas e externas, estabelecendo projetos comuns, que melhorem a qualidade dos serviços prestados; reabilitar e modernizar infraestruturas e equipamentos; promover a sustentabilidade social, económica, financeira e ambiental, com vista a uma maior eficiência dos serviços; e, desenvolver estratégias de comunicação e divulgação eficazes para reforçar a promoção dos serviços de ação social e aumentar a sua visibilidade e impacto na comunidade académica.

A atuação desenvolvida esteve orientada por um conjunto de objetivos estratégicos, conforme referido que procuraram reforçar a capacidade de resposta dos serviços e promover uma melhoria contínua do seu funcionamento. Neste âmbito, foi dada especial atenção à promoção de uma cultura organizacional assente na proximidade, na participação e na valorização dos recursos humanos, reconhecendo o papel fundamental das equipas no desenvolvimento e na qualidade dos serviços prestados.

Paralelamente, foram reforçadas as parcerias estratégicas, tanto a nível interno como externo, fomentando a colaboração institucional e o desenvolvimento de projetos conjuntos que contribuem para a melhoria das respostas sociais e para o reforço do impacto da ação social universitária.

No domínio das infraestruturas, prosseguiu-se o esforço da modernização de equipamentos, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e de funcionamento dos serviços, acompanhando as necessidades e expectativas da comunidade académica.

A sustentabilidade constituiu igualmente uma prioridade transversal, orientando a adoção de práticas que promovam uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos, nas suas dimensões social, económica, financeira e ambiental.

Por fim, foi reforçada a aposta em estratégias de comunicação e divulgação mais eficazes, com vista a aumentar a visibilidade dos serviços de ação social e a melhorar o acesso da comunidade académica à informação e aos apoios disponíveis

Em síntese, o período em análise foi marcado por um esforço contínuo de consolidação, inovação e melhoria dos serviços prestados, reafirmando o papel dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho como um elemento essencial de apoio ao bem-estar e ao sucesso académico dos estudantes.

A Tabela 3 evidencia a evolução da posição e do desempenho financeiro dos SASUM entre os anos de 2024 e 2025.

Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	18 121 129,12	17 059 535,38	1 061 593,74
	Total do Passivo	1 660 955,15	1 436 961,05	223 994,10
	Total do Património Líquido	16 460 173,97	15 622 574,33	837 599,64
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	11 051 338,07	10 214 408,67	836 929,40
	Total de Gastos	9 861 786,76	9 788 770,14	73 016,62
	Resultado Líquido do Período	1 189 551,31	425 638,53	763 912,78
Indicadores	Autonomia Financeira	90,83%	91,58%	-0,74 p.p.
	Solvabilidade	991,01%	1 087,20%	-96,19 p.p.
	Liquidez Geral	260,92%	216,59%	44,33 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	7,23%	2,72%	4,50 p.p.

Como se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2025 o total do ativo dos SASUM registou uma variação positiva de cerca de 1 M€ face a 31 de dezembro de 2024. Esta variação justifica-se, essencialmente, pelo aumento do ativo corrente, na rubrica de depósitos à ordem, no montante de 1 M€.

A variação positiva verificada no património líquido, em cerca de 837,6 k€, deve-se, especialmente, ao aumento das rubricas de resultados transitados (425,8 k€) e de resultado líquido (763,9 k€), compensado com a diminuição da rubrica de outras variações no fundo patrimonial (352,1 k€).

O aumento verificado no resultado líquido do período, no montante de 763,9 k€, justifica-se, essencialmente, pelo aumento dos rendimentos em 836,9 k€ e dos gastos em 73 k€. O aumento dos rendimentos é explicado pelo crescimento nas rubricas de transferências e subsídios correntes obtidos (1,067 M€), outros rendimentos e ganhos (312,28 k€) e juros e rendimentos similares suportados (1,19 k€), parcialmente compensado pela diminuição das prestações de serviços e concessões (232,16 k€), das vendas (60,92 k€) e das reversões (250,55 k€).

Por outro lado, o crescimento dos gastos deriva do aumento das rubricas de fornecimentos e serviços externos (307,5 k€), gastos com pessoal (265,9 k€), transferências e subsídios concedidos (63,9 k€), perdas por imparidade (59,2 k€) e gastos de depreciação e amortização (7,5 k€), compensado pela diminuição das rubricas de outros gastos e perdas (521,7 k€), gastos e perdas por juros e outros encargos (90,7 k€), custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (11 k€) e das provisões (7,6 k€).



No que concerne à análise dos principais indicadores, importa salientar que os rácios de autonomia financeira e solvabilidade apresentam-se bastante positivos, contudo ligeiramente inferiores quando comparados com o ano anterior. Por outro lado, o rácio da liquidez geral apresenta uma melhoria de 44,33 p.p., devido, essencialmente, ao aumento do ativo corrente (1 M€).

1.2.3. Associação Centro de Medicina P5

A Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5), constituída em 2011, é uma organização sem fins lucrativos, resultado de uma parceria entre a UMinho, através da sua Escola de Medicina (Emed) e o Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho (*Alumni Medicina*), e tem por missão, contribuir para a melhoria da prestação de cuidados de saúde, através do desenvolvimento de atividades com pouca expressão no sistema nacional de saúde via novas tecnologias. Apesar da sua atividade apenas ter sido iniciada a 6 de fevereiro de 2019, a sua constituição remonta a 29 de dezembro de 2018.

Em 2025, os objetivos da ACMP5 mantiveram-se orientados para três eixos fundamentais: a melhoria da resposta em saúde; a implementação de soluções alinhadas com as necessidades das populações; e o desenvolvimento de infraestruturas adequadas que suportem o desenvolvimento e a implementação das soluções de saúde propostas.

Neste contexto, constituem objetivos estratégicos da ACMP5:

- Desenvolver iniciativas que contribuam para a melhoria da resposta em saúde;
- Desenvolver e implementar soluções que respondam às necessidades de saúde da população;
- Promover a utilização de tecnologias e ferramentas digitais que permitam a monitorização contínua do estado de saúde dos indivíduos;
- Integrar tecnologias e meios digitais no desenvolvimento e implementação de programas de intervenção em saúde (por exemplo, na gestão da doença crónica e na promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis);
- Desenvolver e monitorizar processos e infraestruturas que apoiem a equipa na concretização das atividades planeadas.

Assim, no decurso do ano de 2025, a ACMP5 prosseguiu a sua missão de promoção da saúde digital e de prestação de cuidados clínicos acessíveis, reforçando a sua atuação através de diversos eixos estratégicos.

A atividade clínica da ACMP5 manteve-se sustentada pelos protocolos de colaboração estabelecidos com municípios, como o de Braga, garantindo a continuidade da prestação de cuidados de saúde digitais às populações locais. Paralelamente, foi consolidado o protocolo de disponibilização de um serviço clínico especializado em articulação com a Unidade Local de Saúde do Alto Ave, EPE - SNS (ULS-Alto Ave), permitindo alargar a oferta assistencial e reforçar a integração da ACMP5 no ecossistema regional de saúde.

Ao longo do ano, continuaram a ser desenvolvidas iniciativas de promoção da imagem institucional da ACMP5, com o objetivo de expandir a rede de atendimento e aumentar a visibilidade dos serviços disponibilizados, contribuindo para uma maior literacia em saúde digital e para o acesso equitativo aos cuidados.

A Unidade de Investigação e Desenvolvimento manteve o seu foco nas atividades enquadradas no projeto *Health from Portugal* (HfPT), financiado pelo PRR, assegurando a execução das tarefas previstas e reforçando a participação da ACMP5 em iniciativas de inovação em saúde digital. Paralelamente, foram submetidas novas candidaturas a financiamento e continuaram a ser desenvolvidos projetos já aprovados, contribuindo para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica da associação.

A Unidade de Tecnologias de Informação prosseguiu com o desenvolvimento e a melhoria contínua das infraestruturas digitais essenciais à prestação de serviços clínicos de qualidade. Durante 2025, registaram-se avanços significativos nas plataformas tecnológicas da ACMP5, com melhorias ao nível da estabilidade, segurança, interoperabilidade e experiência do utilizador, reforçando a capacidade operacional e a eficiência dos serviços prestados.

Os principais indicadores da atividade da ACMP5 dos últimos 2 anos são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	400 242,43	380 495,82	19 746,61
	Total do Passivo	217 673,23	278 618,60	-60 945,37
	Total dos Fundos Patrimoniais	182 569,20	101 877,22	80 691,98
Desempenho Financeiro	Rendimentos	683 023,85	567 693,72	115 330,13
	Gastos	600 274,55	568 796,75	31 477,80
	Resultado Líquido do Período	82 749,30	-1 103,03	83 852,33
Indicadores	Autonomia Financeira	45,61%	26,77%	18,84 p.p.
	Solvabilidade	83,87%	36,57%	47,31 p.p.
	Liquidez Geral	121,11%	96,26%	24,85 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	45,32%	-1,08%	46,41 p.p.



Da análise da Tabela 4 importa referir que em relação à posição financeira da ACMP5, em 2025, verificou-se a necessidade de se realizarem ajustamentos prévios à consolidação, os quais se traduziram na redução no montante de 313.107,89€ na rubrica de diferimentos do passivo, na redução do montante de 385.408,86€ da rubrica de outras contas a receber e um aumento da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no montante de 72.300,97€, ambas do ativo. Este ajustamento deve-se ao facto desta entidade reconhecer na contabilidade o direito a receber no momento da assinatura do contrato (associado à atividade de investigação), diferente do preconizado pela Frequently Asked Questions (FAQ) 42 e na Orientação Técnica n.º 6, ambas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Considerando o referido ajustamento, em conformidade do já efetuado no ano transato, verifica-se um aumento do ativo, em cerca de 19,7 k€ e, por outro lado, uma diminuição do passivo de 60,9 k€, justificada pela redução das rubricas de outras contas a pagar (34,8 k€), de fornecedores (27,5 k€) e diferimentos (12,6 k€), parcialmente compensado pelo aumento da rubrica Estado e outros entes públicos (14 k€).

Os fundos patrimoniais registaram igualmente um aumento significativo, na ordem dos 80,7 k€ refletindo o crescimento expressivo do resultado líquido do período que passou de -1 103,03€ em 2024 para 82.749,30€ em 2025. Esta evolução resulta, essencialmente, do aumento das prestações de serviços e das transferências e subsídios correntes obtidos.

Ao nível dos indicadores, observa-se uma melhoria generalizada do desempenho financeiro em 2025, com todos os rácios a apresentarem variações positivas. Destaca-se o reforço da autonomia financeira e da solvabilidade, refletindo uma estrutura financeira mais equilibrada. Adicionalmente, a melhoria da liquidez geral indica uma maior capacidade da entidade para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga

A Associação Ciência, Inovação e Saúde (B'ACIS) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado de uma parceria entre a UMinho, através da Emed e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), e a Alumni Medicina. Esta Associação tem por missão o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação através do fomento de atividades científico-tecnológicas, no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.

A B'ACIS desenvolve atividade em três unidades de negócio, nomeadamente na prestação de serviços de I&D, na inovação e na formação científica avançada.

O ano de 2025 ficou marcado pelo encerramento de ciclos importantes, nomeadamente a conclusão do Projeto HfPT, e pela preparação de um novo paradigma de gestão estratégica para o triénio seguinte. A atividade desenvolveu-se de forma robusta em torno das três unidades de negócio nucleares:

- Prestação de Serviços de Investigação e Desenvolvimento, em estreita simbiose com o ICVS;
- Inovação, através da transferência de tecnologia e dinamização do empreendedorismo de base científica;
- Formação Científica Avançada, reafirmando a B'ACIS como uma referência na organização de eventos científicos e cursos diferenciadores.

No plano organizacional, 2025 foi um ano de otimização de processos internos, preparando a estrutura para os desafios da acreditação formativa e da sustentabilidade financeira autónoma.

A Tabela 5 apresenta os principais indicadores económicos e financeiros, respeitantes à atividade da B'ACIS, nos dois últimos anos de atividade.

Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	324 342,12	461 861,08	-137 518,96
	Total do Passivo	62 134,13	273 132,02	-210 997,89
	Total dos Fundos Patrimoniais	262 207,99	188 729,06	73 478,93
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	640 757,71	359 182,67	281 575,04
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	567 388,18	356 345,69	211 042,49
	Resultado Líquido do Período	73 369,53	2 836,98	70 532,55
Indicadores	Autonomia Financeira	80,84%	40,86%	39,98 p.p.
	Solvabilidade	422,00%	69,10%	352,91 p.p.
	Liquidez Geral	510,32%	165,29%	345,03 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos patrimoniais	27,98%	1,50%	26,48 p.p.

Da análise da Tabela 5 importa referir que em relação à posição financeira da B'ACIS, em 2025, verificou-se a necessidade de se realizarem ajustamentos prévios à consolidação, os quais se traduziram na redução no montante de 48.454,46€ na rubrica de diferimentos do passivo, na redução do montante de 65.886,19€ da rubrica de outras contas a receber e um aumento da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no



montante de 17.431,73€, ambas do ativo. Este ajustamento deve-se ao facto desta entidade reconhecer na contabilidade o direito a receber no momento da assinatura do contrato (associado à atividade de investigação), diferente do preconizado pela FAQ 42 e na Orientação Técnica n.º 6, ambas emitidas pela CNC.

Considerando o referido ajustamento, e conforme se observa da análise da tabela apresentada, a 31 de dezembro de 2025, a posição financeira da B'ACIS registou uma diminuição do ativo em cerca de 137,5 k€, sobretudo associada à redução da rubrica de outras contas a receber, bem como uma diminuição do passivo em aproximadamente 211 k€, face ao período homólogo, relacionada principalmente com a redução da rubrica de diferimentos. Em sentido inverso, verificou-se um aumento dos fundos patrimoniais em cerca de 73,5 k€, decorrente do aumento do resultado líquido do período.

Ao nível do desempenho financeiro, registou-se um aumento significativo da estrutura de rendimentos (cerca de 281,6 k€), sobretudo associado ao crescimento das prestações de serviços. Por outro lado, os gastos também aumentaram aproximadamente 211 k€, essencialmente relacionados com os fornecimentos e serviços externos. Ainda assim, o resultado líquido do período evidenciou uma melhoria expressiva, passando de cerca de 2,8 k€ em 2024 para 73,4 k€ em 2025, o que representa um acréscimo de cerca de 70,5 k€.

Relativamente aos indicadores, verificou-se uma evolução muito positiva. A autonomia financeira aumentou 39,98 p.p., a solvabilidade registou um crescimento de 352,91 p.p. e a liquidez geral melhorou 345,03 p.p. Por fim, a rentabilidade dos fundos patrimoniais apresentou também um aumento significativo, passando de 1,50% em 2024 para 27,98% em 2025.

1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho

A Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APSi), constituída em 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia (EPsi) e dos SASUM, garantindo o desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados. Atualmente, a APSI tem três associados nomeadamente a UMinho, o Município de Guimarães e o Município de Braga.

Este projeto, em atividade desde 2016, intervém na sociedade, através da prestação de serviços na área de psicologia, com o objetivo de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população, apoiando pessoas carenciadas, referenciadas pelas entidades locais e institucionais (municípios e outras associações).

Assim, a APSi tem-se destacado na aprovação, promoção, coordenação e apoio a projetos de interação com a sociedade no domínio da Psicologia e domínios afins, de acordo com os princípios e objetivos da EPsi, nomeadamente, através das seguintes ações:

- Disseminação e divulgação dos resultados das atividades de investigação e de produção do conhecimento de modo a promover uma intervenção psicológica de base científica;
- Promover atividades de formação, difusão e desenvolvimento nos diferentes domínios da Psicologia;
- Prestar serviços à comunidade académica e à sociedade em geral;
- Promover o intercâmbio de ideias e experiências entre os associados e entre estes e o conjunto da comunidade científica, no sentido de incrementar o conhecimento da psicologia e de salientar a sua importância nos domínios da investigação científica; e
- Promover e patrocinar a edição de publicações conforme os objetivos da APSi, desde que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre as implicações e relevância da psicologia.

Durante o ano de 2025, foram realizadas diversas atividades no âmbito dos três pilares organizativos:

- Na Unidade de Intervenção Psicológica da UMinho, foram desenvolvidas diversas iniciativas centradas na prestação de apoio psicológico, prevenção e promoção da saúde mental. Destaca-se a continuidade da linha SOS-Psi, assegurando atendimento em crise à comunidade académica, bem como a participação ativa no Plano de Ação de Prevenção do Assédio na UMinho. Foram igualmente dinamizados projetos de intervenção e investigação aplicada, como o Projeto *CoAction*, dirigido à avaliação e intervenção em problemas de saúde mental em crianças, e colaborou-se em estudos de prevalência e definição de estratégias no domínio da saúde mental. Paralelamente, implementaram-se diversos programas de intervenção em grupo, orientados para o desenvolvimento pessoal e vocacional de estudantes, promoção da autoestima e aceitação corporal, prevenção de comportamentos autolesivos e gestão da ansiedade social. A atividade da unidade incluiu ainda a realização de consultas especializadas nas áreas da Psicologia Clínica e da Saúde, Psicologia Escolar e da Educação, e Psicologia Social, Comunitária e das Organizações, abrangendo diferentes públicos e problemáticas, desde a infância até à idade adulta, em contextos individuais e organizacionais.
- Relativamente à Unidade de Formação e Desenvolvimento Profissional, foram desenvolvidas atividades como:
 - Formação à Empresa (Solidal e Anglotex);
 - *Workshop* Transição para o Mercado de Trabalho: Recursos de Carreira;



- *Webinar* Stress no Atendimento ao Público;
 - International Conference on Cognitive Neuroscience (ICON25): foi um dos principais eventos globais na área da Neurociência Cognitiva, reunindo investigadores de diversos países para discutir avanços científicos neste domínio.
 - Semana Plural da Escola de Psicologia da Universidade do Minho – parceria com o Conselho Pedagógico da Escola de Psicologia (novembro de 2025);
 - Acordos de parceria e consultoria com as seguintes entidades: Comunidade Intermunicipal do Ave; Comunidade Intermunicipal do Tâmega; DGE (Direção-Geral da Educação) (formação); Comissão Coordenação Desenvolvimento Região Norte (CCDR-N); Conselho Consultivo Estratégico para a Educação e Formação Profissional da Área Metropolitana do Porto (AMP); Instituto da Segurança Social da Madeira, Instituto para a Qualificação; e, Associação de Defesa dos Direitos Humanos – Guimarães.
- Quanto à Unidade de Projetos e Inovação foram desenvolvidos nove projetos no âmbito da APsi-UMinho (como entidade parceira ou proponente).

As variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos encontram-se evidenciadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	195 831,99	91 412,66	104 419,33
	Total do Passivo	35 358,25	21 304,51	14 053,74
	Total dos Fundos Próprios	160 473,74	70 108,15	90 365,59
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	491 790,46	412 723,06	79 067,40
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	439 044,87	411 151,19	27 893,68
	Resultado Líquido do Período	52 745,59	1 571,87	51 173,72
Indicadores	Autonomia Financeira	81,94%	76,69%	5,25 p.p.
	Solvabilidade	453,85%	329,08%	124,77 p.p.
	Liquidez Geral	546,64%	414,73%	131,91 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	32,87%	2,24%	30,63 p.p.

Conforme se observa na análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2025, a posição financeira da APsi registou um aumento do ativo de cerca de 104,4 k€, essencialmente devido ao acréscimo das rubricas clientes (31,7 k€) e caixa e depósitos bancários (73,2 k€), parcialmente compensado pela diminuição da rubrica de ativos fixos tangíveis (0,5 k€). Verificou-se igualmente um aumento do passivo no montante de 14,1 k€, explicado sobretudo pelo crescimento das rubricas Estado e outros entes públicos (10,4 k€) e outras contas a pagar (3,7 k€), face ao período homólogo.

A variação positiva nos rendimentos de 79 k€ decorre, essencialmente, das alterações verificadas nas rubricas de vendas e serviços prestados, na qual se verificou um aumento de cerca de 92,5 k€, por outro lado, os subsídios à exploração diminuíram 13,5 k€.

A variação positiva de 28 k€ registada nos gastos deve-se, essencialmente, à aumento dos fornecimentos e serviços externos (30 k€) e do imposto sobre o rendimento (13 k€) e, em sentido inverso, os gastos com o pessoal diminuíram em 12 k€ e os gastos de depreciação e amortização em 3 k€.

Relativamente aos indicadores, todos apresentam variações positivas face ao período homólogo. Destaca-se o reforço da autonomia financeira, que atinge 81,94%, bem como a melhoria da solvabilidade (453,85%) e da liquidez geral, que se fixa em 546,64%, evidenciando uma elevada capacidade da entidade para fazer face às suas obrigações de curto prazo. É ainda de salientar o aumento significativo da rentabilidade dos fundos patrimoniais, que ascende a 32,87%, refletindo a melhoria expressiva do resultado líquido do período.

1.2.6. EXPERTISSUES – European Institute of Excellence for Tissue

A EXPERTISSUES é um Agrupamento Europeu de Interesse Económico sem fins lucrativos, constituído em 2009, com o intuito de facilitar o desenvolvimento e melhoria das atividades dos seus membros, nomeadamente:

- Combater e superar a fragmentação existente na Investigação Científica, no campo da Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa;
- Desenvolver novas tecnologias de engenharia de tecidos para tratamentos terapêuticos;
- Desenvolver o conhecimento e a propriedade intelectual;



- Conhecer e implementar cursos europeus de pós-graduação;
- Contribuir para os objetivos do Comité Europeu de Normalização (CEN) e da União Europeia (UE);
- Fomentar a diversidade de género na área da Investigação Europeia; e
- Desenvolver uma plataforma de investigação especializada e altamente especializada e altamente competitiva para convites à apresentação de propostas e projetos.

A EXPERTISSUES tem 17 associados, dos quais dois são membros efetivos (e apenas estes têm poder de gestão), que é a UMinho e a Ludwig Boltzmann Gesellschaft, 5 são membros associados e 10 são membros em cooperação.

Tabela 7 – Indicadores da EXPERTISSUES, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	71 921,87	93 305,64	-21 383,77
	Total do Passivo	49 571,87	49 571,87	0,00
	Total dos Fundos Patrimoniais	22 350,00	43 733,77	-21 383,77
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	22 552,41	22 952,41	-400,00
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	21 383,77	22 697,30	-1 313,53
	Resultado Líquido do Período	1 168,64	255,11	913,53
Indicadores	Autonomia Financeira	31,08%	46,87%	-15,80 p.p.
	Solvabilidade	45,09%	88,22%	-43,14 p.p.
	Liquidez Geral	-	-	-
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	5,23%	0,58%	4,65 p.p.

Conforme análise da tabela anterior, no que concerne à posição financeira, verifica-se uma variação negativa no total do ativo que se deveu essencialmente à diminuição dos ativos fixos tangíveis. Denota-se ainda, uma diminuição nos fundos patrimoniais relativo ao montante apresentado na rubrica outras variações do capital próprio referente ao subsídio atribuído pelo Projeto n.º 22190 (*TERM RES-HUB*), no âmbito do AAC 01/SAICT/2016.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se a diminuição dos rendimentos em 400,00 €, face ao período homólogo, relacionada com a rubrica de outros rendimentos. Verifica-se igualmente uma diminuição dos gastos em 1 313,53 €, essencialmente decorrente da redução dos gastos com depreciações e amortizações. Em consequência, o resultado líquido do período registou um aumento de 913,53 €, face ao ano anterior.

Relativamente à análise dos indicadores, verifica-se uma diminuição nos mesmos, com exceção da rentabilidade dos fundos patrimoniais, derivado da diminuição dos fundos patrimoniais.

1.2.7. Associação Universidade - Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho

A TecMinho foi constituída em 24 de julho de 1990, no seio da UMinho. Atualmente, tem três associados, nomeadamente a Universidade do Minho, a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI).

Ao longo de 2025, a TecMinho desenvolveu atividade nas áreas de gestão estratégica, transferência e valorização de conhecimento, empreendedorismo, propriedade industrial, parcerias para a inovação e formação e desenvolvimento organizacional, apresentando resultados globais positivos.

No domínio do empreendedorismo, foi atribuído o estatuto de *spin-off* da Universidade do Minho às empresas *PhotoUP*, *Neuromech systems* e *Kindness & Care* (assinalada como a primeira *spin-off* reconhecida da Escola Superior de Enfermagem). A TecMinho apoiou 8 empresas do ecossistema UMinho, com ações centradas na validação de modelos de negócio, clarificação em propriedade intelectual, apoio a candidaturas e incubação virtual. No concurso *SpinUM* 2025 foram recebidas 18 candidaturas, com vitória da *PhotoUP* (1.º prémio), *EcoLignin* (2.º prémio) e distinção de Melhor *Pitch* para *Shoestainable*. Nos programas, foram apoiadas 24 ideias de negócio; o *IdeaLab* 2025 (abril-julho) contou com 31 empreendedores e 15 ideias, e o Laboratório de Empresas acompanhou 9 projetos empresariais. Apesar de não se ter realizado o Encontro Anual de *Spin-offs*, houve iniciativas de *networking* e sensibilização. Em serviços externos, destaca-se a contratualização com o Município de Guimarães para organização da 3.ª edição do SET.UP (*INDUSTRY*).

Na valorização do conhecimento e parcerias para a inovação, a TecMinho identificou 27 novas tecnologias desenvolvidas na UMinho e reforçou a aproximação ao tecido empresarial, com 8 visitas Universidade–Empresa/ Empresa–Universidade e 15 reuniões com entidades externas para análise de necessidades e oportunidades de inovação. Foram apresentadas 24 propostas de serviços de I&D e inovação e formalizados contratos, incluindo 11 contratos com financiamento privado, 5 com financiamento público e 4 de outras tipologias (ex.: consultoria/assessoria). Nos objetivos operacionais, além das 27 tecnologias identificadas, o relatório regista 7



tecnologias valorizadas identificadas, 8 sessões de *networking*, 17 reuniões externas para necessidades em IDI e 24 propostas submetidas (tudo acima das metas definidas).

Na área de propriedade industrial, foram submetidos 26 pedidos de patentes, realizadas 5 sessões de divulgação e asseguradas 189 análises legais de contratos de consórcio, bem como 61 outros acordos associados à Transferência de Tecnologia (TT). O relatório refere ainda 250 documentos analisados no âmbito contratual e de acordos (ex.: confidencialidade, Material Transfer Agreements (MTAs), consórcios). Apesar do volume de atividade, é indicado que não houve licenciamentos ou venda de tecnologias/patentes concluídos no período.

Na formação e desenvolvimento organizacional, a TecMinho realizou formação em contexto intra e inter-organizações. Em formação intra-organização, foram executadas 75 ações, totalizando 1 749 horas e 1 788 formandos. No Plano de Formação para Quadros Superiores, foram implementadas 76 ações (incluindo 6 *webinars*), com 1.608 horas e 1 723 formandos, com forte peso de áreas como Informática, Gestão de Projetos, Produção/Industrial e Inteligência Artificial. Em síntese anual, o relatório contabiliza 150 cursos/*workshops*, envolvendo 3 501 formandos, 3 359 horas de formação, 47 formadores e 380 entidades, referindo uma redução face a 2024 no número de ações e horas ministradas. No Desenvolvimento Humano e Organizacional, foram realizados 4 programas executivos (total 64 participantes em 2025), 9 cursos/intervenções em contexto intra-organizacional e várias ações dirigidas a estudantes do ensino superior. No Centro e-Learning e projetos transnacionais, a TecMinho manteve a execução de projetos (incluindo Inovação em Fabricação Aditiva (INOV-AM)) e participou na elaboração de 6 candidaturas Erasmus+, com implementação de projetos em curso.

Em atividades transversais, manteve uma aposta consistente na comunicação e marketing digital, com 1 252 publicações em redes sociais, 44 *newsletters* e 10 vídeos no *YouTube*, registando crescimento de audiência (*LinkedIn* 14 184 seguidores no final de 2025; *Facebook* 8 700). O relatório inclui ainda “atividades extra” associadas a projetos financiados, somando 33 sessões de sensibilização, 37 estudos e outras atividades (incluindo relatórios de vigilância tecnológica), contribuindo para preparar trabalho e iniciativas com continuidade para 2026.

As principais variações económico-financeiras da atividade da TecMinho, apresentam-se na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	1 847 866,82	1 833 418,85	14 447,97
	Total do Passivo	812 890,22	1 062 399,65	-249 509,43
	Total do Capital Próprio	1 034 976,60	771 019,20	263 957,40
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	3 395 966,50	2 951 074,86	444 891,64
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	3 132 009,10	2 907 650,23	224 358,87
	Resultado Líquido do Período	263 957,40	43 424,63	220 532,77
Indicadores	Autonomia Financeira	56,01%	42,05%	13,96 p.p.
	Solvabilidade	127,32%	72,57%	54,75 p.p.
	Liquidez Geral	188,56%	146,74%	41,82 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	25,50%	5,63%	19,87 p.p.

Da análise da Tabela 8 importa referir que em relação à posição financeira da TecMinho, em 2025, verificou-se a necessidade de se realizarem ajustamentos prévios à consolidação, os quais se traduziram na redução no montante de 56.507,77€ na rubrica de diferimentos do passivo, na redução do montante de 291.436,25€ da rubrica de outras contas a receber e um aumento da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no montante de 234.928,48€, ambas do ativo. Este ajustamento deve-se ao facto desta entidade reconhecer na contabilidade o direito a receber no momento da assinatura do contrato (associado à atividade de investigação), diferente do preconizado pela FAQ 42 e na Orientação Técnica n.º 6, ambas emitidas pela CNC.

Considerando o referido ajustamento, a posição financeira da TecMinho registou uma diminuição do passivo no montante de 249,5 k€ e, por outro lado, um aumento do ativo em cerca de 14,4 k€, relativamente ao período homólogo. A diminuição do passivo deve-se principalmente à diminuição das rubricas de diferimentos (183 k€), financiamentos obtidos (58,6 k€), outras dívidas a pagar (26,4 k€) e fornecedores (23 k€), parcialmente compensado pelo aumento da rubrica Estado e outros entes públicos (41,5 k€).

O património líquido registou um aumento de 263,9 k€, refletindo o aumento das rubricas de resultados transitados (43,4 k€) e do resultado líquido do período (220,5 k€).

Ao nível do desempenho financeiro verificou-se um aumento dos rendimentos (445 k€), impulsionado sobretudo pelo crescimento dos subsídios à exploração em cerca de 377 k€ e das vendas e serviços prestados em aproximadamente 60 k€, bem como dos outros rendimentos em cerca de 8 k€. Em simultâneo, registou-se também um aumento dos gastos (224,4 k€), nomeadamente nos fornecimentos e serviços externos (174,2 k€), no imposto sobre o rendimento (39,2 k€), nos gastos com o pessoal (8,1 k€) e nos outros gastos (13,2 k€), parcialmente compensado pela diminuição das perdas por imparidade (4 k€), gastos de depreciação e amortização (3 k€) e juros e gastos similares suportados (3,3 k€). Estas variações traduziram-se num resultado líquido positivo de aproximadamente 221 k€.



Relativamente aos indicadores, todos apresentam variações positivas face ao período homólogo. Destaca-se o reforço da autonomia financeira, que atinge 56,01%, bem como a melhoria da solvabilidade (127,32%) e da liquidez geral, que se fixa em 188,56%, evidenciando uma elevada capacidade da entidade para fazer face às suas obrigações de curto prazo. É ainda de salientar o aumento da rendibilidade dos fundos patrimoniais, que ascende a 25,50%, refletindo a melhoria expressiva do resultado líquido do período.

1.2.8. Centro para a Valorização de Resíduos

O Centro para a Valorização de Resíduos, em atividade desde 2002, tem 108 associados nomeadamente: Universidade do Minho; 3 Drivers - Engenharia, Inovação e Ambiente, S.A.; A Eléctrica, L.da; Águas do Douro e Paiva, S.A.; AIM - Associação Industrial do Minho; Alumínios Ibérica, Lda.; Alumínios Navarra; AMBIBERICA, LDA; Ambipombal, Lda.; Associação Fibrenamics; Associação Portuguesa Fundação; AVICASAL-Sociedade Avícola,SA; B4LOGIC, LDA; Braval, SA; C. F. Duarte & C^a., Lda.; Câmara Municipal de Guimarães; Carmona,SA; Casais - Eng^a e Construção, SA; CCG-Centro de Computação Gráfica; Cerâmica Salvadorinho; CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.; CJR - Cândido José Rodrigues, Lda.; Companhia de Cartões do Cávado, SA; Construções Gabriel A.S.Couto,SA; Continental Mabor Indústria Pneus, S.A.; Criolab-Equip.Criogénico e de Lab.; Cruz, Giovanni & Lima Lda; CUPRUM-Comércio de Metais,Lda.; Delta-Sociedade Técnica Eletricidade; Dragão Abrasivos, Lda; DST-Domingos da Silva Teixeira,SA; ENDUTEX - Revestimentos Têxteis,SA; Euro Separadora-Gestão Resíduos,Ld; Extruplás, L.da; Fábrica de Serração e Cerâmica Amaro de Macedo, SA; Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, S. A.; Fapricela - Ind.de Trefilária, Lda; FDO - S.G.P.S., SA; FERESPE - Fundação Ferro e Aço, Lda; FUCOLI - Somepal Fundação de Ferro, SA; Fundação de Mounquim, Lda.; Fundilusa-Fund. Portuguesas, Lda.; FUNFRAP - Fundação Portuguesa, S.A.; FUSAG - Fundação e Serralharia, S.A; Godilac, Lda.; Granitos Urbanos, S.A.; GREENADN, LDA.; Greentrading-Com. Internacional; GRE-Exportação de Granito, SA; GRIN, SA; Guimaweb-Serviços de Internet,Lda.; IMPACT WORLD, LDA; Indústrias Pachancho, SGPS S.A; INEGI; Infineon Technologies, SA; Intrabol-Ind.Trans Borrachas, Lda.; ISQ-Inst. da Soldadura e Qualidade; J.P. Sousa - Estamparia Têxtil,Lda; José Augusto Marques Unipessoal,Lda; José Neves & Ca Lda; Kupper & Schmidt, Lda; Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.; LIA - Laboratório de Investigação Automóvel, Lda; Lucio Machado - Engenharia e Serviços Unipessoal.; M.J.Amaral-Equipamentos Industriais; Mabera - Acabamentos Têxteis S.A; Magellan Circle - European Affairs Consultancy, Lda; Manuel Marques Herdeiros, SA; Maquiceram, SA; Maria Cândida Lobo Guerra Vilarinho; METALSA -Refinaria Portuguesa De Alumínio, SA; Metalvalor-Gestão Valor T.Tipo Res; MJD-Metais Jaime Dias,SA; Moda 21-Tinturaria E Acabamentos Têxteis, S.A.; MYSOFT-Business SoftwareSolutions.; Nogueira & Martins, Lda.; Nogueira & Monteiro, Ida; PIEP; Pitágoras - Arquitectura e Engenharia Integradas, Lda; Pixartidea, Unipessoal Lda; PIZARRO-Energias Renováveis,SA; Polo-Produtos Ópticos, S.A.; Portucel Viana, S. A.; PUBLIAMBIENTE - Equipamentos e serviços para proteção do ambiente, LDA; Quimitécnica Ambiente, SA; Recauchutagem Nortenha, SA; Recuplás-Reciclagem De Plásticos, Unipessoal, Lda; REFER-Rede Ferroviária Nacional EP; Representações Júlia Rocha,Ld^a.; RESEN - Resíduos Industriais, SA; Resulima, SA; RICARSIL - Ribeiro Carmo & Silva, LDA.; Sardalla Espanola,SA; Semural - Sociedade de Empreendimentos Urbanos S.A; Sensu, Lda.; SETIMEP, L.DA; Soprem - Norte Comércio e Indústria de Madeiras, Unipessoal; SORGAL-Sociedade de Óleos e Rações, SA; Superinertes de Lopes & Filhos, Ld; Supermatéria Biocombustíveis e Rec; TecMinho; Tempo Magnético,Unipessoal,Ld^a.; Tequimaq-Máq.Ind.Quím.Corticeira,L; The BiO Bur Company - Sistemas Industriais de Geração Térmica, Lda; Vapesol - Fábrica de Componentes Para Calçado, Lda; Vimasol - Energias Renováveis, Lda; W2V, SA; ZX Consultores, SA.

O CVR centrou a sua atividade durante o ano de 2025 na prestação de serviços técnicos laboratoriais e de I&D na área da prevenção, tratamento e valorização de resíduos, colaborando com entidades nacionais e internacionais. Destacou-se também pela organização e coorganização de eventos científicos relevantes, como a *International Conference on Innovation in Engineering* e a conferência *WASTES 2025*.

O ano foi marcado pelo segundo ano de execução do projeto *Mission2GG-Grow Green*, enquadrado na Missão Interface e financiado pelo PRR, enquadrado num plano estratégico estruturado em quatro eixos principais:

- Especialização dos Domínios de Investigação Aplicada, com foco em energia, reciclagem e biotecnologia;
- Sustentabilidade da Oferta, promovendo atividades de I&D e inovação empresarial;
- Colaboração e Internacionalização, reforçando parcerias e presença em redes internacionais;
- Transferência de Tecnologia, apostando na qualificação de recursos humanos e valorização do conhecimento.

Ao nível operacional, foram desenvolvidos novos métodos analíticos, realizados trabalhos laboratoriais e promovida a formação contínua dos colaboradores. Destacam-se atividades de investigação na área de compostos de valor acrescentado e medições de atividade antioxidante, bem como a participação em projetos científicos e conferências internacionais.

O CVR reforçou ainda a sua capacidade analítica através da implementação de metodologias inovadoras e do estabelecimento de parcerias com empresas, tendo sido apresentadas propostas comerciais a diversas entidades. Em termos institucionais, aumentou o número de associados, com a entrada de novas entidades e crescimento das unidades de participação.



No eixo da internacionalização, o CVR promoveu a divulgação do projeto *Mission2GG* em eventos internacionais, reforçando a sua visibilidade e criando oportunidades de cooperação e desenvolvimento em novos mercados.

A Tabela 9 evidencia as variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos de atividade.

Tabela 9 - Indicadores CVR, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	2 253 214,60	2 314 015,06	-60 800,46
	Total do Passivo	398 598,79	360 706,99	37 891,80
	Total do Património Líquido	1 854 615,81	1 953 308,07	-98 692,26
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	1 368 823,88	1 149 085,04	219 738,84
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	1 354 960,21	1 122 917,45	232 042,76
	Resultado Líquido do Período	13 863,67	26 167,59	-12 303,92
Indicadores	Autonomia Financeira	82,31%	84,41%	-2,10 p.p.
	Solvabilidade	465,28%	541,52%	-76,24 p.p.
	Liquidez Geral	330,71%	374,67%	-43,96 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	0,75%	1,34%	-0,59 p.p.

Da análise da Tabela 9 importa referir que em relação à posição financeira do CVR, em 2025, verificou-se a necessidade de se realizarem ajustamentos prévios à consolidação, os quais se traduziram na redução do montante de 81.383,58€ na rubrica de diferimentos do passivo, na redução do montante de 489.779,47€ da rubrica de outras contas a receber e um aumento da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no montante de 408.395,89€, ambas do ativo. Este ajustamento deve-se ao facto desta entidade reconhecer na contabilidade o direito a receber no momento da assinatura do contrato (associado à atividade de investigação), diferente do preconizado pela FAQ 42 e na Orientação Técnica n.º 6, ambas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Considerando o referido ajustamento, verifica-se uma diminuição do ativo em cerca de 61 k€ o qual se deve, essencialmente, à diminuição do caixa e depósitos (74 k€), dos ativos intangíveis (64 k€), dos ativos fixos tangíveis (21,7 k€) e dos acionistas/sócios (2,5 k€), parcialmente compensado pelo aumento da rubrica de clientes (69,4 k€) e de outras contas a receber (17,1 k€), dos diferimentos (8,7 k€), dos investimentos financeiros (5 k€) e dos devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis (1 k€).

No passivo, verifica-se um aumento de 37,9 k€, resultante, sobretudo, do aumento nas rubricas de outras contas a pagar (66 k€) e de estado e outros entes públicos (9,3 k€), parcialmente compensado pela diminuição das rubricas de fornecedores (30,4 k€) e de diferimentos (7 k€).

O património líquido registou uma diminuição de 98,7 k€, refletindo a redução das rubricas de outras variações no património líquido (125,6 k€) e do resultado líquido do período (12,3 k€), parcialmente compensado pelo aumento das rubricas do património/capital (13 k€) e dos resultados transitados (26,2 k€).

Os rendimentos aumentaram cerca de 219,74 k€, decorrente, essencialmente, ao aumento das rubricas de serviços prestados (152,15 k€), subsídios à exploração (59,57 k€) e outros rendimentos e ganhos (16,14 k€), parcialmente compensado pela diminuição da rubrica de juros e rendimentos similares obtidos (8,12 k€).

A variação positiva de 232,1 k€ registada nos gastos deve-se, essencialmente, ao aumento das rubricas de fornecimentos e serviços externos (246,2 k€), gastos de depreciação e amortização (11,9 k€), perdas por imparidade (3 k€) e outros gastos e perdas (3,9 k€), parcialmente compensada pela diminuição das rubricas de gastos com o pessoal (26,8 k€), custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5 k€) e imposto sobre o rendimento (1,1 k€).

Relativamente aos indicadores, todos registaram variações negativas. Destacam-se a diminuição da liquidez geral (de 374,67% para 330,71%) e da solvabilidade (de 541,52% para 465,28%), refletindo um enfraquecimento da capacidade da entidade para fazer face às suas obrigações. Também a autonomia financeira apresentou uma ligeira redução (de 84,41% para 82,31%), assim como a rentabilidade do capital próprio, que diminuiu de 1,34% para 0,75%.

1.2.9. Associação Fibrenamics – Instituto de Inovação em Materiais Fibrosos e Compósitos

A Associação Fibrenamics é uma organização de interface tecnológico que atua no domínio da investigação, desenvolvimento e inovação em materiais avançados, com particular enfoque em materiais fibrosos e compósitos.

Fundada em 2021, a Associação Fibrenamics resulta de uma iniciativa orientada para a transferência de conhecimento científico e tecnológico gerado na Universidade do Minho para o tecido empresarial, assumindo desde a sua origem um posicionamento disruptivo e fortemente orientado para a valorização do conhecimento. Atualmente,



é reconhecida a nível europeu, nomeadamente pela Comissão Europeia, como um exemplo relevante de transferência de tecnologia no domínio dos materiais avançados e da nanotecnologia.

Atualmente a Associação Fibrenamics tem 46 associados, nomeadamente: Universidade do Minho; A. Ferreira & Filhos SA; Acatel- Acabamentos Têxteis SA; António Salgado Outlet Lda; Aquitex- Acabamentos Químicos Têxteis SA; Barcelcom Têxteis SA; Beyondcomposite Composite Engineer Lda; Calvelex Industria de Confeccções SA; Casa da Malha- C5, Lda; Centro de Computação Gráfica; Clariause- Tinturaria e Acabamentos de Fios SA; CÔPLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS SA; CVR- Centro para a Valorização de Resíduos; ELESERV- SOLUTIONS UNIPESSOAL LDA; ERT Têxtil Portugal SA; Estamparia Têxtil- Adalberto Pinto da Silva SA; F.D.G- Fiação da Graça SA; Impetus Portugal Têxteis SA; Inovafil SA; José Neves & CA Lda; Lameirinho Indústria Textil SA; LATINO Confeccções Lda; LMA- Leandro Manuel Araújo SA; LuxDeftec SA; Mehler Engineered Products Portugal Lda; Mirpuri Foundation; Mistonetos SGPS SA; Mundifios SA; Mundo Têxtil SA; Município de Guimarães; Playvest SA; Poleva- Termoconformados SA; Polopique- SGPS,S.A; RIFER- Industria Textil Lda; Riopelle- Texteis SA; S J Texteis SA; S.I.C.I 93 Braga SA; Silsa Confeccções SA; Simoldes Plásticos SA; Soc. Têxtil Vital Marques Rodrigues Filhos SA; Surforma SA; Suzano SA; Texteis Penedo SA; Tintex Textiles SA; Valérius Têxteis SA; Vizelpas Flexible Films, S.A.

A atividade da Associação Fibrenamics abrange diversos setores, com destaque para a arquitetura, construção, desporto, medicina, proteção e transportes, desenvolvendo soluções inovadoras orientadas para os desafios da sociedade contemporânea. A sua atuação assenta numa equipa multidisciplinar altamente qualificada e numa abordagem colaborativa, suportada por uma rede alargada de parceiros nacionais e internacionais.

A entidade tem como missão a geração, valorização e transferência de conhecimento com base em fibras e compósitos, através da conceptualização e desenvolvimento de produtos e tecnologias inovadoras, sob o lema “*From Science to People*”. A sua visão estratégica passa por liderar o desenvolvimento de soluções avançadas e sustentáveis, combinando ciência, tecnologia e criatividade para criar valor acrescentado e contribuir para um futuro mais sustentável.

A Associação Fibrenamics orienta a sua atividade por um conjunto de valores fundamentais, nomeadamente a promoção de uma cultura de inovação e superação de desafios, o foco na criação de valor, a ambição na concretização de objetivos, a integridade e transparência nas relações institucionais, bem como a responsabilidade social e ambiental. Adicionalmente, destaca-se o seu compromisso com o desenvolvimento das pessoas, reconhecendo o capital humano como elemento central para a criação de valor e para a sustentabilidade da sua atuação.

Em 2025, a atividade da Associação Fibrenamics decorreu num contexto internacional marcado por elevada incerteza geopolítica e económica, com impactos relevantes nas dinâmicas de investimento, inovação e cooperação científica. Não obstante este enquadramento desafiante, a Entidade consolidou a sua posição como referência nacional e internacional no domínio dos materiais fibrosos e compósitos, sustentada na execução consistente de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação.

No plano nacional, o ambiente foi igualmente condicionado por alterações no contexto político e pela evolução dos instrumentos de financiamento, nomeadamente no âmbito do PRR. Apesar dos progressos registados, designadamente na redução de atrasos em pagamentos, persistiram constrangimentos associados à morosidade dos mecanismos de financiamento e à incerteza na definição de políticas públicas, com impacto na atividade do sistema científico e tecnológico.

Do ponto de vista estratégico, 2025 constituiu um ano de consolidação e de preparação para um novo ciclo de crescimento. Registaram-se avanços relevantes em projetos estruturantes, bem como o reforço da capacidade de captação de financiamento através da submissão de candidaturas a programas nacionais e internacionais. Paralelamente, foi prosseguido o investimento em infraestruturas e capacidades tecnológicas, reforçando o posicionamento da Associação Fibrenamics em áreas de elevada intensidade tecnológica e potencial de valorização económica.

No plano organizacional, destacam-se a renovação dos órgãos sociais, o crescimento da base de associados e o lançamento de um processo de transformação interna orientado para a eficiência operacional, digitalização de processos e atração de recursos humanos altamente qualificados.

Em termos globais, a Associação Fibrenamics reforçou a sua capacidade científica, tecnológica e organizacional, criando bases sólidas para o crescimento sustentado, com enfoque na internacionalização, na transferência de conhecimento e na valorização económica da investigação desenvolvida.

As principais variações económico-financeiras da atividade da Associação Fibrenamics, apresentam-se na Tabela 10.



Tabela 10 - Indicadores Associação Fibrenamics, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	3 421 265,12	1 639 310,69	1 781 954,43
	Total do Passivo	1 275 122,08	735 543,92	539 578,16
	Total do Património Líquido	2 146 143,04	903 766,77	1 242 376,27
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 995 795,54	1 677 208,05	1 318 587,49
	Total de Gastos	2 388 142,53	1 506 997,33	881 145,20
	Resultado Líquido do Período	607 653,01	170 210,72	437 442,29
Indicadores	Autonomia Financeira	62,73%	55,13%	7,60 p.p.
	Solvabilidade	168,31%	122,87%	45,44 p.p.
	Liquidez Geral	200,54%	198,53%	2,01 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	28,31%	18,83%	9,48 p.p.

Da análise da Tabela 10, importa referir que, relativamente à posição financeira da Associação Fibrenamics em 2025, verificou-se a necessidade de proceder a ajustamentos prévios à consolidação, os quais se traduziram na redução da rubrica “Outras contas a receber” no montante de 842.587,18 € e no correspondente aumento da rubrica “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, igualmente no montante de 842.587,18 €, ambas integradas no ativo. Este ajustamento resulta da reclassificação do montante anteriormente referido, inicialmente registado na rubrica “Outras contas a receber”, para a rubrica “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, por corresponder a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar associado aos investimentos efetuados no âmbito dos projetos PRR.

Considerando o referido ajustamento, no ano de 2025, o ativo sofreu um aumento de 1,8 M€, essencialmente devido ao crescimento das rubricas de ativos fixos tangíveis (675 k€), devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis (500 k€), clientes (470 k€) e outras contas a receber (282 k€), parcialmente compensado pela diminuição da rubrica de caixa e depósitos bancários (149 k€).

O passivo aumento cerca de 539,6 k€ em 2025 face a 2024, justificado sobretudo pelo aumento das rubricas de financiamentos obtidos (206,3 k€), outras contas a pagar (178 k€) e Estado e outros entes públicos (162,9 k€), parcialmente compensado pela diminuição da rubrica de fornecedores (7,6 k€).

Em 2025, os rendimentos registaram um aumento de 1,318 M€, devido essencialmente ao crescimento das rubricas de prestação de serviços (566 k€), de outros rendimentos e ganhos (708,7 k€) e de subsídios à exploração (43,8 k€).

Por sua vez, os gastos aumentaram 881 k€, justificados sobretudo pelo acréscimo dos gastos de depreciação e amortização (613 k€), dos gastos com o pessoal (104,7 k€), dos fornecimentos e serviços externos (77,7 k€), do imposto sobre o rendimento (69,7 k€), das perdas por imparidade em dívidas a receber (25,9 k€) e dos juros e gastos similares suportados (1 k€), parcialmente compensado pela diminuição de outros gastos e perdas (11 k€). Deste modo, verificou-se um acréscimo do resultado líquido do período de 437 k€.

Relativamente aos indicadores apresentados, importa referir que todos evidenciam variações positivas face ao período homólogo. Destaca-se o reforço da solvabilidade, que atinge 168,31% (+45,44 p.p. face a 2024), bem como a melhoria da autonomia financeira (62,73%; +7,60 p.p. face a 2024) e da liquidez geral (200,54%; +2,01 p.p. face a 2024), evidenciando uma maior capacidade da entidade para fazer face às suas obrigações de curto prazo. É ainda de salientar o aumento da rentabilidade dos fundos patrimoniais, que ascende a 28,31% (+9,48 p.p. face a 2024), refletindo a melhoria do resultado líquido do período.

1.2.10. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

A Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) abriu oficialmente as suas portas ao público em 21 de dezembro de 2004. Nasceu da união de vontades da Universidade do Minho e da Câmara Municipal de Braga, que em 1990 manifestaram o interesse, junto do Ministério da Cultura, na integração de Braga no projeto *Bibliopolis*, lançado pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas para os grandes centros urbanos (quatro a nível nacional), tendo em vista a adesão à Rede Nacional de Leitura Pública.

O objetivo principal da BLCS é, nos termos dos seus estatutos, a “prestação de um serviço de leitura pública, desenvolvendo e prosseguindo as suas atribuições de acordo com a moderna conceção”. Assim, ao longo dos seus últimos 20 anos, a BLCS tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços a favor da comunidade local e regional, promovendo o desenvolvimento de diferentes literacias junto dos cidadãos, ligadas à leitura, escrita, informação, comunicação e cultura científica, para uma sociedade mais informada e inclusiva. Efetivamente, a BLCS ambiciona destacar-se a nível nacional pela oferta de serviços e disponibilização de fundos bibliográficos diversificados, valorizando as novas tecnologias aplicadas aos diferentes serviços, de modo a potenciar a pesquisa e recuperação da informação de forma objetiva e eficiente junto dos seus utilizadores.

Em 2025, a mensagem de força da equipa da BLCS foi “Sustentabilidade, memória e património”. Nestes três eixos de ação, foram consolidadas ações que fomentaram nas rotinas diárias a diminuição de gastos energéticos, poupança



de água e impressões em papel, apostando sobretudo na comunicação e produção digital. Para além disso, houve uma programação cultural mais orientada e focada em ações de história local, que acarretou a angariação de novos documentos para mapear o concelho, promovendo a preservação da memória e a disponibilização de coleções digitais e impressas aos cidadãos. O plano de atividades reforçou a cooperação com as várias instituições do território local, nacional e internacional. A BLCS diligenciou por cumprir a Missão de Leitura Pública, de acordo com os seus Estatutos, a Visão e os Valores instituídos para uma biblioteca de leitura pública de âmbito distrital (tipologia *Bibliopolis*), integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e *Rede United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), articulando com serviços e escolas da Universidade do Minho e do Município de Braga.

A Biblioteca manteve o seu compromisso na implementação de medidas de sustentabilidade no edifício e nas práticas de trabalho. Reforçou a gestão e utilização responsável dos recursos disponíveis, reutilizando sempre que possível materiais e bens, pautando-se pela sensibilização da equipa e dos utilizadores.

Os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da BLCS nos últimos dois anos, e respetiva variação, são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 - Indicadores BLCS, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	155 463,30	127 655,64	27 807,66
	Total do Passivo	27 726,88	7 108,35	20 618,53
	Total do Património Líquido	127 736,42	120 547,29	7 189,13
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	236 561,22	244 060,25	-7 499,03
	Total de Gastos	229 372,09	190 064,59	39 307,50
	Resultado Líquido do Período	7 189,13	53 995,66	-46 806,53
Indicadores	Autonomia Financeira	82,16%	94,43%	-12,27 p.p.
	Solvabilidade	460,70%	1 695,85%	-1 235,16 p.p.
	Liquidez Geral	499,67%	1 487,87%	-988,21 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	5,63%	44,79%	-39,16 p.p.

Da análise da Tabela 11, verifica-se um aumento da posição financeira da entidade, ainda que acompanhado por uma redução do desempenho financeiro, refletida no resultado líquido do período.

No ano de 2025, o ativo registou um aumento de 27,8 k€, face a 2024, explicado sobretudo pelo crescimento das rubricas de clientes (23,3 k€), bem como de caixa e depósitos bancários (9,4 k€), parcialmente compensado pela diminuição dos ativos fixos tangíveis (4,9 k€). Por sua vez, o passivo apresentou também um aumento significativo de 20,6 k€, justificado essencialmente pelo acréscimo das dívidas a fornecedores.

Relativamente aos fundos patrimoniais, verifica-se um aumento de 7,2 k€, decorrente principalmente da incorporação dos resultados transitados provenientes do resultado líquido positivo de 2024 (+54 k€), apesar de parcialmente compensado pela redução do resultado líquido apurado em 2025 (46,8 k€).

O resultado líquido do período apresenta uma diminuição expressiva, fixando-se em 7,2 k€ em 2025, face aos 54 k€ registados em 2024. Esta variação negativa é justificada, essencialmente, pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos, que registaram um acréscimo significativo face ao período anterior.

Quanto aos indicadores apresentados, importa referir que a autonomia financeira registou uma diminuição de 12,27 p.p., situando-se nos 82,16% em 2025. Relativamente aos rácios de solvabilidade e liquidez, apesar das reduções verificadas (1.235,16 p.p. e 988,21 p.p., respetivamente), estes mantêm-se em níveis bastante elevados, evidenciando que a entidade continua a apresentar uma forte capacidade para solver os seus compromissos no curto, médio e longo prazo.

1.2.11. Instituto Confúcio

O Instituto Confúcio (IC), é uma Unidade Diferenciada (UD) da UMinho criada em associação com o *Hanban* – Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo, e vocacionada para o desenvolvimento e aprofundamento dos Estudos Chineses e para a difusão da língua e cultura chinesas na Universidade e na região envolvente, tendo iniciado a sua atividade, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006.

No ano de 2025, a Universidade do Minho financiou despesas de funcionamento, designadamente com os funcionários e outros colaboradores, total ou parcialmente dedicados ao Instituto Confúcio, despesas com aluguer de espaços e serviços, no valor total de 102.059,24 €.

Em 2025, o Instituto Confúcio da Universidade do Minho, no âmbito do Plano e Orçamento aprovado pelo Conselho de Direção, desenvolveu um conjunto alargado de atividades centradas na promoção da língua e cultura chinesas. A principal iniciativa continuou a ser o projeto “Ensino de Chinês nas Escolas”, que abrangeu quatro estabelecimentos privados e catorze escolas públicas sobretudo na região Norte, envolvendo cerca de 610 alunos distribuídos por 43 turmas. Ao longo do ano foram ainda dinamizadas cerca de 15 atividades culturais em várias escolas, como oficinas



de culinária chinesa, exposições e outras ações de divulgação cultural. No mesmo contexto, realizaram-se quatro edições de exames oficiais de língua chinesa, com 50 candidatos, e vários alunos participaram no concurso internacional “*Chinese Bridge*”, onde obtiveram distinções relevantes.

O projeto incluiu ainda o desenvolvimento de iniciativas estruturantes, como a *Confucius Classroom* no Colégio Luso Internacional do Porto, orientada para melhorar a qualidade do ensino e otimizar recursos, e o programa “Escolas-Irmãs Portugal-China”, que promove o intercâmbio entre escolas portuguesas e chinesas, tendo sido realizado um campus de verão em Tianjin.

Paralelamente, o Instituto manteve o seu apoio ao projeto-piloto de ensino de chinês promovido pelo Ministério da Educação em escolas secundárias, especialmente na região Norte, nomeadamente na Escola Secundária Carlos Amarante, em Braga, prestando apoio aos docentes e promovendo atividades culturais, embora permaneçam por reembolsar algumas despesas relativas aos anos de 2023 a 2025.

No âmbito da divulgação científica e cultural, foram organizados ciclos de conferências dedicados ao património de origem chinesa em Portugal, à história partilhada entre Portugal e a China e ao intercâmbio cultural e científico. Estas iniciativas abordaram temas como arte, medicina tradicional chinesa e culturas específicas da China, e decorreram tanto na Universidade do Minho como no Museu Nogueira da Silva, em Braga.

Por fim, o Instituto Confúcio deu continuidade à sua oferta formativa, promovendo cursos de língua chinesa de diferentes níveis, bem como oficinas e aulas de *Wushu Kung-fu*, e assegurou a realização dos exames oficiais *Hanyu Shuiping Kaoshi* (HSK), *Hanyu Shuiping Kouyu Kaoshi* (HSKK) e *Business Chinese Test*, reforçando assim a sua missão de promoção do ensino da língua chinesa e do intercâmbio cultural e académico entre Portugal e a China.

A tabela seguinte apresenta os principais indicadores referentes à evolução da atividade do IC, entre os anos de 2024 e 2025.

Tabela 12 - Indicadores IC, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	93 384,05	123 332,22	-29 948,17
	Total do Passivo	0,00	657,53	-657,53
	Total do Património Líquido	93 384,05	122 674,69	-29 290,64
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	132 072,28	179 783,45	-47 711,17
	Total de Gastos	161 362,92	168 448,57	-7 085,65
	Resultado Líquido do Período	-29 290,64	11 334,88	-40 625,52
Indicadores	Autonomia Financeira	100,00%	99,47%	0,53 p.p.
	Solvabilidade	-	18 656,90%	-
	Liquidez Geral	-	17 612,76%	-
	Rentabilidade do Património Líquido	-31,37%	9,24%	-40,61 p.p.

Da análise da Tabela 12, verifica-se que a posição financeira apresenta uma variação negativa no ativo, no montante de 29,9 k€, decorrente da redução das rubricas de caixa e depósitos bancários (21 k€) e de clientes (8,9 k€).

Os fundos patrimoniais registaram igualmente uma diminuição de 29,3 k€, justificada pela redução do resultado líquido do período, no montante de 40,6 k€, parcialmente compensada pelo aumento dos resultados transitados em 11,3 k€.

Relativamente ao desempenho económico, os rendimentos registaram uma diminuição de 47,7 k€ face ao período homólogo, motivada, sobretudo, pela redução dos subsídios (26,1 k€), dos impostos e taxas (10,7 k€), das vendas e prestações de serviços (9,9 k€) e de outros rendimentos (1 k€).

Por sua vez, os gastos diminuíram 7 k€, em resultado da redução dos fornecimentos e serviços externos (9 k€) e dos gastos com depreciação e amortização (1 k€), apesar do aumento dos gastos com o pessoal, no montante de 3 k€.

Quanto aos indicadores de solvabilidade e de liquidez geral, importa referir que os mesmos não são passíveis de cálculo em 2025, uma vez que o passivo da entidade se encontra totalmente nulo. Relativamente à autonomia financeira, esta atinge 100,00%, refletindo que a totalidade do ativo é financiada por fundos próprios, não existindo recurso a capitais alheios. Em termos globais, esta situação evidencia uma estrutura financeira integralmente suportada por fundos próprios, sem obrigações perante terceiros no final do exercício.

1.2.12. Centro Clínico Académico de Braga

O Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga), fundado em 2012, resulta de uma parceria, sem fins lucrativos, entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, o Hospital de Braga, E.P.E., e o Hospital CUF-Porto.



O 2CA-Braga tem por objeto social o desenvolvimento da investigação clínica, enquadrada num ambiente de prestação de cuidados de saúde e a promoção e produção de conhecimento no sentido de tornar os cuidados clínicos mais efetivos, melhorando a qualidade e eficiência assistencial. Os seus principais objetivos consistem na implementação de estrutura independente que desenvolva investigação clínica e de translação de excelência e na constituição de mecanismos de cooperação que tornem possível a participação conjunta em projetos, estudos e exploração de novas ideias e pesquisas de soluções inovadoras. O centro organiza-se em cinco unidades principais (Unidade de Ensaio Clínicos, Unidade de I&D, Unidade de *Contract Research Organization Academic*, Unidade de Serviços Clínicos e Unidade de Capacitação) que atuam de forma complementar para garantir excelência científica e operacional.

Em 2025, a Unidade de Ensaio Clínicos geriu 272 estudos, incluindo fases I a IV e projetos com dispositivos médicos, nas áreas de Neurologia, Oncologia, Gastroenterologia e Cardiologia, mantendo uma elevada taxa de recrutamento, com 1.229 participantes e aumento de 23% nas consultas clínicas, consolidando o centro como o segundo maior em atividade de ensaios clínicos em Portugal. A 2CA-Braga: Unidade de I&D ampliou projetos estratégicos nacionais e internacionais, submeteu 50 candidaturas de financiamento (+117% face a 2024) e geriu 14 projetos ativos (+40%), promovendo inovação tecnológica e capacitação de recursos humanos através da plataforma *TryAll* e da 2CAcademy.

A Unidade de *Contract Research Organization Academic* apoiou integralmente o ciclo de vida de 58 estudos clínicos, com monitorização, gestão de dados e conformidade com Boas Práticas Clínicas, mantendo a certificação *European Clinical Research Infrastructure Network* como *Clinical Trials Unit*. A Unidade de Serviços Clínicos integrou investigação translacional e prática clínica, utilizando recursos avançados como ressonância magnética 3 Tesla, mesa *Tilt Table Test* (TILT) e Laboratório do Sono, realizando 6.151 exames de ressonância magnética, 164 testes de TILT e 341 exames no laboratório do sono, refletindo maior integração entre ciência e assistência.

A Unidade de Capacitação apoiou cinco projetos de investigação clínica com bolsas de 50.000€ e lançou o Programa *Fellowship* Internacional, acolhendo investigadores brasileiros. Foram realizados 38 cursos desde 2013, formando mais de 750 profissionais, e a equipa participou em eventos internacionais, reforçando competências em ensaios clínicos e investigação translacional. Nos últimos cinco anos, quase 1.100 artigos científicos foram publicados, com mais de 500 primeiros autores ligados ao 2CA-Braga e Unidade Local de Saúde de Braga (ULSB), evidenciando liderança científica e contribuição significativa para a prática clínica. O centro consolidou-se, assim, como referência nacional e europeia em investigação clínica, combinando excelência científica, inovação tecnológica e formação especializada.

A Tabela 13 demonstra a evolução da atividade do 2CA-Braga, tendo em consideração os principais indicadores da sua posição e do seu desempenho financeiro.

Tabela 13 - Indicadores 2CA-Braga, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	5 683 656,25	3 950 954,17	1 732 702,08
	Total do Passivo	2 853 337,37	1 827 901,51	1 025 435,86
	Total dos Fundos Patrimoniais	2 830 318,88	2 123 052,66	707 266,22
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	4 226 138,09	3 664 992,44	561 145,65
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	3 705 263,57	3 159 852,95	545 410,62
	Resultado Líquido do Período	520 874,52	505 139,49	15 735,03
Indicadores	Autonomia Financeira	49,80%	53,74%	-3,94 p.p.
	Solvabilidade	99,19%	116,15%	-16,95 p.p.
	Liquidez Geral	141,70%	123,50%	18,20 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	18,40%	23,79%	-5,39 p.p.

No que diz respeito à Tabela 11, observou-se um aumento do total do ativo em cerca de 1,7 M€, explicado sobretudo pelo crescimento das rubricas de outras contas a receber (871 k€), caixa e depósitos bancários (514 k€), clientes (396 k€), ativos intangíveis (70 k€), Estado e outros entes públicos (2 k€) e diferimentos (2 k€), parcialmente compensado pela diminuição dos ativos fixos tangíveis (116 k€) e dos investimentos financeiros (8 k€).

O passivo também aumentou face ao ano anterior, no montante de cerca de 1 M€, sobretudo devido ao crescimento das rubricas de outras contas a pagar (497 k€), fornecedores (311 k€), diferimentos (156 k€) e Estado e outros entes públicos (61 k€).

Nos fundos patrimoniais registou-se uma variação positiva de aproximadamente 707 k€, diretamente relacionada com o aumento dos resultados transitados (505 K€), das outras variações nos fundos patrimoniais (186 K€) e do resultado líquido do período (16 K€).

Os rendimentos registaram um aumento de cerca de 561 k€, justificado maioritariamente pelo crescimento das vendas e prestação de serviços (309 k€), dos subsídios à exploração (224 k€) e dos outros rendimentos (28 k€).

Por sua vez, os gastos também aumentaram, em cerca de 545,4 k€, sobretudo devido ao acréscimo dos gastos com o pessoal (404,6 k€), das imparidades de dívidas a receber (74 k€), dos gastos de depreciação e amortização (25,7



k€), dos outros gastos (38,1 k€) e dos juros e gastos similares suportados (3 k€). Como resultado, o resultado líquido do período registou uma melhoria de cerca de 16 k€.

No que concerne à análise dos principais indicadores, importa salientar a variação negativa da autonomia financeira, da solvabilidade e da rentabilidade dos fundos patrimoniais, o que se traduz numa diminuição da capacidade de cumprir os seus compromissos no curto, médio e longo prazo, bem como numa menor eficiência na geração de retorno sobre os fundos patrimoniais. Por outro lado, verificou-se um aumento de 18,20 p.p. da liquidez geral, o que indica uma maior capacidade de pagamento no curto prazo.

1.2.13. Centro de Computação Gráfica

O Centro de Computação Gráfica é uma entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 1993, que atua como um Centro de Interface Tecnológico, responsável por desenvolver e fomentar processos de investigação e inovação, produzindo valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Atualmente, o CCG é constituído por 22 associados, nomeadamente: a UMinho; FEHST ST SGPS, S.A.; CCG ZGDV; Ultraforma, Lda; CASO – Consultores Associados de Organizações e Informática; TLCl – Solução de comunicações, S.A.; CP; CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal; Cunha & Gomes, Lda; Multisector Norte, Lda; SINFIC – Sistemas De Informação Industriais E Consultoria, Lda; CVR; SISMODULAR – Engenharia, Lda; AMI Comércio Equipamento de Informática, Lda; CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes; Martins & Agrelos; Câmara Municipal de Guimarães; Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE); Primavera Business Software Solutions; F3M Information Systems, S.A.; Vieira de Almeida & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL; Associação Fibrenamics e, PIEP.

Em 2025, o CCG entrou numa fase de consolidação, marcada por uma maior exigência ao nível da escala, complexidade e impacto da sua atividade. A entidade reforçou o seu papel como parceiro tecnológico de referência, assumindo um maior envolvimento em projetos estruturantes financiados, com foco na transferência de tecnologia e na criação de soluções aplicadas nas áreas digitais e computacionais, incluindo inteligência artificial e sistemas avançados.

Ao longo do ano, destacou-se a crescente capacidade de atuação em contextos de elevada complexidade, assegurando a coordenação de equipas especializadas e a colaboração eficaz com parceiros industriais e internacionais. A internacionalização intensificou-se, com maior participação em projetos europeus, nomeadamente no âmbito do Horizonte Europa, alinhados com as prioridades da União Europeia.

Internamente, foi reforçada a ligação entre investigação, desenvolvimento experimental e adoção empresarial, com um contributo relevante do *Technology Transfer Office* e das atividades de formação avançada. Esta dinâmica permitiu acelerar a incorporação de inovação em produtos e processos.

Apesar dos desafios, o desempenho de 2025 evidencia a afirmação de um modelo estratégico centrado na seleção de iniciativas com elevado impacto, sustentado pela competência, dedicação e capacidade de adaptação das equipas, garantindo a qualidade e consistência dos resultados alcançados.

Na tabela seguinte são evidenciados os principais indicadores económico-financeiros, e respetiva variação, respeitantes ao CCG.

Tabela 14 - Indicadores CCG, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	13 340 530,73	15 337 647,80	-1 997 117,07
	Total do Passivo	7 110 781,61	8 310 939,25	-1 200 157,64
	Total dos Fundos Próprios	6 229 749,12	7 026 708,55	-796 959,43
Desempenho Financeiro	Rendimentos	6 752 011,69	5 766 750,47	985 261,22
	Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	6 335 572,91	5 669 486,14	666 086,77
	Resultado Líquido do Período	416 438,78	97 264,33	319 174,45
Indicadores	Autonomia Financeira	46,70%	45,81%	0,88 p.p.
	Solvabilidade	87,61%	84,55%	3,06 p.p.
	Liquidez Geral	138,69%	133,87%	4,82 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Próprios	6,68%	1,38%	5,30 p.p.

Como se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2025 o total do ativo do CCG registou uma variação negativa de cerca de 2 M€, face a 31 de dezembro de 2024. Esta variação justifica-se essencialmente pela diminuição da rubrica de ativos intangíveis (1,4 M€), outros créditos a receber (1,3 M€) e caixa e depósitos bancários (397 k€), parcialmente compensado pelo aumento das rubricas de ativos fixos tangíveis (626 k€) e clientes (526 k€).



No passivo ocorreu uma diminuição de 1,2 M€ face a 2024, relacionada, essencialmente, com a diminuição dos diferimentos (1,6 M€), parcialmente compensado pelo aumento das rubricas de fornecedores (289 k€) e do Estado e outros entes públicos (109 k€).

A variação negativa verificada nos fundos patrimoniais, em cerca de 797 k€, deve-se, especialmente, à diminuição da rubrica de ajustamentos/outras variações no fundo patrimonial (1 263,5 M€), compensado com o aumento das rubricas de resultados transitados (147,3 k€) e resultado líquido do período (319,2 k€).

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o aumento verificado nos rendimentos, no montante de 985 k€, devido, essencialmente, ao aumento dos subsídios (611 k€) e prestação de serviços (667 k€), compensado pela diminuição de outros rendimentos (249 M€), dos trabalhos para a própria entidade (30,7 M€) e juros e rendimentos similares suportados (13,3 k€).

No mesmo sentido, verificou-se um aumento dos gastos no montante de 666 k€, justificado, essencialmente, pelo aumento dos gastos com o pessoal (374 k€), fornecimentos e serviços externos (158,9 k€) e de outros gastos e perdas (295 k€), parcialmente compensado pela diminuição das rubricas de gastos com depreciações e amortizações (143 k€) e juros e gastos similares suportados (18,9 k€). Estas variações traduziram-se num resultado líquido do período positivo de 416,4 k€ (+319 k€ face a 2024).

No que concerne à análise dos principais indicadores, verifica-se uma melhoria da posição e do desempenho financeiro, uma vez que todos os indicadores apresentam uma variação positiva.

1.2.14. Instituto de Design de Guimarães

A Associação Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) foi constituída em 2012, com o objetivo de promover e apoiar a promoção de ações na área do *design*. A associação teve como génese a parceria existente entre o Município de Guimarães e a UMinho, no âmbito do projeto CAMPURBIS - Parceria para a Regeneração Urbana da Zona de Couros (2008 – 2012), alargada a um conjunto de sócios fundadores, onde se incluem as principais empresas industriais do concelho de Guimarães, com interesse no *design*.

Finalizado o plano de instalação da associação, na antiga Fábrica de Curtumes da Ramada, o IDEGUI conta atualmente com áreas de formação, geridas pela UMinho, mas abertas a outras instituições de formação. Dispõe ainda de espaços propícios à realização de seminários profissionais e áreas expositivas e de divulgação.

A criação do IDEGUI na cidade de Guimarães permitiu, entretanto, dispor de um vasto conjunto de laboratórios e oficinas onde alunos, *designers* e investigadores, podem desenvolver a sua atividade num ambiente criativo, tirando partido dos mais diversos e modernos meios tecnológicos. O Mestrado em Design de Produto e Serviços e a Licenciatura em Design de Produto da UMinho são desenvolvidos nas instalações do IDEGUI.

O IDEGUI colaborou no projeto *Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat* (FURNISH), iniciativa do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), que responde a um dos principais desafios identificados na cidade de Guimarães.

A Tabela 15 apresenta a evolução da atividade do IDEGUI de 2024 para 2025.

Tabela 15 - Indicadores IDEGUI, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	85 049,20	65 626,46	19 422,74
	Total do Passivo	28 401,99	21 385,36	7 016,63
	Total dos Fundos Patrimoniais	56 647,21	44 241,10	12 406,11
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	123 331,94	100 944,55	22 387,39
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	110 925,83	104 158,41	6 767,42
	Resultado Líquido do Período	12 406,11	-3 213,86	15 619,97
Indicadores	Autonomia Financeira	66,61%	67,41%	-0,81 p.p.
	Solvabilidade	199,45%	206,88%	-7,43 p.p.
	Liquidez Geral	220,24%	221,69%	-1,45 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	21,90%	-7,26%	29,17 p.p.

No que diz respeito à Tabela 15, verificou-se uma melhoria significativa da posição financeira em 2025, evidenciada pelo aumento do total do ativo em cerca de 19,4 k€. Este crescimento deve-se essencialmente ao aumento das rubricas de caixa e depósitos bancários (13,6 k€), de ativos fixos tangíveis (4,3 k€), de clientes (1,4 k€) e de diferimentos (0,1 k€).

O passivo registou um aumento de 7 k€, justificado essencialmente pelo aumento das rubricas de fornecedores (3 k€), outras contas a pagar (2 k€) e Estado e outros entes públicos (2 k€).



A variação positiva dos fundos patrimoniais, no montante aproximado de 12,4 k€, deve-se, sobretudo, ao aumento do resultado líquido do período, no valor de 15,6 k€, parcialmente compensado pela diminuição dos resultados transitados, em cerca de 3,2 k€.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o acréscimo dos rendimentos em cerca de 22,4 k€. Por sua vez, os gastos também registaram um aumento, ainda que mais moderado, na ordem dos 6,8 k€. Estas variações contribuíram para uma recuperação expressiva do resultado líquido do período, que passou de um valor negativo em 2024 (-3,2 k€) para um resultado positivo de cerca de 12,4 k€ em 2025.

No que concerne à análise dos principais indicadores, observa-se uma ligeira diminuição da autonomia financeira, da solvabilidade e da liquidez geral. Apesar desta redução, os indicadores mantêm-se em níveis globalmente robustos. Por outro lado, destaca-se a melhoria significativa da rentabilidade dos fundos patrimoniais, que passou de um valor negativo em 2024 para cerca de 21,9% em 2025, refletindo a recuperação dos resultados e uma maior eficiência na utilização dos recursos próprios.

1.2.15. Associação Curtir Ciência

A Associação Curtir Ciência (Curtir Ciência), fundada em 2019, resulta da parceria entre a UMinho e o Município de Guimarães. Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos, com vista ao desenvolvimento e promoção de processos de investigação e inovação, de forma a produzir valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Ao longo do ano de 2025, o projeto e a missão estratégica do Curtir Ciência consolidaram-se afirmando a Associação como um agente relevante na promoção e divulgação da cultura científica junto da comunidade escolar e do público em geral. A experiência acumulada permitiu reforçar as metodologias e os conteúdos associados à prossecução dos objetivos programáticos, recorrendo, nomeadamente, a práticas diversificadas, como a dinamização de ações de comunicação e divulgação científica, a realização de oficinas e a participação em eventos externos promovidos por outras entidades.

O plano de atividades foi cumprido conforme o previsto, com destaque para ações em parceria com o Município de Guimarães. As atividades inscritas no contrato programa celebrado com o Município de Guimarães foram as seguintes:

- Atividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar e na componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico;
- Atividades digitais de divulgação e comunicação de ciência;
- Atividades de exterior para todos os públicos;
- Circuitos interpretativos de observação de fauna e da flora;
- Projetos de comunicação e divulgação de ciência para a comunidade local;
- Projetos de comunicação e divulgação de ciência para a comunidade educativa;
- Escola Curtir Ciência;
- Ações que envolvam temáticas para a sensibilização e para a sustentabilidade ambiental;
- Projeto em parceria com entidades de carácter social, saúde, inclusão;
- Atividades divulgação arte, ciência, literacia e património.

Tabela 16 - Indicadores Curtir Ciência, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Ativo	252 856,51	227 534,24	25 322,27
	Passivo	38 074,81	27 111,17	10 963,64
	Fundo patrimonial	214 781,70	200 423,07	14 358,63
Desempenho Financeiro	Rendimentos	278 272,29	248 335,24	29 937,05
	Gastos (inclui imposto s/ Rendimento)	263 913,66	223 888,96	40 024,70
	Resultado Líquido do Período	14 358,63	24 446,28	-10 087,65
Rácios	Autonomia Financeira	84,94%	88,08%	-3,14 p.p.
	Solvabilidade	564,10%	739,26%	-175,16 p.p.
	Liquidez Geral	635,57%	764,76%	-129,19 p.p.
	Rentabilidade Património Líquido	6,69%	12,20%	-5,51 p.p.

Da análise da tabela anterior constata-se uma melhoria da posição financeira, devido ao aumento do ativo em 25 k€, essencialmente, pelo aumento da rubrica de caixa e depósitos bancários, apesar de um aumento no passivo em cerca de 11 k€.

Relativamente ao desempenho financeiro, observa-se uma redução do resultado líquido do período em 10 k€, uma vez que o aumento dos rendimentos (30 k€) foi inferior ao crescimento dos gastos (40 k€), sobretudo devido ao acréscimo dos gastos com o pessoal.



No que concerne à análise dos principais indicadores, todos registaram redução em 2025 face a 2024. Destacam-se a solvabilidade (-175,16 p.p.), a liquidez geral (-129,19 p.p.) e a autonomia financeira (-3,14 p.p.). A rentabilidade do património líquido também diminuiu (-5,51 p.p.), refletindo a redução do resultado líquido do período em 10 k€.

1.2.16. Casa de Sarmento

A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património (CS) é uma UD da UMinho, fundada em 2017, instituída através de um protocolo de cooperação entre o Município de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento (SMS) e a UMinho. A sua principal missão consiste em estabelecer uma ligação mais profunda entre a Universidade e a comunidade vimaranense, assim como, apoiar o desenvolvimento da missão científica e cultural da SMS.

Na atividade desenvolvida por esta entidade, assume particular importância o tratamento, a catalogação e a divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS, assim como, a colaboração em projetos de investigação que valorizem o seu acervo.

De forma sucinta, descrevem-se em seguida as principais atividades da CS em 2025:

- Repositório Genealógico Nacional (RGN):
 - Continuação da reconstituição de São Tomé de Caldelas;
 - Introdução de dados dos óbitos do Hospital da Misericórdia de Guimarães;
 - Correção e manutenção de erros identificados;
- Serviço de Identificação de Indivíduos:
 - Recolha de informação sobre “Vicente Senra”;
 - Recolha de informação sobre “Alberto Afonso”;
 - Recolha de informação sobre “João Ferreira Fernandes”;
- Serviço de Genealogias:
 - Elaboração da genealogia de “António da Silva Fertosinho”, 5 gerações (400€)
 - Encomenda de duas novas genealogias, em construção;
- Tarefas diversas:
 - Revisão das transcrições das Cartas do Padre Capela a Martins Sarmento;
 - Revisão da tradução em inglês de alguns artigos da Revista Afonsina;
 - Resposta às questões enviadas pelos utilizadores do RGN;
 - Apoio a investigadores e colaboradores do RGN;
 - Formação de um grupo de colaboradores do Centro Intergeracional da Lixa.

A Tabela 17 apresenta, de forma resumida, a evolução da posição e do desempenho financeiro da CS entre os anos de 2024 e 2025.

Tabela 17 - Indicadores CS, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	196 056,72	30 878,54	165 178,18
	Total do Passivo	11 813,94	5 498,92	6 315,02
	Total dos Fundos Patrimoniais	184 242,78	25 379,62	158 863,16
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	110 510,72	70 052,80	40 457,92
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	106 140,11	67 026,47	39 113,64
	Resultado Líquido do Período	4 370,61	3 026,33	1 344,28
Indicadores	Autonomia Financeira	93,97%	82,19%	11,78 p.p.
	Solvabilidade	1 559,54%	461,54%	1 098,00 p.p.
	Liquidez Geral	1 257,02%	391,56%	865,46 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	2,37%	11,92%	-9,55 p.p.

Da análise à Tabela 17, quanto à posição financeira, denota-se uma variação positiva do ativo (165,2 k€) devido, essencialmente, ao aumento das outras contas a receber e ativos fixos tangíveis. Destaca-se ainda uma diminuição do passivo (6,3 k€), justificada, maioritariamente, pelo aumento dos diferimentos. Por sua vez, os fundos patrimoniais aumentaram cerca de 158,9 k€, explicado pelo aumento das outras variações no património líquido.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o acréscimo verificado nos rendimentos, no montante de 40,4 k€, devido, essencialmente, ao aumento verificado nas rubricas de vendas e serviços prestados (17,6 k€), subsídios à exploração (10,5 k€) e outros rendimentos (12,3 k€). Por sua vez, os gastos aumentaram em 39,1 k€ devido, essencialmente, ao acréscimo dos gastos com o pessoal (26,2 k€), fornecimentos e serviços externos (12 k€) e gastos com depreciações e amortizações (0,9 k€). Estas variações traduziram-se num resultado líquido do período positivo, de cerca de 1,3 k€.



A CS apresenta indicadores financeiros satisfatórios, todos com variação positiva face ao período homólogo, com exceção da rentabilidade dos fundos patrimoniais que registou uma diminuição de 9,55 p.p..

1.2.17. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros

O Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros é uma associação de direito privado, de matriz marcadamente tecnológica e científica, com um modelo de gestão empresarial. O PIEP foi constituído em 13 de dezembro de 2000, por iniciativa da indústria e em colaboração com o Departamento de Engenharia de Polímeros da UMinho, com o objetivo de dar resposta às necessidades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) das empresas do setor, desenvolvendo novos materiais e apoiando a criação de produtos inovadores, tecnologias de processamento e ferramentas produtivas.

Atualmente, o PIEP é composto por 65 associados, dos quais 20 são associados fundadores e 45 associados aderentes. Os associados fundados são os seguintes: Universidade do Minho; AEP - Associação Empresarial de Portugal; Simoldes Plásticos, S.A.; CIRES - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas; Celoplás - Plásticos para Indústria, S.A.; PROADDEC Portugal S.A.; Logoplaste - Consultores Técnicos, S.A.; Alfatubo - Empresa Plásticos Técnico, Lda; AGI - Augusto Guimarães & Irmão, Lda; Ecoplas - Empresa Plásticos Técnicos, S.A.; Fehst Componentes, S.A.; Inteplástico - Indústria Técnicas de Plástico; Uponor Portugal - Sistemas para Fluidos, Lda; Novares Portugal, S.A.; Plastidom - Plásticos Indústria e Doméstica; Microplásticos, S.A.; CIE Plasfil - Plásticos da Figueira, S.A.; SIVAL - Sociedade Industrial da Várzea; Inplas - Indústria de Plásticos, Lda.; Amorim Cork Composites, S.A; APIP - Associação Portuguesa Indústria; Periplaste - Equipamentos Industria.

Os associados aderentes são os seguintes: CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e plásticos; IAPMEI; AICEP E.P.E.; Ancal Plásticos, S.A.; Plastaze - Plásticos de Azeméis, S.A.; Equipack - Equipamentos e Matérias Primas Industriais, Lda; Selenis - Indústria de Polímeros, S.A.; Câmara Municipal de Guimarães; Atlanta Componentes para Calçado; Amtrol - Alfa Metalomecânica, S.A.; Sicor - Indústria de Cordoaria, S.A.; GLN Plástico, S.A.; Polisport - Plásticos, S.A.; Motoman Robotics Ibérica - Sucursal em Portugal; Isolago - Indústria de Plásticos, S.A.; Reopoly; Olesa - Indústria de Moldes, S.A.; Sonae Indústria, SGPS, S.A.; CEiiA; Plasdan - Automação e Sistemas, Lda; Muroplás - Indústria de Plásticos, S.A.; TMG S.A.; Vizelpas; Inoveplastika; Racrac Lda.; Safiplas; Vapesol; Neutroplast, S.A; Procalçado; CorPower Ocean; Faria & Morouço, S.A.; Bikinnov- Bike Value Innovation Cent; MGR Packaging SA; Plastipak Belgium BV; Steelplus - Molde Técnicos, Lda.; Endutex - Revestimentos Textéis, S.A; Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda.; Grendene; Aloft, Lda.; CVR; CCG; Grupo Petrotec; Fortunato O. Frederico Ca. Lda.

O PIEP pretende também contribuir na vertente da formação, apoiando o desenvolvimento de recursos humanos, com capacidade e experiência em inovação industrial na área da engenharia de polímeros. Atendendo à multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP está envolvido, a sua interação com a UMinho tem sido extensível a outros departamentos da Universidade, como os Departamentos de Engenharia Mecânica, de Engenharia de Eletrónica Industrial, de Engenharia Civil e o Departamento de Produção e Sistemas.

Para além desta privilegiada relação com a UMinho, o PIEP tem criado parcerias com diversas redes nacionais e internacionais, polos de competitividade e instituições que lhe permitem poder contribuir, em articulação com os diferentes atores, para a definição de estratégias e para a inovação e potenciação de negócio, em diversas áreas.

Em 2025, o PIEP teve um total de 24 projetos de I&DT cofinanciados, sendo 18 iniciados em anos anteriores e 6 novos projetos lançados durante o ano. Entre os projetos transitados, destacam-se a participação em 6 agendas mobilizadoras (*Sustainable Plastics*, *BE.Neutral*, Embalagem do Futuro, *From Fossil to Forest*, Bioeconomia Azul e INOV.AM), 2 pactos de inovação (*New Generation Storage e Produtech R3*), o projeto *BioShoes4All* para o setor do calçado, o projeto *Polarise* no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e os projetos europeus VITAL e ANALYST. Em 2025, o PIEP concluiu o projeto VITAL e iniciou 2 novos projetos na área da saúde: *SereniOxy*, focado no desenvolvimento de máscaras oronasais personalizadas para terapias de ventilação não invasiva, combinando fabrico aditivo e moldação por injeção com digitalização facial 3D via dispositivo móvel, e *Seringa EasyFlush*, uma seringa de dupla câmara que integra as etapas de *flushing*, administração de fármacos e *locking* de dispositivos de acesso vascular, reduzindo manipulações, aumentando a segurança clínica e garantindo conformidade regulatória. Também foram lançados os projetos *WoodSense*, com desenvolvimento de pavimentos de madeira tecnologicamente sensorizados e sustentáveis; *Inov4Society*, focado na transferência de conhecimento e valorização económica de tecnologias em polímeros e compósitos; e PREHSAF, alinhado com a Estratégia de Especialização Inteligente S3 NORTE 2027 para reforço da inovação regional e articulação entre empresas, academia e centros tecnológicos.

A área de Desenvolvimento de Negócio do PIEP mobilizou 37,6 M€ em oportunidades durante 2025, sendo 34,86 M€ referentes a candidaturas a financiamento e 2,81 M€ a projetos diretos e serviços contratados, com aprovações confirmadas de 7 M€. Entre os projetos estruturantes, destacam-se *AIM-PACE*, para desenvolvimento de materiais *biobased* biodegradáveis com inteligência artificial no âmbito do *Horizon Europe*, e as mini-agendas H2_HUB e *BioPlasTEC*, com foco em soluções avançadas para armazenamento e digitalização de hidrogénio e no desenvolvimento industrial de polímeros de base biológica, respetivamente. Mais de 23 M€ de oportunidades transitam para decisão em 2026, reforçando um *pipeline* robusto que reflete o trabalho estratégico antecipado. Para



o próximo ano, o PIEP manterá forte presença em programas europeus *Horizon Europe* e em instrumentos nacionais ligados à *Strategic Technologies for Europe Platform* (STEP), assegurando o papel de parceiro científico-tecnológico de referência, promovendo inovação, industrialização e transição para cadeias de valor mais sustentáveis e digitais.

A Tabela 18 apresenta a variação dos principais indicadores referentes à evolução da atividade do PIEP, registada em 2025, face a 2024.

Tabela 18 - Indicadores PIEP, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	5 544 946,00	5 839 133,00	-294 187,00
	Total do Passivo	1 960 093,00	2 518 990,00	-558 897,00
	Total dos Fundos Patrimoniais	3 584 853,00	3 320 143,00	264 710,00
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	7 186 346,00	5 957 814,00	1 228 532,00
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	6 484 233,00	5 252 027,00	1 232 206,00
	Resultado Líquido do Período	702 113,00	705 787,00	-3 674,00
Rácios	Autonomia Financeira	64,65%	56,86%	7,79 p.p.
	Solvabilidade	182,89%	131,80%	51,09 p.p.
	Liquidez Geral	127,72%	120,17%	7,56 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	19,59%	21,26%	-1,67 p.p.

Como se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2025 o total do ativo do PIEP registou uma variação negativa de cerca de 294,2 k€, face a 31 de dezembro de 2024. Esta variação justifica-se essencialmente pela diminuição das rubricas de caixa e depósitos bancários (912,6 k€), Estado e outros entes públicos (52,6 k€), ativos intangíveis (24,4 k€), investimentos financeiros (23 k€) e diferimentos (14 k€), parcialmente compensado pelo aumento das rubricas de outras contas a receber (290,3 k€), ativos fixos tangíveis (276,6 k€) e clientes (165,5 k€).

No passivo ocorreu uma diminuição de 558,9 k€ face a 2024, relacionada, essencialmente, com a diminuição dos diferimentos (445,5 M€), outras contas a pagar (85,9 k€) e fornecedores (30,4 k€), parcialmente compensado pelo aumento das rubricas de Estado e outros entes públicos (1,6 k€) e financiamentos obtidos (1,3 k€).

A variação positiva verificada nos fundos patrimoniais, em cerca de 264,7 k€, deve-se, especialmente, ao aumento das rubricas de resultados transitados (705,8 k€) e do capital (20 k€), compensado com a diminuição das rubricas de outras variações do património líquido (457,4 k€) e resultado líquido do período (3,7 k€).

Relativamente ao desempenho financeiro, os rendimentos cresceram 1,2 M€, sobretudo devido ao aumento das vendas e serviços prestados (585 k€), subsídios (593 k€) e outros rendimentos (82 k€), parcialmente compensado pela diminuição de juros e rendimentos similares obtidos (31 k€).

Por sua vez, os gastos aumentaram 1,2 M€, relacionado com o acréscimo dos gastos com o pessoal (611,4 k€), fornecimentos e serviços externos (271 k€), perdas por imparidade (199,6 k€), gastos com depreciação e amortização (180 k€), imposto sobre o rendimento (38,5 k€), parcialmente compensado pela diminuição dos outros gastos (58,5 k€) e do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (9,8 k€).

Consequentemente, os diferentes indicadores traduzem uma melhoria da performance da entidade, comparativamente ao período homólogo.

1.2.18. Centro de Estudos Jurídicos do Minho

O Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR) é uma pessoa coletiva de utilidade pública, fundada a 26 de novembro de 1993, que tem como associados a UMinho, a Associação Industrial do Minho, o Município de Braga, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), a Associação de Municípios do Vale do Ave e a Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho. A sua principal missão consiste no desenvolvimento de estudos jurídicos, promovendo para o efeito as iniciativas que entende mais convenientes, como por exemplo, a constituição de grupos de estudo e a realização de conferências e seminários.

A atividade do CEJUR centra-se, fundamentalmente, na publicação de revistas e na oferta formativa. Sendo assegurada a publicação das seguintes revistas:

- Cadernos de Justiça Administrativa;
- Cadernos de Direito Privado; e
- Cadernos de Justiça Tributária.

Em 2025, o CEJUR prosseguiu o objetivo de reforçar a sua atividade formativa e editorial. Manteve a publicação regular das revistas Cadernos de Justiça Administrativa, Cadernos de Direito Privado e Cadernos de Justiça Tributária, tendo ainda editado um número especial em homenagem ao Professor Doutor Pedro Machete.



Ao longo do ano, organizou diversos cursos e conferências, tanto em formato online (via Zoom) como presencial, incluindo cursos breves em áreas como execução fiscal, direito da família e impostos, bem como uma pós-graduação em mediação familiar em parceria com a Escola de Direito da Universidade do Minho e a MediarMais, e o XXIV Seminário de Justiça Administrativa.

O CEJUR apoiou também iniciativas externas, como as II Jornadas de Direito Administrativo, e reforçou parcerias institucionais, mantendo protocolos existentes e celebrando novos acordos com a Associação de Direito Administrativo e com o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica da Guiné-Bissau.

Destacaram-se ainda colaborações com o Instituto Camões em projetos internacionais, nomeadamente na área do combate à violência de género em São Tomé e Príncipe e na reforma do sistema eleitoral.

No plano digital, o CEJUR renovou o seu website, consolidou a loja online e reforçou a sua presença nas redes sociais, incluindo a criação de uma página no Instagram. Manteve igualmente ativo o seu Centro de Documentação, através de ofertas e permutas.

A tabela seguinte apresenta a evolução da atividade do CEJUR de 2024 para 2025.

Tabela 19 - Indicadores CEJUR, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	234 819,86	271 376,65	-36 556,79
	Total do Passivo	26 327,21	17 949,67	8 377,54
	Total dos Fundos Patrimoniais	208 492,65	253 426,98	-44 934,33
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	102 602,98	219 521,44	-116 918,46
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	147 537,31	165 667,17	-18 129,86
	Resultado Líquido do Período	-44 934,33	53 854,27	-98 788,60
Indicadores	Autonomia Financeira	88,79%	93,39%	-4,60 p.p.
	Solvabilidade	791,93%	1 411,88%	-619,95 p.p.
	Liquidez Geral	891,93%	1 511,88%	-619,95 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-21,55%	21,25%	-42,80 p.p.

Da análise da tabela apresentada, quanto à posição financeira do CEJUR, verifica-se uma diminuição do ativo em 36,6 k€, essencialmente associada à redução da rubrica de caixa e depósitos bancários. No passivo, registou-se um aumento de 8,4 k€, refletindo um acréscimo das rubricas de outras contas a pagar (11,5 k€) e de fornecedores (1,2 k€), parcialmente compensado pela diminuição da rubrica estado e outros entes públicos (4,3 k€). Nos fundos patrimoniais verificou-se uma diminuição de 44,9 k€, justificada, essencialmente, pela redução do resultado líquido do período (98,8 k€), parcialmente compensada pelo aumento dos resultados transitados (53,9 k€).

No desempenho financeiro, observa-se uma evolução negativa do resultado líquido do período, que passou de um resultado positivo de 53,9 k€ em 2024 para um resultado negativo de 44,9 k€ em 2025, representando uma variação desfavorável de cerca de 98,8 k€. Esta evolução decorre, sobretudo, da diminuição significativa dos rendimentos (116,9 k€), não totalmente compensada pela redução dos gastos (18,1 k€).

Consequentemente, os indicadores apontam para uma ligeira redução do desempenho da entidade face ao período homólogo, destacando-se a diminuição da autonomia financeira, da solvabilidade e da liquidez geral, bem como a passagem da rentabilidade dos fundos patrimoniais para valores negativos.

1.2.19. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

O CeNTI é um Instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, e resulta de uma intensa parceria de 3 Universidades, 2 Centros Tecnológicos, 1 Instituto de Novas Tecnologias e 1 Associação sem fins lucrativos: a UMinho, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, o CITEVE, o Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC), o CEIIA e o BIKiNNOV – *Bike Value Innovation Center*.

Após um ciclo de forte investimento e expansão de infraestruturas concluído em 2024, o ano de 2025 marcou a entrada do CeNTI numa nova fase de plena operacionalização e afirmação. Com as novas instalações totalmente funcionais, o Centro reforçou a sua capacidade de execução e consolidou o seu posicionamento como parceiro tecnológico de referência, ampliando o impacto das suas atividades de investigação, desenvolvimento e inovação.

Num contexto de transição entre ciclos de financiamento, marcado pela elevada intensidade de atividade associada à conclusão de projetos estruturantes do PRR e pelo arranque de novas iniciativas no âmbito do PT2030 e de programas europeus, o CeNTI assegurou a continuidade e o crescimento da sua atividade, mantendo um elevado nível de procura por parte da indústria. Ao longo de 2025, estiveram em execução 53 projetos colaborativos, suportados por uma equipa que atingiu 211 colaboradores, refletindo o reforço consistente de competências e a capacidade de resposta a desafios tecnológicos cada vez mais exigentes.



Não obstante esta elevada intensidade de atividade em I&D, o CeNTI manteve um forte compromisso com o futuro, traduzido na preparação e submissão de 69 novas candidaturas a programas nacionais e internacionais, com vista ao reforço da sua capacidade científica, tecnológica e competitiva.

A consolidação das infraestruturas tecnológicas, com um investimento adicional de quase 9M€ em 2025, aliada à manutenção de um elevado investimento em áreas estratégicas como os materiais avançados, a energia, a microfabricação e os sistemas inteligentes, permitiu ao CeNTI aprofundar a sua intervenção ao longo de toda a cadeia de valor, desde a investigação até à prototipagem e à pré-industrialização, aproximando de forma efetiva o conhecimento científico da sua aplicação industrial.

Num enquadramento particularmente exigente do ponto de vista financeiro, designadamente ao nível da gestão de tesouraria, e num contexto de incerteza quanto ao futuro do financiamento de base do sistema de investigação e inovação em Portugal, o CeNTI demonstrou resiliência e capacidade de execução, assegurando a concretização dos objetivos definidos e reforçando a sua presença em redes colaborativas nacionais e internacionais.

Em síntese, 2025 afirmou o CeNTI como uma infraestrutura tecnológica madura, orientada para a execução e capaz de transformar conhecimento em soluções com impacto industrial, posicionando-se de forma sólida para o próximo ciclo de crescimento e inovação.

Na tabela infra apresenta-se a variação dos principais indicadores económicos e financeiros, à data de 31 de dezembro 2025, comparativamente ao ano de 2024.

Tabela 20 - Indicadores CeNTI, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	23 158 519,63	21 563 883,89	1 594 635,74
	Total do Passivo	7 140 109,33	10 682 304,03	-3 542 194,70
	Total dos Fundos Patrimoniais	16 018 410,30	10 881 579,86	5 136 830,44
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	12 899 965,80	11 516 258,64	1 383 707,16
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	12 582 757,82	11 659 784,53	922 973,29
	Resultado Líquido do Período	317 207,98	-143 525,89	460 733,87
Indicadores	Autonomia Financeira	69,17%	50,46%	18,71 p.p.
	Solvabilidade	224,34%	101,87%	122,48 p.p.
	Liquidez Geral	116,37%	80,14%	36,23 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	1,98%	-1,32%	3,30 p.p.

Da análise da tabela apresentada, relativamente à posição financeira, destaca-se o aumento do ativo em cerca de 1,6 M€, justificado principalmente pelo acréscimo das rubricas de ativos fixos tangíveis (1,2 M€), Estado e outros entes públicos (594,3 k€) e outras contas a receber (641,4 k€), parcialmente compensado pela diminuição das rubricas de ativos intangíveis (710,3 k€) e ativos por impostos diferidos (80,4 k€).

O passivo diminuiu em aproximadamente 3,5 M€, face ao período homólogo, essencialmente devido à redução das rubricas de outras contas a pagar (3,8 M€) e fornecedores (90,6 k€), parcialmente compensada pelo aumento das rubricas de financiamentos obtidos (202 k€), diferimentos (84,9 k€) e Estado e outros entes públicos (27,5 k€).

Por sua vez, os fundos patrimoniais registaram um aumento significativo de cerca de 5,1 M€, sobretudo justificado pelo aumento da rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais (4,8 M€) e no resultado líquido do período (460,8 k€), parcialmente compensado pela diminuição dos resultados transitados (143,5 k€).

Ao nível do desempenho financeiro, verifica-se um crescimento dos rendimentos no montante de cerca de 1 383,6 M€, explicado pelo aumento das rubricas de outros rendimentos (561,5 k€), subsídios à exploração (455,7 k€), prestações de serviços (179 k€), trabalhos para a própria entidade (186,8 k€) e juros e rendimentos similares obtidos (0,6 k€).

Por outro lado, os gastos também aumentaram aproximadamente 922,9 k€, devido ao aumento das rubricas de gastos com depreciação e amortização (507,7 k€), gastos com o pessoal (481,5 k€), fornecimentos e serviços externos (105,3 k€) e imposto sobre o rendimento (70,4 k€), parcialmente compensado com a diminuição das rubricas de outros gastos e perdas (201,7 k€), juros e gastos similares obtidos (26,5 €) e perdas por imparidade em dívidas a receber (13,8 k€).

Estas variações traduziram-se numa evolução muito positiva do resultado líquido do período, que passou de um valor negativo de cerca de -143,5 k€ em 2024 para um resultado positivo de 317,2 k€ em 2025, representando um aumento de cerca de 460,7 k€.

Relativamente aos indicadores, observa-se uma melhoria generalizada. A autonomia financeira aumentou 18,71 p.p. e a solvabilidade registou um acréscimo de 122,48 p.p., refletindo o reforço dos fundos patrimoniais. A liquidez geral também apresentou uma evolução positiva, com um aumento de 36,23 p.p. Por fim, a rentabilidade dos fundos patrimoniais melhorou, passando de -1,32% em 2024 para 1,98% em 2025.



1.2.20. Centro em Rede de Investigação de Antropologia

O CRIA, fundado em 2008, é acolhido por quatro instituições de ensino superior: Universidade do Minho, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Nova FCSH) e Universidade de Coimbra. Tem promovido e integrado redes transnacionais de investigação em antropologia que maximizam recursos, traduzindo-se numa maior solidez científica aos níveis teórico, metodológico e temático. Simultaneamente, o CRIA tem consolidado o seu envolvimento em diversos projetos e programas de investigação teórica e prática.

O CRIA incentiva a organização de encontros científicos e atividades fora da academia e promove a edição de publicações e ações que favoreçam a difusão da investigação e o diálogo com sociedade civil.

A missão do CRIA passa ainda por desenvolver as relações entre investigação e formação, nomeadamente através da organização de cursos e atividades relacionadas com o ensino, para além de acolher estudantes de diferentes ciclos de ensino superior, contribuindo para a sua integração na comunidade científica.

Apesar das dificuldades provocadas pelo atraso na entrada em vigor do Contrato-Programa 2025–2029, o CRIA concretizou uma parte significativa do seu plano de atividades e respondeu aos desafios que marcaram o ano.

Em 2025, foram revistos os mecanismos de financiamento de investigadores integrados e doutorandos, bem como o regulamento interno, tendo sido criada a categoria de investigadores associados, com o objetivo de reconhecer e incentivar investigadores em início de carreira.

No âmbito do emprego científico, destacaram-se a contratação de oito investigadores de carreira, sete através do programa FCT Tenure e um no âmbito do Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território (IN2PAST), reforçando a capacidade científica e a estratégia de afirmação institucional do CRIA.

Foram igualmente iniciados trabalhos em áreas como planos de carreira, acesso aberto, gestão de dados e revisão estatutária, cuja concretização prosseguirá em 2026. Alguns objetivos, como a abertura dos exploratórios do CRIA, transitaram para o próximo ano devido aos constrangimentos financeiros.

O ano ficou ainda marcado pela descentralização da gestão das bolsas de doutoramento e pela decisão governamental de extinguir a FCT e criar a Agência para a Investigação e Inovação, reforçando a necessidade de reduzir a dependência do financiamento da FCT.

Foi também um ano emocionalmente difícil, marcado pela perda de Mafalda Sousa e Fernando Florêncio. Apesar das adversidades, o CRIA manteve o compromisso com a comunicação institucional, atualizando a sua identidade visual e estratégia de disseminação.

Os investigadores continuaram a demonstrar forte empenho, criatividade e iniciativa, nomeadamente na apresentação de projetos competitivos.

Na tabela infra apresenta-se a variação dos principais indicadores económicos e financeiros, à data de 31 de dezembro 2025, comparativamente ao ano de 2024.

Tabela 21 – Indicadores da CRIA, em euros

Principais Indicadores		2025	2024	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	1 104 298,73	1 018 300,23	85 998,50
	Total do Passivo	937 933,96	938 149,00	-215,04
	Total dos Fundos Patrimoniais	166 364,77	80 151,23	86 213,54
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	1 377 362,14	1 574 577,05	-197 214,91
	Total de Gastos (inclui imposto s/ o rendimento)	1 284 863,65	1 559 595,16	-274 731,51
	Resultado Líquido do Período	92 498,49	14 981,89	77 516,60
Indicadores	Autonomia Financeira	15,07%	7,87%	7,19 p.p.
	Solvabilidade	17,74%	8,54%	9,19 p.p.
	Liquidez Geral	115,58%	105,88%	9,70 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	55,60%	18,69%	36,91 p.p.

Pela análise da tabela anterior constata-se que ao nível da posição financeira, o ativo aumentou em 86 k€, decorrente, essencialmente, do aumento do ativo corrente, em 91 k€, compensado pela diminuição do ativo não corrente, em 5 k€.

Relativamente ao desempenho, verificou-se uma diminuição dos rendimentos em 197,2 k€, impulsionado principalmente pela redução dos subsídios (189,6 k€), vendas e prestações de serviços (5 k€), outros rendimentos e ganhos (2,6 k€). Os gastos diminuíram 274,7 k€, refletindo, sobretudo, a redução dos gastos com o pessoal (269,7



k€), com fornecimentos e serviços externos (7 k€) e outros gastos (0,7 k€). Esta diminuição foi atenuada pelo acréscimo dos juros e gastos similares suportados (1,3 k€), do imposto sobre o rendimento (1,2 k€) e dos gastos com depreciações e amortizações (0,2 k€). Como resultado, o resultado líquido do período foi positivo em 92,5 k€, o que representa uma melhoria de 77,5 k€ face ao ano anterior.

Ao nível dos indicadores, não se verificam variações relevantes entre os anos de 2024 e de 2025, sendo que o rácio de liquidez geral demonstra que é possível a CRIA, no curto prazo, liquidar todas as suas dívidas. Contudo, os fundos patrimoniais da associação apenas conseguem solver 17,74% do seu passivo e apenas consegue financiar 15,07% da sua atividade, o que demonstra uma excessiva dependência da entidade em relação a capitais alheios.



III – RELATO FINANCEIRO



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2025, a economia global continuou a registar um crescimento moderado. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em torno de 3,3% em 2025 e 2026, um ritmo inferior às médias históricas de longo prazo, refletindo desafios estruturais como o aumento de barreiras comerciais, níveis elevados de dívida pública e incertezas geopolíticas.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá situar-se em torno de 1,6% a 1,7%, evidenciando um abrandamento face a períodos anteriores e refletindo políticas monetárias ainda restritivas e uma procura externa moderada.

A inflação global tem vindo a moderar gradualmente, embora permaneça acima das metas de longo prazo em várias economias avançadas e emergentes. As projeções indicam uma taxa de inflação global próxima de 4,1%. No relatório de janeiro de 2026, o FMI previa uma descida nos anos seguintes; contudo, essa perspetiva encontra-se agora sujeita a riscos associados à volatilidade dos preços da energia, às tensões geopolíticas e a possíveis disrupções nas cadeias de abastecimento.

Este enquadramento ocorre num contexto marcado por persistentes tensões políticas internacionais, choques nos mercados energéticos e fragilidades nas cadeias de abastecimento globais, fatores que continuam a influenciar a dinâmica do comércio internacional e as decisões de política macroeconómica.

Apesar destes constrangimentos, a difusão de novas tecnologias e o investimento em inovação, particularmente em áreas como inteligência artificial, digitalização e energias renováveis, continuam a constituir importantes motores de crescimento económico e de aumento da produtividade a nível global.

No contexto europeu, as projeções macroeconómicas mais recentes, publicadas pelo Eurostat, apontam para um crescimento económico ao longo de 2025, com o PIB real a aumentar cerca de 1,5 % na área do euro e cerca de 1,6% na União Europeia. A inflação na área do euro deverá continuar a reduzir-se gradualmente, aproximando-se da meta de 2% definida pelo Banco Central Europeu (BCE), embora as atuais tensões geopolíticas, entre as quais conflitos no Médio Oriente, possam criar desafios consideráveis ao cumprimento deste objetivo.

2.1. Enquadramento macroeconómico nacional

Em Portugal, o crescimento económico em 2025 foi moderado, com o PIB a expandir-se 1,9% em volume, desacelerando 0,3 p.p. face a 2024.

A inflação estabilizou-se em 2,3%, um valor ligeiramente inferior aos 2,4% do ano anterior, mas ainda acima do limiar de 2%, refletindo o efeito da subida dos preços da energia e dos bens alimentares. Este valor será particularmente afetado com a escalada de preços decorrente da guerra no Médio Oriente.

O mercado de trabalho manteve-se resiliente, com uma taxa de desemprego projetada em 5,8% no último trimestre de 2025, ligeiramente inferior à do período homólogo, reflexo da confiança económica e das políticas públicas de apoio à criação de emprego. Simultaneamente, registou-se equilíbrio orçamental de Portugal.

O consumo privado e o investimento voltaram a crescer de forma moderada, beneficiando das políticas de recuperação económica e dos fundos europeus, nomeadamente através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A aposta em projetos de sustentabilidade ambiental e em inovação tecnológica tem sido vista como essencial para garantir o crescimento a longo prazo. Contudo, a instabilidade geopolítica e as incertezas globais, manifestadas, por exemplo, pelo aumento dos preços do gasóleo, da energia e pelos desafios do mercado imobiliário, continuam a representar riscos significativos para a estabilidade económica e o bem-estar das famílias.

2.2. Enquadramento económico do ensino superior

No domínio do ensino superior, a União Europeia tem vindo a reforçar os investimentos em ciência e tecnologia, reconhecendo o papel estratégico destes setores na competitividade global e na inovação. O Conselho Europeu estabeleceu a meta de investir 3% do PIB em investigação e inovação até 2030, sublinhando a importância do conhecimento e do talento para o futuro da região.

Contudo, persistem preocupações relativamente ao financiamento global da ciência na União Europeia. Um relatório independente coordenado pelo ex-ministro português Manuel Heitor propôs um reforço significativo do orçamento do próximo programa-quadro europeu de investigação e inovação (FP10), sugerindo que este pudesse atingir cerca de 220 mil milhões de euros¹. A proposta inicial apresentada pela Comissão Europeia em 2025 aponta, contudo, para um valor inferior, na ordem dos 175 mil milhões de euros, mantendo em aberto o debate sobre o montante necessário

¹ Center, Common Policy, Contact Ann-Sofie RÖNNLUND, and Jean-François DUFFAU. "Align Act Accelerate. Research, Technology and Innovation to boost European Competitiveness." (2024).



para garantir a competitividade científica e tecnológica da UE. O relatório sublinha ainda que o financiamento europeu deve complementar, e não substituir, o investimento nacional em investigação e desenvolvimento. Para agravar o contexto, as atuais tensões geopolíticas e o reforço das prioridades em defesa podem influenciar a alocação de recursos, impactando potencialmente a investigação científica e tecnológica a nível europeu.

Neste cenário, as universidades europeias, que desempenham um papel central na investigação e na inovação, enfrentam desafios financeiros que exigem uma diversificação das fontes de financiamento e um maior reforço da colaboração com o setor privado.

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA

3.1. Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível da ótica orçamental, nomeadamente quanto às liquidações e obrigações, e da ótica monetária, pagamentos e recebimentos, refletidas nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas e em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, procedeu-se à consolidação orçamental através do método da simples agregação, tendo-se incluído no perímetro de consolidação os SASUM.

3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados

A tabela infra apresenta informação relativa à desagregação dos recebimentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 22 - Desagregação dos recebimentos consolidados

Recebimentos	31/12/2025		31/12/2024		Variação 2025-2024	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Receita Corrente	167 664 498,84	83,27	166 036 815,05	84,89	1 627 683,79	0,98
R3 Taxas, multas e outras penalidades	22 357 833,67	11,10	21 933 620,02	11,21	424 213,65	1,93
R4 Rendimentos de propriedade	535 565,47	0,27	407 290,01	0,21	128 275,46	31,49
R5 Transferências Correntes	132 489 257,49	65,80	131 323 897,17	67,14	1 165 360,32	0,89
R51 Administrações Públicas	102 733 817,77	51,02	99 840 894,27	51,04	2 892 923,50	2,90
R511 Administração Central - Estado	99 356 949,80	49,35	94 629 906,26	48,38	4 727 043,54	5,00
R512 Administração Central - Outras entidades	3 376 867,97	1,68	5 210 988,01	2,66	-1 834 120,04	-35,20
R52 Exterior - UE	26 916 254,65	13,37	28 899 110,71	14,77	-1 982 856,06	-6,86
R53 Outras	2 839 185,07	1,41	2 583 892,19	1,32	255 292,88	9,88
R6 Vendas de bens e serviços	10 825 955,10	5,38	10 965 513,66	5,61	-139 558,56	-1,27
R7 Outras receitas correntes	1 455 887,11	0,72	1 406 494,19	0,72	49 392,92	3,51
Receita de capital	33 449 532,55	16,61	29 328 522,81	14,99	4 121 009,74	14,05
R8 Vendas de bens de investimento	2 309,25	0,00	861,00	0,00	1 448,25	168,21
R9 Transferências de capital	33 360 378,26	16,57	29 327 661,81	14,99	4 032 716,45	13,75
R91 Administrações Públicas	33 360 378,26	16,57	29 184 434,59	14,92	4 175 943,67	14,31
R912 Administração Central - Outras entidades	33 360 378,26	16,57	29 184 434,59	14,92	4 175 943,67	14,31
R92 Exterior - UE	0,00	0,00	143 227,22	0,07	-143 227,22	-100,00
R10 Outras receitas de capital	86 845,04	0,04	0,00	0,00	86 845,04	-
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	227 703,76	0,11	231 137,10	0,12	-3 433,34	-1,49
Total Receita	201 341 735,15	100,00	195 596 474,96	100,00	5 745 260,19	2,94

Conforme se pode observar pela análise da tabela anterior, verifica-se uma variação positiva de 5,7 M€ (2,94%) entre os montantes recebidos em 2025 e o período homólogo.

No que diz respeito aos recebimentos correntes, estes representam 83,27% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, sendo de realçar o aumento de cerca de 1,2 M€ na rubrica transferências correntes, justificado, essencialmente, pelo aumento das transferências da administração central – Estado (4,7 M€), que representa 49,35% do total da receita arrecadada, na qual se incluí a dotação do OE, que registou um reforço de 1,8 M€, pelo aumento de outras transferências (0,3 M€), parcialmente compensado pela diminuição das transferências administração central – Outras entidades (1,8 M€) e das transferências exterior – U.E. (2 M€).

A variação das receitas cobradas em taxas, multas e outras penalidades sofreram uma variação positiva de 0,4 M€, resultante do aumento de taxas diversas, apesar do decréscimo do valor registado em propinas. Em contrapartida, verificou-se um decréscimo pouco significativo do valor registado em propinas (0,02 k€). Contudo, importa referir que o recebimento da propina dos bolseiros FCT (3º ciclo), que atingiu quase 1,6 M€ em 2025, foi registada na rubrica de transferências.



No que diz respeito aos recebimentos de capital, em 31 de dezembro de 2025, estes representam 16,61% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, verificando-se uma variação positiva de 14,05 p.p., quando comparado com 31 de dezembro de 2024. Este aumento de 4,1 M€ justifica-se, essencialmente, pelo recebimento de verbas que visam financiar despesas de capital associadas à atividade de I&D do Grupo Público e pelo aumento do reconhecimento, em 2,1 M€, face ao ano anterior, da receita arrecadada no âmbito do financiamento do PRR.

Decorrente do exposto nos parágrafos anteriores, pode-se concluir que o aumento dos recebimentos do Grupo Público UMinho, em cerca de 5,7 M€, deve-se, na sua maioria, ao reforço das transferências da administração central (que inclui a dotação do OE), o crescimento de receitas associadas a taxas diversas e, sobretudo, o recebimento de verbas destinadas a financiar despesas de capital ligadas à atividade de I&D e ao PRR.

A Tabela 23 apresenta informação relativa à desagregação dos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 23 - Desagregação dos pagamentos consolidados

Pagamentos	31/12/2025		31/12/2024		Variação 2025-2024	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Despesa Corrente	176 491 152,97	94,09	171 312 651,19	94,39	5 178 501,78	3,02
D1 Despesas com o pessoal	126 921 105,28	67,66	120 060 630,91	66,15	6 860 474,37	5,71
D11 Remunerações Certas e Permanentes	100 479 761,78	53,57	94 284 721,06	51,95	6 195 040,72	6,57
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	3 179 966,98	1,70	2 542 251,11	1,40	637 715,87	25,08
D13 Segurança Social	23 261 376,52	12,40	23 233 658,74	12,80	27 717,78	0,12
D2 Aquisição de bens e serviços	28 834 999,66	15,37	29 876 205,05	16,46	-1 041 205,39	-3,49
D3 Juros e outros encargos	259 428,90	0,14	292 474,81	0,16	-33 045,91	-11,30
D4 Transferências correntes	19 380 170,24	10,33	20 403 045,64	11,24	-1 022 875,40	-5,01
D41 Administrações Públicas	2 715 748,46	1,45	3 048 886,87	1,68	-333 138,41	-10,93
D412 Administração Central - Outras entidades	2 572 528,13	1,37	3 048 886,87	1,68	-476 358,74	-15,62
D415 Administração Local	143 220,33	0,08	0,00	0,00	143 220,33	-
D42 Instituições sem Fins Lucrativos	1 276 045,52	0,68	3 379 690,31	1,86	-2 103 644,79	-62,24
D43 Famílias	9 615 784,43	5,13	8 359 371,57	4,61	1 256 412,86	15,03
D44 Outras	5 772 591,83	3,08	5 615 096,89	3,09	157 494,94	2,80
D6 Outras despesas correntes	1 095 448,89	0,58	680 294,78	0,37	415 154,11	61,03
Despesas de capital	11 062 293,84	5,90	10 165 515,27	5,60	896 778,57	8,82
D7 Investimento	11 062 293,84	5,90	10 165 515,27	5,60	896 778,57	8,82
D10 Despesa com ativos financeiros	31 000,00	0,02	10 000,00	0,01	21 000,00	210,00
Total Despesa	187 584 446,81	100,00	181 488 166,46	100,00	6 096 280,35	3,36

No que concerne aos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, e em comparação com o ano de 2024, verificou-se uma variação positiva, de aproximadamente 3,36%, atingindo em 2025 um total de pagamentos no montante de 187,6 M€.

Tal como verificado no ano anterior, em 2025, os pagamentos relacionados com as despesas correntes representam quase a totalidade dos pagamentos do Grupo Público (94,09%). Destes, destacam-se as despesas com pessoal que aumentaram cerca de 6,9 M€, justificado, essencialmente, pelas variações positivas verificadas na entidade-mãe decorrente, nomeadamente, atualizações salariais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 1/2025, no valor de 2,3 M€, bem como a alteração obrigatória de posições remuneratórias com pagamento de retroativos do regime transitório de 2004-2011, que totaliza 2,8 M€. Acresce ainda o impacto da contratação de novos recursos humanos (1,4 M€), o aumento das indemnizações por caducidade de contratos (0,4 M€) e o crescimento das despesas com pessoal a aguardar aposentação (0,7 M€), além do reforço nas colaborações técnicas (0,3 M€). Em sentido contrário, verifica-se uma redução de 1,6 M€ nos pagamentos à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações, resultante da antecipação, realizada pela primeira vez em 2024, do pagamento das contribuições relativas ao mês de dezembro. Por outro lado, o montante de Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) pago em 2025 aumenta 0,6 M€, justificado pelo processamento salarial do mês de dezembro de 2024, no qual foram incluídos os retroativos referentes ao regime transitório de 2004-2011.

Nos pagamentos efetuados com a aquisição de bens e serviços correntes verifica-se uma diminuição de cerca de 1 M€, que reflete encerramento de projetos em 2024. As aquisições de bens e serviços onde se obteve uma maior variação centram-se em trabalhos especializados e outros serviços, assistências técnicas, material de laboratório e reagentes, deslocações e estadas, locação de material informático e encargos com instalações.

A diminuição verificada na rubrica de transferências correntes em cerca de 1 M€, face ao ano 2024, resultante, essencialmente, da redução das transferências para parceiros no âmbito dos projetos financiados, uma vez que o ano anterior coincidiu com o encerramento de financiamentos e apuramento dos valores finais a transferir, e não devido a uma diminuição da atividade de I&D.

Na rubrica de outras despesas correntes, verificou-se uma variação positiva de 61,03%, resultante, essencialmente, da alteração da classificação económica do imposto sobre os juros para a rubrica de impostos e taxas da despesa, uma vez que, nos anos anteriores, este se encontrava diluído na rubrica de “rendimentos de propriedade” da receita. Este aumento decorre ainda do acréscimo dos pagamentos de despesas relacionadas com quotas e *royalties*, em comparação com o período homólogo.



Relativamente às despesas de capital, apesar de representarem uma pequena parte (5,90%) dos pagamentos totais do Grupo Público UMinho, aumentaram a sua representatividade na despesa e registaram um aumento de aproximadamente 0,9 M€, devido principalmente à execução de despesa no âmbito do financiamento PRR.

A maior variação em termos relativos verificou-se na rubrica de ativos financeiros, justificado pela aquisição das UP do CEiiA e do Centro de Tecnologia e Inovação em Energias e Tecnologias Oceânicas (Associação Sustainmare).

3.1.2. Direitos e obrigações consolidados

A Tabela 24 apresenta os direitos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total dos direitos, bem como à variação entre períodos.

Tabela 24 - Desagregação dos direitos consolidados

Direitos	2025		2024		Variação 2025-2024	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Direitos Correntes	168 165 155,15	83,32	165 220 433,09	84,86	2 944 722,06	1,78
R3 Taxas, multas e outras penalidades	23 029 671,44	11,41	20 170 348,00	10,36	2 859 323,44	14,18
R4 Rendimentos de propriedade	535 565,47	0,27	407 290,01	0,21	128 275,46	31,49
R5 Transferências Correntes	132 216 637,07	65,51	132 228 213,20	67,91	-11 576,13	-0,01
R51 Administrações Públicas	102 725 811,38	50,90	99 840 894,27	51,28	2 884 917,11	2,89
R511 Administração Central - Estado	99 356 949,80	49,23	94 629 906,26	48,60	4 727 043,54	5,00
R512 Administração Central - Outras entidades	3 368 861,58	1,67	5 210 988,01	2,68	-1 842 126,43	-35,35
R52 Exterior - U.E.	26 708 434,55	13,23	29 010 803,58	14,90	-2 302 369,03	-7,94
R53 Outras	2 782 391,14	1,38	3 376 515,35	1,73	-594 124,21	-17,60
R6 Vendas de bens e serviços	10 927 440,93	5,41	11 008 040,82	5,65	-80 599,89	-0,73
R7 Outras receitas correntes	1 455 840,24	0,72	1 406 541,06	0,72	49 299,18	3,50
Direitos de capital	33 449 523,40	16,57	29 328 531,96	15,06	4 120 991,44	14,05
R8 Vendas de bens de investimento	2 300,10	0,00	870,15	0,00	1 429,95	164,33
R9 Transferências de capital	33 360 378,26	16,53	29 327 661,81	15,06	4 032 716,45	13,75
R91 Administrações Públicas	33 360 378,26	16,53	29 184 434,59	14,99	4 175 943,67	14,31
R912 Administração Central - Outras entidades	33 360 378,26	16,53	29 184 434,59	14,99	4 175 943,67	14,31
R92 Exterior - U.E.	0,00	0,00	143 227,22	0,07	-143 227,22	-100,00
R10 Outras receitas de capital	86 845,04	0,04	0,00	0,00	86 845,04	-
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	223 134,57	0,11	153 011,17	0,08	70 123,40	45,83
Total de Direitos	201 837 813,12	100,00	194 701 976,22	100,00	7 135 836,90	3,67

Como se pode verificar da análise da tabela acima, os direitos correntes representam aproximadamente 83,32% (84,86% em 2024) dos direitos totais do Grupo Público UMinho, onde se destaca a rubrica de transferências correntes da administração central - Estado, a qual inclui a dotação do OE, cujo peso da rubrica é de 49,23% (48,60% em 2024).

Quanto aos direitos totais, verifica-se um aumento de 7,1 M€, justificada, essencialmente, pelos seguintes motivos:

- A dotação do OE, ascendeu a cerca de 92,6 M€, representando um aumento de aproximadamente 1,8 M€ comparativamente ao ano de 2024; e
- Os direitos correntes e de capital registaram um aumento de aproximadamente 7,1 M€. Deste montante, 4,1 M€ devem-se ao incremento do reconhecimento da receita arrecadada através das transferências efetuadas pelas entidades financiadoras da administração central para financiamento de bens de capital adquiridos no âmbito da atividade de I&D, valor que foi superior ao previsto em aproximadamente 8,68%. Este resultado deve-se, essencialmente, à comunicação da FCT relativa aos montantes a transferir como capital e aos valores efetivamente transferidos.

Com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total das obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, apresentam-se na Tabela 25 as obrigações consolidadas, discriminadas por rubrica orçamental.



Tabela 25 - Desagregação das obrigações consolidadas

Obrigações	2025		2024		Variação 2025-2024	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Obrigações Correntes	178 837 509,65	94,03	174 128 512,15	94,32	4 708 997,50	2,70
D1 Despesas com o pessoal	128 432 620,22	67,53	122 310 687,25	66,25	6 121 932,97	5,01
D11 Remunerações Certas e Permanentes	101 914 896,11	53,59	96 246 795,20	52,13	5 668 100,91	5,89
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	3 196 437,46	1,68	2 625 392,09	1,42	571 045,37	21,75
D13 Segurança Social	23 321 286,65	12,26	23 438 499,96	12,70	-117 213,31	-0,50
D2 Aquisição de bens e serviços	29 331 229,69	15,42	30 208 913,21	16,36	-877 683,52	-2,91
D3 Juros e outros encargos	259 428,90	0,14	292 474,81	0,16	-33 045,91	-11,30
D4 Transferências correntes	19 301 459,24	10,15	20 243 880,99	10,97	-942 421,75	-4,66
D41 Administrações Públicas	2 717 839,46	1,43	3 048 886,87	1,65	-331 047,41	-10,86
D411 Administração Central — Estado	2 091,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00	-
D412 Administração Central - Outras entidades	2 572 528,13	1,35	3 048 886,87	1,65	-476 358,74	-15,62
D415 Administração Local	143 220,33	0,08	0,00	0,00	143 220,33	-
D42 Instituições sem Fins Lucrativos	1 280 669,48	0,67	3 379 690,31	1,83	-2 099 020,83	-62,11
D43 Famílias	9 659 487,98	5,08	8 411 524,51	4,56	1 247 963,47	14,84
D44 Outras	5 643 462,32	2,97	5 403 779,30	2,93	239 683,02	4,44
D6 Outras despesas correntes	1 512 771,60	0,80	1 072 555,89	0,58	440 215,71	41,04
Obrigações de capital	11 316 089,12	5,95	10 473 534,03	5,67	842 555,09	8,04
D7 Investimento	11 316 089,12	5,95	10 473 534,03	5,67	842 555,09	8,04
D10 Despesa com ativos financeiros	32 000,00	0,02	10 000,00	0,01	22 000,00	220,00
Total de Obrigações	190 185 598,77	100,00	184 612 046,18	100,00	5 573 552,59	3,02

Quanto às obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, estas sofreram uma variação positiva de 3,02% face ao período homólogo, e na linha do que se verifica nos pagamentos consolidados, também as obrigações consolidadas correntes são as mais significativas, as quais representam cerca de 94,03% (94,32% em 2024) do total das obrigações do Grupo.

Tal como nos pagamentos consolidados, o aumento na rubrica de despesas com o pessoal é justificado pelas variações positivas verificadas na entidade-mãe decorrente, nomeadamente, das atualizações salariais no âmbito do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro; da alteração obrigatória da posição remuneratória e pagamento de retroativos referentes ao regime transitório de 2004-2011; da contratação de novos recursos humanos; do acréscimo das indemnizações por caducidade de contratos; do aumento de despesas com remuneração por doença e pessoal em reserva a aguardar aposentação e do aumento do pagamento de colaborações técnicas.

Quanto à rubrica de transferências correntes, verifica-se uma diminuição de 0,9 M€, tal como referido no ponto 3.1.1, justifica-se essencialmente da redução das transferências para parceiros no âmbito dos projetos financiados, uma vez que o ano anterior coincidiu com o encerramento de financiamentos e apuramento dos valores finais a transferir, e não devido a uma diminuição da atividade de I&D.

Quanto à rubrica de aquisições de bens e serviços, esta registou uma variação negativa de cerca de 0,9 M€ e como explicado no ponto referente aos pagamentos consolidados, é refletido o encerramento de projetos em 2024.

As obrigações de capital, tal como justificado nos pagamentos consolidados, sofreram uma variação positiva de 0,8 M€, sendo maioritariamente aquisições de ativos para a atividade de investigação do Grupo Público, nomeadamente pela execução de projetos financiados, entre os quais os no âmbito do PRR.

3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados

Em resumo, considera-se pertinente destacar, o evidenciado na Tabela 26, referente aos principais indicadores orçamentais consolidados do Grupo Público UMinho, em 31 de dezembro de 2025 e período homólogo.

Tabela 26 - Indicadores orçamentais

Indicadores	31/12/2025	31/12/2024	Variação (2025-2024)
Recebimentos totais (sem operações de tesouraria)	201 341 735,15	195 596 474,96	5 745 260,19
Recebimentos correntes/Recebimentos totais	83,27%	84,89%	-1,61%
Pagamentos totais (sem operações de tesouraria)	187 584 446,81	181 488 166,46	6 096 280,35
Pagamentos correntes/Pagamentos totais	94,09%	94,39%	-0,31%
Direitos totais	201 837 813,12	194 701 976,22	7 135 836,90
Direitos correntes/Direitos totais	83,32%	84,86%	-1,54%
Obrigações totais	190 185 598,77	184 612 046,18	5 573 552,59
Obrigações correntes/Obrigações totais	94,03%	94,32%	-0,29%

Do exposto na tabela anterior pode-se concluir que:

- Os recebimentos consolidados totais registados em 2025, cifraram-se em cerca de 201,3 M€, sendo que em 2024 atingiram, aproximadamente, 195,6 M€. Verifica-se assim uma variação positiva de receita arrecadada pelo Grupo Público, no montante de 5,7 M€ justificada, essencialmente ao reforço das transferências da administração central (que inclui a dotação do OE), o crescimento de receitas associadas a taxas diversas e, sobretudo, o recebimento de verbas destinadas a financiar despesas de capital ligadas à atividade de I&D e ao PRR;



- Os recebimentos correntes continuam a ter a maior representatividade dos recebimentos do Grupo Público, tendo-se verificado uma ligeira diminuição, face ao ano de 2024, na ordem dos 1,61 p.p., atingindo, contudo, em 2025 um peso de 83,27%;
- No ano de 2025, os pagamentos consolidados totais ascenderam a 187,6 M€, enquanto, no ano transato haviam ascendido a 181,5 M€. Tal como exposto anteriormente, este aumento, no montante de 6,1 M€, justifica-se, essencialmente, pelo aumento das rubricas de despesas com o pessoal (6,9 M€), de outras despesas correntes (0,4 M€) e de despesas de capital (0,9 M€), sendo compensado pela diminuição das rubricas de aquisição de bens e serviços (1,1 M€) e de transferências correntes (1 M€).
- Tal como já verificado em 2024, os pagamentos correntes consolidados em 2025, continuaram a representar quase a totalidade dos pagamentos do Grupo Público, tendo estes ascendido a 94,09%; e
- Importa salientar que as obrigações consolidadas em 2025, ascenderam a cerca de 190,2 M€, enquanto que os pagamentos consolidados ascenderam a 187,6 M€, pelo que existe um diferencial de cerca de 2,6 M€ de obrigações, que serão pagas com recurso a recebimentos de 2026.

Do exposto pode-se concluir que tanto os recebimentos/direitos correntes como os pagamentos/obrigações correntes, continuam a representar a maior fatia da atividade orçamental do Grupo Público UMinho.

3.2. Análise económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível das óticas financeira, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, conforme apresentado na tabela 1, do ponto 1.1., tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (SASUM, ACMP5, B'ACIS, APsi, CVR, TecMinho, EXPERTISSUES e Associação Fibrenamics) e o método da equivalência patrimonial às entidades associadas (BLCS, IC, 2CA-Braga, CCG, IDEGUI, Curtir Ciência, CS, PIEP, CEJUR e CeNTI). As restantes entidades nas quais a UMinho detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, sendo reconhecidas pelo modelo do custo.

3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado

3.2.1.1. Ativo consolidado

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução das principais rubricas do ativo a 31 de dezembro de 2025, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 27 - Estrutura do ativo consolidado, em euros

ATIVO	31/12/2025		31/12/2024 Reexpresso		Variação 2025 - 2024 reexpresso	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Ativo não corrente	143 937 088,12	57,96%	140 439 074,91	62,56%	3 498 013,21	2,49%
Dev. p/ transf. e subs. não reemb.	9 258 673,72	3,73%	7 356 179,00	3,28%	1 902 494,72	25,86%
Clientes, contribuintes e utentes	21 764 224,25	8,77%	20 688 718,95	9,22%	1 075 505,30	5,20%
Outro ativo corrente	3 040 100,59	1,22%	2 977 458,98	1,33%	62 641,61	2,10%
Caixa e depósitos	70 321 072,01	28,32%	53 010 772,60	23,62%	17 310 299,41	32,65%
Total	248 321 158,69	100,0%	224 472 204,44	100,0%	23 848 954,25	10,62%

Ao nível de análise financeira, referente aos anos de 2025 e 2024, é possível destacar uma variação positiva de cerca de 23,8 M€. Este aumento é justificado essencialmente pelos seguintes pontos:

- A rubrica caixa e depósitos registou um acréscimo no montante de cerca de 17,3 M€, em 2025, justificado, essencialmente, pelo aumento das operações de execução orçamental e de tesouraria, relacionadas com o reconhecimento de receita no âmbito do PRR na entidade-mãe;
- O ativo não corrente registou um aumento de aproximadamente 3,5 M€, em virtude do acréscimo dos ativos fixos tangíveis, uma vez que as aquisições compensaram as depreciações (1,8 M€), dos investimentos financeiros mensurados pelo método da equivalência patrimonial (1,4 M€), bem como do aumento das propriedades de investimento (0,3 M€);
- A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis registou um aumento de cerca de 1,9 M€, em 2025, o que reflete um aumento na entidade-mãe das dívidas das entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, principalmente da entidade financiadora FCT;



- O aumento das dívidas de clientes, contribuintes e utentes, no montante de 1,1 M€, é justificado pelo aumento da rubrica na entidade-mãe e na entidade controlada Associação Fibrenamics.
 - Na entidade mãe, o aumento decorre do acréscimo da dívida de alunos internacionais, refletindo o crescimento do número de estudantes internacionais inscritos. Este aumento está, sobretudo, associado a estudantes oriundos de países terceiros, incluindo casos em que, após a inscrição, não se concretiza a frequência efetiva dos cursos, nomeadamente devido a dificuldades na obtenção de visto.
 - Na Associação Fibrenamics, o acréscimo reflete essencialmente montantes faturados no final do exercício, ainda por receber à data de encerramento do período, referente a contratos celebrados no âmbito da prestação de serviços associados a projetos individuais dos clientes, designadamente decorrentes de candidaturas submetidas em 2024 ao PT2030.

3.2.1.2. Património líquido consolidado

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025, face a 31 de dezembro de 2024, é apresentada na tabela seguinte:

Tabela 28 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2025		31/12/2024 Reexpresso		Variação 2025 - 2024 reexpresso	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Património	140 621 464,39	79,48%	140 621 464,39	86,56%	0,00	0,00%
Resultados transitados	-56 165 790,71	-31,75%	-59 382 887,41	-36,55%	3 217 096,70	-5,42%
Ajustamentos em ativos financeiros	8 869 367,94	5,01%	7 050 653,02	4,34%	1 818 714,92	25,79%
Excedentes de revalorização	3 164,33	0,00%	3 326,51	0,00%	-162,18	-4,88%
Outras variações no património líquido	70 409 252,83	39,80%	68 912 482,13	42,42%	1 496 770,70	2,17%
Resultado líquido do período	10 285 498,12	5,81%	4 190 392,61	2,58%	6 095 105,51	145,45%
Interesses que não controlam	2 895 115,65	1,64%	1 059 461,41	0,65%	1 835 654,24	173,26%
Total	176 918 072,55	100,00%	162 454 892,66	100,00%	14 463 179,89	8,90%

Conforme evidenciado na tabela anterior, o montante do património líquido consolidado ascendeu a 176,9 M€, o qual evidencia um aumento de aproximadamente 14,5 M€, face a 31 de dezembro de 2024, correspondendo a um acréscimo de 8,90%, que decorre, fundamentalmente, do seguinte:

- O resultado líquido do período consolidado atingiu o montante de 10,3 M€, representando uma variação positiva de cerca de 6,1 M€ face ao período homólogo, decorrente, essencialmente, do aumento do resultado obtido pela entidade-mãe (4,8 M€); do SASUM (0,7 M€) e da aplicação do MEP às participações detidas nas entidades associadas (0,6 M€).
- A rubrica de resultados transitados do Grupo Público UMinho apresentou um aumento que ascende a 3,2 M€, justificada, essencialmente, pela incorporação do resultado líquido do ano de 2024;
- Aumento dos ajustamentos em ativos financeiros em cerca de 1,8 M€, justificado, essencialmente, pela aplicação do método de equivalência patrimonial; e,
- Aumento de outras variações no património líquido em cerca de 1,5 M€, explicado essencialmente pelo crescimento das aquisições de ativos fixos tangíveis, relacionadas com a atividade de I&D e a execução do PRR na entidade-mãe.

3.2.1.3. Passivo consolidado

Em 2025, o passivo do Grupo Público UMinho registou um aumento no montante de 9,4 M€ (15,13%), conforme evidenciado na tabela infra.

Tabela 29 - Estrutura do passivo consolidado, em euros

PASSIVO	31/12/2025		31/12/2024 Reexpresso		Variação 2025 - 2024 reexpresso	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Passivo não corrente	2 594 410,38	3,63%	2 412 304,67	3,89%	182 105,71	7,55%
Fornecedores	896 199,86	1,26%	692 080,24	1,12%	204 119,62	29,49%
Estado e outros entes públicos	2 544 271,05	3,56%	2 938 646,44	4,74%	-394 375,39	-13,42%
Outras contas a pagar	42 515 453,33	59,54%	34 868 415,25	56,22%	7 647 038,08	21,93%
Diferimentos	22 630 751,93	31,69%	21 049 056,49	33,94%	1 581 695,44	7,51%
Outro passivo corrente	221 999,59	0,31%	56 808,69	0,09%	165 190,90	290,78%
Total	71 403 086,14	100,00%	62 017 311,78	100,00%	9 385 774,36	15,13%



Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público UMinho importa destacar o seguinte:

- A rubrica de outras contas a pagar apresenta uma variação positiva de 7,6 M€, que se deve, essencialmente, do reconhecimento de montantes recebidos a título de adiantamento no âmbito do financiamento de projetos de I&D, provenientes da Comissão Europeia, no âmbito dos programas Erasmus+ e Horizonte Europa, bem como da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, relativos a projetos do PRR destinados ao reequipamento das Unidades de I&D e ao financiamento dessas unidades para o período de 2025–2029. Os referidos adiantamentos foram recebidos pela UMinho no exercício de 2025, sendo que os pedidos de pagamento ocorrerão em 2026 e em exercícios subsequentes;
- Os diferimentos apresentam uma variação positiva de 1,6 M€, justificada, essencialmente, pelo aumento do rendimento a reconhecer dos contratos programa, das transferências para parceiros e da especialização do rendimento das propinas na entidade-mãe.
- A rubrica de estado e outros entes públicos apresenta uma variação negativa de 0,4 M€, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do montante de IRS dependente retido no processamento salarial de dezembro de 2024 na entidade-mãe. Nesse mês foram processados retroativos de montante significativo, relativos ao regime transitório aplicável ao período de 2004–2011, os quais determinaram um acréscimo da base de incidência sujeita a retenção na fonte. Atendendo a que o pagamento destas retenções ocorre apenas no ano seguinte, o respetivo montante encontrava-se registado como passivo no final de 2024, não se verificando situação equivalente no final de 2025;
- Os fornecedores evidenciam um aumento de 0,2 M€, justificado pelo acréscimo de fornecedores do mercado nacional;
- O passivo não corrente apresenta um aumento de 0,2 M€, justificado pelo acréscimo das provisões no âmbito dos processos judiciais em curso; e,
- O outro passivo corrente registou um aumento de 0,2 M€, essencialmente associado à utilização de contas correntes caucionadas pela entidade controlada Fibrenamics. De realçar que não existem situações de incumprimento.

3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

Em 2025, o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período positivo, na ordem de 10,9 M€ (em 2024 fixou-se em 4,2 M€), tendo-se verificado uma variação positiva face ao ano anterior, de aproximadamente 6,7 M€ (158,37%), conforme apresentado na tabela infra.

Tabela 30 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros

RUBRICA	31/12/2025	31/12/2024 Reexpresso	Variação 2025 - 2024 reexpresso	
			(€)	(%)
Impostos e taxas	23 864 888,77	23 326 563,48	538 325,29	2,31
Vendas	1 769 505,26	1 833 820,58	-64 315,32	-3,51
Prestações de serviços	10 799 902,33	9 487 923,70	1 311 978,63	13,83
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	157 390 579,25	144 636 885,08	12 753 694,17	8,82
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades contr., assoc. e empreend. conjuntos	613 528,77	509 299,21	104 229,56	20,47
Trabalhos para a própria entidade	28 943,28	43 102,78	-14 159,50	-32,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 773 338,23	-1 789 331,51	15 993,28	-0,89
Fornecimentos e Serviços Externos	-30 737 214,32	-29 222 924,73	-1 514 289,59	5,18
Gastos com pessoal	-130 317 485,41	-121 401 912,51	-8 915 572,90	7,34
Transferências e subsídios concedidos	-19 123 457,36	-19 824 158,32	700 700,96	-3,53
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-143 790,63	-384 454,41	240 663,78	-62,60
Provisões (aumentos/reduções)	-312 407,17	-941 415,10	629 007,93	-66,82
Imparidade de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	226,85	-5 088,00	5 314,85	-104,46
Outros rendimentos e ganhos	9 675 729,35	8 510 391,74	1 165 337,61	13,69
Outros gastos e perdas	-597 663,39	-2 032 317,02	1 434 653,63	-70,59
EBITDA	21 137 947,35	12 746 384,97	8 391 562,38	65,83
Depreciações e Amortizações	-10 371 426,16	-8 819 376,42	-1 552 049,74	17,60
Resultado Operacional (EBIT)	10 766 521,19	3 927 008,55	6 839 512,64	174,17
Resultado Financeiro	275 114,44	292 591,79	-17 477,35	-5,97
Resultado Antes de Impostos	11 041 635,63	4 219 600,34	6 822 035,29	161,67
Imposto sobre o rendimento	-163 470,90	-9 262,51	-154 208,39	1 664,87
Resultado Líquido do Período	10 878 164,73	4 210 337,83	6 667 826,90	158,37
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe	10 285 498,12	4 190 392,62	6 095 105,50	145,45
Interesses que não controlam	592 666,61	19 945,21	572 721,40	2 871,47



3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público UMinho é apresentada na Tabela 31, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de aproximadamente 16,4 M€ (8,65%), face ao período de 2024. Esta variação justifica-se principalmente devido ao aumento identificado na rubrica de transferências e subsídios obtidos em cerca de 12,8 M€, justificado pelo reconhecimento de rendimento da atividade de I&D, refletindo o encerramento de diversos financiamentos no exercício de 2024 e do crescimento da execução do PRR. Acresce ainda o aumento do financiamento do Orçamento do Estado na entidade-mãe.

Tabela 31 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros

RENDIMENTOS	31/12/2025		31/12/2024 Reexpresso		Variação 2025 - 2024 reexpresso	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Impostos e taxas	23 864 888,77	11,57	23 326 563,48	12,29	538 325,29	2,31
Vendas	1 769 505,26	0,86	1 833 820,58	0,97	-64 315,32	-3,51
Prestação de serviços	10 799 902,33	5,24	9 487 923,70	5,00	1 311 978,63	13,83
Transferências e subsídios correntes obtidos	157 390 579,25	76,32	144 636 885,08	76,20	12 753 694,17	8,82
Rend. imput. ent. contr., assoc. empr. conj.	663 667,72	0,32	536 664,03	0,28	127 003,69	23,67
Trabalhos para a própria entidade	28 943,28	0,01	43 102,78	0,02	-14 159,50	-32,85
Reversões de imparidades	528 901,24	0,26	594 459,21	0,31	-65 557,97	-11,03
Reversões de provisões	961 940,68	0,47	241 193,98	0,13	720 746,70	298,82
Outros rendimentos e ganhos	9 675 729,35	4,69	8 510 391,74	4,48	1 165 337,61	13,69
Juros e rendimentos similares obtidos	534 727,61	0,26	590 575,93	0,31	-55 848,32	-9,46
Total	206 218 785,49	100,00	189 801 580,51	100,00	16 417 204,98	8,65

3.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados

No período de 2025, a estrutura dos gastos do Grupo Público UMinho, apresentada na Tabela 32, evidencia uma variação total positiva de cerca de 9,6 M€, que se justifica pelo seguinte:

- Aumento dos gastos com o pessoal em 8,9 M€, decorrente de: atualizações salariais no âmbito do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro; alteração obrigatória da posição remuneratória e pagamento de retroativos referentes ao regime transitório de 2004-2011; contratação de novos recursos humanos; acréscimo das indemnizações por caducidade de contratos; aumento das despesas com remuneração por doença e pessoal em reserva a aguardar aposentação; e, aumento na rubrica de pagamento de colaborações técnicas;
- Aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos na ordem dos 1,5 M€, justificado sobretudo pelo aumento registado nas entidades controladas, designadamente:
 - No SASUM, em cerca de 0,3 M€, associado ao aumento dos preços dos bens e serviços;
 - Na Fibrenamics, em cerca de 0,5 M€, decorrente da sua inclusão, pela primeira vez, no perímetro de consolidação integral;
 - Na B'ACIS, em cerca de 0,2 M€, essencialmente na rubrica de formação;
 - Na APSI, em cerca de 0,1 M€, nos trabalhos especializados;
 - Na TecMinho, em cerca de 0,3 M€, devido ao recurso à contratação de serviços externos especializados e à aquisição de materiais necessários à execução das atividades e projetos em curso; e,
 - No CVR, em cerca de 0,1 M€, nos trabalhos especializados.
- Aumento da rubrica de gastos de depreciação e amortização de 1,6 M€;
- A redução dos outros gastos e perdas, no montante de 1,4 M€, resulta de uma alteração no tratamento contabilístico dado a notas de crédito relativas a anos letivos anteriores na entidade-mãe;
- Diminuição de aproximadamente 0,7 M€ na rubrica de transferência e subsídios concedidos, justificado, sobretudo, pela diminuição de transferência para parceiros;
- Diminuição da rubrica de perdas por imparidade em 0,3 M€, decorrente da redução das perdas por imparidade nas propinas na entidade-mãe.



Tabela 32 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros

GASTOS	31/12/2025		31/12/2024 Reexpresso		Variação 2025 - 2024 reexpresso	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Gastos imput. ent. contr., assoc. empr. conj.	50 138,95	0,03	27 364,82	0,01	22 774,13	83,22
Custo das mercadorias vend. e das mat. consumidas	1 773 338,23	0,91	1 789 331,51	0,96	-15 993,28	-0,89
Fornecimentos e serviços externos	30 737 214,32	15,75	29 222 924,73	15,75	1 514 289,59	5,18
Gastos com pessoal	130 317 485,41	66,77	121 401 912,51	65,42	8 915 572,90	7,34
Transferências e subsídios concedidos	19 123 457,36	9,80	19 824 158,32	10,68	-700 700,96	-3,53
Perdas por Imparidade	672 465,02	0,34	984 001,62	0,53	-311 536,60	-31,66
Provisões	1 274 347,85	0,65	1 182 609,08	0,64	91 738,77	7,76
Outros gastos e perdas	597 663,39	0,31	2 032 317,02	1,10	-1 434 653,63	-70,59
Gastos de depreciação e amortização	10 371 426,16	5,31	8 819 376,42	4,75	1 552 049,74	17,60
Juros e gastos similares suportados	259 613,17	0,13	297 984,14	0,16	-38 370,97	-12,88
Total	195 177 149,86	100,0	185 581 980,17	100,0	9 595 169,69	5,17

3.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

O Grupo Público UMinho, no período de 2025, registou uma variação de caixa e seus equivalentes positiva, em cerca de 5 M€, conforme se demonstra na tabela seguinte:

Tabela 33 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros

RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS			Variação 2025-2024	
Recebimentos Provenientes de:	31/12/2025	31/12/2024	(€)	(%)
Atividades Operacionais	136 002 254,32	124 534 266,36	10 667 641,72	9,21%
Clientes	15 156 116,80	14 479 690,04	676 426,76	4,67%
Utentes	22 357 833,67	21 933 620,02	424 213,65	1,93%
Outros recebimentos/ pagamentos	98 488 303,85	88 120 956,30	9 567 001,31	11,76%
Atividades de Investimento	34 147 516,43	29 976 102,36	4 171 414,07	13,92%
Ativos fixos tangíveis	1 250,00	861,00	389,00	45,18%
Investimentos financeiros	226,85	20 000,00	-19 773,15	-98,87%
Subsídios ao investimento	117 369,29	143 227,22	-25 857,93	-18,05%
Transferência de capital	33 360 378,26	29 184 434,59	4 175 943,67	14,31%
Juros e rendimentos similares	668 292,03	627 579,55	40 712,48	6,49%
Atividades de Financiamento	541 759,92	19 500,00	522 259,92	2 678,26%
Financiamento obtidos	506 259,92	0,00	506 259,92	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	35 500,00	19 500,00	16 000,00	82,05%
Total de Recebimentos	170 691 530,67	154 529 868,72	15 361 315,71	10,46%
Pagamentos Respeitantes a:				
Atividades Operacionais	140 477 934,76	132 468 306,17	8 009 628,59	6,05%
Fornecedores	32 409 059,67	31 940 485,55	468 574,12	1,47%
Pessoal	108 068 875,09	100 527 820,62	7 541 054,47	7,50%
Atividades de Investimento	12 398 940,31	10 361 962,89	2 036 977,42	19,66%
Ativos fixos tangíveis	11 594 542,65	9 640 241,86	1 954 300,79	20,27%
Ativos intangíveis	773 397,66	701 721,03	71 676,63	10,21%
Investimentos Financeiros	31 000,00	20 000,00	11 000,00	55,00%
Atividades de Financiamento	504 395,24	206 737,59	297 657,65	143,98%
Financiamento obtidos	367 295,72	55 513,64	311 782,08	561,63%
Juros e gastos similares	137 045,74	151 223,95	-14 178,21	-9,38%
Outras operações de financiamento	53,78	0,00	53,78	-
Total de Pagamentos	153 381 270,31	143 037 006,65	10 344 263,66	7,23%
Fluxo das atividades Operacionais	-4 475 680,44	-7 934 039,81	2 658 013,13	-43,59%
Fluxo das atividades de Investimento	21 748 576,12	19 614 139,47	2 134 436,65	10,88%
Fluxo das atividades de Financiamento	37 364,68	-187 237,59	224 602,27	-119,96%
Variação de Caixa e seus equivalentes	17 310 260,36	11 492 862,07	5 017 052,05	50,62%
Efeito das diferenças de câmbio	39,05	0,00	39,05	-

Os recebimentos provenientes das atividades operacionais representam 79,68% (136 M€) dos recebimentos totais, enquanto os provenientes das atividades de investimento corresponderam a 20,01% (34,1 M€). Quanto aos recebimentos de atividades de financiamento, estes ascenderam a aproximadamente 541,8 k€, os quais têm uma representatividade residual no total dos recebimentos.

No que se refere aos pagamentos respeitantes às atividades operacionais, estes representam 91,59% da globalidade dos pagamentos do Grupo Público UMinho, sendo que 76,93% referem-se a pagamento de despesas com o pessoal, em aproximadamente 108,1 M€. Por sua vez, os pagamentos respeitantes às atividades de investimento representaram 8,08%, atingindo cerca de 12,4 M€. Por fim, os pagamentos de atividades de financiamento ascenderam a 504,4 k€, representando apenas 0,33% dos pagamentos totais do Grupo Público UMinho.



De referir que, no âmbito dos procedimentos de consolidação foram eliminados na totalidade, os fluxos de caixa relativos a transações entre entidades controladas e a UMinho.

3.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, em 2025, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho, quando comparado com o período homólogo, sendo de realçar que:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 248,3 M€ (224,5 M€ em 2024 reexpresso);
- O passivo consolidado rondou os 71,4 M€ (62 M€ em 2024 reexpresso);
- O património líquido consolidado ascendeu aos 176,9 M€ (162,5 M€ em 2024 reexpresso), dos quais 2,9 M€ (1,1 M€ em 2024 reexpresso) são relativos a interesses não controlados;
- Os rendimentos consolidados ascenderam a 206,2 M€ (189,8 M€ em 2024 reexpresso);
- Os gastos consolidados ascenderam a 195,2 M€ (185,6 M€ em 2024 reexpresso);
- O resultado líquido consolidado do período ascendeu a cerca de 10,3 M€ (4,2 M€ em 2024 reexpresso);
- O EBITDA do período rondou os 21,1 M€ (12,7 M€ em 2024 reexpresso).

Importa referir que o *International Public Sector Accounting Standard Board*, no *Reporting Service Performance Information* (RPG 3), recomenda que, em complemento às demonstrações financeiras, as entidades divulguem, no relatório de gestão, informação sobre o seu desempenho. Em sintonia com este organismo internacional, a Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UnILEO), no Modelo de Prestação de Contas das Entidades Públicas, refere que tal informação complementar é um precioso auxílio aos diferentes utilizadores, dado que, tratando-se de informação relevante, não só contribui para a compreensão do resultado da entidade, como possibilita avaliar a extensão, a eficiência e a eficácia do desempenho da organização na alocação de recursos que faz na prossecução da sua atividade e, por consequência, apurar responsabilidades e tomar decisões.

Na sequência do exposto, são apresentados de seguida os indicadores económicos e financeiros consolidados que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público UMinho, com referência a 31 de dezembro de 2025, bem como, a variação dos mesmos, face ao período homólogo:

Rentabilidade do património líquido e rentabilidade do ativo



Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido



Figura 2 - Rentabilidade do Ativo

No que respeita à rentabilidade do património líquido (resultado líquido período consolidado/património líquido), em 2025, verificou-se um aumento de 3,23 p.p.. Da mesma forma, a rentabilidade do ativo (resultado líquido/ativo) registou um aumento 2,28 p.p.. Estas variações positivas decorrem do aumento de cerca de 6,1 M€ verificado no resultado líquido do período consolidado.

Rentabilidade Económica



Figura 3 - Rentabilidade Económica

O indicador da rentabilidade económica (EBITDA/Ativo) apresenta um aumento de 2,83 p.p., face ao período homólogo, atingindo os 8,51% em 2025, face a 5,68% em 2024. Esta variação explica-se pelo aumento, em cerca de 8,4 M€, do resultado antes de depreciações e gastos de financiamento.

**Margem EBITDA**

Figura 4 - Margem EBITDA

A margem EBITDA (EBITDA/vendas, serviços prestados e impostos e taxas) traduz a relação do EBITDA nas vendas, serviços prestados e impostos e taxas. Como se pode observar, a percentagem da margem EBITDA, em 2025, atingiu os 58,02%, representando um aumento de 21,23 p.p. face ao ano 2024, justificado, essencialmente, pelo aumento do resultado antes de depreciações e gastos de financiamento, em cerca de 8,4 M€.

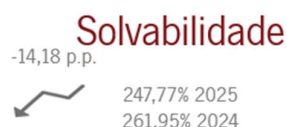
Solvabilidade

Figura 5 - Solvabilidade

O indicador de solvabilidade (património líquido/passivo total) permite avaliar a capacidade do Grupo Público UMinho para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise, verifica-se uma diminuição da solvabilidade apresentada em 14,18 p.p., devido ao aumento verificado no passivo, em cerca de 9,4 M€.

Autonomia Financeira

Figura 6 - Autonomia Financeira

A autonomia financeira (património líquido/ativo total) avalia a capacidade de o património líquido consolidado financiar o seu ativo total consolidado. Assim, no período em análise, o Grupo Público apresenta uma diminuição na capacidade de financiar as suas atividades através de recursos próprios em 1,13 p.p. (de 72,37% em 31/12/2024, para 71,25% em 31/12/2025), consequência de o ativo ter registado um aumento superior ao verificado no património líquido.

Liquidez Geral

Figura 7 - Liquidez Geral

O indicador da liquidez geral (ativo corrente/ passivo corrente) traduz a capacidade que o Grupo Público UMinho tem para liquidar as suas dívidas no curto prazo. Como se pode observar, a percentagem de liquidez geral, em 2025,



atingiu os 151,70%, correspondendo a um aumento de 10,72 p.p. face a 2024, essencialmente justificado pelo aumento dos meios líquidos financeiros em 17,3 M€.

3.3. Análise de gestão consolidada

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2019, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão e decorrente das necessidades de reporte interno e externo do Grupo Público UMinho, tendo como objetivos a análise e divulgação dos gastos e rendimentos imputados às atividades desenvolvidas pelo Grupo Público UMinho. Neste sentido, torna-se necessário divulgar que as atividades do Grupo Público UMinho, foram estabelecidas de acordo com os Estatutos da UMinho, desagregando-se em:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação; e
- Atividade de interação com a sociedade.

A análise de gestão que se expõe neste ponto, teve em consideração as contas apresentadas por todas as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, pelo que se incluem todos os rendimentos e gastos das entidades-filhas na atividade de interação com a sociedade.

3.3.1. Mapas da contabilidade de gestão consolidada

Em 2025, foram imputados os rendimentos e gastos por atividades do Grupo Público UMinho. Para uma melhor compreensão do exercício efetuado na área da contabilidade de gestão, importa relembrar que a UMinho é composta por diferentes tipos de unidades, consoante os objetivos, estrutura, natureza e autonomia.

Em conformidade com o preceituado no §35 da NCP 27, para além de se apresentar os resultados pelas atividades acima mencionadas, apresentam-se ainda os resultados pelos seguintes indicadores:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação;
- Atividade de interação com a sociedade;
- Por aluno;
- Por centro de investigação;
- Por atividade de apoio aos estudantes, considerando:
 - Departamento de Alimentação;
 - Departamento de Apoio Social;
 - Departamento de Desporto e Cultura;
- Rendimentos e gastos ambientais.

3.3.2. Resultados por atividade

De acordo com a NCP 27, a apresentação dos resultados por atividades, tem como objetivo prestar informação sobre o RLP aos diversos utilizadores das demonstrações financeiras de uma entidade, assim como, proceder à divulgação dos rendimentos e gastos gerais não incorporados às respetivas atividades.

Os rendimentos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades de acordo com a tabela infra:

Tabela 34 – Rendimentos, em euros

Atividades	Rendimentos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	115 237 058,50	2 138 860,73	117 375 919,23
Investigação	63 271 257,57	697 651,43	63 968 909,00
Interação com a sociedade	24 526 776,31	246 447,88	24 773 224,19
Rendimentos incorporados	203 035 092,38	3 082 960,04	206 118 052,42
Rendimentos gerais não incorporados	0,00	100 733,07	100 733,07
Rendimentos antes de impostos	203 035 092,38	3 183 693,11	206 218 785,49

O Grupo Público UMinho obteve em 2025 um montante total de rendimentos de 206,2 M€, os quais foram imputados quase na totalidade às atividades, sendo apenas reconhecidos como rendimentos gerais não incorporados o montante



de 655,80 €, sem expressão significativa no resultado. Estes rendimentos não incorporados dizem respeito à venda de sucata da entidade-mãe, colaboração de estudantes e outros encargos administrativos da entidade-filha (SASUM), que não resulta da atividade regular do Grupo Público UMinho.

Por sua vez, os gastos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades conforme exposto na tabela seguinte:

Tabela 35 – Gastos, em euros

Atividades	Gastos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	105 646 199,03	10 751 836,48	116 398 035,51
Investigação	52 419 422,47	4 473 068,34	56 892 490,81
Interação com a sociedade	20 800 504,56	871 162,76	21 671 667,32
Gastos incorporados	178 866 126,06	16 096 067,58	194 962 193,64
Gastos gerais não incorporados	0,00	214 956,22	214 956,22
Gastos antes de impostos	178 866 126,06	16 311 023,80	195 177 149,86

Da análise da tabela anterior, verifica-se que os gastos em 2025 ascenderam a 195,2 M€, sendo de realçar que:

- Foram imputados às atividades um total de 195,2 M€; e
- Existem gastos não incorporados que totalizam 104,2 k€, correspondentes a 0,11% do total dos gastos antes de impostos. Estes incluem gastos ambientais, colaboração de estudantes, encargos com o consumo de água em edifícios onde não se desenvolve atividade, bem como a encargos administrativos e outros gastos não diretamente relacionados com a atividade regular do Grupo Público UMinho.

Assim, importa referir que o Grupo Público UMinho obteve um RLP consolidado antes de impostos de aproximadamente 11 M€, conforme demonstra a tabela infra:

Tabela 36 – Resultados por atividade, em euros

Atividades	Resultado
Ensino	977 883,72
Investigação	7 076 418,19
Interação com a sociedade	3 101 556,87
Resultados das atividades	11 155 858,78
Rendimentos gerais não incorporados	100 733,07
Gastos gerais não incorporados	214 956,22
Resultado antes de impostos	11 041 635,63

A análise da tabela anterior permite destacar que atividades de investigação e interação com a sociedade foram as que mais contribuíram para o resultado positivo do Grupo Público UMinho. Importa ainda sublinhar que os rendimentos provenientes de vendas, serviços de alimentação, desporto e cultura tiveram um impacto positivo no resultado associado à interação com a sociedade.

3.3.3. Resultados da atividade de ensino

O resultado da atividade de ensino foi obtido através das Unidades Orgânicas (UO) pertencentes ao Grupo Público UMinho, apurando-se um resultado positivo em cerca de 1 M€, conforme tabela infra.

O resultado da atividade de ensino advém da entidade-mãe do Grupo Público UMinho, sendo considerados como rendimentos as propinas e outras taxas cobradas aos alunos, a parte da dotação do OE, destinada ao financiamento dessa atividade, e os rendimentos de algumas unidades de serviço que apoiam a atividade de ensino (alínea i) da Nota 23, ponto Contabilidade de Gestão do Anexo às Demonstrações Financeiras) sendo estes rendimentos classificados como diretos a esta atividade.

Quanto aos rendimentos indiretos, são considerados nesta atividade, os rendimentos com a especialização dos subsídios dos edifícios; provisões e a reversão de provisões e outros rendimentos que não foi possível imputar diretamente às atividades, através do peso dos rendimentos diretos da atividade de ensino.

Foram ainda imputados a esta atividade rendimentos gerados na Unidade de Governo e Administração (UGA), como por exemplo juros de dívidas de utentes, certidões dos serviços académicos, multas, emolumentos académicos, entre outros, os quais foram imputados às Unidades considerando o peso do aluno ponderado.

Ainda relativamente aos rendimentos, o serviço docente foi imputado às unidades, em conformidade com a execução do orçamento por unidade da entidade-mãe do ano de 2025.

Relativamente aos gastos diretos à atividade de ensino, são considerados os gastos suportados nas dimensões de funcionamento das Unidades, das dimensões das Unidades de apoio ao ensino, como sendo a dimensão da Unidade



de Serviços de Gestão Académica (USGA), do Gabinete de Processos Académicos (GPA), da Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação (USAAE), da Unidade de Serviços de Apoio à Internacionalização (USAI) e outras dimensões associadas ao ensino, mesmo estando carregadas no Módulo Gestão de Projetos (Pós-Graduação e Ação de Formação). Foram igualmente considerados os vencimentos e bolsas processados nos subcentros RP2000. Como custos indiretos, são imputados os gastos gerais identificados na alínea h) da Nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os gastos com depreciações dos equipamentos e edifícios, e ainda outros gastos (de estrutura), para os quais não se conseguiu apurar diretamente a atividade, pelo que foram imputados às atividades pelo peso dos gastos diretos.

Tabela 37 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Resultado
EAAD	2 811 472,73	3 225 669,91	-414 197,18
EC	13 301 302,42	15 005 904,50	-1 704 602,08
ED	5 410 807,40	3 683 010,21	1 727 797,19
EEG	9 692 497,82	9 312 806,31	379 691,51
EENG	31 817 891,87	26 906 412,97	4 911 478,90
ELACH	5 749 148,89	6 272 865,68	-523 716,79
EMED	7 533 733,09	6 426 641,78	1 107 091,31
EPSI	2 795 686,72	3 239 496,29	-443 809,57
ESE	2 503 977,12	2 494 304,98	9 672,14
I3B'S	350 172,90	286 314,17	63 858,73
ICS	5 437 503,27	5 753 448,91	-315 945,64
IE	4 597 091,42	6 380 887,76	-1 783 796,34
UGA	25 374 633,58	27 410 272,04	-2 035 638,46
Total Grupo Público	117 375 919,23	116 398 035,51	977 883,72

Para além dos gastos e rendimentos diretos a esta atividade já anteriormente referidos, o resultado da UGA contribui negativamente para a atividade devido à afetação dos gastos gerais imputados e não imputados, cuja reafecção foi alocada às atividades de acordo com o peso dos gastos diretos por atividade.

Desta forma, considerando que em 2025 a entidade-mãe tinha 20.446 alunos equivalentes, importa salientar que este número será utilizado para o cálculo do rendimento e gasto médio por aluno e por UO, tratando-se das bases que foram utilizadas para cálculo do OE para o ano de 2026.

Contudo, importa referir que para este apuramento, os rendimentos e gastos do ensino reconhecidos na UGA foram imputados às Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI) com base no peso dos rendimentos diretos das Unidades presentes na tabela anterior.

Tabela 38 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros

Aluno	2025					
	Rendimentos (€)	Gastos (€)	Nº de alunos equiv.	Rendimento médio aluno	Gasto médio aluno	Resultado por aluno
EAAD	3 586 897,66	4 063 302,03	618,00	5 804,04	6 574,92	-770,88
EC	16 969 899,79	18 968 809,10	2 082,00	8 150,77	9 110,86	-960,09
ED	6 903 148,02	5 295 071,41	1 681,00	4 106,57	3 149,95	956,62
EEG	12 365 760,25	12 200 526,85	2 775,00	4 456,13	4 396,59	59,54
EENG	40 593 501,27	36 386 031,28	6 836,00	5 938,20	5 322,71	615,49
ELACH	7 334 806,58	7 985 730,17	1 279,00	5 734,80	6 243,73	-508,93
EMED	9 611 592,28	8 671 193,82	1 020,00	9 423,13	8 501,17	921,96
EPSI	3 566 757,75	4 072 425,23	671,00	5 315,59	6 069,19	-753,60
ESE	3 194 592,49	3 240 323,84	367,00	8 704,61	8 829,22	-124,61
I3B'S	446 753,17	390 642,43	22,00	20 306,96	17 756,47	2 550,49
ICS	6 937 206,80	7 373 463,70	1 562,00	4 441,23	4 720,53	-279,30
IE	5 865 003,16	7 750 515,65	1 533,00	3 825,83	5 055,78	-1 229,95
Total Grupo Público	117 375 919,23	116 398 035,51	20 446,00			

*Resultado obtido através da divisão dos rendimentos, gastos ou resultados do ensino, pelo número de alunos equivalentes.

3.3.4. Resultado da atividade de investigação

No resultado da atividade de investigação foram considerados todos os rendimentos e gastos da entidade-mãe, respeitante às dimensões de tipologia de I&D, Projetos Estratégicos (PE), Outros Projetos (OP) e PRR, carregadas no módulo de gestão de projetos.

Foram ainda consideradas as dimensões associadas ao emprego científico e FCT Tenure (que inclui o OE imputado ao Financiamento do Contrato-Programa para integração dos investigadores e financiamento de doutorados),



dimensões da Unidade de Serviços de Apoio a Projetos de Investigação (USAPI) e outras dimensões associadas à atividade de investigação.

Por último, foram imputados indiretamente a esta atividade os rendimentos dos subsídios ao investimento, reversão de provisões, entre outros rendimentos para os quais não foi possível efetuar uma imputação direta às atividades, tendo como critério o peso dos rendimentos diretos da atividade de investigação.

A tabela seguinte apresenta ainda, os gastos imputados à atividade de investigação e a cada uma das Unidades, sendo que os gastos diretos a esta atividade, foram imputados com base nos mesmos critérios que os rendimentos, os quais já se encontram descritos anteriormente.

No que respeita aos gastos indiretos, importa referir que foram imputados à atividade de investigação, os gastos com depreciações dos equipamentos e edifícios, e ainda outros gastos (de estrutura), utilizando como critério de imputação o peso dos gastos diretos da atividade de investigação no total dos gastos diretos das três atividades de missão da UMinho.

Tabela 39 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Resultado
EAAD	0,00	0,00	0,00
EC	8 822 211,66	6 964 283,34	1 857 928,32
ED	374 859,13	395 095,42	-20 236,29
EEG	1 083 003,41	585 437,54	497 565,87
EENG	27 275 622,83	23 018 865,00	4 256 757,83
ELACH	1 108 436,70	941 098,89	167 337,81
EMED	5 505 821,41	5 869 517,39	-363 695,98
EPSI	2 100 005,69	1 631 289,32	468 716,37
ESE	74 704,43	63 021,63	11 682,80
I3B'S	4 520 521,12	5 843 041,63	-1 322 520,51
ICS	1 697 039,07	1 314 619,28	382 419,79
IE	1 568 123,78	994 671,28	573 452,50
LAB2PT	2 017 942,91	824 667,23	1 193 275,68
UGA	7 820 616,86	8 446 882,85	-626 265,99
Total Grupo Público	63 968 909,00	56 892 490,81	7 076 418,19

Da análise da tabela anterior pode constatar-se que o resultado da atividade de investigação cifra-se em cerca 7,1 M€. Importa, contudo, referir que a UGA, embora não seja uma unidade de investigação, tem projetos de investigação relevantes para a atividade do Grupo Público UMinho.

No ano de 2025, foram apurados os rendimentos e gastos diretos da atividade de investigação, por centro de investigação, exceto emprego científico, conforme tabela seguinte. Este exercício foi construído tendo em consideração, exclusivamente, o centro de responsabilidade da dimensão de cada projeto onde foram realizados os rendimentos e gastos da referida atividade, uma vez que, nos termos das diretrizes internacionais, a entidade-mãe atribui um centro de custos único a cada projeto (internamente conhecido como dimensão), o qual é composto por centro de responsabilidade (que define a orgânica) e subcentro (que define a tipologia e o projeto).²

Tabela 40 – Resultado por centros de investigação, em euros

Unidade	Centro Investigação	Rendimentos	Gastos	Resultado
EC	Centro de Biologia Funcional de Plantas - (BioFIG)	-44 156,05	19 642,95	-63 799,00
EC	Centro de Biologia Molecular e Ambiental	1 875 287,75	1 154 985,80	720 301,95
EC	Centro de Física (CF)	4 217 686,38	3 010 609,85	1 207 076,53
EC	Centro de Matemática (CMAT)	241 028,61	173 988,23	67 040,38
EC	Centro de Química (CO)	326 133,17	203 153,67	122 979,50
EC	Núcleo de Ciências da Terra (NCT)	301 956,48	224 811,94	77 144,54
EC	Projetos Transversais da Unidade	24 304,37	56 275,46	-31 971,09
EC	Núcleo de Investigação Geo,Ord. e Val. de Recursos (NIGOVr)	0,00	0,00	0,00
ED	Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos	-1 843,76	0,00	-1 843,76
ED	Centro Investigação Justiça Governação	257 841,51	255 130,18	2 711,33

² Cumpre referir que os gastos com pessoal da carreira docente e pessoal técnico, administrativo e de gestão suportados por dimensões associadas ao subcentro RP2000, são afetos à atividade de ensino, conforme já referido no subponto 3.3.3.



Unidade	Centro Investigação	Rendimentos	Gastos	Resultado
ED	Projetos Transversais da Unidade	0,00	2 362,44	-2 362,44
ED	Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00
EEG	Centro Investigação Ciência Política	241 490,38	101 389,98	140 100,40
EEG	Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE)	503 257,56	159 171,02	344 086,54
EEG	Projetos Transversais da Unidade	0,00	6 193,79	-6 193,79
EEG	Núcleo de Estudos em Administ. e Políticas Públicas (NEAPP)	0,00	0,00	0,00
EEG	Núcleo de Investig. Ciência Política e Rel. Internac. (NICPRI)	0,00	0,00	0,00
EEG	Centro Investigação Gestão Mercados Soci	39 926,00	0,00	39 926,00
EENG	Centro Algoritmi (CALG)	3 795 061,42	2 156 820,34	1 638 241,08
EENG	Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil (CCTT/2C2T)	3 104 104,48	1 397 333,93	1 706 770,55
EENG	Centro de Engenharia Biológica (CEB)-Int.Lab. Associado IBB	5 704 781,91	5 613 035,38	91 746,53
EENG	Centro Investigação Software Confiável	65 385,53	1 369,15	64 016,38
EENG	Centro Microsistemas Eletromecânicos	1 170 917,92	876 848,11	294 069,81
EENG	Instit.Sust. Innovation Structural Engineering (ISISE)	4 301 420,32	3 634 852,69	666 567,63
EENG	Instituto Polímeros e Compósitos (IPC)-Int.Lab. Associado I3N	2 649 195,44	2 044 104,02	605 091,42
EENG	LA ALGORITMI + IPC	67 562,04	73 648,30	-6 086,26
EENG	LA LABBELS	399 287,09	809 052,80	-409 765,71
EENG	Mechanical Engineering Resource Sustaina	960 517,57	496 607,30	463 910,27
EENG	Projetos Transversais da Unidade	66 679,27	521 979,64	-455 300,37
EENG	Centro Interdisciplinar de Tec. da Produção Energia (CITPE)	0,00	0,00	0,00
EENG	Centro de Ciências e Tecnologias da Computação (CCTC)	0,00	0,00	0,00
EENG	Centro de Território, Ambiente e Construção (C-TAC)	339 344,69	219 172,09	120 172,60
ELACH	Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM)	376 863,87	235 885,46	140 978,41
ELACH	Centro Ética Política e Sociedade (CEPS)	280 433,81	211 278,61	69 155,20
ELACH	Projetos Transversais da Unidade	3 000,00	4 215,46	-1 215,46
EMED	ICVS	3 785 442,76	3 611 834,88	173 607,88
EMED	Projetos Transversais da Unidade	80 236,42	181 713,24	-101 476,82
EPSI	Centro de Investigação em Psicologia (CIPSI)	997 558,90	500 815,31	496 743,59
ESE	Projetos Transversais da Unidade	74 601,10	62 105,37	12 495,73
I3B'S	3B'S-Biomat., Biodeg. and Biomimetics	3 317 883,66	4 194 056,61	-876 172,95
ICS	Centro de Estudos de Comunicação e Socie	1 159 382,56	712 935,68	446 446,88
ICS	Centro Interdisciplinar Ciências Sociais	29 202,46	29 506,18	-303,72
ICS	Centro Rede Investigação Antropologia (CRIA)-sede no ISCTE	6 320,96	2 327,87	3 993,09
ICS	Projetos Transversais da Unidade	-16 094,84	2 307,80	-18 402,64
ICS	Centro Invest.Transdiscip. Cultura,Espaço e Memória (CITCEM)	0,00	0,00	0,00
IE	Centro de Investigação em Educação (CIED)	652 144,34	225 277,03	426 867,31
IE	Centro Investigações Estudos Criança	583 821,73	369 994,50	213 827,23
IE	Centro de Estudos da Criança (CESC)	-27 135,00	0,00	-27 135,00
LAB2PT	Lab Paisagens Património Território	1 769 568,62	562 823,03	1 206 745,59
UGA	Projetos Transversais da Unidade	7 200 626,38	6 096 442,82	1 104 183,56
Total		50 881 027,81	40 216 058,91	10 664 968,90



3.3.5. Resultado da atividade interação com a sociedade

Nesta atividade estão incluídos todos os rendimentos apresentados no Grupo Público UMinho, nomeadamente, as vendas e prestações de serviços prestadas à comunidade, tais como, estudos, pareceres, consultoria, parques, loja UMinho e outros rendimentos, como por exemplo, aluguer de espaços, da entidade-mãe, assim como, os rendimentos e gastos de todas as entidades-filhas pertencentes ao Grupo Público UMinho.

Concretamente, no que diz respeito à entidade-mãe, importa ainda referir que se imputou a esta atividade o seguinte:

- Os rendimentos indiretos referentes aos subsídios afetos aos edifícios, reversão de provisões, entre outros que não foram possíveis de imputar diretamente às atividades, através do peso dos rendimentos diretos da atividade de interação com a sociedade;
- Os gastos diretos à atividade de interação com a sociedade, sendo considerados para o efeito os gastos suportados nas dimensões de prestações de serviços especializados com incorporação de conhecimento (PC), as prestações de serviços técnicos especializados (PT), os projetos diretos (PD) das UOs, das dimensões das Unidades de apoio à interação com a sociedade Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas (USDB), Biblioteca Pública de Braga (BPB), Arquivo Distrital de Braga (ADB), BLCS, Unidade de Arqueologia (UA), Casa do Conhecimento; e
- Como custos indiretos a esta atividade, são imputados os gastos gerais identificados na alínea i) da Nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os gastos com depreciações dos equipamentos e edifícios, e ainda outros gastos, para os quais não se conseguiu apurar diretamente a atividade, e que foram imputados de acordo com o peso dos gastos diretos de cada atividade.

Tabela 41 - Rendimentos e gastos da atividade Interação com a Sociedade, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Resultado
ACMP5	683 023,85	593 293,92	89 729,93
APSI	491 790,46	425 858,24	65 932,22
B'ACIS	640 757,71	548 905,69	91 852,02
BLCS	3 594,57	0,00	3 594,57
Casa Sarmento	1 456,72	0,00	1 456,72
CCG	172 822,09	0,00	172 822,09
Curtir Ciência	1 025,21	0,00	1 025,21
CEJUR	0,00	35 493,63	-35 493,63
CENTI	60 079,19	0,00	60 079,19
CVR	1 368 823,88	1 352 182,48	16 641,40
EAAD	61 655,49	3 105,83	58 549,66
EC	52 914,88	92 779,15	-39 864,27
ED	12 689,75	65 663,20	-52 973,45
EEG	338 955,65	449 365,15	-110 409,50
EENG	281 132,24	468 489,87	-187 357,63
ELACH	406 759,55	170 759,99	235 999,56
EMED	48 371,30	66 587,58	-18 216,28
EPSI	80 455,71	64 796,47	15 659,24
ESE	1 628,25	11 896,62	-10 268,37
EXPERTISSUES	22 552,41	21 383,77	1 168,64
Associação Fibrenamics	2 995 795,54	2 308 598,43	687 197,11
IC	0,00	14 645,32	-14 645,32
ICS	92 092,76	93 043,14	-950,38
IDEGUI	89,32	0,00	89,32
IE	29 883,94	38 350,81	-8 466,87
I3B'S	0,00	0,00	0,00
LAB2PT	0,00	1 966,08	-1 966,08
PIEP	216 250,80	0,00	216 250,80
SASUM	11 051 338,07	9 861 786,76	1 189 551,31
TECMINHO	3 395 966,50	3 089 509,78	306 456,72
UGA	2 052 968,54	1 893 205,41	159 763,13
2'CA	208 349,81	0,00	208 349,81
Total Grupo Público	24 773 224,19	21 671 667,32	3 101 556,87

Tendo em consideração que a entidade SASUM apresentam os seus resultados desagregados por diversos produtos/serviços (alimentação, apoio social e desporto e cultura), considera-se pertinente expor os mesmos. Neste sentido, a tabela seguinte apresenta estes resultados sem qualquer ajustamento de consolidação.



Tabela 42 – Resultado bruto por produtos/serviços SASUM, em euros

Produtos/Serviços	Rendimentos (1)	Gastos (2)	Resultado Bruto (3)=(1)-(2)
Alimentação	5 892 685,16	4 623 786,71	1 268 898,45
Bares	2 665 430,42	1 946 966,74	718 463,68
Cantinas	2 205 258,63	1 889 989,91	315 268,72
Restaurantes	483 425,89	386 993,51	96 432,38
Grill's	538 570,22	399 836,55	138 733,67
Apoio social	2 977 666,33	2 182 963,12	794 703,21
Alojamento	2 570 515,45	1 680 486,80	890 028,65
Bolsas	299 548,19	358 502,04	-58 953,85
Apoio ao bem-estar	107 602,69	143 974,28	-36 371,59
Desporto e cultura	761 863,71	971 314,48	-209 450,77
Atividade desportiva	761 863,71	821 314,48	-59 450,77
Atividade cultural	0,00	150 000,00	-150 000,00
Total Grupo Público	9 632 215,20	7 778 064,31	1 854 150,89

Tabela 43 – Apuramento por produtos/serviços SASUM, em euros

Produtos/Serviços	Tipo de Unidades (4)	N.º de Unidades (5)	Rend. médio por unidade (6) = (1)/(5)	Gasto médio por unidade (7) = (2)/(5)	Apuramento por Unidade (8) = (6)-(7)
Alimentação - bares	N.º de atendimentos	874 563,00	3,05	2,23	0,82
Alimentação - cantinas	N.º de refeições servidas	275 116,00	8,02	6,87	1,15
Alimentação - restaurante	N.º de refeições servidas	15 446,00	31,30	25,05	6,24
Alimentação - grill	N.º de refeições servidas	54 671,00	9,85	7,31	2,54
Apoio Social - alojamento	N.º de camas	1 326,00	1 938,55	1 267,34	671,21
Apoio Social - bolsas	N.º de candidatos	6 733,00	44,49	53,25	-8,76
Apoio Social - apoio ao bem-estar	n.º de consultas	1 745,00	61,66	82,51	-20,84
Desporto e Cultura - desporto	N.º de usos	152 405,00	5,00	5,39	-0,39
Desporto e Cultura - cultura	N.º de grupos	12,00	0,00	12 500,00	-12 500,00

Da análise das tabelas anteriores, verifica-se que os produtos/serviços de bares, cantinas, restaurante, grill e alojamento, apresentaram um resultado positivo conjunto de 2,2 M€, e todos os restantes serviços apresentaram resultados negativos, em cerca de 304,8 k€.

3.3.6. Rendimentos gerais e gastos não incorporados

Tendo em consideração o § 38 da NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), no período de 2025 o Grupo Público UMinho suportou 215 k€ com gastos não incorporados às atividades do Grupo Público UMinho, os quais se decompõe em seguida:

- Gastos ambientais, no montante de 8,1 k€, relativos a taxas e recolha de resíduos perigosos;
- Gastos administrativos, no montante de 96,1 k€, relativos aos gastos com o funcionamento da Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial (USFP), da Unidade de Serviços de Recursos Humanos (USRH), do Gabinete do Reitor, do Gabinete do Administrador, entre outros; e
- Outros gastos, no montante de 110,8 k€, relativos a gastos que não estão relacionados com as atividades principais dos SASUM, nomeadamente os encargos com água de edifícios nos quais os SASUM não desenvolvem atividade, bem como outras transferências e subsídios concedidos.

Por outro lado, foram reconhecidos rendimentos gerais não incorporados no montante de 100,7 k€, relacionados com a venda de sucata na entidade-mãe, rendimentos provenientes da colaboração dos estudantes e os encargos com água de edifícios nos quais a entidade-filha SASUM não desenvolve atividade. Estes rendimentos e gastos não decorrem da atividade normal do Grupo Público UMinho, pelo que se apurou um resultado não incorporado às atividades negativo de 114,2 k€.



Tabela 44 - Rendimentos e Gastos não incorporados, em euros

Rendimentos e Gastos não incorporados	Montante
Rendimentos gerais	100 733,07
Gastos não incorporados	214 956,22
Gastos ambientais	8 045,96
Gastos administrativos	96 118,34
Gastos financeiros	0,00
Outros Gastos	110 791,92
Resultado	-114 223,15



4. Análise da Execução Orçamental por unidade da UMinho

Em seguida apresenta-se uma análise comparativa da execução do orçamento apurada até dezembro de 2025, em relação ao orçamento inicialmente previsto por Unidade Orçamental. Importa salientar que os quadros correspondentes ao Orçamento por Unidade para 2025 incluem 1,8 M€, referentes ao serviço docente, dado que se trata de uma componente interna à UMinho, cujo efeito é nulo. Assim, o Orçamento para 2025 da UMinho mantém-se nos 206,1 M€ (incluindo 3,1 M€ de operações extraorçamentais) (198 M€ em 2024), tendo sido arrecadada, até 31 de dezembro de 2025, uma receita total de 191,4 M€ (186,1 M€ em 2024) e executada uma despesa de cerca de 178,7 M€ (173,3 M€ em 2024).

Da análise dos quadros seguintes, constata-se que, a 31 de dezembro de 2025, a UMinho alcançou um saldo de execução (excluindo o saldo de gerência) positivo, na ordem dos 12,7 M€ (12,8 M€ em 2024). Destaca-se que, de um modo geral, as unidades alcançaram um resultado superior ao previsto para o orçamento de 2025. É também importante frisar que, apesar de algumas unidades apresentarem resultados negativos, a variação entre o orçamento final e o inicialmente previsto, na maioria das Unidades Orçamentais, foi positiva, o que evidencia o esforço das mesmas em melhorar os seus resultados. Importa ainda referir que o montante de 1,4 M€, reconhecido em 2025 no ICS como receita de Transferência de I&D, no âmbito do projeto 101140664 fAlces (ERC-2023-ADG), será devolvido em 2026, na sequência da alteração da instituição proponente para a Associação Iscte Conhecimento e Inovação - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias. Esta situação justifica o saldo orçamental excecionalmente positivo da referida unidade em 2025 e, com elevada probabilidade, explicará um efeito inverso no exercício de 2026. O rendimento foi devidamente diferido na ótica financeira.



Tabela 45 – Análise orçamental por unidade

Componentes\Unidades	EAAD			EC			ED			EEG			EENG		
2025	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação
Receita	2 968 717	3 011 329	42 612	24 281 041	22 106 706	-2 174 335	5 861 678	6 154 782	293 104	11 330 783	11 709 489	378 706	70 577 473	60 331 474	-10 245 999
Orçamento do Estado	2 261 947	2 261 947	0	10 342 734	10 342 734	0	3 066 730	3 066 730	0	5 770 138	5 770 138	0	25 366 317	25 366 317	0
Propinas e outras taxas	595 475	626 834	31 359	2 243 388	2 273 766	30 378	2 116 714	2 255 439	138 725	3 645 247	3 871 801	226 554	7 642 940	6 744 203	-898 737
Transferências I&D	0	47 176	47 176	10 730 466	8 641 122	-2 089 344	484 647	638 824	154 177	1 132 656	1 190 972	58 316	36 703 450	26 623 980	-10 079 470
Vendas e prestações de serviços	89 400	24 202	-65 198	234 971	115 765	-119 206	59 834	54 407	-5 427	630 191	556 535	-73 656	385 923	878 298	492 375
Outras transferências	0	29 275	29 275	76 925	80 762	3 837	0	5 629	5 629	0	167 493	167 493	110 748	350 582	239 834
Recebimento serviço docente	21 895	21 895	0	652 557	652 557	0	133 753	133 753	0	152 551	152 551	0	368 095	368 095	0
Despesa	3 178 026	3 420 480	242 454	26 231 953	22 414 617	-3 817 336	5 370 959	4 264 971	-1 105 988	10 850 977	10 781 575	-69 402	66 120 512	51 684 854	-14 435 658
Recursos humanos	2 687 553	2 961 235	273 682	17 337 690	17 034 542	-303 148	3 883 548	3 583 927	-299 621	8 580 462	8 856 724	276 262	39 008 060	34 226 622	-4 781 438
Bolseiros (RH)	11 654	0	-11 654	974 344	629 156	-345 188	39 094	25 085	-14 010	115 427	47 725	-67 702	6 099 426	3 556 097	-2 543 329
Gastos gerais	194 665	194 868	203	959 678	775 185	-184 493	200 964	162 930	-38 034	240 927	197 237	-43 690	1 870 720	1 787 880	-82 840
Despesa a executar na GV - OE+RP	190 701	170 924	-19 777	965 428	532 355	-433 073	835 036	196 180	-638 856	1 118 295	1 109 550	-8 744	2 783 975	1 358 219	-1 425 756
Despesa a executar na GV - I&D	0	0	0	5 815 119	3 263 685	-2 551 434	236 286	120 819	-115 467	500 884	275 357	-225 527	15 669 094	10 066 799	-5 602 295
Pagamento serviço docente	93 453	93 453	0	179 694	179 694	0	176 031	176 031	0	294 983	294 983	0	689 237	689 237	0
Saldo Orçamental	-209 309	-409 151	-199 842	-1 950 912	-307 911	1 643 001	490 719	1 889 810	1 399 092	479 806	927 914	448 108	4 456 961	8 646 620	4 189 659
Saldo Orçamental OE+RP	-169 289	-375 739	-206 450	-2 222 559	-2 415 271	-192 712	477 993	1 632 492	1 154 500	254 849	452 168	197 319	2 998 541	4 169 705	1 171 164
Saldo Orçamental I&D	-40 020	-33 412	6 608	271 647	2 107 360	1 835 713	12 726	257 318	244 592	224 956	475 745	250 789	1 458 420	4 476 915	3 018 495

Componentes\Unidades	ELACH			EMED			EPSI			ESE			I3B'S		
2025	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação
Receita	7 324 079	7 403 798	79 719	15 284 276	13 489 672	-1 794 604	4 719 291	4 917 853	198 562	2 605 671	2 992 983	387 312	5 000 576	4 584 318	-416 258
Orçamento do Estado	4 130 652	4 130 652	0	6 391 695	6 391 695	0	1 851 141	1 851 141	0	1 822 341	1 822 341	0	398 357	398 357	0
Propinas e outras taxas	1 316 327	1 312 961	-3 366	1 569 195	1 283 601	-285 594	769 092	925 845	156 753	673 119	673 745	626	41 823	23 399	-18 424
Transferências I&D	1 219 161	1 255 285	36 124	7 173 189	5 641 442	-1 531 747	1 630 294	1 851 440	221 146	86 121	211 117	124 996	4 549 905	4 151 970	-397 935
Vendas e prestações de serviços	390 673	471 969	81 296	109 516	61 759	-47 757	368 023	152 969	-215 054	0	9 716	9 716	0	0	0
Outras transferências	77 858	43 523	-34 335	0	70 494	70 494	0	35 717	35 717	0	251 974	251 974	0	100	100
Recebimento serviço docente	189 408	189 408	0	40 681	40 681	0	100 741	100 741	0	24 090	24 090	0	10 491	10 491	0
Despesa	8 551 525	7 559 223	-992 302	15 030 516	12 352 744	-2 677 772	5 442 501	4 966 534	-475 967	2 470 753	2 634 770	164 017	4 764 516	5 562 206	797 690
Recursos humanos	7 179 378	6 801 297	-378 081	8 736 189	6 660 656	-2 075 533	4 263 758	4 362 838	99 080	2 068 629	2 154 078	85 449	3 316 067	3 269 239	-46 828
Bolseiros (RH)	91 815	8 120	-83 695	435 651	518 918	83 267	300 847	166 168	-134 679	16 726	47 291	30 565	156 667	63 849	-92 818
Gastos gerais	237 688	209 237	-28 451	1 363 312	1 158 978	-204 334	189 272	114 581	-74 691	47 773	40 930	-6 843	310 449	419 201	108 752
Despesa a executar na GV - OE+RP	566 878	267 034	-299 844	1 753 926	1 588 344	-165 582	284 976	100 771	-184 205	319 343	375 898	56 555	95 888	149 620	53 732
Despesa a executar na GV - I&D	408 842	206 611	-202 231	2 736 071	2 420 480	-315 591	356 655	175 182	-181 472	13 144	11 435	-1 709	885 445	1 660 297	774 852
Pagamento serviço docente	66 924	66 924	0	5 367	5 367	0	46 993	46 993	0	5 138	5 138	0	0	0	0
Saldo Orçamental	-1 227 446	-155 425	1 072 021	253 760	1 136 928	883 168	-723 210	-48 680	674 529	134 918	358 213	223 295	236 060	-977 888	-1 213 948
Saldo Orçamental OE+RP	-619 705	-462 827	156 878	21 562	698 317	676 754	-179 521	-331 697	-152 176	78 667	213 202	134 535	-1 072 299	-1 454 127	-381 828
Saldo Orçamental I&D	-607 741	307 402	915 143	232 198	438 612	206 414	-543 689	283 016	826 705	56 251	145 010	88 759	1 308 359	476 239	-832 120



Componentes\Unidades	ICS			IE			LAB2PT			UGA			Total		
2025	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação	Orç Inicial	Execução	Variação
Receita	7 359 825	9 039 987	1 680 162	5 971 020	6 769 386	798 366	1 839 287	1 681 597	-157 690	45 441 360	39 051 687	-6 389 673	210 565 077	193 245 061	-17 320 016
Orçamento do Estado	3 704 098	3 704 098	0	2 770 587	2 770 587	0	0	0	0	20 771 727	20 773 121	1 394	88 648 464	88 649 858	1 394
Propinas e outras taxas	1 781 323	1 686 947	-94 376	1 870 342	2 015 760	145 418	0	0	0	1 170 850	261 283	-909 567	25 435 835	23 955 584	-1 480 251
Transferências I&D	1 517 866	3 433 473	1 915 607	1 226 289	1 813 469	587 180	1 833 287	1 670 371	-162 916	17 910 180	13 355 419	-4 554 761	86 197 511	70 526 061	-15 671 450
Vendas e prestações de serviços	272 783	132 097	-140 686	67 123	75 993	8 870	6 000	0	-6 000	2 762 776	3 287 364	524 588	5 377 213	5 821 073	443 860
Outras transferências	0	-383	-383	0	56 899	56 899	0	11 226	11 226	2 825 827	1 374 500	-1 451 327	3 091 358	2 477 790	-613 568
Recebimento serviço docente	83 755	83 755	0	36 679	36 679	0	0	0	0	0	0	0	1 814 696	1 814 696	0
Despesa	7 989 245	7 260 002	-729 243	7 689 590	7 731 717	42 127	1 448 395	791 562	-656 832	45 425 609	39 079 399	-6 346 210	210 565 077	180 504 655	-30 060 422
Recursos humanos	6 686 733	6 262 156	-424 577	6 743 211	6 892 402	149 191	470 721	302 180	-168 541	18 078 691	17 451 687	-627 004	129 040 690	120 819 581	-8 221 109
Bolseiros (RH)	174 740	276 712	101 972	151 864	60 943	-90 921	309 385	130 861	-178 524	25 429	442 225	416 796	8 903 069	5 973 149	-2 929 920
Gastos gerais	235 745	184 353	-51 392	297 541	217 229	-80 312	6 941	7 129	188	6 963 140	6 024 623	-938 517	13 118 815	11 494 362	-1 624 453
Despesa a executar na GV - OE+RP	313 335	207 137	-106 198	90 061	112 269	22 208	1 127	1 951	824	7 530 878	6 917 710	-613 167	16 849 846	13 087 962	-3 761 884
Despesa a executar na GV - I&D	475 391	226 343	-249 048	253 338	295 299	41 961	660 221	349 442	-310 779	12 827 471	8 243 154	-4 584 317	40 837 961	27 314 905	-13 523 056
Pagamento serviço docente	103 301	103 301	0	153 575	153 575	0	0	0	0	0	0	0	1 814 696	1 814 696	0
Saldo Orçamental	-629 420	1 779 985	2 409 405	-1 718 570	-962 331	756 239	390 892	890 035	499 142	15 751	-27 712	-43 463	0	12 740 406	12 740 406
Saldo Orçamental OE+RP	-454 486	-436 835	17 651	-1 729 123	-1 755 923	-26 800	-65 458	-54 479	10 979	-3 983 148	-3 717 456	265 692	-6 663 975	-3 838 469	2 825 506
Saldo Orçamental I&D	-174 934	2 216 820	2 391 754	10 553	793 592	783 039	456 350	944 513	488 163	3 998 899	3 689 743	-309 155	6 663 975	16 578 875	9 914 900



5. Capacidade de endividamento

À data de 31 de dezembro de 2025, a UMinho não tinha qualquer dívida bancária. Contudo, a sua capacidade de endividamento, de acordo com o definido no n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, aferida em sede das demonstrações financeiras consolidadas, ascende a 84,5 M€ (57,4 M€ em 31 de dezembro de 2024 reexpresso), conforme evidenciado na Tabela 46.

Tabela 46 - Capacidade de endividamento, em euros

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 Reexpresso
Ativo	248 321 158,69	224 472 204,44
Endividamento	221 999,59	73 611,56
+ Financiamentos bancários	221 999,59	73 611,56
- Locações financeiras	0,00	0,00
Património Líquido	176 918 072,55	162 454 892,66
<i>Cash-flow</i>	21 112 895,23	14 340 726,54
Grau de autonomia financeira	71,25%	72,37%
Quádruplo do <i>Cash-flow</i>	84 451 580,93	57 362 906,18

Apesar de se continuar a não mostrar cumprido o limite de 75% estabelecido para o grau de autonomia financeira em 2025 (72,37% em 31/12/2024 reexpresso), a UMinho, nos termos do n.º 2, do artigo 115.º, da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior – RJIES), pode recorrer ao crédito, em conformidade com o preceituado na Lei, mediante autorização, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela.

6. Factos ocorridos após a data do balanço

Após o encerramento do período e até à presente data, não ocorreram eventos que possam ter um impacto materialmente relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

Sem prejuízo do referido, o enquadramento geopolítico e macroeconómico internacional continua a caracterizar-se por um elevado grau de incerteza, designadamente no contexto da Guerra na Ucrânia e das tensões no Médio Oriente, bem como por constrangimentos no comércio internacional, fatores suscetíveis de influenciar a evolução das condições económicas globais.

Ao nível nacional, a economia portuguesa apresenta um enquadramento de crescimento moderado, num contexto de estabilização da inflação e de normalização das condições financeiras, ainda que subsistam incertezas associadas ao contexto económico Europeu e à execução de políticas económicas e orçamentais.

Embora não seja possível estimar com um grau razoável de confiança os potenciais efeitos adversos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, o Conselho de Gestão considera que tais fatores não comprometem a continuidade das suas operações. Assim, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2025.

7. Obrigação de apresentação de contas consolidadas

O presente Relatório de Atividades e Contas Consolidadas será sujeito a apreciação em Conselho Geral a realizar no dia 19 de junho de 2026 (*vide* alínea f), n.º 2, do artigo 29.º, do Despacho Normativo n.º 15/2021, de 16 de junho), e à homologação da respetiva deliberação em Conselho de Curadores, a realizar no dia 23 de junho de 2026 (*vide* ponto v), da alínea g), do artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro), por forma a cumprir com a submissão das contas consolidadas ao Tribunal de Contas até dia 30 de junho de 2026, em consonância com o disposto na alínea c), do ponto 3, da Resolução n.º 6/2025 do Tribunal de Contas, de 13 de fevereiro de 2026, e com a segunda parte do n.º 4, do artigo 52.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pelo Conselho de Gestão para emissão em 28 de maio de 2026.

Universidade do Minho, 28 de maio de 2026

O Conselho de Gestão,



9. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

9.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Entidade: Grupo Público UMinho					Unidade Monetária: Euro				
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental									
Rubrica	RECEBIMENTOS	2025 Consolidado	2024 Consolidado		Rubrica	PAGAMENTOS	2025 Consolidado	2024 Consolidado	
	Saldo da gestão anterior	51 962 275,05	40 057 532,28						
	Operações orçamentais (1)	45 565 077,74	31 456 769,24						
	Restituição do saldo oper. orçamentais	43 209 232,16	30 414 149,57						
	Operações de tesouraria (A)	6 397 197,31	8 600 763,04						
	Receita corrente	167 664 498,84	166 036 815,05			Despesa Corrente	176 491 152,97	171 312 651,19	
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00		D1	Despesas com o pessoal	126 921 105,28	120 060 630,91	
R11	Impostos diretos	0,00	0,00		D11	Remunerações Certas e Permanentes	100 479 761,78	94 284 721,06	
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00		D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 179 966,98	2 542 251,11	
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00		D13	Segurança Social	23 261 376,52	23 233 658,74	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	22 397 833,67	21 933 620,02		D2	Aquisição de bens e serviços	28 834 999,66	29 876 205,05	
R4	Rendimentos de propriedade	525 545,47	407 290,01		D3	Juros e outros encargos	259 428,90	292 474,81	
R5	Transferências Correntes	132 489 257,49	131 323 897,17		D4	Transferências correntes	19 380 170,24	20 403 045,64	
R51	Administrações Públicas	102 733 817,77	99 840 894,27		D41	Administrações Públicas	2 715 748,46	3 048 886,87	
R511	Administração Central - Estado	99 356 949,80	94 629 906,26		D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00	
R512	Administração Central - Outras entidades	3 376 867,97	5 210 988,01		D412	Administração Central - Outras Entidades	2 572 528,13	3 048 886,87	
R513	Segurança Social	0,00	0,00		D413	Segurança Social	0,00	0,00	
R514	Administração Regional	0,00	0,00		D414	Administração Regional	0,00	0,00	
R515	Administração Local	0,00	0,00		D415	Administração Local	143 220,33	0,00	
R52	Exterior - UE	26 916 254,65	28 899 110,71		D42	Instituições sem fins lucrativos	1 276 045,52	3 379 690,31	
R53	Outras	2 839 185,07	2 383 892,19		D43	Famílias	9 615 784,43	8 359 371,57	
R6	Venda de bens e serviços	10 825 956,10	10 965 513,66		D44	Outras	5 772 591,83	5 615 096,89	
R7	Outras receitas correntes	1 455 887,11	1 406 494,19		D5	Subsídios	0,00	0,00	
	Receita de capital	33 449 532,55	29 328 522,81		D6	Outras despesas correntes	1 095 448,89	680 294,78	
R8	Venda de bens de investimento	2 309,25	861,00			Despesas de Capital	11 062 293,84	10 165 515,27	
R9	Transferências de Capital	33 360 378,26	29 327 661,81		D7	Investimento	11 062 293,84	10 165 515,27	
R91	Administrações Públicas	33 360 378,26	29 184 434,59		D8	Transferências de capital	0,00	0,00	
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00		D81	Administrações Públicas	0,00	0,00	
R912	Administração Central - Outras entidades	33 360 378,26	29 184 434,59		D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00	
R913	Segurança Social	0,00	0,00		D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00	
R914	Administração Regional	0,00	0,00		D813	Segurança Social	0,00	0,00	
R915	Administração Local	0,00	0,00		D814	Administração Regional	0,00	0,00	
R92	Exterior - UE	0,00	143 227,22		D815	Administração Local	0,00	0,00	
R93	Outras	0,00	0,00				0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	86 845,04	0,00		D82	Outras	0,00	0,00	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	227 703,76	231 137,10		D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	
							0,00	0,00	
	Receita efetiva (2)	201 341 735,15	195 596 474,96			Despesa efetiva (5)	187 553 446,81	181 478 166,46	
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00			Despesa não efetiva (6)	31 000,00	10 000,00	
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00		D10	Despesa com ativos financeiros	31 000,00	10 000,00	
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00		D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	246 906 812,89	227 053 244,20			Soma (7)=(5)+(6)	187 584 446,81	181 488 166,46	
	Operações de tesouraria (8)	15 762 429,63	9 185 907,28			Operações de tesouraria (C)	13 197 960,99	11 389 473,01	
						Saldo para a gestão seguinte	68 284 032,03	51 962 275,05	
						Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	59 322 366,08	45 565 077,74	
						Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	8 961 665,95	6 397 197,31	
						Saldo global	13 788 288,34	14 118 308,50	
						Despesa primária	187 294 017,91	181 185 691,65	
						Saldo corrente	-8 826 654,13	-5 275 636,14	
						Saldo de capital	22 387 238,71	19 163 007,54	
						Saldo primário	14 047 717,24	14 410 783,31	
						Receita total (1) + (2) + (3)	246 906 812,89	227 053 244,20	
						Despesa total (5) + (6)	187 584 446,81	181 488 166,46	



9.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas

Entidade: Grupo Público UMinho Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza				Unidade Monetária: Euro			
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2025 Consolidado	2024 Consolidado	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2025 Consolidado	2024 Consolidado
Receita corrente		168 165 155,15	165 220 433,09	Despesa Corrente		178 835 418,65	174 128 512,15
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	128 432 620,22	122 310 687,25
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	101 914 896,11	96 246 795,20
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 196 437,46	2 625 392,09
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	D13	Segurança Social	23 321 286,65	23 438 499,96
R3	Taxas, multas e outras penalidades	23 029 671,44	20 170 348,00	D2	Aquisição de bens e serviços	29 331 229,69	30 208 913,21
R4	Rendimentos de propriedade	535 565,47	407 290,01	D3	Juros e outros encargos	259 428,90	292 474,81
R5	Transferências Correntes	132 216 637,07	132 228 213,20	D4	Transferências correntes	19 299 368,24	20 243 880,99
R51	Administrações Públicas	102 725 811,38	99 940 894,27	D41	Administrações Públicas	2 715 748,46	3 048 886,87
R511	Administração Central - Estado	99 356 949,80	94 629 906,26	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	3 368 861,58	5 210 988,01	D412	Administração Central - Outras Entidades	2 572 528,13	3 048 886,87
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	D415	Administração Local	143 220,33	0,00
R52	Exterior - UE	26 708 424,55	29 010 803,58	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 280 669,48	3 379 690,31
R53	Outras	2 782 391,14	3 376 515,35	D43	Famílias	9 669 487,98	8 411 524,53
R6	Venda de bens e serviços	10 927 440,93	11 008 040,82	D44	Outras	5 643 462,32	5 403 779,30
R7	Outras receitas correntes	1 455 840,24	1 406 541,06	D5	Subsídios	0,00	0,00
Receita de capital		33 449 523,40	29 328 531,96	D6	Outras despesas correntes	1 512 771,60	1 072 555,89
R8	Venda de bens de investimento	2 300,10	870,15	Despesas de Capital		11 316 089,12	10 473 534,03
R9	Transferências de Capital	33 360 378,26	29 327 661,81	D7	Investimento	11 316 089,12	10 473 534,03
R91	Administrações Públicas	33 360 378,26	29 184 434,59	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	33 360 378,26	29 184 434,59	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	143 227,22	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	0,00	D82	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	86 945,04	0,00	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abilitadas aos pagamentos	223 134,57	153 011,17				
Receita efetiva (1)		201 837 813,12	194 701 976,22	Despesa efetiva (5)		190 151 507,77	184 602 046,18
Receita não efetiva (2)		0,00	0,00	Despesa não efetiva (6)		32 000,00	10 000,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	32 000,00	10 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
Receita Total (3)=(1)+(2)		201 837 813,12	194 701 976,22	Despesa Total (7)=(5)+(6)		190 183 507,77	184 612 046,18



9.3. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24), o perímetro de consolidação das Administrações Públicas compreende as entidades que em cada período contabilístico integrem o OE. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo Público UMinho compreende a UMinho (como entidade-mãe) e os SASUM. Relativamente aos SASUM, importa referir que, em consonância com os Estatutos da UMinho, estes gozam de autonomia administrativa e financeira, e prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga, e estão sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26), a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações, para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Assim, na UMinho aplicou-se o método da consolidação simples aos SASUM, pois são controlados a 100% pela entidade-mãe, sendo que a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas pela totalidade das transações entre as duas entidades.

Por fim, tendo em consideração que a NCP 26 do normativo vigente não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais do Grupo Público UMinho.



10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

10.1. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025

Entidade: Grupo Público UMinho			
Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025		Unidade Monetária: Euro	
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2025	SNC-AP 31/12/2024 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5;6	132 770 004,75	130 948 875,06
Propriedades de investimento	8	1 190 527,34	904 699,21
Ativos intangíveis	3	1 366 622,75	1 287 001,35
Investimentos financeiros - MEP	18;20;22	8 207 895,04	6 845 175,58
Investimentos financeiros - Custo	18;20;22	398 306,09	448 913,63
Ativos por impostos diferidos	18	3 732,15	4 410,08
		143 937 088,12	140 439 074,91
Ativo corrente			
Inventários	10	223 018,04	217 485,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	9 258 673,72	7 356 179,00
Clientes, contribuintes e utentes	18	21 764 224,25	20 688 718,95
Estado e outros entes públicos	18	461 845,02	890 606,24
Acionistas/sócios/associados	18	0,00	2 500,00
Outras contas a receber	18	1 481 394,08	1 053 163,26
Diferimentos	23	873 843,45	813 704,48
Caixa e depósitos	1;18	70 321 072,01	53 010 772,60
		104 384 070,57	84 033 129,53
Total do Ativo		248 321 158,69	224 472 204,44
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados transitados	18	-56 165 790,71	-59 382 887,41
Ajustamentos em ativos financeiros	18	8 869 367,94	7 050 653,02
Excedentes de revalorização	18	3 164,33	3 326,51
Outras variações no património líquido	18	70 409 252,83	68 912 482,13
Resultado líquido do período	18	10 285 498,12	4 190 392,61
Interesses que não controlam	18	2 895 115,65	1 059 461,41
		176 918 072,55	162 454 892,66
Total do Património Líquido		176 918 072,55	162 454 892,66
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2 477 028,41	2 271 878,91
Financiamentos obtidos	18	0,00	16 802,87
Outras contas a pagar	18	117 381,97	123 622,89
		2 594 410,38	2 412 304,67
Passivo corrente			
Fornecedores	18	808 337,57	607 259,37
Estado e outros entes públicos	18	2 544 271,05	2 938 646,44
Financiamentos obtidos	18	221 999,59	56 808,69
Fornecedores de investimentos	18	87 862,29	84 820,87
Outras contas a pagar	18	42 515 453,33	34 868 415,25
Diferimentos	23	22 630 751,93	21 049 056,49
		68 808 675,76	59 605 007,11
Total do passivo		71 403 086,14	62 017 311,78
Total do património líquido e passivo		248 321 158,69	224 472 204,44



10.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2025

Entidade: Grupo Público UMinho			
Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2025			Unidade
			Monetária: Euro
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP 2025	SNC-AP 2024 Reexpresso
Impostos e taxas	14	23 864 888,77	23 326 563,48
Vendas	13	1 769 505,26	1 833 820,58
Prestações de serviços	13	10 799 902,33	9 487 923,70
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	14	157 390 579,25	144 636 885,08
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22	613 528,77	509 299,21
Trabalhos para a própria entidade	14	28 943,28	43 102,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 773 338,23	-1 789 331,51
Fornecimentos e serviços externos	23	-30 737 214,32	-29 222 924,73
Gastos com pessoal	19	-130 317 485,41	-121 401 912,51
Transferências e subsídios concedidos	23	-19 123 457,36	-19 824 158,32
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-143 790,63	-384 454,41
Provisões (aumentos/reduções)	15	-312 407,17	-941 415,10
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9;13;22	226,85	-5 088,00
Outros rendimentos e ganhos	13;14	9 675 729,35	8 510 391,74
Outros gastos e perdas	23	-597 663,39	-2 032 317,02
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		21 137 947,35	12 746 384,97
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5;8	-10 371 426,16	-8 819 376,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		10 766 521,19	3 927 008,55
Juros e rendimentos similares obtidos	13	534 727,61	590 575,93
Juros e gastos similares suportados	23	-259 613,17	-297 984,14
Resultado antes de impostos		11 041 635,63	4 219 600,34
Imposto sobre o rendimento	23	-163 470,90	-9 262,51
Resultado líquido do período		10 878 164,73	4 210 337,83
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		10 285 498,12	4 190 392,62
Interesses que não controlam		592 666,61	19 945,21
		10 878 164,73	4 210 337,83



10.3. Demonstração dos Resultados por Funções Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2025

Entidade: Grupo Público UMinho				
Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo 31 de dezembro de 2025				Unidade Monetária: Euro
RENDIMENTOS E GASTOS	Ensino	Investigação	Interação com a Sociedade	Total
Rendimentos diretos	115 237 058,50	63 271 257,57	24 526 776,31	203 035 092,38
Gastos diretos	105 646 199,03	52 419 422,47	20 800 504,56	178 866 126,06
Margem de contribuição direta	9 590 859,47	10 851 835,10	3 726 271,75	24 168 966,32
Rendimentos indiretos	2 138 860,73	697 651,43	246 447,88	3 082 960,04
Gastos indiretos	10 751 836,48	4 473 068,34	871 162,76	16 096 067,58
Resultado bruto do período	977 883,72	7 076 418,19	3 101 556,87	11 155 858,78
Rendimentos gerais				100 733,07
Gastos não incorporados				214 956,22
Gastos ambientais				8 045,96
Gastos administrativos				96 118,34
Gastos financeiros				0,00
Outros gastos				110 791,92
Resultado antes de impostos				11 041 635,63
Imposto sobre o rendimento				-163 470,90
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				10 285 498,12
Interesses que não controlam				592 666,61
				10 878 164,73

Entidade: Grupo Público UMinho				
Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo 31 de dezembro de 2024				Unidade Monetária: Euro
RENDIMENTOS E GASTOS	Ensino	Investigação	Interação com a Sociedade	Total (reexpresso)
Rendimentos diretos	114 033 314,55	53 494 577,76	20 119 982,96	187 647 875,27
Gastos diretos	100 150 486,31	50 207 274,64	17 696 111,94	168 053 872,89
Margem de contribuição direta	13 882 828,24	3 287 303,12	2 423 871,02	19 594 002,38
Rendimentos indiretos	1 467 577,79	484 663,00	104 887,03	2 057 127,82
Gastos indiretos	13 162 619,75	3 357 006,65	730 829,80	17 250 456,20
Resultado bruto do período	2 187 786,28	414 959,47	1 797 928,25	4 400 674,00
Rendimentos gerais				96 577,42
Gastos não incorporados				277 651,08
Gastos ambientais				54 401,43
Gastos administrativos				134 523,28
Gastos financeiros				0,00
Outros gastos				88 726,37
Resultado antes de impostos				4 219 600,34
Imposto sobre o rendimento				-9 262,51
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				4 190 392,61
Interesses que não controlam				19 945,21
				4 210 337,83



10.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2025

Entidade: Grupo Público UMinho Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2025										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euro	
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-59 382 887,42	7 050 653,02	3 326,51	68 912 482,13	4 190 392,61	161 395 431,24	1 059 461,41	162 454 892,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	162,18	0,00	-162,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18	0,00	3 216 934,53	1 818 714,92	0,00	1 496 770,70	-4 190 392,61	2 342 027,54	1 242 987,63	3 585 015,17
	(2)	0,00	3 217 096,71	1 818 714,92	-162,18	1 496 770,70	-4 190 392,61	2 342 027,54	1 242 987,63	3 585 015,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						10 285 498,12	10 285 498,12	592 666,61	10 878 164,73
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						10 285 498,12	10 285 498,12	2 895 115,65	176 918 072,55
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	=(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-56 165 790,71	8 869 367,94	3 164,33	70 409 252,83	10 285 498,12	174 022 956,90	2 895 115,65	176 918 072,55

Entidade: Grupo Público UMinho Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2024										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euro	
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido reexpresso
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-68 787 934,32	6 714 282,09	3 488,67	67 356 002,97	9 838 672,75	155 745 976,55	879 192,12	156 625 168,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18	0,00	9 405 046,91	336 370,93	-162,16	1 556 479,16	-9 838 672,75	1 393 452,09	-431,68	1 458 630,41
	(2)	0,00	9 405 046,91	336 370,93	-162,16	1 556 479,16	-9 838 672,75	1 393 452,09	-431,68	1 458 630,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						4 190 392,61	4 190 392,61	180 700,97	4 371 093,58
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						4 190 392,61	4 190 392,61	1 059 461,41	162 454 892,66
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	=(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-59 382 887,41	7 050 653,02	3 326,51	68 912 482,13	4 190 392,61	161 395 431,25	1 059 461,41	162 454 892,66



10.5. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2025

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2025			
RUBRICAS	NOTAS	Período	
		SNC-AP 2025	SNC-AP 2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		15 156 116,80	14 479 690,04
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de utentes		22 357 833,67	21 933 620,02
Pagamentos a fornecedores		32 409 059,67	31 940 485,55
Pagamentos ao pessoal		108 068 875,09	100 527 820,62
	Caixa gerada pelas operações	-102 963 984,29	-96 054 996,11
Outros recebimentos/pagamentos		98 488 303,85	88 120 956,30
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-4 475 680,44	-7 934 039,81
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis		11 594 542,65	9 640 241,86
Ativos intangíveis		773 397,66	701 721,03
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		31 000,00	20 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis		1 250,00	861,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		226,85	20 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		117 369,29	143 227,22
Transferência de capital		33 360 378,26	29 184 434,59
Juros e rendimentos similares		668 292,03	627 579,55
Dividendos		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	21 748 576,12	19 614 139,47
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos		506 259,92	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		35 500,00	19 500,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos		367 295,72	55 513,64
Juros e gastos similares		137 045,74	151 223,95
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		53,78	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	37 364,68	-187 237,59
<u>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</u>		0,00	0,00
<u>Efeito das diferenças de câmbio</u>		17 310 260,36	11 492 862,07
		39,05	
<u>Caixa e seus equivalentes no início do período</u>		53 010 772,60	41 517 910,53
<u>Caixa e seus equivalentes no fim do período</u>		70 321 072,01	53 010 772,60



10.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2025

As notas às demonstrações financeiras consolidadas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, e cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo omissas as notas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Os membros do Conselho de Gestão que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Público.

Os valores encontram-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas identificadas na figura infra.

Grupo Público UMinho				
UMinho Entidade-Mãe				
SASUM 100,00%	ACMP5 90,00%	B'ACIS 90,00%	TecMinho 81,85%	APSI 80,00%
CVR 56,25%	EXPERTISSUES 50,00%	Fibrenamics 15,75%	BLCS 50,00%	Instituto Confúcio 50,00%
2CA-Braga 40,00%	CCG 35,90%	Inst. Design 34,09%	Curtir Ciência 33,33%	Casa Sarmento 33,33%
PIEP 30,80%	IDITE Minho 25,45%	CEJUR 25,00%	CENTI 18,94%	CRIA 25,00%
CEiia 2,17%	SPINPARK 14,29%	BLC3 14,29%	LIP 14,29%	4LIFELAB 12,50%
IGAP 9,09%	Lab. Paisagem 8,33%	TECMEAT 5,00%	BIP4DAB 8,33%	B2E 6,67%
Associação DTX 7,04%	AFTEBI 7,45%	CIM 5,00%	ProChild Colab 6,25%	CECoLab 5,26%
INESC TEC 5,26%	RAIL CoLAB 5,26%	BIOREF 3,97%	BUILT CoLAB 5,56%	WATER CO-RE COLAB 5,00%
L.C.S.D 5,00%	Colab 4Food 3,95%	Fund. CEER 3,57%	ISPG 3,34%	APCTP 3,70%
BATPOWER 1,49%	AEDOAVE 2,00%	TICE.PT 1,23%	Ofic. Inovação 1,00%	POOL-NET 0,87%
OPEN 0,91%	INTEGRALAR 0,77%	Smart Waste 0,27%	VARD 2015 0,57%	ADRAVE 0,44%
CITEVE 0,16%	Fund. Bial Cerv. 0,08%	Fund. Port. Afr. 0,06%	ADVID <20%	Inommob 10,00%
HCP 1,82%	CiTin 2,62%	Associação Sustemare 3,63%		

Figura 8 - Grupo Público UMinho

O perímetro de consolidação financeiro é constituído, de entre as entidades identificadas na Figura 8, apenas pelas participadas nas quais a UMinho detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

Nos termos do exigido pela NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, e de modo a cumprir o objetivo de relato transparente, procede-se à divulgação das informações referentes aos interesses nas entidades participadas, bem como a outra informação de cariz voluntário, que se entendeu relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho.

Importa ter em consideração os seguintes pontos no que diz respeito à consolidação efetuada:



- A entidade CeNTI, apesar da percentagem de controlo da UMinho ser inferior a 20%, foi incluída no perímetro de consolidação pelo MEP, uma vez que da leitura dos seus estatutos verifica-se que a entidade-mãe detém influência significativa, em virtude dos seus órgãos sociais serem constituídos por membros da UMinho;
- As entidades CVR, TecMinho, EXPERTISSUES e Associação Fibrenamics, foram incluídas no perímetro de consolidação como entidades controladas pela UMinho pois, apesar dos direitos de voto serem iguais ou inferiores a 50%, a UMinho detém o controlo destas entidades por via dos elementos que constituem os seus órgãos sociais, pelo que foi assumido a percentagem de participação;
- Na entidade CRIA não existe percentagem de participação, pelo que não se aplicou o MEP;
- Na entidade CVR, o aumento registado na rubrica de capital subscrito, no exercício de 2025, ascendeu a 13.300,00 €. Este acréscimo resulta da subscrição de unidades de participação no montante de 15.500,00 € e da exclusão de dois associados que não chegaram a concretizar a subscrição de unidades de capital no valor de 2.500,00 €;
- A entidade PIEP registou, durante o exercício de 2025, um aumento do capital subscrito no montante de 20.000 €, decorrente da integração das seguintes entidades: ALOFT, Lda., Associação CCG, Fortunato O. Frederico & Ca., Lda. e PETROTEC Inovação e Indústria, S.A.. No mesmo período, o PIEP procedeu à alienação da participação detida no CEiIA, pelo valor de 25.000 €; e,
- Na entidade Associação Fibrenamics, verificou-se a entrada de quatro novos associados aderentes. Três desses associados subscreveram, cada um, 5 unidades de participação, com o valor nominal de 1.000,00 € cada, totalizando 5.000,00 € por associado. O quarto associado subscreveu 10 unidades de participação, com o valor nominal de 1.000,00 € cada, perfazendo um total de 10.000,00 €.

Importa referir que a entidade CEiIA foi reclassificada de “associada” para “outra entidade”, na sequência do parecer jurídico emitido, no qual se conclui que a participação da UMinho nos órgãos sociais do CEiIA não configura, por si só, uma situação de controlo para efeitos contabilísticos.

Em particular, o referido parecer sustenta que não se verifica:

- e) capacidade de direção unilateral das atividades relevantes;
- f) domínio das políticas financeiras e operacionais;
- g) existência de direitos especiais de decisão; nem
- h) capacidade efetiva de afetar, isoladamente, os benefícios associados à atividade do CEiIA.

Nestes termos, e considerando a informação atualmente disponível, o parecer conclui não estarem reunidos os pressupostos necessários para concluir pela existência de controlo da UMinho sobre o CEiIA, para efeitos de consolidação de contas, nos termos da NCP 22.

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho corresponde ao ano civil de 2025 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025), devendo ser aprovadas e submetidas ao Tribunal de Contas até ao final do mês de junho de 2026.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas

a) Referencial contabilístico

Em 2025 e em coerência com o verificado no ano transato, o Grupo Público UMinho adotou como referencial contabilístico o SNC-AP, que tem permitido dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro eficiente e convergente com os sistemas adotados a nível internacional.

O SNC-AP foi preparado pelo Comité de Normalização Contabilística Público da Comissão de Normalização Contabilística, com o objetivo de proporcionar informação mais completa sobre o desempenho, a eficácia e a eficiência das Administrações Públicas, aumentando assim a transparência, a credibilidade e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional. Além disso, e conforme exposto no preâmbulo do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP, este Sistema veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das Administrações Públicas, articulando-a com a base de caixa modificada, estabelecendo assim os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo. O SNC-AP promove a harmonização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das Administrações Públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa norma relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

De acordo com o preceituado no artigo 13º, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, “*Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:*



- a) *As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;*
- b) *O Sistema de Normalização Contabilística (SNC);;*
- c) *As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;*
- d) *As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board."*

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-AP.

b) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, os quais de acordo com o previsto no artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de junho, conjugado com o previsto no artigo 115.º do RJES, , no artigo 136.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei de Orçamento do Estado para 2022), e no artigo 91.º, Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023), a UMinho está obrigada a manter um limite mínimo de saldo na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), tendo para o efeito, a 31/12/2025, um saldo à ordem no Tesouro no montante de, aproximadamente, 8,4 M€.

c) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Tabela 47 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros

Conta	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	6 931,19	7 051,63
Depósitos à Ordem	69 143 681,96	52 694 988,31
<i>Depósitos bancários à ordem</i>	60 716 180,23	45 435 679,91
<i>Depósitos à ordem no Tesouro</i>	8 427 501,73	7 259 308,40
Depósitos a prazo	981 659,02	201 889,95
Depósitos de garantias e caucões	188 799,84	106 842,71
Total Caixa e Depósitos	70 321 072,01	53 010 772,60

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das participadas que compõem o Grupo Público UMinho, tendo em consideração as disposições do SNC-AP, mais concretamente, a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, a qual é a moeda funcional.

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 48 - Vida útil do ativo fixo tangível

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, é definido, atendendo aos seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, o qual depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo; e
- Limites de natureza legal ou outra, sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, o Grupo Público UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do *output* e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.



Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, encontram-se reconhecidos pelo seu valor de aquisição, ou pelo valor das grandes reparações neles efetuadas. Contudo, em virtude de não ser possível mensurar o seu valor com fiabilidade, estes não se encontram a ser depreciados, situação que causaria uma distorção ainda maior nas demonstrações financeiras.

Devido à atividade do Grupo Público UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2, decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita de equipamento de topo e vanguarda. As vidas úteis diferentes das recomendadas pelo CC2 necessitam de ser aprovadas em sede de Conselho de Gestão.

O ganho ou a perda do desreconhecimento de ativos fixos tangíveis, que resulte de alienação ou abate, deve ser determinado pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de outros gastos e perdas ou outros rendimentos e ganhos, consoante o Grupo Público UMinho, decorrente deste tipo de transações, tenha obtido uma mais-valia ou uma menos-valia.

Os investimentos em curso são ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida, pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito (doações), é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o custo do bem recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 49 - Vida útil das propriedades de investimento

Propriedades de Investimento	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	50 anos

O período de vida útil das propriedades de investimento é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores anteriormente referidos, para os ativos fixos tangíveis.

c) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As despesas de pesquisa e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridas.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

Tabela 50 - Vida útil do ativo intangível

Ativo Intangível	Vida Útil Estimada CC2
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

O período de vida útil dos ativos intangíveis é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores referidos para os ativos fixos tangíveis.

d) Investimentos Financeiros

Os investimentos em associadas estão valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais a entidade exerce influência significativa, geralmente investimentos representando uma percentagem de controlo entre 20% e 50% do capital de uma entidade, e não são Empreendimentos Conjuntos.

Para determinação do controlo ou influência significativa, são considerados os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das entidades associadas,



por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas e outras, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados, sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo, enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, reconhecendo nesses casos uma provisão na rubrica do passivo Provisões, para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da entidade nas mesmas, por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, geralmente percentagens de controlo inferiores a 20% do capital social, onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

e) Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Assim, se um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para o Grupo Público UMinho, a locação é classificada como financeira. Caso contrário, a locação é classificada como operacional.

Decorrente do exposto, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua forma legal, os ativos adquiridos, através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos fixos tangíveis com contratos de locação são depreciados durante o prazo de locação ou durante a sua vida útil, dependendo do critério que apresentar o período mais curto (§30 e 31 NCP 6).

f) Imparidade de Ativos

Em cada data de relato, o Grupo Público UMinho analisa se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fiavelmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indício de os mesmos poderem estar em imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrente do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida em gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando se conclui que tais perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido, sendo reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados por naturezas do período. Contudo, tal reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g) Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. O Grupo Público UMinho reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.



Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado e apresentados no balanço, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

h) Rendimentos e Gastos

O Grupo Público UMinho aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações tendo em conta o prescrito na NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e na NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias, ao regime de acréscimo.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo Público UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra forem transferidos para o comprador;
- A entidade não mantenha qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento possa ser fiavelmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para o Grupo Público UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- Os gastos sejam mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Impostos e taxas

Na contabilidade da entidade-mãe, UMinho, o valor total das propinas referente ao ano letivo é reconhecido como dívida do estudante (crédito da UMinho) no momento da sua inscrição, sendo que, 4/12 (setembro a dezembro) são reconhecidos como rendimentos do período (ano de inscrição) e, os restantes 8/12, são diferidos e reconhecidos como rendimento do ano seguinte, em consonância com o ano letivo e de acordo com o regime de acréscimo.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo Público UMinho cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do OE é atribuída anualmente e reconhecida numa base mensal como rendimento do Grupo Público.

As transferências e subsídios obtidos no âmbito de projetos de I&D, de acordo com o exposto na FAQ 42, aprovada pela CNC em 22 de dezembro de 2020 e atualizada em 13 de setembro de 2022, são reconhecidas no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida.



Ainda, tendo em consideração a FAQ 42, as transferências e subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são reconhecidos no património líquido aquando da aquisição destes ativos, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) na proporção das respetivas depreciações e amortizações, durante a vida útil dos respetivos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências e subsídios reembolsáveis são contabilizados no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Os gastos com os fornecimentos e serviços externos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas à data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Grupo Público UMinho não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, caso considere como prováveis os benefícios económicos que daí possam resultar. Quando a sua realização for praticamente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados, classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime de acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vencem os respetivos direitos.

k) Partes relacionadas

O Grupo Público UMinho identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação sobre as transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho;
- O Conselho de Gestão da UMinho;
- O Fiscal Único da UMinho; e
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Grupo Público UMinho, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a Comissão de Normalização Contabilística.

l) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, e no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a entidade-mãe, UMinho, e os SASUM, gozam de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. Consequentemente, estas entidades não estão obrigadas a entregar a declaração anual de rendimentos, modelo 22 do IRC.



2.2. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram consideradas as demonstrações financeiras separadas de cada entidade controlada, nas quais foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos pelo seu Órgão de Gestão que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Grupo Público UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o Órgão de Gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público UMinho;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes; e
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Reconhecimento de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes; e
- Especializações diversas.

2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos livros e registos da UMinho, numa perspetiva de continuidade da atividade, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

Sem prejuízo do referido, o enquadramento geopolítico e macroeconómico internacional continua a caracterizar-se por um elevado grau de incerteza, designadamente no contexto da Guerra na Ucrânia e das tensões no Médio Oriente, bem como por constrangimentos no comércio internacional, fatores suscetíveis de influenciar a evolução das condições económicas globais.

Ao nível nacional, a economia portuguesa apresenta um enquadramento de crescimento moderado, num contexto de estabilização da inflação e de normalização das condições financeiras, ainda que subsistam incertezas associadas ao contexto económico Europeu e à execução de políticas económicas e orçamentais.

Embora não seja possível estimar com um grau razoável de confiança os potenciais efeitos adversos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, o Conselho de Gestão considera que tais fatores não comprometem a continuidade das suas operações. Assim, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2025.

2.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o Grupo Público UMinho poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

2.5. Correção de exercícios anteriores

As demonstrações financeiras do período findo a 31 de dezembro de 2025, são comparáveis com as do período anterior. Em prol da imagem verdadeira e apropriada que deve presidir à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e por



forma a garantir a comparabilidade, as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram reexpressas.

Em cumprimento do referido na Certificação Legal das Contas separadas de 2024, segundo a qual as verbas atribuídas pela FCT para pagamento de propinas de alunos bolseiros não dão origem ao reconhecimento de rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados, a UMinho procedeu à alteração do tratamento contabilístico, passando a reconhecer as reclassificações das notas de crédito relativas a bolseiros da FCT, referentes a anos letivos anteriores, na rubrica de outros rendimentos, em detrimento do registo na rubrica de outros gastos..

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas de 2024 foram igualmente reexpressas, em virtude de, no processo de consolidação referente àquele exercício, ter sido utilizada uma versão provisória das demonstrações financeiras da ACMP5, a qual veio posteriormente a sofrer alterações na sua versão final relativa ao exercício de 2024. Assim, procedeu-se à atualização dos valores consolidados, assegurando a adequada refletividade da informação financeira final e a respetiva comparabilidade entre períodos.

Nesta conformidade, foram reexpressas as demonstrações financeiras separadas do período de 2024, nas seguintes rubricas

Tabela 51 – Reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas da UMinho do ano de 2024, em euros

Variação das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas da UMINHO	2024 reexpresso	Efeito em 2024	2024
Balanco			
Ativo não corrente		70 761,74	
Ativos intangíveis	1 287 001,35	70 761,74	1 216 239,61
Ativo corrente		21 415,79	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	7 356 179,00	-2 584,21	7 358 763,21
Diferimentos	813 704,48	24 000,00	789 704,48
Total do Património Líquido		70 989,36	
Ajustamentos em ativos financeiros	7 050 653,02	65 610,00	6 985 043,02
Resultado líquido do período	4 190 392,61	-1 719,58	4 192 112,19
Interesses que não controlam	1 059 461,41	7 098,94	1 052 362,47
Passivo Corrente		21 188,17	
Fornecedores	607 259,37	24 000,00	583 259,37
Estado e outros entes públicos	2 938 646,44	53,43	2 938 593,01
Outras contas a pagar	34 868 415,25	-2 865,26	34 871 280,51
Demonstração dos resultados			
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	144 636 885,08	-43 871,11	144 680 756,19
Trabalhos para a própria entidade	43 102,78	43 102,78	0,00
Fornecimentos e serviços externos	29 222 924,73	-7 520,91	29 230 445,64
Gastos com pessoal	121 401 912,51	8 409,03	121 393 503,48
Outros rendimentos e ganhos	8 510 391,74	-2 706 237,28	11 216 629,02
Outros gastos e perdas	2 032 317,02	-2 706 036,52	4 738 353,54
Imposto sobre o rendimento	9 262,51	53,43	9 209,08

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

Os ativos intangíveis do Grupo Público UMinho compreendem, essencialmente, programas de computador e sistemas de informação.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

a) Vida útil e métodos de amortização

Nos termos do referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos intangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta informação relativa à sua vida útil ou taxa de amortização, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

b) Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Variação das amortizações

Durante o período económico de 2025, a decomposição da quantia escriturada e das amortizações dos ativos intangíveis é apresentada na Tabela 52.



Tabela 52 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros

Rubricas	Início do período reexpresso			Final do período		
	Quantia bruta reexpressa	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada reexpressa	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Projetos de desenvolvimento	461 724,88	238 093,98	223 630,90	480 984,75	301 208,74	179 776,01
Prog. comp. e sist. inf.	6 662 584,23	5 615 701,33	1 046 882,90	7 369 769,51	6 182 922,77	1 186 846,74
Ativos intangíveis em curso	16 487,55	0,00	16 487,55	0,00	0,00	0,00
Total	7 140 796,66	5 853 795,31	1 287 001,35	7 850 754,26	6 484 131,51	1 366 622,75

d) Gastos/Reversões de amortizações

Os gastos referentes às amortizações dos ativos intangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, totalizando um montante de 638.239,54 € em 2025, conforme identificado no ponto seguinte.

e) Quantia escriturada e variações do período

A variação da quantia escriturada dos ativos intangíveis verificada no período económico de 2025 do Grupo Público UMinho, justifica-se pelas aquisições, no montante de 717.860,94 €, e amortizações do período, no montante de 638.239,54 €, conforme evidenciado na Tabela 53.

Tabela 53 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial reexpressa	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	223 630,90	19 259,87	0,00	63 114,76	179 776,01
Programas computador e sistemas de informação	1 046 882,90	698 601,07	18 987,55	575 124,78	1 186 846,74
Ativos intangíveis em curso	16 487,55	0,00	-18 987,55	0,00	0,00
Total	1 287 001,35	717 860,94	0,00	638 239,54	1 366 622,75

De referir que as adições respeitantes a ativos intangíveis, efetuadas pelo Grupo Público UMinho, em 2025, referem-se a compras ocorridas no período, bem como a ativos intangíveis em curso. De referir que em 2025, as entidades participadas CVR e TecMinho tinha efetuado uma transferência interna de ativos intangíveis em curso para projetos de desenvolvimento, que não ficou refletida no ano transato.

3.5. Outras divulgações de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Público UMinho utilizava na sua atividade programas de computador e sistemas de informação, no montante de cerca de 5.353.003,21 €, apesar de se encontrarem totalmente amortizados.

5. Ativos fixos tangíveis**5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras****a) Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. De referir que o custo de aquisição compreende o custo de compra e quaisquer outros custos necessários e diretamente atribuíveis para colocar o ativo a funcionar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão, podendo ainda incluir custos necessários para proceder ao seu desmantelamento e remoção, no final da vida útil.

Relativamente aos gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis, em consonância com o exposto na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estes poderão ser reconhecidos no ativo, ou diretamente nos resultados do período, dependendo dos benefícios económicos ou potencial de serviço, que o Grupo Público UMinho irá obter com os mesmos.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Tal como referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.



À data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo fixo tangível, consta a informação relativa à sua vida útil ou taxa de depreciação, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações

Na Tabela 54 apresenta-se a variação da quantia escriturada respeitantes aos ativos fixos tangíveis, observada no período económico de 2025.

Tabela 54 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, pat. histórico, art. e cultural						
Edif. e outras construções	547 105,94	0,00	547 105,94	569 465,66	0,00	569 465,66
Pat. Hist., artist. e cultural	320 201,35	0,00	320 201,35	364 154,82	0,00	364 154,82
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e rec. naturais	10 584 029,27	0,00	10 584 029,27	10 584 029,27	0,00	10 584 029,27
Edif. e outras construções	172 562 442,98	68 146 698,50	104 415 744,48	173 915 285,24	71 912 521,65	102 002 763,59
Equip. básico	89 846 853,64	77 665 895,24	12 180 958,40	98 131 083,64	82 597 523,76	15 533 559,88
Equip. de transporte	928 237,58	541 622,24	386 615,34	940 587,25	595 611,72	344 975,53
Equip. administrativo	25 301 878,18	24 799 695,69	502 182,49	25 016 716,60	24 392 963,49	623 753,11
Outros	11 331 326,04	10 720 015,55	611 310,49	11 916 164,82	10 877 955,69	1 038 209,13
AFT em curso	1 400 727,30	0,00	1 400 727,30	1 709 093,76	0,00	1 709 093,76
	311 955 494,99	181 873 927,22	130 081 567,77	322 212 960,58	190 376 576,31	131 836 384,27
Total	312 822 802,28	181 873 927,22	130 948 875,06	323 146 581,06	190 376 576,31	132 770 004,75

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As variações ocorridas na quantia escriturada do ativo fixo tangível do Grupo Público UMinho no período de 2025, estão evidenciadas na seguinte.

Tabela 55 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo custo)			Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Edifícios e outras construções	547 105,94	22 359,72	0,00	0,00	569 465,66
Pat. histórico, artístico e cultural	320 201,35	43 953,47	0,00	0,00	364 154,82
	867 307,29	66 313,19	0,00	0,00	933 620,48
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	10 584 029,27	0,00	0,00	0,00	10 584 029,27
Edifícios e outras construções	104 415 744,48	1 352 297,26	-3 765 278,15	0,00	102 002 763,59
Equipamento básico	12 180 958,40	8 542 429,68	-5 433 288,45	-1 920,28	15 533 559,88
Equipamento de transporte	386 615,34	16 630,16	-59 489,48	0,00	344 975,53
Equipamento administrativo	502 182,49	330 291,70	-208 526,67	-194,41	623 753,11
Outros	611 310,49	627 745,64	-242 002,18	41 155,18	1 038 209,13
AFT em curso	1 400 727,30	554 966,50	0,00	0,00	1 709 093,76
	130 081 567,77	11 424 360,94	-9 708 584,93	39 040,49	131 836 384,27
Total	130 948 875,06	11 490 674,13	-9 708 584,93	39 040,49	132 770 004,75

Conforme evidenciado na Tabela 55, as adições de ativos fixos tangíveis registadas pelo Grupo Público UMinho, no período económico de 2025, totalizaram 11.490.674,13€, não se verificando qualquer aquisição de ativos fixos tangíveis em regime de locação financeira.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

No período de 2025, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, referentes ao Grupo Público UMinho, ascenderam ao montante de 9.708.584,93€, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidadas.

5.6. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis

No período de 2025, o Grupo Público UMinho utilizou na sua atividade os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados constantes na Tabela 56.



Tabela 56 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros

Ativos Fixos Tangíveis Totalmente Depreciados Ainda em Uso	2025	2024
Equipamento Informático e de telecomunicações	29 353 034,67	28 555 315,42
Equip. para invest. e form. de medida e de utilização técnica especial	36 229 758,86	32 657 826,96
Equipamento e material específico para serviços de saúde	1 406 901,89	1 436 762,14
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	1 258 147,22	1 221 534,88
Equipamento e material para serviços alimentação, rouparia e lavandaria	2 323 863,53	2 249 186,04
Equipamento para agricultura pesca e jardinagem	16 706,69	16 608,03
Equipamento e material apoio à produção	668 555,37	648 400,63
Outro equipamento básico	17 243 104,19	16 631 768,44
Transportes rodoviários	433 486,04	381 987,29
Equipamento escritório e de reprografia	1 436 087,72	1 450 380,25
Outro equipamento administrativo	1 315 070,12	1 372 695,12
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7 935 368,86	7 990 004,04
Equipamento de oficina e reparações	14 778,15	14 702,00
Equipamento de decoração e conforto de utilização	1 983 171,67	1 963 796,17
Equipamento individual para fins especiais	1 722,00	1 722,00
Equipamento militar de segurança e defesa	110 612,69	107 320,77
Total	101 730 369,67	96 700 010,18

Em 2025 foram abatidos ativos fixos tangíveis cujo valor bruto atingiu o montante de 1.305.394,85 €, tal como se demonstra na tabela seguinte.

Tabela 57 – Bens alienados e/ou abatidos, em euros

Rubricas	Valor Bruto	Dep. Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento básico	579 012,40	576 960,23	2 052,17
Equipamento de transporte	5 500,00	5 500,00	0,00
Equipamento administrativo	625 092,09	624 897,68	194,41
Outros ativos fixos tangíveis	95 790,36	95 790,36	0,00
Total	1 305 394,85	1 303 148,27	2 246,58

6. Locações

6.2. Locações operacionais - locatários

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Público UMinho classificou os bens presentes na Tabela 58 em regime de locação operacional, uma vez que os riscos e vantagens da posse do ativo permanecem no locador.

Tabela 58 - Locações operacionais – locatários, em euros

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados			Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Pagamentos mínimos período	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
Viaturas UMinho	191 286,79	57 458,37	0,00	132 147,49	47 868,67	1 333,86	49 202,53	48 212,13
Total	191 286,79	57 458,37	0,00	132 147,49	47 868,67	1 333,86	49 202,53	48 212,13

6.4. Locações operacionais – locadores

À data de relato, o Grupo Público UMinho, como locador, dispõem dos bens presentes na Tabela 59, como locação operacional (presentes nas divulgações da entidade-mãe)).

Tabela 59 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros

Tabela 35 – Efeitos operacionais de propriedades de investimento, em euros							
Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados		Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos				
Elias Garcia 1º Andar	110 391,48	11 079,36	109 466,57	924,91	0,00	924,91	906,77
Elias Garcia 2º Andar	55 154,84	27 532,05	40 134,45	15 020,39	0,00	15 020,39	14 725,87
Elias Garcia 4º Andar	250 244,06	17 047,64	235 782,86	14 461,20	0,00	14 461,20	14 177,65
Elias Garcia 5º Andar	307 476,28	16 496,32	300 541,73	6 934,55	0,00	6 934,55	6 798,58
Elias Garcia 6º Andar	253 483,66	21 722,40	236 826,91	16 656,75	0,00	16 656,75	16 330,15
Francisco Melo R/C Esquerdo	102 077,40	12 336,88	97 935,92	4 141,48	0,00	4 141,48	4 060,27
Francisco Melo 1º Direito	113 326,66	12 391,08	109 166,98	4 159,68	0,00	4 159,68	4 078,12
Francisco Melo 1º Esquerdo	58 521,92	14 450,28	46 264,02	12 257,90	0,00	12 257,90	12 017,55
Francisco Melo 2º Direito	143 560,96	11 616,60	135 705,84	7 855,12	0,00	7 855,12	7 701,10
Francisco Melo 2º Esquerdo	90 274,44	12 114,68	82 082,52	8 191,92	0,00	8 191,92	8 031,29
Francisco Melo 3º Direito	77 903,40	15 860,01	65 816,76	12 086,64	0,00	12 086,64	11 849,65
Francisco Melo 3º Esquerdo	197 190,70	10 895,52	153 560,60	11 139,60	32 490,50	43 630,10	10 921,18
Francisco Melo 4º Direito	99 995,48	17 212,48	88 356,44	11 639,04	0,00	11 639,04	11 410,82
Francisco Melo 4º Esquerdo	122 979,28	10 425,28	115 979,76	6 999,52	0,00	6 999,52	6 862,27
Francisco Melo Cave Direita	112 294,91	11 149,95	109 492,61	2 802,30	0,00	2 802,30	2 747,35
Francisco Melo Cave Esquerda	136 516,92	17 135,44	130 764,56	5 752,36	0,00	5 752,36	5 639,57
Elias Garcia Loja A	241 202,48	20 600,40	234 262,32	6 940,16	0,00	6 940,16	6 804,08
Loja BM	23 942,45	2 832,64	23 704,72	237,73	0,00	237,73	233,07
Loja D	39 789,43	4 024,94	30 959,83	4 075,20	4 754,40	8 829,60	3 995,29
Loja E	25 526,40	6 497,25	16 240,15	6 555,00	2 731,25	9 286,25	6 426,47
Fração DA e DB	24 226,98	5 245,26	19 769,58	4 457,40	0,00	4 457,40	4 370,00
Total	2 586 080,13	278 666,46	2 382 815,13	163 288,85	39 976,15	203 265,00	160 087,11



8. Propriedades de investimento

8.1. Divulgações relativas às propriedades de investimento

As divulgações da presente nota são um complemento às informações da nota 6 – locações, onde se encontram identificados todos os contratos de locação celebrados relativamente às propriedades de investimento que o Grupo Público UMinho tinha reconhecidas no seu ativo.

O Grupo Público UMinho possui propriedades de investimento que compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

8.2. Modelo aplicado

No reconhecimento das propriedades de investimento, o Grupo Público UMinho utiliza o modelo do custo, ou seja, estes ativos são inicialmente mensurados pelo seu custo de aquisição, sendo reconhecidos no balanço consolidado, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade.

8.6. Propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo

a) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação usado pelo Grupo Público UMinho nas propriedades de investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal.

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação

A vida útil das propriedades de investimento encontra-se em conformidade com a definida pelo CC2 do SNC-AP. De referir que todas as propriedades de investimento são identificadas por uma ficha de cadastro, a qual se encontra permanentemente atualizada e de onde consta informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, ao valor de aquisição, à depreciação acumulada, ao valor líquido, de entre outro tipo de informação.

c) Propriedades de investimento – Variação das depreciações

Durante o período económico de 2025, a quantia escriturada das propriedades de investimento e depreciações acumuladas do Grupo Público UMinho registaram a variação presente, na Tabela 60.

Tabela 60 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciação acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciação acumulada	Quantia escriturada
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	301 534,51	0,00	301 534,51	301 534,51	0,00	301 534,51
Edifícios e outras construções	975 592,98	372 428,28	603 164,70	1 286 022,80	397 029,97	888 992,83
Total	1 277 127,49	372 428,28	904 699,21	1 587 557,31	397 029,97	1 190 527,34

d) Propriedades de investimento – Quantia escriturada e variações do período

Na Tabela 61 identificam-se as variações registadas na quantia escriturada das propriedades de investimento do Grupo Público UMinho, durante o período económico de 2025.

Tabela 61 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Depreciações do período	Quantia escriturada final	Rendas
Propriedades de Investimento					
Terrenos e recursos naturais	301 534,51	0,00	0,00	301 534,51	0,00
Edifícios e outras construções	603 164,70	310 429,82	24 601,69	888 992,83	300 547,58
Total	904 699,21	310 429,82	24 601,69	1 190 527,34	300 547,58

No decurso do exercício económico de 2025, as adições registadas em propriedades de investimento referem-se exclusivamente à entidade-mãe, correspondendo a empreitadas de remodelação do Prédio Urbano sito na Rua Francisco Manuel Melo, n.º 36 (14 frações), no valor de 270.565,96€, e do imóvel “O Navegador” – 12.º Esq., Fração Autónoma HBA, em Lisboa, no valor de 39.863,86€.

e) Justo valor de propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Público UMinho encontram-se mensuradas ao modelo do custo, uma vez que não foi determinado o seu justo valor com recurso a avaliação efetuada por um perito avaliador qualificado e independente. No entanto, atendendo ao disposto no ponto 1.3.13, da 2.ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, o “VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”.

Assim, uma vez que o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho considera o VPT como um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor, divulga-se na Tabela 62, o VPT das propriedades de investimento:



Tabela 62 - VPT das propriedades de investimento, em euros

Propriedades de Investimento	VPT em 2025	VPT em 2024
Fração CDE Ed. Navegador	96 510,00	96 510,00
Fração DB Ed. Navegador	196 010,00	196 010,00
Fração HBA Ed. Navegador	169 188,62	169 188,62
Fração AU Ed. Av. Elias Garcia	7 797,74	7 797,74
Fração AF Ed. Av. Elias Garcia	7 797,74	7 797,74
Ed. Av. Elias Garcia	2 168 996,38	2 168 996,38
Ed. R. Francisco Man. Melo	1 320 896,06	1 311 665,30
Fração D - Lordelo do Ouro	58 654,07	55 334,03
Fração E - Lordelo do Ouro	53 316,81	50 298,88
Fração BM - Cedofeita	46 606,14	43 968,06
Moradia Rio de Mouro-Sintra	60 341,75	60 341,75
Total	4 186 115,31	4 167 908,50

10. Inventários

Relativamente aos inventários reconhecidos no Balanço Consolidado do Grupo Público UMinho, apresenta-se nas Tabelas 63 e 64 a sua desagregação e movimentos dos períodos de 2024 e 2025.

Tabela 63 - Inventários, em euros

Rubricas	Quantia bruta 2025	Imparidade Acumulada a 31/12/2025	Quantia Recuperável 2025	Quantia Recuperável 2024
Mercadorias	69 726,75	0,00	69 726,75	65 866,23
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	153 291,29	0,00	153 291,29	151 618,77
Total	223 018,04	0,00	223 018,04	217 485,00

Tabela 64 - Movimentos do período, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Outras reduções de inventários	Quantia escriturada final
Ano 2025					
Mercadorias	65 866,23	783 852,91	-778 823,46	-1 168,93	69 726,75
Matérias-primas, subs. e de consumo	151 618,77	999 079,52	-994 514,77	-2 892,23	153 291,29
	217 485,00	1 782 932,43	-1 773 338,23	-4 061,16	223 018,04
Ano 2024					
Mercadorias	97 665,69	779 468,97	-809 064,11	-2 204,32	65 866,23
Matérias-primas, subs. e de consumo	191 024,64	939 770,75	-971 843,37	-7333,25	151 618,77
	288 690,33	1 719 239,72	-1 780 907,48	-9 537,57	217 485,00

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

Apresenta-se na Tabela 65 a quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida em 2025, pelo Grupo Público UMinho.

Tabela 65 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros

Rubricas	2025	2024 reexpresso
Vendas	1 769 505,26	1 833 820,58
Prestações de serviços e concessões	10 799 902,33	9 487 923,70
Outros rendimentos e ganhos	1 812 130,03	1 879 341,54
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	534 727,61	590 575,93
Total	14 916 265,23	13 791 661,75

14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Na Tabela 66, apresenta-se o montante de rendimentos de transações sem contraprestação reconhecidos pelo Grupo Público UMinho, durante os períodos de 2024 e 2025, por classes principais de rendimentos.

Tabela 66 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros

Tipo de Rendimento	Rendimento do Período reconhecido em 2025		Rendimento reexpresso reconhecido em 2024	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Taxas, multas e outras penalidades	23 864 888,77		23 326 563,48	
Transferências sem condição	92 641 187,00		90 274 387,22	
Subsídios sem condição	6 498 995,03	69 225 144,33	4 967 927,28	67 785 581,74
Subsídios com condição	64 732 307,25		54 337 497,86	
Outros	3 515 230,11		3 103 542,92	
Total	191 252 608,16	69 225 144,33	176 009 918,76	67 785 581,74



As taxas, multas e outras penalidades são reconhecidas em rendimentos no ano económico em que o serviço é prestado ou que se verifica a infração, independentemente da ocorrência do pagamento.

O valor presente na rubrica de transferências sem condição corresponde ao valor transferido do Orçamento do Estado, enquanto a rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Este tipo de subsídios é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes.

O montante presente na rubrica de subsídios com condição reflete os subsídios à exploração que estão relacionados com projetos de I&D. Estes são reconhecidos no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida, tendo em consideração a FAQ 42, emitida pela CNC, a 22 de dezembro de 2020 e atualizada em 13 de setembro de 2022, conforme referido na nota 2.

A rubrica de outros rendimentos compreende, sobretudo, rendimentos que não se enquadram nas outras rubricas, assim como, rendimentos que deveriam ter sido reconhecidos em períodos anteriores.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

Em consonância com o exposto na nota 2.1., o Grupo Público UMinho apenas reconhece provisões quando os seus montantes forem fiavelmente mensuráveis e seja provável existir um exfluxo futuro de meios líquidos (caixa). Pelo exposto, no período de 2025 foram constituídas provisões relativas a processos judiciais em curso, no montante de 1.274.347,85€ efetuadas reversões e anulações no valor total de 1.069.198,35€, conforme evidenciado na Tabela 67:

Tabela 67 – Provisões de 2025 em euros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (31/12/2024)	Aumentos	Reversão	Anulação / Resolução	Quantia Escriturada Final (31/12/2025)
Processos judiciais em curso	2 271 878,91	1 274 347,85	961 940,68	107 257,67	2 477 028,41
Total	2 271 878,91	1 274 347,85	961 940,68	107 257,67	2 477 028,41

Tabela 68 – Provisões de 2024 em euros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (31/12/2023)	Aumentos	Reversão	Anulação / Resolução	Quantia Escriturada Final (31/12/2024)
Processos judiciais em curso	1 495 531,04	1 182 609,08	241 193,98	165 067,23	2 271 878,91
Total	1 495 531,04	1 182 609,08	241 193,98	165 067,23	2 271 878,91

15.2. Identificação das provisões

Da tabela constante do ponto anterior conclui-se que o Grupo Público UMinho tem constituídas provisões num total de 2.477.028,41€, as quais estão identificadas na Tabela 69:

Tabela 69 - Identificação das provisões, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações	
	2025	2024
Direitos laborais	799 023,69	714 678,81
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	515 003,15	678 004,20
Impugnação de ato administrativo	441 701,09	0,00
Direitos contratuais	232 908,88	231 312,40
Reconhecimento de habilitações	90 001,01	90 000,02
Contratação pública - direito contratual	85 500,01	347 880,44
Inimpugnabilidade do ato administrativo	65 002,01	95 003,01
Pedido de reconhecimento e reposicionamento remuneratório	54 997,32	0,00
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	47 761,21	0,00
Danos morais	40 000,01	40 000,00
Impugnação de sanção disciplinar	38 000,01	75 000,03
Execução de Sentença	30 000,01	0,00
Suspensão de eficácia e de intimação à prática de conduta	30 000,01	0,00
Reclamação de créditos (Insolvência)	7 130,00	0,00
Total	2 477 028,41	2 271 878,91

15.3. Passivos contingentes

Na Tabela 70 apresentam-se os passivos contingentes do Grupo Público UMinho, referentes a processos judiciais em curso, os quais, não cumprindo os requisitos para o reconhecimento como provisões, devido ao baixo risco de perda das ações em tribunal, foram apenas alvo de divulgação.



Tabela 70 - Passivos contingentes, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações	
	2025	2024
Direitos contratuais	120 001,03	180 001,05
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	90 003,00	120 004,00
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	16 985,49	38 560,90
Total	226 989,52	338 565,95

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2025, o Grupo Público UMinho contabilizou diferenças de câmbio relativas a dívidas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido reconhecidas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 28 de maio de 2026, pelo Conselho de Gestão da UMinho. De referir que as mesmas serão apreciadas em Conselho Geral no dia 19 de junho de 2026, não existindo no Grupo Público outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras consolidadas.

Nesta data, não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material para serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2025.

Sem prejuízo do referido, o enquadramento geopolítico e macroeconómico internacional continua a caracterizar-se por um elevado grau de incerteza, designadamente no contexto da Guerra na Ucrânia e das tensões no Médio Oriente, bem como por constrangimentos no comércio internacional, fatores suscetíveis de influenciar a evolução das condições económicas globais.

Ao nível nacional, a economia portuguesa apresenta um enquadramento de crescimento moderado, num contexto de estabilização da inflação e de normalização das condições financeiras, ainda que subsistam incertezas associadas ao contexto económico Europeu e à execução de políticas económicas e orçamentais.

Embora não seja possível estimar com um grau razoável de confiança os potenciais efeitos adversos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, o Conselho de Gestão considera que tais fatores não comprometem a continuidade das suas operações. Assim, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2025.

18. Instrumentos financeiros

18.1 Ativos Financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos financeiros foi a seguinte:

Tabela 71 - Ativos Financeiros, em euros, em euros

Tabela 7.1 - Ativos financeiros, em euros, em euros								
Rubricas	Quantia escriturada inicial reexpressa	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Ativo não corrente								
Investimentos financeiros - MEP	6 845 175,58	0,00	0,00	1 362 719,46	0,00	0,00	0,00	8 207 895,04
Investimentos financeiros - Custo	448 913,63	32 000,00	0,00	17 392,46	0,00	0,00	-100 000,00	398 306,09
Ativo corrente								
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	7 356 179,00	0,00	0,00	1 902 494,72	0,00	0,00	0,00	9 258 673,72
Clientes, contribuintes e utentes	20 688 718,95	0,00	528 901,24	1 219 295,93	0,00	-672 691,87	0,00	21 764 224,25
Estado e outros entes públicos	890 606,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-428 761,22	461 845,02
Acionistas/ sócios/ associados	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 500,00	0,00
Outras contas a receber	1 053 163,26	0,00	0,00	428 230,82	0,00	0,00	0,00	1 481 394,08
Caixa e depósitos	53 010 772,60	0,00	0,00	17 310 299,41	0,00	0,00	0,00	70 321 072,01
Total	90 296 029,26	32 000,00	528 901,24	22 240 432,80	0,00	-672 691,87	-531 261,22	111 893 410,21

A) Investimentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2025, os investimentos financeiros do Grupo Público UMinho apresentavam uma quantia escriturada de 8.606.201,13€ (7.294.089,21€ em 31 de dezembro de 2024).

Tabela 72 - Investimentos financeiros, em euros

Descrição	31/12/2025			31/12/2024 Reexpresso		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Investimentos financeiros - MEP	8 313 422,72	105 527,68	8 207 895,04	6 950 703,26	105 527,68	6 845 175,58
Investimentos financeiros - Custo	464 392,06	66 085,97	398 306,09	514 999,60	66 085,97	448 913,63
Total	8 777 814,78	171 613,65	8 606 201,13	7 465 702,86	171 613,65	7 294 089,21



A Tabela 73 apresenta informação sobre a aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho, divulgando-se, ainda, a quantia escriturada em 31 de dezembro de 2024 e 2025 e o valor das participadas, desagregando o RLP dos fundos patrimoniais.

Tabela 73 – Aplicação do MEP, em euros

Componentes Grupo UMinho	Participação %	Quantia escriturada investimento financeiro		Valores das Participadas 2025		Aplicação MEP 2025	
		31.12.2025	31.12.2024	Total Fundos patrimoniais	RLP	Impacto Fundos patrimoniais	Impacto no RLP
2CA-Braga	40,00%	1 132 127,55	849 221,06	2 309 444,36	520 874,52	282 906,49	208 349,81
BLCS	50,00%	63 868,21	60 273,64	120 547,29	7 189,13	3 594,57	3 594,57
CCG	41,50%	2 585 345,88	2 535 939,12	5 813 310,34	416 438,78	49 406,76	172 822,09
Curtir Ciência	7,14%	15 335,41	14 310,21	200 423,07	14 358,63	1 025,20	1 025,21
CEJUR	78,99%	164 688,34	200 181,97	253 426,98	-44 934,33	-35 493,63	-35 493,63
CeNTI	18,94%	3 033 886,91	2 072 940,96	15 701 202,32	317 207,98	960 945,95	60 079,19
CS	33,33%	61 408,12	8 459,87	179 872,17	4 370,61	52 948,25	1 456,87
IC	50,00%	46 692,03	61 337,34	122 674,69	-29 290,64	-14 645,32	-14 645,32
IDEGUI	0,72%	407,86	318,53	44 241,10	12 406,11	89,33	89,32
PIEP	30,80%	1 104 134,72	1 042 192,88	2 882 740,00	702 113,00	61 941,84	216 250,80
Total		8 207 895,04	6 845 175,58	27 627 882,32	1 920 733,79	1 362 719,46	613 528,92

Em 2025, o CCG procedeu à alienação da participação detida na Norgarante, adquirida pelo valor de 2.400,00 euros.

No mesmo período, a PIEP alienou à UMinho a participação detida no CEiA, no valor de 25.000,00 euros, adquiriu uma participação de 0,30% no CCG pelo montante de 5.000,00 euros e procedeu à venda das ações detidas na Norgarante, adquiridas pelo valor de 3.000,00 euros.

A rubrica “Fundo de Compensação do Trabalho” do 2CA-Braga passou de 8.326,29 euros para 0,00 euros em 2025. O valor registado em 2024 refere-se às entregas efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho, mecanismo financiado pelas entidades empregadoras com o objetivo de assegurar parcialmente o pagamento de compensações devidas aos trabalhadores em caso de cessação do contrato de trabalho. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro, as entidades empregadoras deixaram de estar obrigadas a efetuar contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho, tendo o fundo sido convertido num fundo fechado, levando ao desconhecimento do montante registado em investimentos financeiros.

A entidade CENTI adquiriu, durante o exercício de 2025 uma participação de 234,00 euros na entidade APiP – Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos, uma participação de 500,00 euros na *Innovative Advanced Materials* e uma participação de 2.500,00 na PRODUTECH – Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável. A rubrica “Fundo de Compensação do Trabalho” do CENTI passou de 55.601,40 euros em 2024 para 0,00 euros em 2025. O valor apresentado em 2024 refere-se às entregas efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho, mecanismo financiado pelas entidades empregadoras com o objetivo de assegurar parcialmente o pagamento de compensações devidas aos trabalhadores em caso de cessação do contrato de trabalho. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro, as entidades empregadoras deixaram de estar obrigadas a efetuar contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho, tendo o fundo sido convertido num fundo fechado. Neste contexto, o montante anteriormente reconhecido em investimentos financeiros foi reclassificado para o ativo corrente, na rubrica de outros investimentos financeiros.

B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No período de 2025, a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público UMinho registou uma variação positiva no montante de 1.902.494,72€ resultante dos recebimentos das entidades financiadoras relativos a pedidos de pagamentos já efetuados.

Tabela 74 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 reexpresso
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9 258 673,72	7 356 179,00
Total	9 258 673,72	7 356 179,00

C) Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2025 o montante de 21.764.224,25€, evidenciando um aumento de 1.075.505,30€ face ao período de 2024, essencialmente, decorrente da variação positiva verificada na rubrica de dívidas de utentes na entidade-mãe (357.125,74 €), na Associação Fibrenamics (640.067,07 €), na CVR (69.390,71 €), na ACMP5 (45.122,38 €), na APSI (31.719,40 €) e na B'ACIS (25.500,58 €). Por outro lado, em sentido inverso, identificou-se uma variação negativa nas rubricas de clientes de cerca de 47.368,95 € na TecMinho e 46.051,63 € no SASUM.



Tabela 75 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantia Bruta	Imparidade/	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Imparidade/	Quantia Escriturada
		Reversões			Reversões	
Cientes, contrib. e utentes	29 395 669,88	8 181 774,32	21 764 224,25	29 167 741,07	8 479 022,12	20 688 718,95
Total	29 395 669,88	8 181 774,32	21 764 224,25	29 167 741,07	8 479 022,12	20 688 718,95

A Tabela 76 divulga o montante de perdas por imparidade e as reversões das mesmas do Grupo Público UMinho, tendo em consideração as rubricas de clientes, contribuintes e utentes.

Tabela 76 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2025, em euros

Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2024	Variações do Período			Imparidade Acumulada 31/12/2025	Quantia Bruta	Quantia Recuperável
		Constituição Perda por Imparidade	Utilização	Reversão Perda por Imparidade			
Cientes	1 920 688,15	163 648,70	441 038,43	256 719,08	1 386 579,34	4 368 468,26	2 981 888,92
Utentes	6 558 333,97	509 043,17	0,00	272 182,16	6 795 194,98	25 577 530,31	18 782 335,33
Total	8 479 022,12	672 691,87	441 038,43	528 901,24	8 181 774,32	29 945 998,57	21 764 224,25

Tabela 77 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, de 2024, em euros

Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2023	Variações do Período		Imparidade Acumulada 31/12/2024	Quantia Bruta	Quantia Recuperável
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade			
Cientes	2 027 891,32	128 933,67	236 136,84	1 920 688,15	4 430 412,69	2 509 724,54
Utentes	6 066 676,39	849 979,95	358 322,37	6 558 333,97	24 737 328,38	18 178 994,41
Total	8 094 567,71	978 913,62	594 459,21	8 479 022,12	29 167 741,07	20 688 718,95

D) Estado e outros entes públicos

No ponto 18.2, "Passivos Financeiros", encontra-se a variação ocorrida na rubrica "Estado e outros entes públicos".

E) Acionistas/sócios/associados

A 31 de dezembro de 2025, esta rubrica apresentava um saldo nulo, após, em 2024, ter ascendido a 2.500,00 €, valor anteriormente reconhecido na entidade CVR. A diminuição verificada decorre da exclusão de dois associados que não chegaram a efetuar a subscrição das respetivas unidades de capital, no montante total de 2.500,00 €.

F) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica evidenciava o saldo da conta de devedores por acréscimos de rendimentos no montante de 514.251,45€, outros devedores no valor de 965.095,13€ e cauções entregues a terceiros no montante de 2.047,50€.

Tabela 78 - Outras contas a receber, em euros

Outras contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Acréscimos de rendimentos	514 251,45	487 181,44
Outros devedores	965 095,13	412 240,58
Cauções entregues a terceiros	2 047,50	153 741,24
Total	1 481 394,08	1 053 163,26

G) Caixa e depósitos

Conforme evidenciado na alínea e), da nota 1.2. "Referencial contabilístico e demonstrações financeiras", a 31 de dezembro de 2025, o saldo do caixa e depósitos do Grupo Público UMinho apresenta, o montante de 70.321.072,01€ (53.010.772,60€ em 31 de dezembro de 2024), sendo desagregados conforme Tabela 79.

Tabela 79 - Caixa e depósitos, em euros

Caixa e depósitos	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	6 931,19	7 051,63
Depósitos à ordem	69 143 681,96	52 694 988,31
Depósitos a prazo	981 659,02	201 889,95
Depósitos de garantias e cauções	188 799,84	106 842,71
Total	70 321 072,01	53 010 772,60

18.2 Passivos Financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Passivos financeiros foi a seguinte:



Tabela 80 – Passivos financeiros, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial reexpressa	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Outros	Alienações	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	16 802,87	0,00	0,00	0,00	-16 802,87	0,00
Outras contas a pagar	123 622,89	0,00	0,00	0,00	-6 240,92	117 381,97
Passivo corrente						
Fornecedores	607 259,37	0,00	201 078,20	0,00	0,00	808 337,57
Estado e outros entes públicos	2 938 646,44	0,00	0,00	0,00	-394 375,39	2 544 271,05
Fornecedores de investimento	84 820,87	0,00	3 041,42	0,00	0,00	87 862,29
Financiamentos obtidos	56 808,69	0,00	165 190,90	0,00	0,00	221 999,59
Outras contas a pagar	34 868 415,25	0,00	7 647 038,08	0,00	0,00	42 515 453,33
Total	38 696 376,38	0,00	8 016 348,60	0,00	-417 419,18	46 295 305,80

A) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos do Grupo Público UMinho apresentam em 31 de dezembro de 2025, um total agregado de 221.999,59€ (73.611,56€ em 31 dezembro de 2024). A rubrica de financiamentos obtidos é desagregada no balanço consolidado conforme tabela seguinte:

Tabela 81 – Financiamentos obtidos, em euros

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos obtidos correntes	221 999,59	56 808,69
Financiamentos obtidos não correntes	0,00	16 802,87
Total	221 999,59	73 611,56

B) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de outras contas a pagar do Grupo Público UMinho registou um acréscimo, no montante de 7.640.797,16€ face ao período homólogo, tal como evidenciado na tabela infra. Esta variação é justificada, essencialmente, pelo reconhecimento das importâncias recebidas no âmbito de financiamentos de projetos de I&D a título de adiantamento, uma vez que não se encontram verificadas as condições de reconhecimento do ativo, tendo em consideração o preconizado na FAQ 42 - “Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos”.

Tabela 82 - Outras contas a pagar, em euros

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 reexpresso
Outras contas a pagar - corrente	42 515 453,33	34 868 415,25
Remunerações a Pagar ao Pessoal	1 123 112,47	1 063 415,99
Credores por Acréscimos de Gastos	19 494 571,01	18 195 886,15
Credores por subscrições não liberadas	129 650,00	129 650,00
Cauções recebidas de terceiros	207 950,93	130 779,80
Outros credores	21 560 168,92	15 348 683,31
<i>Adiantamento Projetos Financiados</i>	<i>19 803 416,90</i>	<i>13 285 461,91</i>
<i>Adiantamento Projetos Financiados - PRR</i>	<i>795 631,34</i>	<i>1 647 844,44</i>
<i>Outros credores - Outros</i>	<i>961 120,68</i>	<i>415 376,96</i>
Outras contas a pagar - não corrente	117 381,97	123 622,89
Total	42 632 835,30	34 992 038,14

C) Fornecedores e fornecedores de investimentos

A rubrica de fornecedores do Grupo Público UMinho evidenciou em 31 de dezembro de 2025, um aumento no montante de 201.078,20€, comparativamente ao ano de 2024, e a rubrica de fornecedores de investimentos registou um acréscimo em relação à data de relato do exercício transato, no valor de 3.041,42€.

Tabela 83 - Fornecedores, em euros

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 reexpresso
Fornecedores c/c	808 337,57	607 259,37
Fornecedores de investimento	87 862,29	84 820,87
Total	896 199,86	692 080,24

Importa referir que as dívidas de fornecedores que transitaram de ano, à data de emissão do presente relatório, já se encontram totalmente liquidadas.

D) Estado e outros entes públicos

O saldo refletido na rubrica estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação:

Tabela 84 - Estado e outros entes públicos, em euros

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 reexpresso
Estado e outros entes públicos - Ativo	461 845,02	890 606,24
Estado e outros entes públicos - Passivo	2 544 271,05	2 938 646,44

**E) Passivos / Ativos por impostos diferidos**

A rubrica de passivos por impostos diferidos manteve-se inalterada, apresentando um saldo nulo, tal como no ano anterior, enquanto que os ativos por impostos diferidos diminuíram em 677,93€. Estas variações decorrem da diferença entre o valor total de débitos de cobrança duvidosa, passíveis de constituir uma imparidade aceite fiscalmente, e o valor da imparidade referente a dívidas de clientes que foram aceites fiscalmente verificada na entidade-filha TecMinho.

18.3 Património líquido

Apresenta-se na Tabela 85 o património líquido do Grupo Público UMinho, à data de 31 de dezembro de 2025, o qual evidencia um aumento no montante de 14.463.179,89€ face ao ano de 2024. O Grupo Público UMinho apresentou, em 2025, um resultado líquido positivo de 10.285.498,12€, refletindo um aumento de 6.095.105,51€ relativamente a 2024.

De referir que as variações no património líquido decorrem da agregação das rubricas de capital próprio das entidades controladas, assim como da aplicação do MEP às participações detidas nas entidades associadas.

Tabela 85 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 Reexpresso
Património/Capital	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados Transitados	-56 165 790,71	-59 382 887,41
Ajustamentos em Ativos Financeiros	8 869 367,94	7 050 653,02
Excedentes de Revalorização	3 164,33	3 326,51
Outras Variações no Património Líquido	70 409 252,83	68 912 482,13
Resultado Líquido do Período	10 285 498,12	4 190 392,61
Interesses que não controlam	2 895 115,65	1 059 461,41
Total	176 918 072,55	162 454 892,66

18.4 Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Na entidade-mãe existem responsabilidades por garantias bancárias registadas no Novo Banco, no valor de 171.127,66€, referentes a:

- Contrato de financiamento respeitante à operação n.º NORTE-07-0162-FEDER-000031, da empreitada “Edifícios do Instituto para a Bio-Sustentabilidade da UMinho”, no valor de 154 877,66€, a favor da CCDR-N; e,
- Depósito de garantia de 5%, referente ao contrato que tem por objeto a prestação de serviços de “Investigação Aplicada sobre os Impactos Económicos e Sociais de Guimarães na Capital Europeia da Cultura 2012”, no valor de 16 250,00€, a favor da Fundação Cidade de Guimarães.

18.5 Outras situações

A UMinho tem garantias não pecuniárias prestadas por terceiros, no valor de 2.465.196,92€, as quais que se apresentam na tabela seguinte:

Tabela 86 – Garantias Não Pecuniárias 2025, em euros

Entidade	Valor
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda.	325 891,33
CRISMAGA, SA	297 500,00
FDO CONSTRUÇÕES SA	271 325,87
AOF - AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA, LDA	259 480,59
ALFA ENERGIA, LDA	200 000,00
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	156 079,97
Galp Power SA	125 000,00
Costeira - Engenharia e Construção S.A.	119 945,28
AVANIS LDA	111 175,00
Gold Energy - Comercializadora De Energia, SA	110 000,00
AVEICLEAN - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LDA	66 592,94
EDIVALOR	65 900,00
EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA	63 765,03
QUALITTÁ FACILITY SERVICES LDA	51 486,79
WARPCOM	39 309,61
JOÃO MATOS & RIBEIRO	34 465,46
Microsoft Software para Microcomputadores, Lda	34 000,00
Carl Zeiss Iberia, SLU	33 750,00
HUB7 ENGENHARIA, UNIPessoal, LDA	27 729,93
I-SETE - INOVAÇÃO, SOLUÇ ECON E TEC. EC.	19 049,48
ILC-Instrumentos de Laboratório e Científicos, Ida	18 000,00
Top Atlântico - Viagens e Turismo, S.A.	15 000,00
RICOBRA CONSTRUÇÕES LDA	7 612,45
Schafer Techniques	5 335,45
Culturalis e Borgeaud - Equipamentos de Biblioteca	3 460,60
Politérmica - Engenharia, Lda	2 830,46



Entidade	Valor
Pinto & Cruz	510,68
Total	2 465 196,92

19. Benefícios dos Empregados

O Grupo Público UMinho não possui planos de benefícios definidos. Na tabela seguinte apresenta-se a agregação dos valores auferidos pelos trabalhadores do Grupo Público UMinho. Da sua análise, observa-se um aumento das remunerações e dos encargos sobre remunerações dos trabalhadores do Grupo Público que ascende a 8,9 M€, decorrente, fundamentalmente, contratação de recursos humanos e dos encargos decorrentes de atualizações salariais, considerando a avaliação e os diversos diplomas legais, assim como pela contratação de recursos humanos.

Tabela 87 - Benefícios dos empregados, em euros

Descrição	2025	2024 Reexpresso
Remunerações	105 071 914,94	97 736 698,10
Indemnizações	1 242 196,93	953 660,27
Encargos sobre remunerações	23 241 737,76	21 797 984,02
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	46 030,72	30 003,38
Outros encargos sociais	715 605,06	883 566,74
Total	130 317 485,41	121 401 912,51

Os gastos com o pessoal reportados respeitam aos 2.973 trabalhadores do Grupo Público UMinho (2.864 em 2024).

20. Divulgações de Partes Relacionadas

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas Tabelas 88 a 93, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Tabela 88 - Listagem de entidades controladas – incluídas no Grupo Público UMinho

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
ACPM5	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	90,00		90,00
B'ACIS	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	90,00		90,00
APSI	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	80,00		80,00
CVR	Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães	56,25		56,25
EXPERTISSUES	Zona Industrial de Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-909 Caldas das Taipas	50,00		50,00
TECMINHO	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	33,33		33,33
Associação Fibrenamics	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	15,75		15,75

No que respeita às entidades EXPERTISSUES, CVR, TecMinho e Associação Fibrenamics, apesar dos direitos de voto da UMinho serem iguais ou inferiores a 50%, a Universidade detém o controlo das mesmas, por via dos seus órgãos sociais.

Tabela 89 - Listagem de entidades associadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
2CA	Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga	40,00		40,00
CCG	Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 14, 4800-058 Guimarães	35,90		35,90
Instituto do Design	R. da Ramada, 4810-531 Guimarães	34,09		34,09
Curtir Ciência	R. da Ramada 166, 4810-445 Guimarães	33,33		33,33
PIEP	Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães	30,80		31,39
IDITE Minho	Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4710-911 Braga	25,45		25,45
CEJUR	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	25,00		25,00
CRIA	Av. Forças Armadas, 40, 1649-026 Lisboa	25,00		25,00
CENTI	R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão	18,94		18,94

Relativamente à entidade CENTI, a presença da UMinho nos seus órgãos sociais confere-lhe influência significativa, apesar dos seus direitos de voto serem inferiores a 20%.

Tabela 90 - Listagem de outras entidades relacionadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
ADVID	Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real, 5000-033 Vila Real	<20		<20
BLC3	Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 2, 3405-155 Oliveira do Hospital	14,29		14,29
LIP	Avenida Professor Gama Pinto, n.º 2, 1649-003 Lisboa	14,29		14,29
SPINPARK	Zona Indust. da Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-017 Guimarães	14,29		14,29
4LIFELAB	Alameda Professor Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto	12,50		12,50
Inommob	Av. Dr.º Nicolau Carneiro, n.º 196, 4590-612 Paços de Ferreira	10,00		10,00
IGAP	R. de Belos Ares 160, 4100-108 Porto	9,09		9,09
Associação Laboratório da Paisagem	R. da Ponte Romana, Guimarães	8,33		8,33
BIP4DAB	Rua da Quinta Grande, n.º 6, Oeiras	8,33		8,33
AFTEBI	R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã	7,45		7,45



Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
Associação DTX	Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães	7,04		7,04
B2E	Avenida da Liberdade, 4450-718 Matosinhos	6,67		6,67
Associação ProChild Colab	Campus de Azurém, 4804-533 Guimarães	6,25		6,25
Associação RAIL CoLAB	Rua Ferroviário, 4460-020 Guifões	5,26		5,26
CECoLab	R. Nossa Senhora da Conceição 2, 3405-155 Coimbra	5,26		5,26
INESC TEC	R. Dr. Roberto Frias, Porto	5,26		5,26
Associação TECMEAT	Rua Fernando Mesquita, n.º 2785, 4760-034	5,00		5,00
BUILT CoLAB	Rua Álvares Cabral 306, 4050-040 Porto	5,00		5,00
CIM	Complexo do Conservatório Astronómico, 3040-004 Coimbra	5,00		5,00
L.C.S.D - Associação Data Colab	Avenida de Cabo Verde, Lote 1, 4900-568 Viana do Castelo	5,00		5,00
WATER CO-RE COLAB Associação	Lever, 4415-679 Vila Nova de Gaia	5,00		5,00
BIOREF	Rua Amieira APARTADO 1089, 4466-901 - S. Mamede	3,97		3,97
Associação Colab4Food	R. DE LAGIDOS POLO DE VAIRÃO, 4485-655 - Vila Conde	3,95		3,95
APCTP	Rua Alfredo Allen. 455/461, 4200-135 Porto	3,70		3,70
Associação Sustemare	Avenida do Atlântico, n.º 644, 4900-348 Viana do Castelo	3,63		3,63
Fundação CEER	Praça do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela	3,57		3,57
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	Rua Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa	3,34		3,34
CI Tin - Centro de Interface Tecnol Indus	In.cubo, Passos - Guilhadeses, 4970-786 Arcos de Valdevez	2,62		2,62
CEiIA	Av. Afonso Henriques n.º 1825, 4450-017 - Matosinhos	2,17		2,17
AEdoAVE	R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, Ed. Amave 4800-019 GMR	2,00		2,00
HCP - Health Cluster Portugal	Rua Engenheiro Frederico Ulrich n.º 2650, 4470-605 Maia	1,82		1,82
BATPOWER - Associação Portuguesa	Praça Conde de Agrolongo 123, 4700-314 Braga	1,49		1,49
TICE.PT	Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro	1,23		1,23
Oficina Inovação - BIC Minho	Av. João XXI 627 1.º Andar, 4715-035 Braga	1,00		1,00
OPEN	Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18	0,91		0,91
POOL NET	Zona Industrial da Marinha Grande	0,87		0,87
INTEGRALAR – Portugal Foods	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia	0,77		0,77
VARD 2015	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1 - Edifício Amave	0,57		0,57
ADRAVE	Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão	0,44		0,44
Associação Smart Waste Portugal	Avenida da Liberdade, Sala A2, 4450-718 Matosinhos	0,27		0,27
CITEVE	R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão	0,16		0,16
Fundação Bienal de Cerveira	Av. Comunidades Portuguesas, S/N 4920-275 Vila Nova Cerveira	0,08		0,08
Fundação Portugal África	Rua do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto	0,06		0,06

Tabela 91 - Listagem de serviços e fundos autónomos

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
SASUM	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	100,00		100,00

Tabela 92 - Listagem das unidades diferenciadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva	R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga	50,00		50,00
Instituto Confúcio	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	50,00		50,00
Casa de Sarmento	Largo Martins Sarmento, 51, 4800-432 Guimarães	33,33		33,33

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações, entre partes relacionadas com a entidade-mãe.

Tabela 93 - Transações entre partes relacionadas, em euros

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
2CA	Associada	FSE	-13 038,00	0,05%	0,00	Pagamento a 60 dias
A.D.V.I.D - ASSOC. P/ DESENV.VIT. DURIENSE	Outras entidades	FSE	-600,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
APCTP	Outras entidades	FSE	-49 036,80	0,19%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação BUILT COLAB	Outras entidades	FSE	-12 500,00	0,05%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação Colab4Food	Outras entidades	FSE	-2 000,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação DTX	Outras entidades	Prest. Serv.	114,76	0,00%	0,00	Recebimento a 30 dias
Associação DTX	Outras entidades	Taxas	10 156,65	0,05%	0,00	Recebimento a 30 dias
Associação DTX	Outras entidades	Transf. - Concedidas	-2 709,05	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação Fibrenamics	Controlada	Outros rendimentos e ganhos	922,50	0,01%	0,00	Recebimento a 30 dias
Associação Fibrenamics	Controlada	Prest. Serv.	327,30	0,01%	0,00	Recebimento a 30 dias



Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
Associação Fibrenamics	Controlada	Taxas	5 526,00	0,02%	0,00	Recebimento a 30 dias
Associação ProChild Colab	Outras entidades	FSE	-10 000,00	0,04%	-10 000,00	Pagamento a 60 dias
Associação ProChild Colab	Outras entidades	Outros rendimentos e ganhos	10 529,16	0,11%	956,37	Recebimento a 30 dias
Associação ProChild Colab	Outras entidades	Taxas	2 876,00	0,01%	0,00	Recebimento a 30 dias
Associação Smart Waste Portugal	Outras entidades	FSE	-200,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
Associação TECMEAT	Outras entidades	FSE	-500,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
B2E	Outras entidades	FSE	-1 000,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
B'ACIS	Controlada	Outros rendimentos e ganhos	247,63	0,00%	0,00	Recebimento a 30 dias
B'ACIS	Controlada	Prest. Serv.	330,56	0,01%	0,00	Recebimento a 30 dias
B'ACIS	Controlada	Venda bens	304,06	1,40%	0,00	Recebimento a 30 dias
BATPOWER - Associação Portuguesa	Outras entidades	FSE	-3 000,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva - BLCS	Associada	FSE	-258,30	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva - BLCS	Associada	Transf. - Concedidas	-90 000,00	0,47%	0,00	Pagamento a 60 dias
BIP4DAB	Outras entidades	FSE	-5 000,00	0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património - CS	Associada	Transf. - Concedidas	-35 000,00	0,18%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	FSE	-6 137,17	0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00%	13 000,00	Recebimento a 30 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	Prest. Serv.	240,00	0,01%	-13 000,00	Recebimento a 30 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	Taxas	34 718,75	0,16%	0,00	Recebimento a 30 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	Transf. - Concedidas	-68 441,59	0,36%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	Transf. Obtidas	0,00	0,00%	13 000,00	Recebimento a 30 dias
ASSOCIAÇÃO CURTIR CIÊNCIA	Associada	FSE	-2 500,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
CECoLab	Outras entidades	FSE	-250,00	0,00%	-250,00	Pagamento a 60 dias
CEIA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento (Associação)	Outras entidades	Taxas	831,25	0,00%	68 853,56	Recebimento a 30 dias
CENTI	Associada	Prest. Serv.	246,00	0,01%	0,00	Recebimento a 30 dias
Centro Internacional de Matemática (CIM)	Outras entidades	FSE	-600,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
CITEVE	Outras entidades	Adiant. Projetos Financ- ExtraOrçamental	0,00	0,00%	-947 060,84	Pagamento a 60 dias
CITEVE	Outras entidades	Prest. Serv.	5 850,00	0,21%	5 850,00	Recebimento a 30 dias
CRIA - Centro em Rede Investigação Antropologia	Associada	Transf. Obtidas	6 320,96	0,00%	0,00	Recebimento a 30 dias
CVR - Centro de Valorização de Resíduos	Controlada	FSE	-23 620,30	0,09%	0,00	Pagamento a 60 dias
CVR - Centro de Valorização de Resíduos	Controlada	Transf. Obtidas	0,00	0,00%	952,54	Recebimento a 30 dias
Fundação CEER	Outras entidades	FSE	-7 500,00	0,03%	0,00	Pagamento a 60 dias
Fundação CEER	Outras entidades	Transf. Obtidas	32 000,00	0,02%	0,00	Recebimento a 30 dias
HEALTH CLUSTER PORTUGAL (HCP)	Outras entidades	FSE	-25 671,61	0,10%	0,00	Pagamento a 60 dias
IGAP	Outras entidades	FSE	-225,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
IGAP	Outras entidades	Prest. Serv.	1 107,00	0,04%	0,00	Recebimento a 30 dias
INESC TEC	Outras entidades	Adiant. Projetos Financ- ExtraOrçamental	0,00	0,00%	-76 331,13	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras entidades	FSE	-850,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras entidades	Prest. Serv.	215,00	0,01%	0,00	Recebimento a 30 dias
INESC TEC	Outras entidades	Taxas	5 162,90	0,02%	0,00	Recebimento a 30 dias
INESC TEC	Outras entidades	Transf. - Concedidas	-50 959,77	0,27%	0,00	Pagamento a 60 dias
Inmob	Outras entidades	Transf. - Concedidas	0,00	0,00%	-1 000,00	Pagamento a 60 dias
Instituto Confúcio	Associada	FSE	-5 241,95	0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
Instituto Confúcio	Associada	Prest. Serv.	300,00	0,01%	0,00	Recebimento a 30 dias
Instituto do Design	Associada	FSE	-127 328,93	0,49%	0,00	Pagamento a 60 dias
INTEGRALAR - Portugal Foods	Outras entidades	FSE	-2 220,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
L.C.S.D - Associação Data Colab	Outras entidades	FSE	-3 350,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
Oficina Inovação - BIC Minho	Outras entidades	Outros gastos e perdas	-45,37	0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	FSE	-7 974,34	0,03%	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Outros gastos e perdas	-9,07	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Taxas	7 187,50	0,03%	0,00	Recebimento a 30 dias
PIEP	Associada	Transf. Obtidas	25 000,00	0,02%	0,00	Recebimento a 30 dias
POOL NET	Outras entidades	FSE	-500,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	Controlada	FSE	-415 072,19	1,60%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	Controlada	Outros gastos e perdas	-1 348,15	0,70%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	Controlada	Outros rendimentos e ganhos	10 510,74	0,11%	0,00	Recebimento a 30 dias
SASUM	Controlada	Transf. - Concedidas	-346 962,01	1,82%	0,00	Pagamento a 60 dias
SASUM	Controlada	Transf. Obtidas	1 881,90	0,00%	19,64	Recebimento a 30 dias
SASUM	Controlada	Venda bens	359,49	1,65%	0,00	Recebimento a 30 dias
TECMINHO	Controlada	FSE	-111 623,88	0,43%	0,00	Pagamento a 60 dias
TECMINHO	Controlada	Outros gastos e perdas	-226,85	0,12%	0,00	Pagamento a 60 dias
TECMINHO	Controlada	Outros rendimentos e ganhos	11 640,00	0,13%	0,00	Recebimento a 30 dias
TECMINHO	Controlada	Transf. Obtidas	0,00	0,00%	98 887,75	Recebimento a 30 dias
TICE.PT	Outras entidades	FSE	-2 500,00	0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias

21. Relato por segmentos

O Grupo Público UMinho proporciona uma grande variedade de serviços aos utentes e clientes em diferentes regiões geográficas. Desde logo, a entidade-mãe executa os seus serviços através de três *campi*: o *campus* de Gualtar, em Braga, e os *campi* de Azurém e de Couros, ambos em Guimarães. Refira-se ainda, que neste concelho localiza-se também o Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (I3Bs), a EXPERTISSUES, o IDEGUI, a Associação Fibrenamics e a CS. Mais recentemente, a UMinho também está localizada no Município de Vila Nova Famalicão, com instalações essencialmente dedicadas à atividade de investigação.

O *campus* de Gualtar representa o polo de maior dimensão do Grupo Público UMinho, sendo que nele estão situadas as Escolas de Ciências, de Direito, de Economia e Gestão, de Psicologia, de Enfermagem, de Medicina, de Letras Artes e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Sociais e o Instituto de Educação, assim como, parte da Escola de Engenharia. Neste *campus* encontram-se ainda localizadas as seguintes entidades-filhas: os SASUM, a ACMP5, a B'ACIS, a APsi e o IC.



A BLCS e o 2CA-Braga também estão sediados na cidade de Braga.

O *campus* de Azurém está sediado na cidade de Guimarães, onde se encontram quase todos os cursos da Escola de Engenharia, da Escola de Arquitetura, Arte e Design e alguns cursos da Escola de Ciências e do Instituto de Ciências Sociais. Neste *campus* estão também sediadas as seguintes entidades-filhas: CVR, TecMinho, CCG, PIEP e parte do departamento alimentar e alojamentos dos SASUM.

Ainda em Guimarães está localizado o *campus* de Couros, o qual tem em funcionamento o Centro Avançado de Formação Pós-graduada, a Licenciatura em Teatro do Instituto de Letras e Ciências Humanas, a Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas e o Instituto de Design de Guimarães. Este é o *campus* da criatividade, aberto à interação entre a UMinho e a sociedade.

O Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) é uma subunidade de I&D da Escola de Arquitetura, Arte e Design (EAAD) e do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da entidade-mãe, sendo considerada como uma Unidade Orçamental Partilhada.

Por fim, em Vila Nova de Famalicão está localizado o CeNTI.

Apesar das áreas geográficas distintas do Grupo Público UMinho, são definidas como atividades, em conformidade com o artigo 13.º dos Estatutos da UMinho, o Ensino, a Investigação e a Interação com a Sociedade, procedendo-se em seguida ao apuramento dos resultados pelas mesmas.

Tabela 94- Resultado da atividade de ensino de 2025, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	3 586 897,66	4 063 302,03	-476 404,38
EC	16 969 899,79	18 968 809,10	-1 998 909,30
ED	6 903 148,02	5 295 071,41	1 608 076,61
EEG	12 365 760,25	12 200 526,85	165 233,41
EENG	40 593 501,27	36 386 031,28	4 207 469,99
ELACH	7 334 806,58	7 985 730,17	-650 923,58
EMED	9 611 592,28	8 671 193,82	940 398,46
EPSI	3 566 757,75	4 072 425,23	-505 667,48
ESE	3 194 592,49	3 240 323,84	-45 731,35
I3B'S	446 753,17	390 642,43	56 110,74
ICS	6 937 206,80	7 373 463,70	-436 256,90
IE	5 865 003,16	7 750 515,65	-1 885 512,48
Total Grupo Público	117 375 919,23	116 398 035,51	977 883,72

Tabela 95- Resultado da atividade de ensino de 2024, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total reexpresso
EAAD	3 621 242,08	3 909 479,71	-288 237,63
EC	16 387 988,69	18 306 975,20	-1 918 986,51
ED	6 739 460,84	5 105 724,65	1 633 736,20
EEG	12 264 027,66	11 715 960,36	548 067,30
EENG	40 003 771,06	35 528 726,13	4 475 044,93
ELACH	7 039 908,66	8 018 059,55	-978 150,90
EMED	9 673 932,78	8 583 676,01	1 090 256,77
EPSI	3 454 125,67	3 567 741,59	-113 615,92
ESE	2 883 964,48	3 066 576,02	-182 611,54
I3B'S	476 623,29	355 659,61	120 963,68
ICS	6 922 129,66	7 192 781,21	-270 651,55
IE	6 033 717,47	7 961 746,02	-1 928 028,56
Total Grupo Público	115 500 892,34	113 313 106,06	2 187 786,28

Tabela 96- Resultado da atividade de investigação de 2025, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	0,00	0,00	0,00
EC	8 822 211,66	6 964 283,34	1 857 928,32
ED	374 859,13	395 095,42	-20 236,29
EEG	1 083 003,41	585 437,54	497 565,87
EENG	27 275 622,83	23 018 865,00	4 256 757,83
ELACH	1 108 436,70	941 098,89	167 337,81
EMED	5 505 821,41	5 869 517,39	-363 695,98
EPSI	2 100 005,69	1 631 289,32	468 716,37
ESE	74 704,43	63 021,63	11 682,80
I3B'S	4 520 521,12	5 843 041,63	-1 322 520,51



Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
ICS	1 697 039,07	1 314 619,28	382 419,79
IE	1 568 123,78	994 671,28	573 452,50
LAB2PT	2 017 942,91	824 667,23	1 193 275,68
UGA	7 820 616,86	8 446 882,85	-626 265,99
Total Grupo Público	63 968 909,00	56 892 490,81	7 076 418,19

Tabela 97- Resultado da atividade de investigação de 2024, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total reexpresso
EAAD	0,00	0,00	0,00
EC	8 769 005,94	9 206 128,73	-437 122,79
ED	405 680,16	454 246,01	-48 565,85
EEG	861 973,80	827 671,53	34 302,27
EEENG	23 454 227,27	20 963 392,01	2 490 835,26
ELACH	907 195,44	1 285 114,47	-377 919,03
EMED	3 921 053,74	5 240 802,16	-1 319 748,43
EPSI	2 242 685,12	1 762 434,50	480 250,62
ESE	225 835,33	111 407,07	114 428,26
I3B'S	5 483 339,39	5 615 479,89	-132 140,50
ICS	1 424 738,22	1 365 411,52	59 326,70
IE	1 307 961,42	1 033 763,92	274 197,50
LAB2PT	1 054 153,00	876 048,47	178 104,53
UGA	3 921 391,95	4 822 381,02	-900 989,07
Total UMinho	53 979 240,76	53 564 281,29	414 959,47

Tabela 98- Resultado da atividade de interação com a sociedade de 2025, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
ACMP5	683 023,85	593 293,92	89 729,93
APSI	491 790,46	425 858,24	65 932,22
B'ACIS	640 757,71	548 905,69	91 852,02
BLCS	3 594,57	0,00	3 594,57
Casa Sarmento	1 456,72	0,00	1 456,72
CCG	172 822,09	0,00	172 822,09
Curtir Ciência	1 025,21	0,00	1 025,21
CEJUR	0,00	35 493,63	-35 493,63
CENTI	60 079,19	0,00	60 079,19
CVR	1 368 823,88	1 352 182,48	16 641,40
EAAD	61 655,49	3 105,83	58 549,66
EC	52 914,88	92 779,15	-39 864,27
ED	12 689,75	65 663,20	-52 973,45
EEG	338 955,65	449 365,15	-110 409,50
EEENG	281 132,24	468 489,87	-187 357,63
ELACH	406 759,55	170 759,99	235 999,56
EMED	48 371,30	66 587,58	-18 216,28
EPSI	80 455,71	64 796,47	15 659,24
ESE	1 628,25	11 896,62	-10 268,37
EXPERTISSUES	22 552,41	21 383,77	1 168,64
Associação Fibrenamics	2 995 795,54	2 308 598,43	687 197,11
IC	0,00	14 645,32	-14 645,32
ICS	92 092,76	93 043,14	-950,38
IDEGUI	89,32	0,00	89,32
IE	29 883,94	38 350,81	-8 466,87
I3B'S	0,00	0,00	0,00
LAB2PT	0,00	1 966,08	-1 966,08
PIEP	216 250,80	0,00	216 250,80
SASUM	11 051 338,07	9 861 786,76	1 189 551,31
TECMINHO	3 395 966,50	3 089 509,78	306 456,72
UGA	2 052 968,54	1 893 205,41	159 763,13
2'CA	208 349,81	0,00	208 349,81
Total Grupo Público	24 773 224,19	21 671 667,32	3 101 556,87



Tabela 99- Resultado da atividade de interação com a sociedade de 2024, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total reexpresso
ACMP5	567 693,72	568 083,98	-390,26
APSI	412 723,06	410 733,35	1 989,71
B'ACIS	359 182,67	355 338,11	3 844,56
BLCS	26 997,83	0,00	26 997,83
Casa Sarmento	1 008,78	0,00	1 008,78
CCG	35 102,70	0,00	35 102,70
Curtir Ciência	1 745,46	0,00	1 745,46
CEJUR	42 539,49	0,00	42 539,49
CENTI	0,00	27 341,68	-27 341,68
CVR	1 149 085,04	1 119 043,14	30 041,90
EAAD	4 413,91	17 237,61	-12 823,70
EC	63 570,74	79 716,94	-16 146,20
ED	111 615,80	58 860,12	52 755,68
EEG	331 980,02	190 577,90	141 402,12
EENG	517 030,33	657 645,27	-140 614,94
ELACH	624 309,01	268 707,88	355 601,13
EMED	118 511,08	447 118,97	-328 607,89
EPSI	31 719,70	106 991,43	-75 271,73
ESE	-1 070,63	31 588,33	-32 658,96
Expertissues	22 952,41	22 697,30	255,11
IC	5 667,44	0,00	5 667,44
ICS	56 096,66	31 250,17	24 846,49
IDEGUI	0,00	23,14	-23,14
IE	260 140,58	144 384,34	115 756,24
I3B'S	0,00	0,00	0,00
LAB2PT	13 004,01	25 488,79	-12 484,78
PIEP	221 546,54	0,00	221 546,54
SASUM	10 214 408,67	9 788 770,14	425 638,53
TECMINHO	2 951 074,86	2 904 400,22	46 674,64
UGA	1 879 764,31	1 170 942,93	708 821,38
2'CA	202 055,80	0,00	202 055,80
Total Grupo Público	20 224 869,99	18 426 941,74	1 797 928,25

No que diz respeito à consolidação de fluxos de caixa, o Grupo Público UMinho é constituído pela UMinho, pelos SASUM, CVR, TECMINHO, APSI, B'ACIS, ACMP5, EXPERTISSUES E FIBRENAMICS, visto que são as entidades às quais se aplica a consolidação integral.

Através das tabelas infra apresenta-se a execução dos recebimentos e de pagamentos do Grupo Público UMinho, do ano 2025 e 2024.

Tabela 100- Fluxo de tesouraria por entidades controladas de 2025, em euros

Entidades	Recebimentos	Pagamentos
UMinho	191 336 300,93	176 032 833,59
CVR	1 026 027,10	1 100 089,34
TECMINHO	2 966 765,16	2 591 592,70
APSI	498 967,78	425 762,98
B'ACIS	514 315,19	542 558,17
ACMP5	571 531,04	580 051,87
Associação Fibrenamics	2 812 720,82	2 962 015,17
SASUM	9 833 131,49	8 814 841,85
EXPERTISSUES	0,00	99,72
Total Grupo Público	209 559 759,51	193 049 845,39



Tabela 101- Fluxo de tesouraria por entidades controladas de 2024, em euros

Entidades	Recebimentos	Pagamentos
UMinho	140 991 559,27	130 491 493,13
CVR	842 423,75	880 487,67
TECMINHO	1 883 047,05	2 481 931,37
APSI	407 989,22	416 973,99
B'ACIS	567 590,70	356 740,80
ACMP5	382 249,05	405 728,75
SASUM	9 408 227,85	8 003 551,22
EXPERTISSUES	46 781,83	99,72
Total Grupo Público	154 529 868,72	143 037 006,65

22. Interesses em Outras Entidades

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público UMinho, foram os seguintes:

- Como **entidades controladas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis, decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais a UMinho detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.

Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público UMinho pela aplicação do **método de consolidação integral**, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam.

- Como **entidades associadas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando a UMinho detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa, ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.

Estas entidades foram incluídas na consolidação, através da aplicação do **MEP**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

A UMinho, enquanto entidade-mãe, cumpre a definição de entidade investidora, na medida em que detém participações noutras entidades, as quais lhe conferem controlo e influência significativa nas mesmas. Porém, no Grupo Público UMinho, mesmo sem participações noutras entidades, verifica-se a existência de controlo e influência significativa sobre as mesmas, salientando-se o caso de entidades públicas que não possuem detentores de capital.

b) No Grupo Público UMinho existem os seguintes interesses em entidades:

- **Entidades controladas**, nas quais se aplicou o **método de consolidação integral**:
 - **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os SASUM, que gozam de autonomia administrativa e financeira. Prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga, e estão sob a tutela do MCTES. Nos termos dos Estatutos dos SASUM, homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da



República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo Reitor da UMinho.

- **Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5)** - É uma organização sem fins lucrativos, que resulta de uma parceria entre a UMinho, através da EMed, e a *Alumni Medicina*. Tem como objetivo principal a promoção das melhores práticas de saúde preventiva e a melhor monitorização e gestão de doença crónica, bem como o apoio especializado aos cuidados de saúde primários, numa abordagem holística, suportada por tecnologias digitais que promovam o envolvimento e a centralidade das pessoas/doentes.
- **Associação Ciência, Inovação e Saúde - Braga (B'ACIS)** - É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado da parceria entre a UMinho, através da EMed e do seu do ICVS, e a *Alumni Medicina* da UMinho, tendo por objetivo o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação, através do fomento de atividades científico-tecnológicas no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.
- **Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsi)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2016, com o estatuto de utilidade pública. Presta serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com os Municípios de Braga e Guimarães, devido à sua proximidade com a comunidade local. Desenvolve atividades como: consultas psicológicas, perícias forenses, avaliações psicológicas e formação e consultadoria.
- **EXPERTISSUES - European Institute of Excellence for Tissue** - É um Agrupamento Europeu de Interesse Económico sem fins lucrativos, constituído em 2009 e localizado I3Bs, no Parque de Ciência e Tecnologia, S.A (Avepark), no concelho de Guimarães. Tem como atividade principal facilitar o desenvolvimento e melhoria das atividades dos seus membros, nomeadamente combater e superar a fragmentação existente na Investigação Científica, no campo da Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa; desenvolver novas tecnologias de engenharia de tecidos para tratamentos terapêuticos; desenvolver o conhecimento e a propriedade intelectual; conhecer e implementar cursos europeus de pós-graduação; contribuir para os objetivos do CEN e da UE; fomentar a diversidade de género na área da Investigação Europeia e desenvolver uma plataforma de investigação especializada e altamente especializada e altamente competitiva para convites à apresentação de propostas e projetos.
- **Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)** - É uma instituição privada sem fins lucrativos, em atividade desde 2002, prestando serviços de investigação, análise científica e aplicação de soluções reais na área da valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente. Independentemente da área da atividade industrial, o CVR tem as competências necessárias para apoiar projetos e iniciativas relacionadas com uma ampla gama de resíduos industriais. Tem as suas instalações no *Campus* de Azurém da UMinho, em Guimarães.
- **TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento** - É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1990, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave. Enquanto interface da Universidade do Minho, a TecMinho tem como missão a valorização e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial e demais atores económicos e sociais, contribuindo para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento das competências das organizações e das pessoas, sobretudo nas vertentes da ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento regional através da melhoria de competitividade das organizações e aumento das competências dos indivíduos. As suas principais linhas de intervenção são: o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias/produtos/processos e a respetiva transferência para as empresas; a conceção e implementação de atividades de educação e formação (presencial e *e-learning*), de desenvolvimento organizacional e de mobilidade transnacional de recursos humanos; o apoio ao empreendedorismo universitário e à criação de empresas inovadoras, com especial relevo para os *spin-offs* académicos.
- **Associação Fibrenamics – Instituto de Inovação Em Materiais Fibrosos e Compósitos** - É uma associação privada sem fins lucrativos, localizada no Campus de Azurém, na Universidade do Minho. Tem como missão conceber e implementar soluções integradas e customizadas de investigação e desenvolvimento tecnológico em materiais compósitos e fibrosos, contribuindo para a diferenciação e a competitividade do tecido empresarial.
- **Entidades associadas**, nas quais se aplicou o **método de equivalência patrimonial**:
 - **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - É uma biblioteca pública que surgiu de uma parceria entre a UMinho e o Município de Braga, tendo em vista a adesão à Rede Nacional de Leitura Pública. Está vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais, sendo o seu objetivo principal a dinamização da leitura e a atração de novos públicos, bem como a criação de estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga.



- **Instituto Confúcio (IC)** – O IC é uma unidade diferenciada da UMinho, criado em associação com o *Hanban*, com o objetivo de difundir a língua e cultura chinesa, através da promoção de uma série de atividades didáticas e culturais, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades com os seus órgãos devidamente estabelecidos no ano de 2006, tendo as suas instalações no *Campus* de Gualtar, em Braga.
- **Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga)** - É uma associação sem fins lucrativos que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da EMed e do seu ICVS, o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto. Encontra-se sediado no Hospital de Braga, tendo como objetivo o desenvolvimento de investigação clínica, a nível nacional e internacional, bem como, a promoção e a produção de conhecimento, melhorando a qualidade e eficiência assistencial.
- **Centro de Computação Gráfica (CCG)** - Fundado em 1993, o CCG, sediado desde 2001 no *Campus* da UMinho, em Azurém, Guimarães, é uma associação de investigação, desenvolvimento e consultoria, de natureza privada e sem fins lucrativos. Dedicar a sua atividade à investigação e desenvolvimento aplicado, nos domínios da computação gráfica, das tecnologias da informação, comunicação e eletrónica, bem como às suas aplicações, em contexto nacional e internacional. Concebe e executa projetos I&DT, assumindo uma postura de interface entre a UMinho e o setor empresarial e público.
- **Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI)** - Constituído em 2012, o IDEGUI é uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, localizada em Guimarães. Enquadra-se no projeto de reabilitação da zona de Couros – o projeto *Campurbis* – cujos promotores foram a UMinho e o Município de Guimarães. Este instituto promove as ligações entre o design, a arquitetura e a engenharia, tornando possível uma efetiva articulação entre a criatividade e a tecnologia.
- **Associação Curtir Ciência (Curtir Ciência)** – Esta é uma associação técnico-científica, sem fins lucrativos, fundada em 2019, instalada na cidade de Guimarães. A associação tem como objetivo a promoção da cultura científica e tecnológica, designadamente ao nível da educação e fomenta a motivação para a aprendizagem científica que decorre no contacto precoce com conhecimento científico, seus agentes e processos.
- **Casa de Sarmento (CS)** - É uma unidade diferenciada da UMinho, instituída com base num protocolo de cooperação que a UMinho celebrou com o Município de Guimarães e a SMS. As suas principais finalidades são estabelecer a ligação mais estreita entre a UMinho e Guimarães; tratamento, catalogação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS ou de outros, bem como a valorização destes acervos, através do desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação.
- **Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)** – O PIEP é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo o reforço da competitividade da indústria de plásticos e moldes, através do desenvolvimento de projetos de I&D e do trabalho próximo com empresas nacionais. Foi criado em 2001, em colaboração com a UMinho, através do Departamento de Engenharia de Polímeros e do IAPMEI. A sua interação tem sido extensiva a outros departamentos da UMinho, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial, tendo em consideração a multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP participa.
- **Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR)** – É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 1993 e encontra-se situada na cidade de Braga. O CEJUR tem como objetivo o desenvolvimento dos estudos jurídicos, realização de trabalhos de investigação, conferências e seminários, mantendo ligações com outras instituições congéneres nacionais e estrangeiras promovendo ações de intercâmbio.
- **Centro em Rede de Investigação de Antropologia (CRIA)** – É uma associação de investigação e desenvolvimento, sem fins lucrativos, criada em 2007, com o objetivo de desenvolver a atividade de investigação científica e divulgação da antropologia. A sua missão consiste no estreitamento das relações entre investigação e formação, organizando cursos e atividades relacionadas com o ensino, para além de acolher estudantes de diferentes ciclos do ensino superior, por forma a contribuir para a integração dos mesmos na comunidade científica.
- **Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI)** - É um instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, resultado de uma parceria de três Universidades, na qual se inclui a UMinho, dois centros tecnológicos e um instituto de novas tecnologias. O CeNTI tem como objetivo o desenvolvimento de novos produtos de elevado valor acrescentado e/ou a incorporação novas tecnologias em produtos e mercados tradicionais, por isso aposta na inovação e atividades de I&D, participando em diversos projetos que evidenciam o seu compromisso e missão no apoio e dinamização da infraestrutura tecnológica, industrial e empresarial nacional.
- **Interesses de propriedade não quantificáveis**, as quais não integraram o perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, dada a inexistência de influência significativa (os interesses encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo):



- **Campus de Tecnologia e Inovação (BLC3)** – É uma associação sem fins lucrativos, fundada em maio de 2010, com um novo modelo de desenvolvimento de atividades de investigação e intensificação tecnológica de excelência, incubação de ideias e empresas e apoio ao tecido económico em regiões interiores e rurais. A associação desenvolve as suas atividades de biotecnologia industrial numa dimensão nacional e internacional. Desenvolve, ainda, atividades locais e regionais de implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento ligadas à fixação de massa crítica e valorização dos recursos endógenos e património genético do território.
- **Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP)** – Criado em 1986, o LIP tem como missão a investigação no campo da física experimental de partículas e da instrumentação associada, facilitando o acesso da comunidade científica portuguesa a instalações e colaborações científicas internacionais. A computação avançada, a formação de pessoal científico e técnico e a divulgação da ciência, também estão presentes na missão. Os polos estão localizados em Lisboa, Coimbra e Minho.
- **4LIFELAB – Laboratório Colaborativo (Associação)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 2021, sediada no Porto. A sua principal missão é a de posicionar Portugal nas cadeias de valor globais dos mercados da saúde, através da criação de um ecossistema ágil e competitivo, que junta a excelência em ciência, medicina, engenharia e indústria, para o desenvolvimento, industrialização e certificação de dispositivos médicos avançados e sistemas relacionados.
- **Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP)** – É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, com sede no Porto. Os seus objetivos são a conceção, promoção, organização e realização de projetos formativos, colóquios, seminários e sessões de informação técnica tendo em vista a sensibilização, atualização, aperfeiçoamento ou especialização dos trabalhadores da Administração Pública Central Desconcentrada e Autárquica, bem como dos Eleitos Locais.
- **Associação Laboratório da Paisagem** – É uma associação sem fins lucrativos de natureza privada, sediada em Guimarães, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.
- **Associação Centro de Competências do Agroalimentar Para o Setor das Carnes (Associação TECMEAT)** – É uma associação criada em novembro de 2018, por iniciativa do Município de Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de implementar esta estrutura, considerada estratégica para o concelho e que congrega 16 instituições da região e do país.
- **Associação BIP4DAB** – Tem como objeto social a investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais, investigação e desenvolvimento em biotecnologia e outras atividades de consultoria, científicas e similares. A sua missão passa por apoiar a transformação de Portugal num país com capacidade para realizar investigação e inovação com grandes volumes de dados biológicos, para que as organizações sejam capazes de traduzir estes dados em inovação para novas pesquisas, produtos e serviços.
- **Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E)** – É um laboratório colaborativo, constituído em 2019, e sediado no Porto. Tem como objetivo promover a Bioeconomia Azul, contribuir para novos usos e valorização dos recursos vivos naturais marinhos, assim como estimular a criação de emprego qualificado gerador de valor económico e social em Portugal – nos setores da Biotecnologia e Aquacultura.
- **Laboratório Colaborativo em Transformação Digital (DTX)** – É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2018, sediada em Guimarães, tendo laboratórios em Braga, Matosinhos e Évora. O seu objetivo principal consiste em abordar os novos paradigmas em produtos, nos serviços e na interface homem-máquina, assim como, na criação de emprego qualificado e científico em Portugal.
- **Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)** – É uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, a qual iniciou a sua atividade na Covilhã, onde está situada a sua sede social, desenvolvendo a sua intervenção formativa em vários pólos, nomeadamente em Castelo Branco, Guarda, Pombal, Trancoso, Vouzela e Vila Nova de Famalicão. Constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas atualmente em funcionamento no país, tem como objetivo formar pessoas e capacitar as empresas, em áreas tecnológicas.
- **Centro Internacional de Matemática (CIM)** – É uma associação científica de direito privado e sem fins lucrativos, com sede em Coimbra, no Observatório Astronómico da Universidade, ao Alto de Santa Clara. Esta associação visa promover atividades que visem o desenvolvimento da Ciência Matemática em geral e o fomento da cooperação internacional.
- **Laboratório Colaborativo ProChild (ProChild – CoLAB)** – É uma associação, criada em dezembro de 2018, que reúne 17 associados, dos quais se destacam Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias, envolvendo mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação. Está organizado em torno de 4 eixos estratégicos de intervenção social, cada um dos quais com projetos específicos: (1) Saúde e bem-estar; (2) Desenvolvimento e educação; (3) Participação social, cidadania e igualdade de género; (4) Proteção contra a



violência, exploração, abuso e negligência. Estes eixos articulam-se com uma área estratégica transversal de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, nas áreas do Digital e da Nanotecnologia.

- **Collaborative Laboratory Towards Circular Economy (CECoLab)** – A associação é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada em 2020, sediada em Oliveira do Hospital. Tem na sua essência o processo de reconhecimento de excelência da iniciativa nacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, denominada por CoLAB. Esta iniciativa tem como objetivo contribuir para a criação de emprego científico qualificado, orientado para a investigação e inovação com criação de valor ambiental, económico e social.
- **Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC)** - É uma instituição privada de investigação sem fins lucrativos, sediada no Porto. A sua atividade está vocacionada para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, consultoria e formação avançada e pré-incubação de novas empresas de base tecnológica. A instituição opera na interface do mundo académico e empresarial, aproximando a academia, as empresas, a administração pública e a sociedade.
- **Collaborative Laboratory for the Future Railway System (RAIL CoLAB)** – Esta entidade constituída em 2022, é uma associação sem fins lucrativos de investigação multidisciplinar, que tem como objetivo a promoção e exercício de iniciativas e atividades de I&D que visem a melhoria do sistema ferroviário através do suporte científico e da inovação tecnológica, envolvendo de forma colaborativa os setores público e privado.
- **Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias (BIOREF)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em abril de 2019, que junta nove entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e onze empresas interessadas em procurar novos processos e tecnologias avançadas que utilizem a biomassa como matéria-prima e a transformem em produtos comercializáveis. O BIOREF pretende contribuir para uma economia de baixo carbono e/ou carbono zero para Portugal (Horizonte 2030), gerando novas cadeias de valor, criação de emprego qualificado e impulsionando a bioeconomia nacional.
- **BUILT CoLAB** – É um laboratório colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, fundado em 2020, e sediado no Porto. Os seus objetivos baseiam-se no desenvolvimento de atividades de investigação, inovação e transferência de conhecimento, tendo em vista o aumento da produtividade, competitividade e crescimento sustentável do ecossistema do setor AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção, promovendo a transição digital e climática dos edifícios e infraestruturas, tornando-os adaptáveis, inteligentes, resilientes e sustentáveis.
- **Associação WATER CO-RE COLAB** – Esta entidade constituída em 2022, tem como foco os principais problemas do ciclo natural da água, nomeadamente em temas relacionados com o uso eficiente da água, as soluções para reutilização da água, as alterações climáticas, a sustentabilidade, a economia circular e a resiliência das infraestruturas.
- **Laboratório Colaborativo para Serviços de Inovação Orientados para os Dados (L.C.S.D Associação Data Colab)** – É uma associação sem fins lucrativos, constituída em julho de 2021, localizada em Viana do Castelo. Esta associação visa a promoção e o exercício de iniciativas e atividade de I&D orientadas para a criação de um ecossistema de inovação intersectorial.
- **Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Agroalimentar (Colab4Food)** – É uma associação, criada em abril de 2019, que tem como missão ser um catalisador da inovação centrada nas necessidades do consumidor e da indústria agroalimentar, através da investigação colaborativa.
- **Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza – Norte de Portugal (Fundação CEER)** - É uma instituição sem fins lucrativos, constituída pelas Universidades de Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem como principal objetivo a procura de sinergias e complementaridades nos eixos académicos universitários, procurando reforçar as relações entre as Universidades da Galiza e o Norte de Portugal.
- **Instituto do Petróleo e Gás (ISPG)** - É uma associação sem fins lucrativos resultante de uma parceria entre a Galp Energia e as seis maiores universidades portuguesas, onde se enquadra a UMinho. Tem como finalidades principais: desenvolver projetos de investigação e de formação avançada e, competências diferenciadoras no setor do petróleo e gás, bem como contribuir para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia em países lusófonos.
- **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP)** - É uma associação cujo objetivo é a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários pólos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave, contribuindo para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do país. A associação promove um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica, industrial, educativa e de formação profissional, na medida em que acolhe empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior.



- **Associação Portuguesa Para O Cluster das Baterias (BATPOWER - Associação Portuguesa)** – Tem como principal fim a promoção da competitividade da cadeia de valor das baterias portuguesas e também pretende incentivar a partilha colaborativa de conhecimentos e a cooperação entre empresas, associações empresariais, organizações independentes, universidades, entidades públicas, de forma a aumentar a capacidade de inovação, investigação e desenvolvimento.
- **Agência de Energia do Ave (AEDOAVE)** - É uma cooperativa de direito privado sem fins lucrativos que presta serviços de assessoria técnica aos Municípios do Vale do Ave, tendo por missão contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de energia e dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes.
- **Associação Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE.PT)** - Constituída em 2008, com sede em Aveiro, é uma plataforma de concertação que garante e promove interfaces entre o mundo académico e o mundo empresarial. Tem como objetivo fomentar e alavancar as estratégias de rede para o setor tecnológico, entre as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento.
- **Oficina Inovação - BIC Minho** - É uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Braga, tendo como objetivo atuar na região Norte de Portugal, através da promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização, apoiando a criação de novas empresas e a modernização e internacionalização de pequenas e médias empresas (PME's).
- **Associação POOL-NET – Portuguese Tooling & Plastics Network (POOLNET)** - É uma associação fundada por 40 entidades, onde se identificam empresas, associações empresariais, centros tecnológicos e de formação, universidades e institutos politécnicos. Tem como missão a dinamização do *cluster* de competitividade *engineering & tooling*, nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva, criada para a indústria portuguesa de moldes e ferramentas especiais.
- **Associação para Oportunidades Específicas de Negócio (OPEN)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2002, onde se englobam participações públicas e privadas, tendo como missão contribuir para a promoção da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional.
- **Associação Intervenção de Excelência no Setor Agro-Alimentar (INTEGRALAR) - Portugal Foods** - É uma associação criada em 2008 por entidades que compõem o setor agroalimentar português. Tem como missão reforçar a competitividade das empresas através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação.
- **Associação Smart Waste Portugal** – é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, fundada em maio de 2015, sediada em Leça da Palmeira. Esta entidade tem por objetivo criar uma plataforma de âmbito nacional, que potencie o resíduo como recurso, atuando em toda a cadeia de valor do setor, promovendo a Investigação, o Desenvolvimento e Inovação, potenciando e incentivando a cooperação entre as diversas entidades, públicas e privadas, nacionais e não nacionais.
- **Vale do Ave Região Digital, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (VARD 2015)** - É uma cooperativa de interesse público, com a finalidade de promover a conceção, criação e gestão do programa "Vale do Ave Região Digital", com a constituição de uma comunidade digital. Esta agrega todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos do conjunto dos Municípios do Vale do Ave.
- **Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE)** - Criada a 15 de setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação, entre os setores público e privado, para o desenvolvimento do espaço regional, a Agência intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e da qualificação dos recursos humanos.
- **Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)** - É uma organização privada sem fins lucrativos, constituída em 1989, sediada em Vila Nova de Famalicão. Posiciona-se entre as instituições de ensino superior e as empresas do setor têxtil e do vestuário (maioritariamente PME's), disponibilizando às mesmas um portfólio de serviços que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D, formação, moda e *design*.
- **Fundação Bienal de Arte de Cerveira** - Tem como fundadores um conjunto de instituições e pessoas individuais de prestígio e experiência em setores de cariz tão diversificado como o ensino superior, a administração autárquica, artistas, instituições financeiras e empresas. A fundação tem como missão "Promover a arte contemporânea no plano nacional e internacional, através da programação anual multidisciplinar, da organização das bienais de arte, da gestão e conservação do espólio da Fundação, da criação do Museu da Bienal de Cerveira e do apoio ao empreendedorismo criativo".



- **Fundação Portugal África** - Constituída em 1995, a fundação tem como objetivo a realização de ações de caráter cultural e educacional, a desenvolver entre Portugal e África, designadamente junto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre estes países.
- **Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (ADVID)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1982, sediada em Vila Real. O seu principal objetivo é contribuir para a modernização da viticultura da região demarcada do Douro e de Portugal, contribuindo para a melhoria da qualidade e rentabilidade dos vinhos e das vinhas nacionais.
- **Centro de Tecnologia e Inovação para a Madeira e Mobiliário (Inommob)** – É uma entidade formalizada em 27 de maio de 2024, com sede em Paços de Ferreira. Resulta de uma parceria entre diversos municípios, instituições de ensino superior e associações empresariais ligadas ao setor da madeira e mobiliário. Tem como principais objetivos apoiar tecnicamente as empresas, promover a valorização do conhecimento com vista à criação de novos produtos, serviços e processos e, difundir tecnologias ligadas à digitalização, eficiência energética e economia circular. Também atuará em atividades de I&D+I, incluindo testes e certificações, contribuindo para a modernização do setor e o desenvolvimento de novas áreas emergentes.
- **HCP – Health Cluster Portugal** – Esta entidade tem como missão aumentar a competitividade da cadeia de valor da saúde, promovendo a valorização do conhecimento gerado em universidades, centros de investigação, hospitais e empresas, com foco no desenvolvimento económico, social e sustentável. A sua principal função é mobilizar e acelerar o ecossistema da saúde através da promoção de colaborações, identificação de obstáculos e oportunidades, e incentivo à inovação.
- **Centro de Interface Tecnológico Industrial (CiTin)** - Está organizado em três departamentos: o Departamento de Sistemas Avançados de Produção, centrado no desenvolvimento de novos sistemas de produção, a partir da introdução de novas tecnologias (cobots, manufatura aditiva, etc.) e processos inovadores (manufatura flexível, etc.) para melhorar a competitividade do setor industrial; o Departamento de Sistemas Ciber-Físicos, focado no desenvolvimento de sistemas de manufatura inteligente, que contemplem digitalização, redes de comunicação e controlo de processos físicos, utilizando recursos computacionais distribuídos, promovendo não só o potencial do chão de fábrica mas também a cadeia de valor como um todo; e o Departamento de Mobilidade e Ambiente, que se dedica à produção de componentes automóveis e ao desenvolvimento de novos materiais, com o objetivo de promover mecanismos de ecoinovação, fomentando a economia circular. O CiTin cria valor, melhora a qualidade, tem flexibilidade de produção e capacidade de resposta ao mercado.
- **Centro de Tecnologia e Inovação em Energias e Tecnologias Oceânicas (Associação Sustemare)** – É um centro tecnológico e de inovação criado em Viana do Castelo (Portugal), constituído como associação privada sem fins lucrativos, suportada por um património associativo que integra entidades públicas e empresas privadas. A sua missão passa por dinamizar a cadeia de valor das energias e tecnologias oceânicas, assumindo-se como um HUB relevante no desenvolvimento do cluster português da indústria de energia renovável offshore. A atividade do Sustemare centra-se no desenvolvimento de projetos de I&D com maturidade tecnológica avançada (TRL > 6), complementada pela prestação de serviços técnicos especializados, formação altamente especializada, testes e ensaios, e iniciativas de empreendedorismo e transferência de tecnologia. O Centro procura unir empresas de diferentes setores, entidades do sistema científico e tecnológico, autarquias e outras organizações públicas e privadas, promovendo alianças e consórcios para desenvolver I&D+i, produtos tecnológicos e conhecimento com impacto na economia do mar e na transição energética.
- **Centro de Engenharia e Desenvolvimento (CEiiA)** - É um centro de interface tecnológico de referência em Portugal, dedicado à promoção da inovação, engenharia e desenvolvimento de produtos e sistemas de elevada complexidade. Com sede em Matosinhos, o CEiiA tem como missão potenciar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para a economia, atuando como catalisador da colaboração entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial. A sua atividade centra-se no desenvolvimento de soluções avançadas nas áreas da mobilidade sustentável, nomeadamente nos setores da aeronáutica, automóvel, espaço e cidades inteligentes. No âmbito da sua estratégia, o CEiiA participa em projetos nacionais e internacionais de elevado valor acrescentado, contribuindo para a criação de produtos, serviços e soluções inovadoras orientadas para os desafios da transição digital e da descarbonização. A entidade assume, assim, um papel relevante no reforço da competitividade da economia e na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável. A atuação do CEiiA assenta numa equipa altamente qualificada e multidisciplinar, bem como numa forte rede de parcerias com empresas, universidades e outras instituições, nacionais e internacionais, consolidando a sua posição enquanto agente estratégico na criação de valor económico e social.



22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público UMinho elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

Tabela 102 – Perímetro de consolidação

Entidade	Natureza do interesse	% de participação	% de controlo	Tipo de controlo
SASUM	Controlada	100,00	100,00	Entidade controlada
ACMP5	Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
B'ACIS	Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
APSI	Controlada	80,00	80,00	Entidade controlada
EXPERTISSUES	Controlada	50,00	50,00	Acordo conjunto
TecMinho	Controlada	81,85	33,33	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
CVR	Controlada	56,25	0,98	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
Fibrenamics	Controlada	15,75	15,75	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
BLCS	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
Instituto Confúcio	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
2CA-Braga	Associada	40,00	40,00	Influência significativa
CCG	Associada	41,50	35,90	Influência significativa
IDEGUI	Associada	0,72	34,09	Influência significativa
Ass. Curtir Ciência	Associada	7,14	33,33	Influência significativa
Casa Sarmento	Associada	33,33	33,33	Acordo conjunto
PIEP	Associada	30,80	30,80	Influência significativa
IDITE Minho	Associada	25,45	25,45	Influência significativa
CEJUR	Associada	78,99	25,00	Influência significativa
CeNTI	Associada	18,94	18,94	Tem influência significativa, pois a UMinho está representada nos órgãos sociais, mas sem capacidade de controlo
CRIA	Associada	25,00	25,00	Influência significativa, contudo, não se aplicou o MEP pois a participação é de 0%.

Apesar de a UMinho não deter uma participação de capital nos SASUM, os mesmos foram incluídos no perímetro de consolidação como entidade controlada, uma vez que a UMinho obtém o seu controlo através da presença de membros da Universidade nos seus órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor. Em sintonia com o anteriormente exposto, conclui-se que a UMinho controla em 100% os SASUM, uma vez que possui o direito de definir e orientar as suas políticas financeiras e operacionais. No mesmo sentido, atendendo que os órgãos sociais da entidade EXPERTISSUES, TecMinho, CVR e Associação Fibrenamics também são constituídos por trabalhadores da UMinho, conclui-se que existe controlo sobre estas entidades, pelo que se assume que o controlo das mesmas ascende à percentagem de participação.

Relativamente à BLCS, ao IC e à CS, foram incluídos no perímetro de consolidação como entidades associadas, tal como nos anos anteriores, devido a existir controlo partilhado com outras entidades, nomeadamente:

- O Município de Braga, no caso da BLCS;
- A *Hanban*, no que respeita ao IC; e
- O Município de Guimarães e a SMS, relativamente à CS.

No que diz respeito à entidade CeNTI, a presença da UMinho nos seus órgãos sociais confere-lhe influência significativa, apesar dos seus direitos de voto serem inferiores a 20%.

Apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45% na IDITE Minho, esta participada não foi incluída no perímetro de consolidação, uma vez que foram constituídas perdas por imparidade, correspondentes à totalidade do valor das participações, em virtude desta se encontrar em liquidação.

22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, a UMinho não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;



- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.6. Interesses em entidades controladas

a) Composição do Grupo Público

Em consonância com o divulgado na nota 22.3, o Grupo Público UMinho tem as seguintes entidades controladas:

- SASUM;
- ACMP5;
- B'ACIS;
- APsi;
- EXPERTISSUES;
- TecMinho;
- CVR; e
- Associação Fibrenamics.

b) Interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do Grupo Público UMinho.

A tabela seguinte evidencia os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho, nas suas entidades controladas.

Tabela 103 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
CVR	TECMINHO	4,91
	FERESPE - FUNDIÇÃO FERRO E AÇO, LDA.	3,07
	FUNFRAP - FUNDIÇÃO PORTUGUESA, SA	0,06
	CONTINENTAL MABOR IND. PNEUS, SA	0,06
	QUIMITÉCNICA AMBIENTE SA	0,56
	CIN - COPR. INDUSTRIAL DO NORTE, SA	0,28
	UNIVERSIDADE DO MINHO	53,27
	RESEN - RESÍDUOS UNDUSTRIAIS, SA	0,56
	CERÂMICA SALVADORINHO	0,06
	MABERA ACABAMENTOS TEXTEIS, SA	0,11
	KUPPER & SCHMIDT, LDA	0,28
	PORTUCEL VIANA, SA	0,56
	FUSAG - FUNDIÇÃO E SERRALHARIA, SA	0,06
	ALUMÍNIOS NAVARRA	0,06
	FUCOLI - SOMEPAL FUND. DE FERRO, SA	0,28
	METALSA - REF. PORTUG. ALUMINIO, SA	0,56
	FDO - S.G.P.S., SA	0,56
	INFINEON TECHNOLOGIES, SA	0,56
	CRUZ, GIOVANI & LIMA, LDA	0,06
	SEMURAL - SOC- EMP. URBANOS, LDA	0,06
	POLO - PRODUTOS OPTICOS, SA	0,56
	RICARSIL - RIBEIRO C. & SILVA, LDA.	0,06
	INDUSTRIAS PACHANCHO, S.G.P.S., SA	0,06
	AGUAS DO DOURO E PAIVA, SA	0,06
	GRANITOS URBANOS, SA	0,11
	NOGUEIRA & MONTEIRO, LDA.	0,06
	FAB. JERONIMO PEREIRA & FILHOS, SA	0,56
	GRE-Exportacao de Granito, SA	0,06
	Fundilusa-Fund. Portuguesas, Lda.	0,22
	C. F. Duarte & Cª., Lda.	0,06
	Aluminios Ibérica, Lda.	1,12
	Comp. de Cartoes do Cávado, SA	0,06
	ISQ-Inst. da Soldadura e Qualidade	0,56
	Resulima, SA	0,11
	Associacao Portuguesa Fundicao	0,06
	AIM - Assoc. Industrial do Minho	0,56
	Intrabol-Ind.Trans Borrachas, Lda.	0,06
	Greentrading-Cor. Internacional	0,06
	GRIN, SA	0,22
	Braval, SA	0,11



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	Maquiceram, SA	0,11
	Godilac, Lda.	0,06
	Ambipombal, Lda.	0,28
	Recauchutagem Nortenha, SA	0,28
	Fapricela - Ind.de Trefilária, Lda	0,06
	REFER-Rede Ferroviária Nacional EP	0,56
	Manuel Marques Herdeiros, SA	0,06
	Câmara Municipal de Guimarães	4,13
	Nogueira & Martins, Lda.	3,35
	CJR - Cândido José Rodrigues, Lda.	0,06
	CCG-Centro de Computação Gráfica	0,56
	ENDUTEX - Revestimentos Têxteis, SA	2,57
	CUPRUM-Comércio de Metais, Lda.	0,22
	Sardalla Espanola, SA	1,68
	PIZARRO-Energias Renováveis, SA	0,11
	DST-Domingos da Silva Teixeira, SA	0,56
	Construções Gabriel A.S.Couto, SA	0,06
	Sensu, Lda.	1,12
	Vimasol - Energias Renováveis, Lda	0,56
	Superinertes de Lopes & Filhos, Ld	0,39
	Casais - Engª e Construção, SA	0,56
	J.P. Sousa - Estamparia Têxtil, Lda	0,06
	Delta-Soc.Técnica Eletricidade	1,12
	Guimaweb-Serviços de Internet, Lda.	0,06
	José Augusto Marques Unipessoal, Lda.	0,45
	SORGAL-Soc.de Óleos e Rações, SA	0,56
	AVICASAL-Sociedade Avícola, SA	0,56
	ZX Consultores, SA	0,39
	Metalvalor-Gestão Valor T.Tipo Res	0,17
	W2V, SA	1,68
	Supermatéria Biocombustíveis e Rec	0,34
	Representações Júlia Rocha, Lda.	0,45
	Tequimaq-Maq.Ind.Quím.Corticeira, L	0,39
	Criolab-Equip.Criogénico e de Lab.	0,06
	M.J.Amaral-Equipamentos Industriais	0,17
	Carmona, SA	0,11
	Euro Separadora-Gestão Resíduos, Ld	0,67
	MJD-Metais Jaime Dias, SA	0,28
	MYSOFT-Business Software Solutions,	0,11
	LENA AMBIENTE-GESTÃO DE RESÍDUOS, SA	0,06
	3 DRIVERS - ENGENHARIA, INOVAÇÃO E AMBIENTE, LDA.	0,11
	AMBIBERICA, LDA	0,22
	GREENADN, LDA.	0,28
	FÁBRICA S. CERÂMICA AMARO MACEDO, SA	0,45
	MAGELLAN CIRCLE - EUROPEAN AFFAIRS CONSULTANCY, LD	0,06
	MODA 21 - TINTURARIA E ACABAMENTOS TÊXTEIS, SA	0,06
	PIXARTIDEA UNIPessoal LDA	0,06
	VAPESOL - FÁBRICA DE COMPONENTES PARA CALÇADO, LDA	0,06
	JOSÉ NEVES & C.ª, L.DA	0,06
	PUBLIAMBIENTE - EQUIP. SERV. PROT. AMBIENTE, LDA	0,28
	Dragão Abrasivos, Lda.	0,06
	PIEP - POLO DE INOVAÇÃO ENGENHARIA POLIMEROS	0,56
	A Eléctrica, L.da	0,06
	Maria Cândida Lobo Guerra Vilarinho	0,06
	IMPACT WORLD, LDA	0,06
	B4LOGIC, LDA	0,06
	LIA - Laboratório de Investigação Automóvel, Lda	0,06
	Extruplás, L.da	0,06
	SETIMEP, L.DA	0,06
	Lucio Machado - Engenharia e Serviços Unipessoal,	0,06
	PITAGORAS ARQUITECTURA E ENGENHARIA INTEGRADAS LDA	0,06
	THE BIO BUR COMPANY - SISTEMAS INDUSTRIAIS DE GERA	0,06
	ASSOCIAÇÃO FIBRENAMICS - INSTITUTO DE INOVAÇÃO EM	0,56
	INEGI	0,56
	RECUPLAS RECICLAGEM DE PLÁSTICOS UNIPessoal LDA	0,45
	SOPREM - NORTE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS, U	0,06
TecMinho	AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave	9,08



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	9,08
APSI	Câmara Municipal de Braga	10
	Câmara Municipal de Guimarães	10
	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10
ACMP5	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10
EXPERTISSUES	Ludwig Boltzmann Gesellschaft	50
Associação Fibrenamics	Câmara Municipal Guimarães	1,57
	SURFORMA S.A.	1,57
	Impetus Portugal - Têxteis S.A.	15,75
	INOVAFIL FIACÃO, S. A.	1,57
	Mundifios, S.A.	7,87
	Valérius - Têxteis, S.A.	1,57
	Lameirinho Indústria Têxtil S.A.	2,36
	SIMOLDES PLASTICOS, S.A.	1,57
	MISTONETOS - SGPS, S.A.	1,57
	Mundo Têxtil S.A.	1,57
	Tintex Textiles, S.A.	1,57
	Barcelcom Têxteis S.A.	1,57
	LMA - Leandro Manuel Araújo, S.A.	1,57
	ERT TÊXIL PORTUGAL S.A.	1,57
	PLAYVEST, S.A.	1,57
	S.I.C.I. 93 BRAGA, S.A.	1,57
	Polopique - SGPS, S.A.	1,57
	LATINO Confecções, Lda	1,57
	Estamparia Têxtil Adalberto Pinto da Silva, S.A.	1,57
	Poleva - Termoconformados, S.A.	1,57
	Aquitex - Acabamentos Químicos Têxteis, S.A.	3,94
	José Neves & Cia Lda.	0,79
	A. Ferreira & Filhos, S.A.	0,79
	Clariause - Tinturaria E Acabamentos De Fios, S.A.	7,87
	Vizelpas Flexible Films S.A.	0,79
	Mirpuri Foundation	0,79
	Suzano	0,79
	ELESERV- SOLUTIONS UNIPessoal LDA	0,79
	F.D.G. - Fiação da Graça S.A	1,57
	Texteis Penedo, S.A.	0,79
	Casa da Malha - C5M, Lda	0,79
	Silva Confecções S.A.	0,79
	Acatel - Acabamentos Texteis, S.A.	0,79
	RIOPELE - TÊXTEIS, S.A.	0,79
	CALVELEX - Indústria de Confecções, S.A.	0,79
	RIFER - Indústria Têxtil, Lda	0,79
	ANTONIO SALGADO OUTLET, Lda	0,79
	BeyondComposite - Composite Engineering Solutions, S.A.	0,79
	CVR - CENTRO PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS	0,79
	SJ Textile Lab, Unipessoal, Lda	0,79
	CCG/ZGDV	0,79
	COPLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS S.A.	0,79
	MEHLER ENGINEERED PRODUCTS PORTUGAL, LDA	0,79
	Vital Marques Rodrigues, Filhos, S.A.	0,79
	LuxDefTec S.A.	1,57

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato, ou seja, de 01/01/2025 a 31/12/2025.

22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do preceituado na NCP 1, no Grupo Público UMinho, os interesses não controlados em cada entidade controlada do Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, as quais não exercem influência significativa nas mesmas.

Ou seja, tal como demonstrado na nota 22.6, os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, mas sem que exista influência significativa.

Nos termos do exigido na alínea g), da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

Tabela 104 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros



Rubricas do Balanço	CVR	TECMINHO	APSI	B'ACIS	ACMP5	Fibrenamics	EXPERTISSEUS	SASUM
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	1 059 961,70	236 933,57	1 524,45	4 546,59	4 928,76	851 723,85	20 030,40	14 138 413,61
Ativos intangíveis	76 701,94	3 531,38	0,00	1 053,80	127 171,96	0,00	0,00	32 494,06
Investimentos financeiros	22 587,26	70 877,88	1 024,05	1 661,23	4 514,20	12 392,46	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	3 732,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 159 250,90	315 074,98	2 548,50	7 261,62	136 614,92	864 116,31	20 030,40	14 170 907,67
Ativo Corrente								
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223 018,04
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	408 395,89	234 928,48	0,00	17 431,73	72 300,97	842 587,18	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	280 846,24	531 870,98	64 838,00	48 650,93	50 129,73	640 067,07	0,00	134 919,06
Estado e outros entes públicos	278,96	0,00	0,00	0,00	0,00	5 514,44	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	72 763,99	60 364,12	36 141,08	3 364,54	130 243,19	408 215,41	0,00	203 704,62
Diferimentos	19 864,87	26 002,91	1 635,47	1 119,79	5 517,60	9 673,77	0,00	4 999,11
Caixa e depósitos	311 813,75	679 625,35	90 668,94	246 513,51	5 436,02	651 090,94	51 891,47	3 383 980,62
	1 093 963,70	1 532 791,84	193 283,49	317 080,50	263 627,51	2 557 148,81	51 891,47	3 950 221,45
	2 253 214,60	1 847 866,82	195 831,99	324 342,12	400 242,43	3 421 265,12	71 921,87	18 121 129,12
PATRIMÓNIO LÍQUIDO								
Património/Capital	895 500,00	39 951,92	25 000,00	50 000,00	50 000,00	634 725,00	0,00	2 301 872,93
Reservas	446 903,14	928 821,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-53 655,73	-197 754,20	45 108,15	137 570,13	-26 806,33	88 906,20	2 419,32	4 039 491,25
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 164,33
Outras variações no património líquido	552 004,73	0,00	37 620,00	1 268,33	76 626,23	814 858,83	18 762,04	8 926 094,15
Resultado líquido do período	13 863,67	263 957,40	52 745,59	73 369,53	82 749,30	607 653,01	1 168,64	1 189 551,31
	1 854 615,81	1 034 976,60	160 473,74	262 207,99	182 569,20	2 146 143,04	22 350,00	16 460 173,97
PASSIVO								
Passivo não corrente								
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147 019,18
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	67 810,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 571,87	0,00
	67 810,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 571,87	147 019,18
Passivo corrente								
Fornecedores	112 974,35	286 185,94	0,00	980,03	42 292,00	66 942,16	0,00	105 398,36
Estado e outros entes públicos	62 277,30	162 078,28	15 958,52	29 535,90	26 092,61	278 615,39	0,00	32 740,45
Financiamentos obtidos	0,00	15 021,74	0,00	0,00	0,00	206 977,85	0,00	0,00
Outras contas a pagar	155 537,04	349 604,26	19 399,73	18 333,71	62 981,12	722 586,68	0,00	847 024,15
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	13 284,49	86 307,50	0,00	0,00	528 773,31
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo	398 598,79	812 890,22	35 358,25	62 134,13	217 673,23	1 275 122,08	49 571,87	1 660 955,15
Total do Património Líquido e Passivo	2 253 214,60	1 847 866,82	195 831,99	324 342,12	400 242,43	3 421 265,12	71 921,87	18 121 129,12

Importa referir que na posição financeira foram efetuados os seguintes ajustamentos prévios à consolidação, os quais já se encontram reconhecidos no quadro anterior, relacionados com o exposto relativamente ao reconhecimento de subsídios à exploração na FAQ 42 e na Nota Interpretativa n.º 6, ambas emitidas pela CNC:

- Na entidade CVR foi eliminado o montante de 489.779,47€ que se encontrava reconhecido na rubrica de “Outras contas a receber” do ativo e na rubrica de “Diferimentos” do passivo foi efetuada uma redução no montante de 81.383,58€. Por outro lado, foi acrescida a importância de 408.395,89€ na rubrica do ativo “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”;
- Na entidade TECMINHO foi eliminado o montante de 291.436,25€ que se encontrava reconhecido na rubrica de “Outras contas a receber” do ativo e na rubrica de “Diferimentos” do passivo foi efetuada uma redução no montante de 56.507,77€. Por outro lado, foi acrescida a importância de 234.928,48€ na rubrica do ativo “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”;
- Na entidade B'ACIS foi eliminado o montante de 65.886,19€ que se encontrava reconhecido na rubrica de “Outras contas a receber” do ativo e na rubrica de “Diferimentos” do passivo foi efetuada uma redução no montante de 48.454,46€. Por outro lado, foi acrescida a importância de 17.431,73€ na rubrica do ativo “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”;
- Na entidade ACMP5 foi eliminado o montante de 385.408,86€ que se encontrava reconhecido na rubrica de “Outras contas a receber” do ativo e na rubrica de “Diferimentos” do passivo foi efetuada uma redução no montante de 313.107,89€. Por outro lado, foi acrescida a importância de 72.300,97€ na rubrica do ativo “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”;
- Na Associação Fibrenamics foi reclassificado o montante de 842.587,18€ da rubrica de “Outras contas a receber” para a rubrica de “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, ambas as rubricas do ativo.



Tabela 105 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	CVR	TECMINHO	APsi	B'ACIS	ACMP5	Fibrenamics	EXPERTISSUES	SASUM
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 747 758,53
Prestações de serviços	725 857,83	2 243 874,12	472 979,45	517 517,37	174 968,64	809 466,53	0,00	3 603 172,93
Transf. correntes e subsídios correntes obtidos	508 743,03	1 126 417,93	18 810,00	122 490,10	475 242,16	1 350 654,26	0,00	4 879 366,55
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	28 943,28	0,00	0,00	0,00
Custo das merc. Vend. e das mat. consumidas	-3 407,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 769 930,92
Fornecimentos e serviços externos	-574 820,79	-1 507 160,99	-307 260,67	-419 373,31	-131 975,42	-454 000,97	-95,88	-1 647 230,73
Gastos com pessoal	-580 799,25	-1 192 100,70	-117 575,39	-120 571,35	-445 891,88	-1 117 763,98	0,00	-5 141 156,06
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-375 467,17
Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imp. de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3 013,50	-17 730,42	0,00	-2 884,00	0,00	-25 859,68	0,00	-59 235,60
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	226,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-69 715,60
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	134 223,02	25 447,60	1,01	750,24	3 869,77	835 674,75	22 552,41	819 850,73
Outros gastos e perdas	-5 728,32	-240 598,86	-513,10	-1 921,56	-10 792,93	-3 607,13	-3,84	-166 575,08
Result. antes de dep. e gastos de financ.	201 054,71	438 375,53	66 441,30	96 007,49	94 363,62	1 394 563,78	22 452,69	1 820 837,58
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-184 413,31	-129 702,97	-508,14	-4 155,47	-4 633,69	-705 968,30	-21 284,05	-632 403,97
R. Operac. (antes de gastos de financ.)	16 641,40	308 672,56	65 933,16	91 852,02	89 729,93	688 595,48	1 168,64	1 188 433,61
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 189,33
Juros e gastos similares suportados	0,00	-2 215,84	-0,94	0,00	0,00	-1 398,37	0,00	-71,63
Resultado antes de impostos	16 641,40	306 456,72	65 932,22	91 852,02	89 729,93	687 197,11	1 168,64	1 189 551,31
Imposto sobre o rendimento	-2 777,73	-42 499,32	-13 186,63	-18 482,49	-6 980,63	-79 544,10	0,00	0,00
Resultado líquido do período	13 863,67	263 957,40	52 745,59	73 369,53	82 749,30	607 653,01	1 168,64	1 189 551,31

22.11 Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

22.18 Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31 de dezembro de 2025, a UMinho tinha interesse nas associadas identificadas na Tabela 106.

Tabela 106 – Entidades associadas

Associada	Natureza do relacionamento	Domicílio	Forma jurídica da associada	Pais	Proporção de interesses de propriedade	Proporção de direitos de voto detidos
BLCS	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónimo	Portugal	50,00%	50,00%
IC	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónimo	Portugal	50,00%	50,00%
2CA-Braga	Associada	Braga	Associação	Portugal	40,00%	40,00%
CCG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	41,50%	35,90%
IDEGUI	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	0,72%	34,09%
Curtir Ciência	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	7,14%	33,33%
CS	Associada	Guimarães	Serviço e Fundo Autónimo	Portugal	33,33%	33,33%
PIEP	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	30,80%	30,80%
CEJUR	Associada	Braga	Associação	Portugal	78,99%	25,00%
CeNTI	Associada	Vila Nova de Famalicão	Associação	Portugal	18,94%	18,94%
CRIA	Associada	Lisboa	Associação	Portugal	25,00%	25,00%

As entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Tabela 107 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros

Associada	% Participação	Valor de Aquisição	Ativo (2025)	Passivo (2025)	Património Líquido (2025)	Resultado Líquido do Período (2025)	Valor da participação ao MEP (2025)
CCG	41,50	682 356,79	13 340 530,73	7 110 781,61	6 229 749,12	416 438,78	2 585 345,88
PIEP	30,80	580 000,00	5 544 946,00	1 960 093,00	3 584 853,00	702 113,00	1 104 134,72
2CA-Braga	40,00	35 000,00	5 683 656,25	2 853 337,37	2 830 318,88	520 874,52	1 132 127,55
CeNTI	18,94	100 000,00	23 158 519,63	7 140 109,33	16 018 410,30	317 207,98	3 033 886,91
IDEGUI	0,72	1 000,00	85 049,20	28 401,99	56 647,21	12 406,11	407,86
Curtir Ciência	7,14	5 000,00	252 856,51	38 074,81	214 781,70	14 358,63	15 335,41
CEJUR	78,99	24 939,89	234 819,86	26 327,21	208 492,65	-44 934,33	164 688,34
BLCS	50,00	0,00	155 463,30	27 726,88	127 736,42	7 189,13	63 868,21
IC	50,00	0,00	93 384,05	0,00	93 384,05	-29 290,64	46 692,03
CS	33,33	0,00	196 056,72	11 813,94	184 242,78	4 370,61	61 408,12

22.19 Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2025 a 31/12/2025).

Na continuidade do verificado em 2024, e como anteriormente referido, as contas consolidadas do Grupo Público UMinho em 2025, não refletem as variações patrimoniais das associadas IDITE Minho, uma vez que já foi constituída uma perda por imparidade, referente à totalidade da participação detida pela entidade-mãe.

**22.21 Interesses de propriedade não-quantificáveis**

A 31/12/2025, a UMinho tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa na Tabela 108.

Tabela 108 – Percentagem de interesse em outras entidades

Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
ADVID	<20
BLC3	14,29
LIP	14,29
SPINPARK	14,29
4LIFELAB	12,50
Inommob	10,00
IGAP	9,09
Associação Laboratório da Paisagem	8,33
BIP4DAB	8,33
AFTEBI	7,45
Associação DTX	7,04
B2E	6,67
Associação ProChild Colab	6,25
Associação RAIL CoLAB	5,26
CECoLab	5,26
INESC TEC	5,26
Associação TECMEAT	5,00
BUILT CoLAB	5,00
CIM	5,00
L.C.S.D - Associação Data Colab	5,00
WATER CO-RE COLAB Associação	5,00
BIOREF	3,97
Associação Colab4Food	3,95
APCTP	3,70
Associação Sustemare	3,63
Fundação CEER	3,57
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	3,34
CiTIn	2,62
CEiIA	2,17
AEdoAVE	2,00
HCP - Health Cluster Portugal	1,82
BATPOWER - Associação Portuguesa	1,49
TICE.PT	1,23
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00
OPEN	0,91
POOL NET	0,87
INTEGRALAR – Portugal Foods	0,77
VARD 2015	0,57
ADRAVE	0,44
Associação Smart Waste Portugal	0,27
CITEVE	0,16
Fundação Bienal de Cerveira	0,08
Fundação Portugal África	0,06

Os investimentos financeiros detidos nas entidades e identificados na tabela anterior, foram incluídos nas contas consolidadas ao custo de aquisição.

Informação complementar

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5, da Estrutura Concetual presente no Anexo I, do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas da UMinho, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público UMinho foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 e no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) (para os bens adquiridos até 31/12/2017, com exceção dos edifícios e outras construções) para o caso da UMinho e dos SASUM. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados



no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público UMinho e pelos SASUM, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Apesar de no período de relato as entidades do setor público incluídas no perímetro de consolidação adotarem o SNC-AP, e as entidades do setor privado adotarem os normativos SNC/ Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), foram efetuados os ajustamentos prévios à consolidação identificados na presente nota.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, a UMinho procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação, como é disso exemplo o caso da IDITE Minho, AVEPARK, Centro de Incubação de Base Tecnológica (SPINPARK), ISPG, AEDOAVE, Oficina da Inovação – BIC Minho, VARD 2015, Fundação Portugal África, e, ADRAVE, uma vez que a sua quantia escriturada era nula.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação constante do SNC-AP.

No período de relato em análise, não existem restrições quanto à comparabilidade, entre períodos, das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no património líquido/capital próprio verificado nas entidades associadas, pela aplicação do MEP, conforme se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 109 – Impacto no resultado pela aplicação do MEP, em euros

Impacto no Resultado	2025	2024
Rendimentos	663 667,72	536 664,03
Gastos	-50 138,95	-27 364,82
Total	613 528,77	509 299,21

23. Outras divulgações

A) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica agrega custos de natureza diversa relacionados com a aquisição de bens e prestação de serviços do Grupo Público UMinho, nomeadamente, subcontratos, serviços especializados, materiais de consumo, energia e fluidos, deslocações, estadas e transportes e serviços diversos. Em 2025, apurou-se um total de gastos desta natureza de 30.737.214,32€, verificando-se um aumento de 1.514.289,59€ em relação ao período homólogo (29.222.924,73€).

Tabela 110 – Fornecimentos e serviços externos, em euros

Descrição	2025	2024 reexpresso
Subcontratos	151 766,25	253 484,41
Serviços especializados	12 871 299,21	12 222 491,07
<i>Trabalhos especializados</i>	8 462 418,01	8 655 362,68
<i>Publicidade, comunicação e imagem</i>	541 262,65	443 101,15
<i>Vigilância e segurança</i>	1 485 087,94	1 279 085,87
<i>Honorários</i>	986 123,03	418 823,31
<i>Comissões</i>	2 029,84	54 337,96
<i>Conservação e reparação</i>	1 381 132,51	1 359 285,96
<i>Serviços bancários</i>	10 842,18	7 150,30
<i>Outros</i>	2 403,05	5 343,84
Materiais de consumo	4 176 098,85	3 995 080,00
Energia e fluidos	6 094 839,82	6 319 880,47
<i>Electricidade</i>	4 537 928,51	4 956 469,69
<i>Combustíveis e lubrificantes</i>	1 037 297,76	797 576,60
<i>Água</i>	508 802,52	554 720,37
<i>Outros</i>	10 811,03	11 113,81
Deslocações, estadas e transportes	2 222 219,89	2 249 735,20
Serviços diversos	5 220 990,30	4 182 253,58
<i>Rendas e alugueres</i>	2 109 498,56	1 905 493,90
<i>Comunicação</i>	82 147,07	59 166,91
<i>Seguros</i>	574 687,53	396 704,91
<i>Royalties</i>	16 120,64	5 520,36
<i>Contencioso e notariado</i>	2 123,67	244,42
<i>Despesas de representação</i>	15 249,22	16 613,64
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	1 753 750,40	1 637 971,77
<i>Outros serviços</i>	667 413,21	160 537,67



Descrição	2025	2024 reexpresso
Formação	232 989,31	98 535,19
Alojamento estudantil	73 468,09	25 318,66
Outros	360 955,81	36 683,82
Total	30 737 214,32	29 222 924,73

B) Diferimentos

Os gastos a reconhecer registaram uma variação positiva de 84.138,97€, enquanto a rubrica de rendimentos a reconhecer apresentou uma variação positiva de 1.581.695,44€, respeitante, essencialmente, ao aumento do montante a reconhecer em rendimento dos contratos programa, do reconhecimento de transferências a efetuar para parceiros, no âmbito da atividade de I&D e da especialização do rendimento das propinas.

Tabela 111 – Diferimentos, em euros

Descrição	2025	2024 reexpresso
Diferimentos – Ativo (Gastos a reconhecer)	873 843,45	813 704,48
Diferimentos – Passivo (Rendimentos a reconhecer)	22 630 751,93	21 049 056,49

C) Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Grupo Público UMinho diminuíram em 700.700,96€, tendo atingido em 2025 o montante de 19.123.457,36€, quando em 2024 estes gastos se haviam fixado em 19.824.158,32€. Esta variação resultada principalmente da redução das transferências para parceiros.

E) Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados, respeita essencialmente a encargos de depósitos à ordem suportados pelo Grupo Público UMinho, tendo registado em 2025 o valor de 259.613,17€, traduzindo-se numa diminuição no montante de 38.370,97€, face ao ano de 2024 (297.984,14€).

F) Imposto sobre o rendimento

A rubrica do imposto sobre rendimento apresentou em 2025 o montante de 163.470,90€, registando-se um aumento de 154.208,39€, quando comparada com o período homólogo reexpresso (9.262,51€).

G) Outros gastos e perdas

Na rubrica outros gastos e perdas estão identificados os montantes que não se enquadram nas outras rubricas da Demonstração de Resultados por Naturezas, sendo reconhecida na mesma os seguintes montantes:

- 597 663,39€ no período de 2025; e
- 2.032.317,02€, no ano transato reexpresso.

A redução desta rubrica, no montante de 1,4 M€, resulta de uma alteração no tratamento contabilístico adotado pela entidade-mãe relativamente a notas de crédito referentes a anos letivos anteriores.

H) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos com a educação, a investigação e a interação com a sociedade. Assim, em conformidade com o estipulado no referido normativo, o Grupo Público UMinho considerou todos os rendimentos e gastos das entidades-filhas na atividade de interação com a sociedade. No que respeita aos rendimentos e gastos da entidade-mãe, estes foram imputados às três atividades, de acordo com os seguintes critérios:

- Na atividade ensino são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de:
 - Pós-Graduações;
 - Ações de Formação;
 - Funcionamento das UOEI; e
 - Unidades de serviços (US) que prestam apoio direto ao ensino (USAAE, USGA, GPA, USAI, entre outras associadas a esta atividade).
- Na atividade de investigação são imputados diretamente os rendimentos e gastos das dimensões de tipologia I&D, PE, OP e PRR carregados no módulo de gestão de projetos, emprego científico (FCT), da USAPI e outras dimensões associadas à atividade de investigação;
- Na atividade de interação com a sociedade tem-se em consideração as vendas e prestações de serviços à comunidade, assim como os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de prestações serviços especializados com incorporação especializados com incorporação de conhecimento, prestações serviços técnicos



especializados, projetos diretos e unidades de serviço que prestam apoio diretamente à comunidade (tais como: USDB, BPB, ADB, BLCS, UA, CC). Nesta atividade ainda se incluem os rendimentos e gastos relativos a parques, a aluguer de espaços, da Loja UMinho e entidades filhas.

Para os rendimentos e gastos não imputados diretamente a uma atividade, procedeu-se à definição das bases de rateio presentes na seguinte tabela.

Tabela 112 – Bases de Rateio de imputação dos Gastos Gerais às Unidades/Produtos, em euros

Gastos Gerais	Unidades/Produtos	Base de Rateio de imputação à unidade
Seguro de Acidentes de Trabalho	Imputado	Peso da massa salarial dos trabalhadores do setor privado
Seguros de bolseiros		Peso da massa salarial dos bolseiros
Medicina no trabalho		Número de trabalhadores
Licenças MCA e IBM		Número de trabalhadores
Comunicações		Número de trabalhadores
Água		m3 base no peso dos montantes apurados no orçamento por Unidade
Elettricidade		KWh
Gás		KWh
Higiene e limpeza		De acordo com o contrato
Segurança		Área dos edifícios de cada Unidade
Alimentação - bares	Imputado	N.º de atendimentos
Alimentação - cantinas		N.º de refeições servidas
Alimentação - restaurante		N.º de refeições servidas
Alimentação - grill		N.º de refeições servidas
Apoio Social - alojamento		N.º de camas
Apoio Social - Bolsas		N.º de candidatos
Apoio Social - apoio ao bem-estar		N.º de consultas
Desporto e Cultura - Desporto		N.º de usos
Desporto e Cultura - Cultura		N.º de grupos
Outros gastos gerais não imputados	Não imputado	Gastos efetuados diretamente nas dimensões:
		- GG0004 - Licenças
		- GG0009 - Contratos de Manutenção
		- GG0010 - Manutenção dos Campi
		- GG0011 - Requalificação Campi
		- GG0012 - Manutenção dos Campi
		- GG0013 - Investimento nos Campi
		- GG0014 - Serviços de Comunicação
		- GG0015 - HSST
		- GG0016 - Manutenção Espaços Verdes
		- GG0017 - Empreitadas DCM
		- GG0018 - Complexos Pedagógicos

Resultados Por Atividades

Consideram-se gastos não incorporados, os gastos ambientais, os gastos administrativos e outros gastos. Desta forma, não foi imputado o montante de 214.956,22 € às atividades do Grupo Público UMinho. Por outro lado, existem rendimentos que devido ao seu caráter excecional, também não foram imputados a qualquer atividade, os quais designam-se de rendimentos gerais, no montante de 100.733,07 €. Desta forma, o resultado não incorporado fixou-se em 114.223,15 €, negativos.

Tendo em consideração o exposto acima, apresenta-se na tabela infra os resultados por atividades do Grupo Público UMinho, assim como, os rendimentos gerais e gastos não incorporados, os quais se encontram detalhados na análise de gestão.

Tabela 113 - Resultados por atividades, em euros

Atividades	Rendimentos	Gastos	Total
Ensino	117 375 919,23	116 398 035,51	977 883,72
Investigação	63 968 909,00	56 892 490,81	7 076 418,19
Interação com a Sociedade	24 773 224,19	21 671 667,32	3 101 556,87
Subtotal	206 118 052,42	194 962 193,64	11 155 858,78
Rendimentos gerais não incorporados	100 733,07	0,00	100 733,07
Gastos gerais não incorporados	0,00	214 956,22	-214 956,22
Resultado antes de impostos	206 218 785,49	195 177 149,86	11 041 635,63
Imposto sobre o rendimento			-163 470,90
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			10 285 498,12
Interesses que não controlam			592 666,61
			10 878 164,73



Da análise da tabela anterior, o Grupo Público UMinho, obteve em 2025 um montante total de rendimentos de 206,2 M€ e um total de gastos na ordem dos 195,2 M€, perfazendo um resultado antes de impostos de 11 M€.

De referir que, todas as atividades contribuíram positivamente para o resultado por atividade, que se fixou em cerca de 11,2 M€. A investigação obteve um resultado de 7,1 M€, a interação com a sociedade e o ensino obtiveram um resultado de 3,1 M€ e 977,9 k€, respetivamente.

Por fim, não foi imputado às atividades o imposto sobre o rendimento das entidades-filhas, no montante de 163,5 k€.

I) Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Na tabela infra encontram-se elencados, o Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas de cada entidade do Grupo Público UMinho, nomeadamente:

Tabela 114 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Entidades	Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas
Controladas	
ACMP5	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
B'ACIS	NEXIA - Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.
APsi	Não tem auditor externo.
EXPERTISSUES	Não tem auditor externo.
TecMinho	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
Associação Fibrenamics	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
CVR	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
SASUM	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
Associadas	
2CA-Braga	G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
CCG	Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC Lda.
IDEGUI	Não tem auditor externo.
Associação Curtir Ciência	Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC.
PIEP	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
CEJUR	Não tem auditor externo.
CRIA	Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
CeNTI	Sousa & Santos, SROC, Lda.
IC	Não tem auditor externo.
BLCS	Não tem auditor externo.
CS	Não tem auditor externo.

J) Honorários Fiscal Único

Até ao dia 18 de fevereiro de 2025, o Fiscal Único da UMinho era a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representado por Mário da Cunha Guimarães, a qual auferiu o montante de 15.740,14€ (IVA incluído).

Contudo, em virtude do Despacho n.º 2190/2025, de 18 de fevereiro, o Fiscal Único da UMinho é atualmente a entidade Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda, representado pelo Dr. João Carlos Cruzeiro da Silva e pelo Dr. Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenh, a qual auferiu o montante de 22.908,75€ (IVA incluído).